

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

NAVEGAÇÃO, COMÉRCIO E RELAÇÕES POLÍTICAS:

OS PORTUGUESES NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL

(1385 - 1466)

TOMO II

FILIFE MANUEL MIRANDA THEMUDO BARATA

**Dissertação de Doutoramento em:
História Económica e Social Medieval**

ÉVORA, 1994

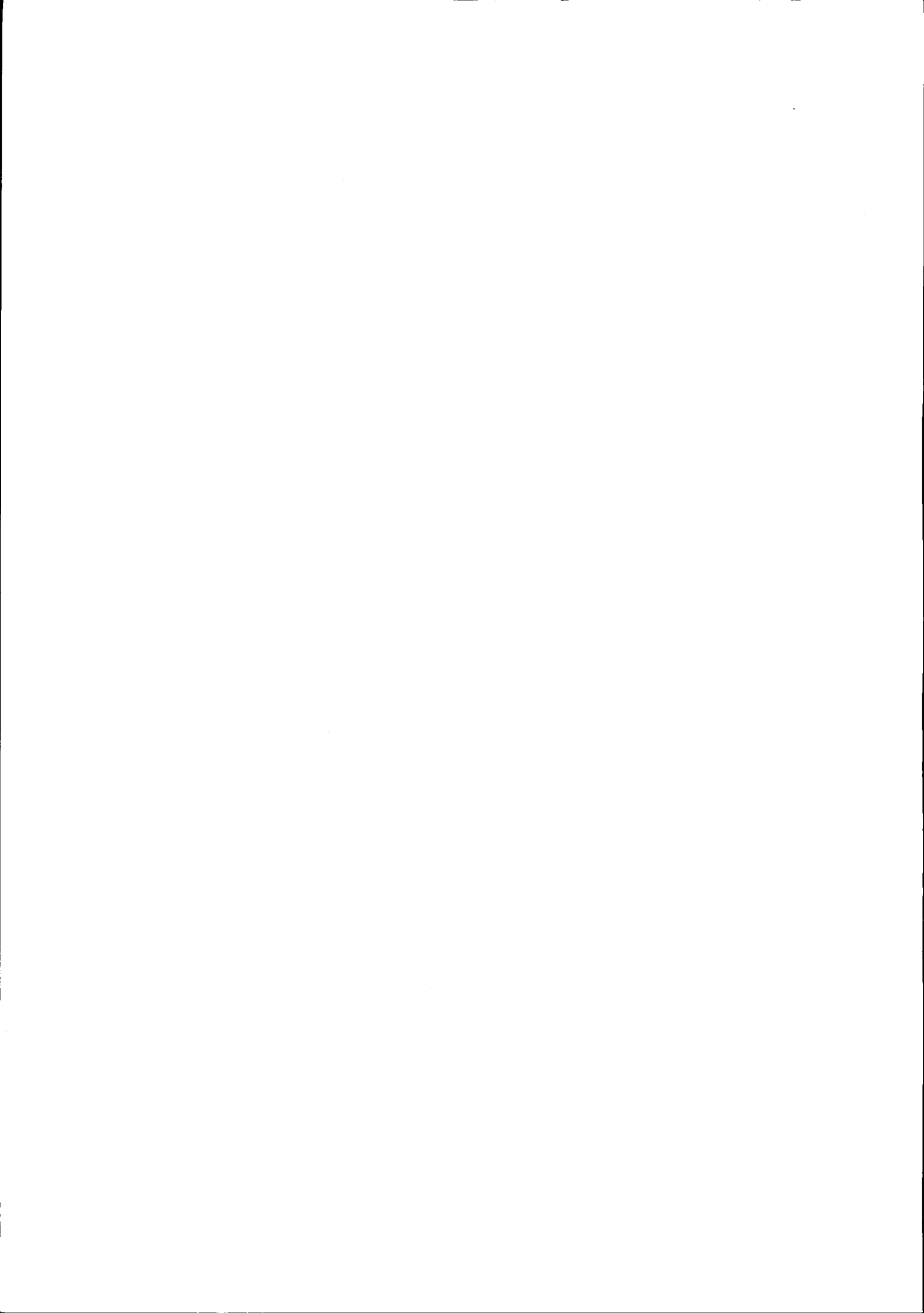


PARTE III

CONJUNTURA E OPÇÕES ESTRATÉGICAS



169707



CAPÍTULO I

DOS PRIMEIROS ANOS A CONSOLIDAÇÃO DE POSIÇÕES

1. Linhas de força da política externa portuguesa no Mediterrâneo

a) A aliança luso-aragonesa, pilar da política externa do reino

Exceptuando os confrontos contra os muçulmanos, e até às chamadas "guerras fernandinas", os portugueses não se envolveram em graves conflitos externos. Mesmo durante a primeira fase da guerra dos Cem Anos, D. Afonso IV e D. Pedro, seguindo as pisadas de D. Dinis, conseguiram manter uma razoável neutralidade nas lutas que atravessavam a Europa (1). Pelo menos desde os tempos do rei Lavrador que ficaram mais ou menos definidos, face ao exterior, os interesses estratégicos do reino: continuação da política de separação de Portugal face a Castela, herdeira de Leão; defesa da paz, entre os vários reinos, no interior da Península Ibérica; aprofundamento das alianças com outros reinos peninsulares, em especial Aragão, como contrapeso às potenciais ameaças castelhanas; por fim, a passagem para o

mar da tradicional política e comportamentos de eventual agressividade contra o Islão.

é assim que se entende a preocupação de D. Dinis com os conflitos entre Castela e Aragão, que algumas vezes arbitrou (2), as constantes trocas de embaixadas entre os reis português e aragonês (3), os permanentes pedidos de auxílio dos vários reinos face ao perigo muçulmano (4), os frequentes casamentos entre as três casas reais (5) e a conhecida contratação de marinheiros genoveses por parte do monarca de Portugal (6). Como noutra local se mostrou (7), estas foram até algumas das razões que permitiram ligar os interesses do reino aos assuntos mediterrânicos.

Uma das consequências que estas políticas acarretavam era que, nas relações envolvendo Portugal, Castela e Aragão, qualquer acordo com Castela constituía para a parte que ficava de fora uma ameaça que se procurava logo debelar. Vale a pena, a este propósito, observar mais de perto um exemplo. Durante o ano de 1358, Portugal e Castela tinham assinado um tratado de aliança e os dois reinos encetaram negociações que seriam consubstanciadas nos casamentos do infante D. Fernando de Portugal, com D. Beatriz, filha de Pedro I de Castela, e dos infantes D. João e D. Dinis, filhos de Inês de Castro, com D. Constança e D. Isabel, irmãs da referida D. Beatriz (8).

Logo então começaram as preocupações aragonesas. No ano seguinte, apesar da assinatura do novo tratado luso-castelhano e do pedido de auxílio a Castela contra os muçulmanos, a diplomacia aragonesa já começara o seu trabalho. De facto, em 1359 é nomeada uma comissão de importantes "funcionários" de Aragão para, entre outras coisas, tratarem das pazes por terra e por mar com Portugal, acordo que deveria ser dirigido contra Castela (9). Podemos mesmo seguir neste caso os problemas aragoneses e as divisões internas pela correspondência trocada entre Pedro "O Cerimonioso" e o seu irmão, o Infante D. Fernando, e o rei com os seus conselheiros.

Sem permissão do monarca e à margem da comissão nomeada, o infante D. Fernando encetara as negociações com um procurador de D. Pedro, rei de Portugal (10). Como, pelos vistos, o acordo não era fácil, o infante pretendia colocar Portugal sem grandes alternativas: ou D. Pedro negociava um tratado com Aragão, ou este reino aliar-se-ia a Castela. Além disso, pretendia ir com uma armada a Lisboa para aumentar a pressão, obrigando D. Pedro a auxiliar Aragão ou a sujeitar-se à guerra (11).

A resposta do "Cerimonioso" ao irmão é um retrato da situação política peninsular de então. Em primeiro lugar, lembra ao infante D. Fernando que o inimigo é Castela e não

Portugal e uma atitude hostil só apressaria a formação de uma forte aliança luso-castelhana (12). Quanto à pretensão de sair com uma armada para regiões do Atlântico, o monarca achava que tal acção só trazia como consequência desguarnecer as costas do reino. Para que não restassem dúvidas de que esta era a política a seguir escreveu, no mesmo sentido, às principais cidades submetidas à Coroa de Aragão e aos mais proeminentes conselheiros (13). Não era diferente a atitude portuguesa. Como relata Fernão Lopes (14), ainda D. Pedro, instado pelos castelhanos a entrar em guerra com Aragão no cumprimento dos compromissos recentemente tomados com Castela, declarava a sua fraca disponibilidade para o fazer, lembrando os acordos que vinham já do tempo de D. Dinis.

Tanto para Portugal como para Aragão era Castela que havia que temer. Durante o ano de 1366, na preparação de novos tratados, o rei D. Pedro de Aragão nas instruções datadas de 4 de Março a Álvaro Peres de Castro, enviado ao seu homólogo português para negociar o casamento da sua filha D. Joana com o herdeiro da Coroa portuguesa, recomendava que fossem usados os argumentos tradicionais: face à maldade intrínseca do rei castelhano seria dever dos reinos da "Spanya" unirem-se e "fazerem liga" contra Castela (15). Em Julho do mesmo ano, ao tomar conhecimento das pazes feitas

entre D. Pedro de Portugal e Henrique de Castela, cujo partido contou com o apoio aragonês, a carta do monarca aragonês expressou o júbilo por ter sido possível alinhar de novo as políticas externas dos dois reinos (16).

Percebe-se assim que as relações luso-aragonesas funcionavam como um dos pilares fundamentais do equilíbrio político peninsular. Neste contexto os monarcas não permitiam que os pequenos problemas perturbassem a posição de fundo. Um exemplo evidente passou-se com a infanta D. Maria de Portugal. Esta princesa, filha de D. Pedro, casou-se com o infante D. Fernando de Aragão, o qual morreu antes de ser rei (17). D. Pedro IV de Aragão (III da Catalunha) debateu-se, então, com a necessidade de recuperar o senhorio das terras que, por casamento e viuvez, foram parar às mãos de D. Maria, algumas das quais, como Tamarit, se localizavam junto à fronteira. A questão arrastou-se ao longo de muitos anos e só em 1378 foi possível pôr um ponto final à questão (18). Pelo caminho ficaram inúteis desconsiderações feitas à infante e alguma tensão entre os dois reinos em momentos de delicadas negociações (19).

Em grande medida, o rei D. Fernando, com a sua política, introduzirá importantes novidades: misturou as áreas de governo próprias com o reino de Castela, sujeitando-se a pôr em causa a soberania do reino (20), envolveu Portugal

na guerra dos Cem Anos e, não menos essencial, obteve um apoio permanente fora da Península Ibérica para garantir a segurança do país, com os sucessivos tratados assinados, e sucessivamente confirmados, com a Inglaterra. É neste novo panorama que redobrou a atenção aragonesa a Portugal. Cresceram então as solicitações para a realização de mais alianças e foram enviadas missões a Portugal que informaram, com detalhe, o rei de Aragão do que se passava (21). O relatório da embaixada chefiada por Ombert de Fonoller, elaborado nos meses de Fevereiro e Março de 1371, é um bom exemplo dessas preocupações, além de ser um documento único na descrição do ambiente político que então se respirava em Portugal (22).

Em todo o caso, o facto de Aragão ter erigido Castela como inimigo principal trazia, para Portugal, algumas vantagens de carácter económico e que foram muito eficazmente aproveitadas. A primeira foi a de, desde muito cedo e como já se referiu (23), os contactos políticos terem facilitado o nascimento e manutenção de canais comerciais entre Aragão e Portugal, ligando, desde inícios do século XIV, o nosso reino ao Mediterrâneo. A segunda, que se tornará essencial para a consolidação da presença portuguesa no Mediterrâneo, foi a atitude "tolerante" dos monarcas aragoneses face aos lusitanos, incluindo os abusos cometidos pelas frotas do

reino contra a navegação catalã (24).

É verdade que nem todos estavam dispostos a revelar a mesma compreensão. As autoridades públicas de Maiorca, por exemplo, na defesa da estabilidade do comércio que ligava as ilhas a Génova e à rota do Levante (25), eram useiras e vezeiras na captura e punição de corsários e mesmo de navios mercantes portugueses (26). Porém, era nítido que essa não era a política aragonesa. Numa carta escrita em Sogorbe (Barcelona), a 24 de Setembro de 1401 (27), o rei Martinho, depois de uma audiência concedida a um mensageiro do monarca português, um certo Pedro de Lisboa, escreveu ao Governador de Maiorca no sentido deste cumprir as ordens que recebia e que diziam respeito ao tratamento dado aos lusitanos. Não era a primeira vez que ocorriam situações deste tipo. Já em 13 de Agosto de 1371, D. Pedro de Aragão admoestava o governador de Maiorca, Olof de Procida, intimando-o a cumprir as suas ordens e aplicar uma carta de marca contra a embarcação de João Salvador, apesar de ele, usualmente, se dedicar ao transporte de mercadorias entre Maiorca e Alcudia na Berberia (28).

Este documento só põe a descoberto alguma divergência de interesses que existia entre Barcelona e Génova, nem sempre fáceis de gerir. Portugal, chegando à região como um aliado de Aragão, herdou as rivalidades que então aí se jogavam.

Isto poderá ajudar a esclarecer as interrogações que Francisco Sevillano Colom (29) lançou ao questionar a razão pela qual o comércio luso-maiorquino nunca apresentou um grande desenvolvimento, mesmo depois dos portugueses consolidarem a sua presença na área.

Esta comunhão de interesses entre Portugal e Aragão ganhou novas formas com a crise político-económica catalã, a qual permitiu não só uma presença acrescida dos portugueses no Mediterrâneo, como também incrementar as exportações do reino para a região. Foi, de facto, só a partir de 1380, data marcante dessa crise catalã, que Portugal, teve uma oportunidade de reforçar as suas posições. E não a desperdiçou.

Para que estas novas perspectivas tivessem o mínimo de solidez, tinham que ser conjugadas com uma política diferente da até aí conduzida em relação ao mundo muçulmano e uma necessidade global de paz, externa e interna. Que a guerra prejudicava o comércio era um facto por todos sentidos. Se, com Castela, o período que medeou entre 1389 e 1430 foi caracterizado pela vigência de permanentes tréguas e conflitos (30), já desde o reinício da guerra, em 1396, foi patente os prejuízos que acarretavam para as trocas comerciais (31). A partir daí não pararam os esforços portugueses para chegar à paz. Quanto às relações com o

mundo sob domínio do Islão a importância do tema impõe uma análise em separado.

b) A tomada de Ceuta e a definição de uma nova política. O caso exemplar de Bernat Font.

Nas vésperas da tomada de Ceuta, a embaixada enviada pelo rei de Granada, ao ser recebida com solenidade por D. João I, para indagar das intenções da expedição que se preparava, invocava que "numca antre os seus naturaaes [de Granada] e os uossos foi achada tal discordia, per que leixassem de trautar huus com os outros, trazendosse daquelle rregno ao uosso grandes mercadorias e do uosso ao seu" (32).

Era totalmente verdadeira essa afirmação do embaixador. Muito antes de 1415, o comércio com terras do Norte de Africa e Granada era uma constante. Já o foral de Viana (1258-1262) estabelecia o pagamento de dízima para os produtos que viessem de terras muçulmanas (33). Esta não era uma excepção, pois, em 1282, o foral de Faro também determinou que os vizinhos pagariam do pão que "adussesem dáalem mar pera vender" a vintena (34). De igual modo, em 4 de Dezembro de 1341, D. Afonso IV concedeu carta de

segurança ao genovês Albertim, permitindo-lhe trazer a Portugal mercadorias da "mourama" (35). Anos mais tarde, em 1383, outro monarca isentou de fiança Mafomede Auranteiro, alcaide dos mouros de Santarém, para "hir alem mar a terra de mouros" levar as suas mercadorias e trazer outras (36). Estas autorizações ou restrições lançadas sobre o comércio com os mouros só testemunham como ele deveria ser importante. Ainda antes da tomada de Ceuta, um documento de 1401 testemunha como era usual de Setúbal levar-se mel ao reino de Granada (37). E, quase em cima da tomada dessa cidade, D. João I teve de lançar severas restrições ao comércio com terras do Islão por parte de mercadores portugueses (38).

Afinal, todos estes exemplos, testemunham como, a par dos vários conflitos e guerras, eram intensas as relações comerciais entre as praças das costas do Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico adjacente, que funcionavam em paralelo com a guerra, o saque, a pilhagem e o corso. Desse ponto de vista pode dizer-se que, no que respeita às relações com o Islão, coexistiam no reino duas tendências com sentidos diferentes. A primeira, ligada ao comércio e favorável à manutenção de um clima de paz, contrastava com a segunda, mais radical, que encontrava no confronto religioso os argumentos para a guerra generalizada com o mundo islâmico. Aliás, neste aspecto, Portugal não era uma

excepção. O reino de Aragão, por exemplo, conhecia bem a acção destas facções favoráveis à paz e à guerra, que em diferentes momentos conseguiram influenciar as políticas da coroa (39).

Não interessa agora discutir os motivos que levaram Portugal à conquista da rica cidade de Ceuta (40). A questão fundamental é que, uma vez tomada a cidade, da qual já existia a noção de ser a chave do Mediterrâneo, foi decidido guardá-la (41). A partir dessa altura, é possível discernir algumas das linhas orientadoras da actuação portuguesa em relação à região.

De facto, com a conquista de Ceuta, Portugal conseguia repôr o princípio de exercer uma influência específica contra os mouros, questão que, desde a conquista do Algarve, lhe havia diminuído espaço de manobra na cena política europeia (42). Lembre-se que, se antes da expedição de 1415 era problemática a representação do reino no concílio de Constança, já a embaixada enviada em 1416 reclamava para si o direito de representar as nações hispânicas (43). A partir daí, Portugal passava a ter uma palavra importante nas questões do Mediterrâneo Ocidental. Logo nessa altura D. João I enviou a D. Fernando de Aragão um mensageiro, João Escudeiro, com a notícia da conquista e, passados dias, seguiu uma embaixada dirigida pelo vedor da Fazenda

do Porto Alvaro Gonçalves da Maia. O monarca encarregou-o de lembrar a legitimidade e alcance religioso do feito de armas, mas não se esqueceu de oferecer apoio para as armadas aragonesas atacarem o reino de Granada (44).

A nova situação está bem expressa nas cartas que, ainda em 1415, o rei de Aragão enviou ao seu homólogo português e ao sultão marroquino. Por um lado tentava acalmar a fúria deste último, que ameaçara exercer represálias contra os cristãos em geral, e, por outro lado, perante D. João I, depois do júbilo inicial, protestava pelos desmandos que os seus vassallos tinham começado a praticar (45).

Claro que todos os reinos se aperceberam da introdução de novos elementos na região. Portugal, além da credibilidade internacional como reino, tinha optado por uma atitude "oficial" de confronto com o mundo islâmico. Neste aspecto, o governo de D. Pedro de Meneses foi o exemplo vivo dessa nova política: corso activo, saque e pilhagem das costas granadinas e norte africanas, o que não impedia, é verdade, que, quando necessário, se praticasse um razoável comércio. Aliás, já noutro local se mostrou as vantagens que o próprio D. Pedro retirou dessa actividade (46).

Entre as consequências desta nova política duas merecem especial destaque. A primeira diz respeito ao mundo árabe.

Constantemente fustigadas as costas do Maghreb e com a fuga de muitas populações para o interior, começa, desde então, a verificar-se alguma astenia na vida económica da região, em especial no comércio externo, de que os portugueses foram dos principais responsáveis (47). A segunda consequência respeita a Portugal, ou mais exactamente a Ceuta. Nesta cidade acumular-se-á um potencial de agressividade tremendo, que permitirá a Ceuta funcionar como um pólo de atracção para todos aqueles que, nos diferentes reinos cristãos, favoreciam as políticas belicistas contra os muçulmanos.

*

*

*

Um exemplo bastante interessante das questões antes enunciadas é-nos dado por um volumoso maço de documentos existente no Arquivo do Reino de Valência. Através dele podemos observar como se processava uma campanha de corso, como se procedia à captura e legalização das presas e também como a presença portuguesa em Ceuta vem alterar alguns dos equilíbrios há muito existentes no Mediterrâneo

Ocidental (48). Em concreto, este conjunto de documentos narra as aventuras de um cidadão valenciano, Bernat Font, que se viu envolvido nas teias dessas transformações, mas que só tarde as compreendeu.

Tudo começou por volta dos meses de Maio ou Junho do ano de 1434 quando Bernat Font, autorizado pelo Bailio Geral de Valência, armou um lenho de 11 bancos para fazer corso contra os mouros da Berberia. Já nas costas norte-africanas capturou um pequeno "carvel" mourisco que fora abandonado pela tripulação e que transportava trigo e outras mercadorias. Tomada a presa, levou-a para a cidade de Ceuta onde vendeu tudo e adquiriu um escravo, de nome Caet ben Mahomat, propriedade do português Vasco Gil.

Até aqui podemos dizer que os negócios corriam de feição para Bernat Font e dentro da normalidade. Sendo o corso contra os muçulmanos uma actividade há muito praticada, nesta época nenhum interesse estratégico obstava a que os aragoneses realizassem capturas nas costas do Norte de Africa contra os mouros. Ao contrário, a poderosa frota aragonesa continuava a fazer sentir a sua presença dominadora prejudicando decisivamente os interesses genoveses e a influência que continuavam a manter nos mercados norte-africanos.

Entretanto Bernat Font, quando se encontrava em Ceuta, recebeu uma informação, através de uma espia, que em Beliz de la Gomera (Fez) se estava a carregar um "caro" com várias mercadorias, entre as quais seguramente trigo. Ainda segundo o relato do próprio corsário valenciano, ao chegar perto do navio mourisco que já navegava, apercebeu-se que este vinha perseguido por uma nau portuguesa. Acordados entre si os dois homens do mar cristãos, rapidamente o "caro" foi apresado.

Este ataque é um bom exemplo daqueles que a "Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses" narra e que se realizavam a partir de Ceuta: assaltos rápidos e violentos organizados contra o regular tráfego comercial muçulmano e às vezes até cristão, algumas vezes combinados com navios de outros reinos. Note-se ainda que o navio português era comandado por Afonso Garcia da casa do Conde D. Pedro de Meneses, conforme os mouros capturados explicaram quando foram interrogados em Valencia. Deve tratar-se do mesmo patrão do primeiro barco construído em Ceuta e um dos primeiros marinheiros a envolver-se na actividade corsária com o conhecido Santiago Pé de Prata (49).

Seja como fôr, tomado o barco, contaram-se 24 mouros apresados dos quais 7 couberam em sorte a Bernat Font. A

Trigo	39	Cafizos
Cevada	133	Cafizos
Mouros	7	

(Fonte: ARV, Bailia, nº 1147, fol. 213)

Fig. 43 - Parte nas presas de Bernat Font.

acompanhá-los, o valenciano ficou também com parte das mercadorias, como o mostra a Fig. 43. Esta desigualdade de repartição deverá estar ligada ao facto de terem sido, seguramente, os portu-

gueses a avistarem e iniciarem a perseguição, pelo que este tipo de partilha deveria ser a prática corrente entre as gentes do mar.

Satisfeito com a sua presa, Bernat Font dirigiu-se primeiro a Alicante e daí para Valência. Seguindo as regras então em vigor, pediu ao Bailio Geral para que os seus 8 cativos (os 7 apresados mais aquele que comprara em Ceuta) lhes fossem declarados de "boa guerra", ou seja, eram não só uma presa legal, como também tinham sido legalmente capturados. Isto implicaria pagar o respectivo imposto, correspondente ao preço pelo qual eles eram avaliados (50), mas depois Bernat Font estava apto a realizar os seus negócios e a obter os seus lucros da acção que iniciara umas semanas atrás.

A vantagem de vender os cativos em Valência deve-se ao facto desta cidade ser um mercado importante de escravos, frequentada por forasteiros, e, por isso, proporcionar

preços muito mais interessantes para o vendedor. O imposto a pagar fazia parte de um processo, muitas vezes mero expediente para o rei conseguir alguns rendimentos suplementares e proceder a uma fiscalização mínima das presas efectuadas.

Como habitualmente, os 8 muçulmanos foram interrogados, tendo, todos eles, declarado nome, idade, profissão, condições de detenção e local de nascimento. Ora, neste último aspecto, pelo menos 3 deles vieram declarar ser oriundos do Reino de Granada. Aqui começaram as desventuras de Bernat Font neste negócio que parecia tão bem encaminhado. De facto, o Bailio, face às declarações dos mouros, decidiu que as mercadorias e 5 dos cativos tinham sido apresados de "boa guerra", mas, quanto aos que se diziam originários de Granada, considerava-os ilegalmente capturados e ordenava que fossem devolvidos à liberdade.

Esta sentença que poderá parecer estranha era, afinal, a consequência inevitável dos equilíbrios políticos que se geravam no interior da Península Ibérica. Com efeito, por estes anos, a situação peninsular era muito instável. Algumas tentativas de aproximação entre granadinos e aragoneses procuravam obstar às tendências expansionistas de Alvaro de Luna, contra o qual, pouco antes, os próprios aragoneses já se tinham defrontado entre 1428 e 1430. Por

outras palavras, pode dizer-se que neste ano de 1434 se estava num período de equilíbrios de influência entre Castela e Aragão no que respeitava ao reino de Granada (51).

Face a esta situação o rei aragonês não tinha dúvidas em levar a cabo uma política de algum entendimento com os granadinos, como já o tinham feito, no passado, alguns dos seus antecessores. Nesta altura, os aragoneses mantinham o apoio a Muhamed IX, contra as pretensões de Castela que, através de Alvaro de Luna, tinha imposto no trono de Granada Yusuf IV (1432) e derrotado os chamados Infantes de Aragão dois anos antes (52).

É neste contexto que Bernat Font entrega, em 18 de Julho de 1434, um "memorando" onde exprime o seu espanto e indignação por tal decisão, reclamando a sua revisão. Depois de, mais uma vez, narrar os sucessos em que participou e de descrever como fôra efectuado o apresamento do navio mourisco, ele resumia de forma sistemática e em alguns pontos, os aspectos básicos da sua argumentação da contestação da sentença. Estes argumentos são um verdadeiro repositório dos direitos de praticar a guerra contra os mouros e que importa acompanhar.

Em primeiro lugar começou pela matéria factual. Negava as declarações dos mouros que se disseram oriundos do Reino de

Granada, acrescentando que, ao serem interrogados em Alicante, os cativos haviam reconhecido serem todos da Berberia. Seguidamente lançou-se nas questões de direito, que eram, para nós, as essenciais. Assim, como segundo argumento, Bernat Font considerava que ainda que os mouros fossem de Granada, mesmo assim deveriam ser considerados de "boa guerra". O motivo era simples: a guerra contra os mouros, muito especialmente os de Granada, era lícita como se sabia e era reconhecido nos documentos oficiais.

De resto, novo argumento, o valenciano explicava que os portugueses tinham a este propósito uma atitude radical: eles faziam sempre guerra aos mouros, a "boa guerra", como era sabido. Ora, argumento subtil para B. Font se salvar, tinham sido os portugueses a capturar esses muçulmanos e já tinham obtido os seus lucros, pois venderam-nos em Alicante. Além disso, lembrava que os mouros foram capturados numa nau da Berberia, terra do patrão do navio, e a captura realizada em águas berberes.

Claro que esta argumentação evidenciava a vontade de Bernat Font não ter prejuízos económicos com a perda dos 3 mouros, os quais, tendo pouco mais de 20 anos, lhe poderiam render uma boa quantia. O preço médio de um escravo na cidade de Valência andaria à volta das 45 libras valencianas; os 3 cativos poder-lhe-iam render qualquer coisa como 135 a 140

libras, montante que não era de desprezar. Em termos comparativos, lembre-se que uma pequena barca para navegação costeira podia ser comprada, por volta dos mesmos anos e na cidade Barcelona, por cerca de 160 libras (53).

Este forte conjunto de razões obrigaram o Bailio Geral a reabrir o processo, interrogando mesmo outros tripulantes do lenho valenciano. Afinal, estes argumentos eram dificilmente ultrapassáveis. É verdade que, muitas vezes, as necessidades políticas práticas desviavam-se do discurso "oficial" dos reinos cristãos; o próprio papado, algumas vezes, não escapou a esses desvios. Mas, confrontado directamente com tais questões, seria difícil ao Bailio aparecer a defender os prisioneiros sem pôr em causa aspectos essenciais que estavam na base do próprio poder dos reinos cristãos, nomeadamente peninsulares.

Inquirida a tripulação, veio esta confirmar praticamente tudo aquilo que Bernat Font tinha dito. Entre outras coisas, seria verdadeira a história da espia e também o facto de ter sido o navio português a avistar primeiro o "caro" mourisco e a concordar na ajuda do lenho valenciano. Um dos tripulantes veio ainda reafirmar a matéria factual que Bernat Font já contestara, nomeadamente que no interrogatório que tivera lugar em Alicante os presos tinham confessado serem todos provenientes do Norte de Africa.

Finalmente, quanto à política portuguesa, apurou-se que os nacionais do reino tinham total liberdade para atacarem os mouros, quaisquer que eles fossem, e não hesitavam em fazê-lo o que lhes granjeava o respeito e a admiração do mundo cristão.

Esta situação, aliás, vinha criando algumas dificuldades ao rei de Aragão para poder continuar a manter atitudes menos ofensivas para com os muçulmanos. Com efeito, a presença dos portugueses em Ceuta funcionava como um elemento de certo modo desestabilizador em relação às práticas políticas habituais no Mediterrâneo Ocidental que tanto Castela e Aragão, como as cidades italianas tinham por costume levar a cabo no seu relacionamento com o mundo islâmico.

O impacto político na região e em toda a Cristandade da tomada de Ceuta foi por todos imediatamente reconhecido e percebido. Este sentimento permanecia ainda bem vivo anos depois, em particular para os reinos mais vizinhos de Portugal. Numa carta de 18 de Julho de 1417 (54), Johan Navarro, Vice-Almirante do rei aragonês em Tunes, escrevia ao seu soberano e, entre outros assuntos, volta à carga com a sugestão do rei realizar alguma conquista na Ifriquia, comparando as potencialidades de um feito deste género com a "honra" que o monarca português obtivera com a conquista

da praça marroquina.

Pela última vez retornemos a Bernat Font. Lamentavelmente não foi possível saber como terminou o seu caso. Tenham vencido os argumentos do valenciano, ou tenham ganho os 3 mouros a liberdade, a novidade desta história refere-se à importância, que ao menos durante alguns anos, o potencial bélico acumulado em Ceuta e a política dos portugueses tiveram, neste período e nesta região, abalando equilíbrios políticos há muito estabelecidos.

Uma boa prova desta nova atitude de Portugal é a carta escrita, em 22 de Abril de 1433, pelo Conde de Arraiolos ao rei D. Duarte a propósito das campanhas do Norte de África. O Conde, sendo contra as campanhas anunciadas, que visavam a eventual conquista do reino de Fez, reconhece essa política de corso e de saque do litoral até aí existente: "e se nom qujseseis filhar senom os lugares da beyra do mar tanto peor" (55).

2. A conjuntura económica e a conquista de novos mercados

a) A crise catalã de finais do século XIV e as vantagens portuguesas

A forma como os portugueses conseguiram alcançar posições de realce no Mediterrâneo, está relacionada com a evolução económica dos domínios aragoneses. Todavia, os inúmeros historiadores que se debruçaram sobre esta questão, dificilmente conseguem entender-se quanto ao impacto e extensão das crises do século XIV, as quais assolaram toda a Europa, e divergem também quanto à cronologia e às fases da recuperação. Porque se trata de uma assunto essencial para Portugal, impõem-se alguns esclarecimentos.

O problema pode colocar-se do seguinte modo: pelo menos desde 1950, as teses que se poderiam considerar clássicas, ao abordar a evolução da economia aragonesa medieval e catalã em particular, detectam uma fase de crescimento, situada entre 1137 e 1282, à qual teria seguido uma outra de apogeu (1282-1348) e finalmente uma época de dificuldades (1348-1420). Tal é, por exemplo, a cronologia proposta pelo malogrado Yves Renouard (56). O facto de se irem buscar à Peste Negra as raízes da crise deve-se a Pierre

Vilar (57) que, juntamente com Jaime Vicens Vives (58), acrescentava que, além do demográfico, outro dos factores sintomáticos da crise fora a inflação que se começara a fazer sentir em meados do século XIV e que culminaria, após 1380, com a falência dos principais bancos privados catalães.

Para estes autores, após os anos de crise geral, que vão de 1380 a 1420, ter-se-ia seguido um período de curta estabilização e aparente recuperação, mas depressa a depressão se voltou a instalar e a economia catalã declinará ao longo de todo o século XV. Foi apoiada neste dois prestigiosos autores que Claude Carrère alongou a cronologia da crise. A época das dificuldades de Barcelona, centro económico do império então construído, entre 1380 e 1462, é o tema da sua monumental obra (59).

Mas, posteriormente, um ilustre historiador, Mario Del Treppo, ao estudar fenómenos microeconómicos, ou seja a nível empresarial, mostrou como, precisamente após 1420, a economia catalã cresceu de uma forma punjante a ritmos muito superiores ao do passado (60). Em análises mais recentes Mario Del Treppo (61) defende que, no século XV, a expansão catalano-aragonesa, na sua dúplice componente económico-comercial e político-militar, conseguiu mesmo romper com as ligações marítimas e fluxos comerciais de que

Génova beneficiava e, a partir de Barcelona e Nápoles construir um espaço de desenvolvimento económico que atingirá toda a bacia mediterrânica.

Não é fácil tomar posição nesta polémica, a qual, em parte, pode ser acompanhada pela obra de Ruiz Doménech (62). Note-se que em histórias de Espanha mais recentes (63) se retomam os grandes marcos referenciadores propostos por Pierre Vilar e Vicens Vives, escorando agora a crise não só nas perdas demográficas, como também na diminuição da produção. Uma referência especial merece Sebastia Riera i Viader que tentou fazer uma síntese de várias correntes. Assim reconhece que a economia catalã só entrará em crise a partir de meados do século XV, mas defende que foi fatal a Barcelona a não especialização comercial e a rivalidade com Génova, Castela e Marselha, conjugada com uma política agressiva na região, pois daí só resultou a perda dos mercados tradicionais catalães e o prejuízo na circulação dos produtos comerciais. Além disso, o desvio do ouro sudanês por parte dos portugueses veio tirar sentido à forte presença aragonesa na Berberia (64).

Apesar de toda esta polémica historiográfica podemos retirar algumas conclusões que interessam a Portugal, sendo a primeira a de que os domínios catalano-aragoneses sofreram uma grave depressão pelo menos entre os anos de 1380 e

1420. Que consequências terá esta crise para o comércio português ?

A principal é que vai ser no período que medeia entre 1380 e 1415, que a viragem portuguesa ao Mediterrâneo assumirá um carácter decisivo. Os sinais são evidentes. Em 24 de Janeiro de 1377 (65), a legislação do reino ainda se precavida contra as tentativas de fugir às restrições impostas fazendo transbordo do pescado no alto mar para barcos estrangeiros, os quais controlavam grande parte desse comércio. Dez anos antes Fernão Lopes testemunha como os catalães tinham nas mãos a exportação de vinhos nacionais, pelo que, só em 1367 se exportaram cerca de 9,5 milhões de litros (66).

Após 1380, especialmente depois da tomada de poder por D. João I, o sentido das fontes é quase oposto. Logo em 1386 revogou-se a proibição que interditava os mercadores (estrangeiros ou não) de exportarem produtos sem jurarem trazer outros em troca e pagar, em prata, a respectiva dízima (67). Nas Cortes de Lisboa de 1389 abrem-se parcialmente os portos do reino ao comércio mesmo de nações que se encontravam em guerra com Portugal (68), embora depois se reconhecesse que uma parte dos lucros ainda eram levados para fora (69).

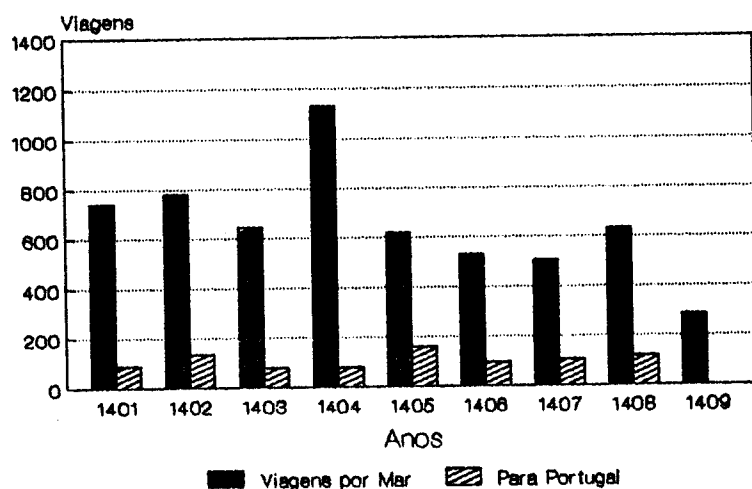
Noutro local já se mostrou (70) como nos finais dos anos 80, princípios do 90, do século XIV começam a aparecer nos portos de Barcelona e Valência os primeiros mercadores nacionais, alguns dos quais aí se estabelecerão. Nesta fase de consolidação nas posições comerciais portuguesas no Mediterrâneo foi necessário elaborar regulamentos mais ajustados de muitas infraestruturas de apoio ao comércio. É o caso, entre outros, do armazém régio do Porto cujo regimento data de 18 de Agosto de 1410 (71).

Por fim os próprios mercadores tiveram que pôr fim a algumas rivalidades internas e discutir plataformas de acordo na sua actuação face ao exterior. Um caso típico foi o que aconteceu no Porto, em 13 de Dezembro de 1393, com o chamado "acordo da sardinha", que tinha como objectivo congregar os burgueses do Porto em torno das regras a respeitar para a exportação desse produto, cujo destino preferencial eram as costas catalano-valencianas. Segundo a nota à margem da acta da vereação (72), ficou acordado que dada a escassez de alimentos na região a exportação ficava dependente de um alvará concelhio e este seria concedido em função da gestão dos abastecimentos urbanos.

O que é uma realidade é que todos os elementos disponíveis para os anos que medeiam entre 1385 e 1415 apontam no mesmo sentido: o reforço das posições portuguesas. Num documento

que trata da isenção das vintenas do mar aos marinheiros de Leça, Matosinhos e outros lugares refere-se que esta isenção só seria concedida "quando vão com seus pescados a aragom" (73). Nos Capítulos especiais de Viana, Vila Nova, Valença e Caminha, apresentados, em 4 de Julho de 1456, As Cortes reunidas em Lisboa, informava-se de que ainda era comum, anualmente, carregar-se, a meio do rio, um navio destinado a Aragão (74).

Os poucos elementos quantitativos disponíveis, que se reportam só a Valência, vão no mesmo sentido. Relativamente aos primeiros anos do século XV, observe-se o seguinte gráfico:



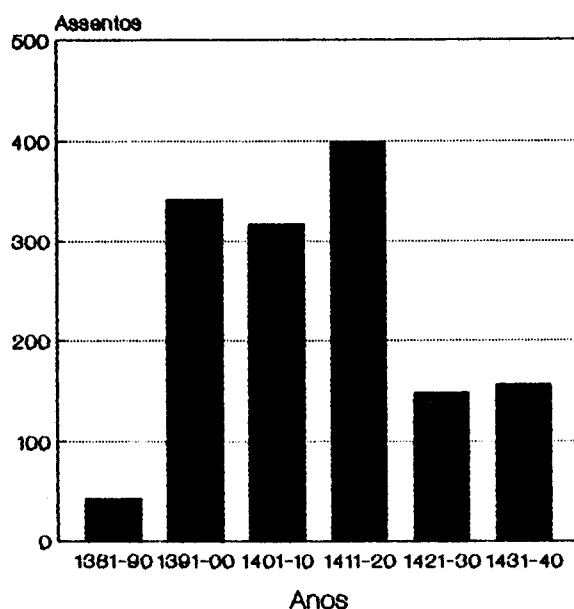
Fonte: Hinojosa, 1982

Fig. 44 - O comércio valenciano de "coses vedades" e a importância relativa de Portugal (1401-1409).

É verdade que estes elementos são recolhidos a partir dos

assentos de "coses vedades", pelo que escapam uma parte das mercadorias que não estavam obrigadas a esses impostos. Apesar de tudo, é visível como em relação ao total de viagens efectuadas a partir de Valência o comércio português ganhou rapidamente um lugar de destaque: em 1405 ele chegou mesmo aos 25 % (75).

Se tomarmos o número de assentos lançados nesses livros, é possível perceber a evolução do comércio luso-valenciano, e provavelmente catalão, até meados do século XV.



J. Hinojosa "De València a Portugal..."

Fig. 45 - O comércio luso-valenciano, a partir do número de assentos de "coses vedades" (1381-1440).

Agora já é visível essa chegada "em peso" dos mercadores

portugueses ao Mediterrâneo. Depois dos momentos iniciais, correspondentes aos finais do século XIV, os anos que vão até à tomada de Ceuta correspondem a essa época de intenso comércio com os domínios da coroa aragonesa, a que se seguirá um período de maior estabilização no volume das trocas, curiosamente coincidente com a saída da crise catalã acima indicada.

Repare-se nestes elementos: nos assentos publicados para o ano de 1381 (76), o pequeno número dos que se referem a Portugal são da responsabilidade de judeus, talvez portugueses, e de um cidadão de Tolosa. No ano de 1404, cujo livro de "coses vedades" foi também dado à estampa (77), as largas dezenas de assentos respeitantes a Portugal, são esmagadoramente correspondentes a produtos introduzidos por mercadores do reino em navios nacionais com destino a Lisboa ou Porto. Pouco a pouco, foi-se, pois, estruturando um comércio mutuamente vantajoso.

De resto, foi a complementariedade das economias lusitana e catalã que ajudou a reforçar esse comércio. Portugal, contra matérias-primas, tecidos, armas, especiarias e utensílios vários, vendia especialmente peixe no que só sofria a concorrência de castelhanos. Os problemas que, após 1415, se tornaram novidade diziam respeito às áreas onde havia alguma rivalidade e choque de interesses: o comércio de

escravos, em cujo mercado Portugal passou de comprador a vendedor, o corso, actividade bastante desenvolvida pelos portugueses, e num ou outro produto mais transaccionado por terra. Não são raros os protestos levados pelos interessados às Cortes realizadas em Aragão, acerca da entrada de mercadorias por via terrestre (78) e, embora não se refira expressamente Portugal, algumas delas podiam vir do reino.

Em qualquer caso, além das trocas comerciais entre os dois reinos, continuava de pé a ligação política luso-aragonesa, pilar básico da politica peninsular. Não é, por isso, de admirar que os casamentos do herdeiro do trono português e do seu irmão, o Infante D. Pedro, ainda se tenham feito em casas aragonesas. Logo depois da tomada de Ceuta, foi para Aragão que D. João I virou primeiro a sua atenção, no sentido de lhe dar uma explicação (79). Nitidamente não existia, com tal conquista, a intenção de pôr em perigo a antiga politica de alianças.

b) As vicissitudes da Rota do Levante e as novas rivalidades

A outra componente que importa examinar, diz respeito à forma como se desenvolveram alguns aspectos das relações

político-comerciais com as regiões do Mediterrâneo Central, nomeadamente com as mais importantes cidades italianas que, por serem o centro do desenvolvimento económico do Sul da Europa e as grandes animadoras da famosa rota do Levante, condicionavam o que se passava mais para Ocidente.

Vale a pena confrontar duas fontes contraditórias. A primeira é um protesto dos povos nas Cortes de Lisboa de 1371, no qual está implícita a ideia de que, nesta altura, os genoveses e prazentins se tinham apoderado da maior fatia do comércio de importação do reino (80). A segunda é o já publicado conjunto de seis cartas escritas, em Lisboa, por correspondentes da casa Datini: cinco pelo florentino Bartolomeo Manni, entre 1399 e 1410, e uma pelo genovês Bernardo di Mariano, datada de 14 de Janeiro de 1410. Neste caso os dois homens não deviam conhecer muito bem o mercado nacional, pois admiravam-se com o tipo de sal produzido no reino e surpreendiam-se com a qualidade dos couros portugueses (81). Mas então como é possível compatibilizar informações destas quando, em meados do século XIV, Pegolotti já incluía Lisboa entre os portos com interesse para as trocas comerciais, nomeadamente no que dizia respeito aos cereais (82) ?

Pesem embora as inúmeras referências das chancelarias régias portuguesas do século XIV a gente oriunda de cidades

italianas (83), parece seguro que, em termos de nações, só genoveses e prazentins, ou seja mercadores da Lombardia cujo centro mais conhecido era Milão, tinham uma presença regular e de certa importância no reino (84). Os florentinos, por exemplo, na centúria de Trezentos, frequentavam pouco os portos portugueses. Um homem como Datini, nos inícios do século XV, preferia controlar os seus interesses em Lisboa através das suas sucursais e agentes de Barcelona e de Valência (85). A ideia do falecido professor Luís de Albuquerque da existência de uma estratégia concertada, a partir de 1338, entre Portugal e os interesses de Florença para incentivar e facilitar o comércio marítimo entre o reino e esta cidade (86), deve ser vista com muita cautela. O documento em causa refere-se muito mais à companhia dos Bardi, cuja presença em Portugal, essa sim, era indesmentível, do que ao conjunto dos mercadores florentinos estantes no reino. Essa carta de privilégios, aliás, parece abordar mais intenções futuras do que realidades no terreno.

Acerca do comércio marítimo luso-florentino e por extensão pisano, já há mais de 100 anos Giuseppe Canestrini forneceu uma indicação preciosa: segundo este autor, que se baseou em fontes coevas, fora em Outubro de 1429 que as primeiras galés de Florença haviam chegado a Portugal, solicitando de D. João I privilégios semelhantes aos que



recentemente o monarca concedera aos venezianos (87). Seria assim desta data o primeiro tratado comercial luso-florentino.

é verdade que esta conclusão tem alguma razão de ser. De facto, sòmente pouco antes os florentinos se tinham desembaraçado de alguns constrangimentos ao seu próprio comércio. Se a posse dos portos de Pisa e Livorno, lhes permitia armar grandes navios, os acordos de 1421 colocavam o comércio de Florença sob a "tutela" genovesa. Finalmente, em 1426, com as pazes com o Duque de Milão, conseguiram pôr de pé a primeira legislação mercantil marítima que beneficiava de facto a navegação e transporte da cidade: direito de preferência dos navios florentinos no transporte de mercadorias para o comércio com o Ocidente, aumento de impostos sobre a 1% exportada em embarcações estrangeiras. etc (88). A partir desta altura, Florença passou a estar interessada na negociação de tratados comerciais com os vários reinos por onde a sua frota passava.

A presença dos Bardi em Portugal, seria, assim, um caso bastante excepcional, talvez ligado ao comércio de importação do trigo para o reino. Em resumo, quer isto dizer que, só no final do primeiro quartel do Quatrocentos, os mercadores venezianos e pisanos (florentinos), ligados ao grande comércio mediterrânico e atlântico, começaram a

fazer, sistematicamente, os seus negócios na costa portuguesa. Até aí, pelos vistos, a presença de florentinos seria esporádica e feita quase a título individual.

Com efeito, como já se referiu (89), até muito tarde, as grandes companhias e casas comerciais desinteressaram-se de um mercado pobre e pequeno, como o português, onde parar não compensava o tempo que se gastava. Mesmo no caso de Génova, a costa portuguesa não era frequentada pela grande navegação genovesa tão activa na rota do Levante, antes esse comércio era assegurado, na maior parte dos casos, por figuras secundárias das grandes famílias dessa cidade ligure (90).

Durante grande parte do século XIV, a presença portuguesa no Mediterrâneo Central estará ligada à actividade corsária contra o Norte de Africa e ao comércio do trigo. A importação de trigo deve ter começado a ser intensificada a partir de 1334, quando as dificuldades alimentares começaram a apertar. Segundo cartas do mês de Maio desse ano (91), parece que terá sido enviada a primeira frota do reino para a Sicília a fim de aí comprar trigo. O que não há dúvida é que esse movimento terá continuado, pois, numa carta do rei D. João de Aragão são referidas as depradações habituais dos portugueses na região (92). Tal rota parece ter-se mantido e ainda funcionaria em 1439. Num documento

de 21 de Junho faz-se menção a um Gil Esteves, o qual fora à Sicília "quando la foy o capitam afonso furtado com as gallees" (93).

A medida que, no século XIV, o comércio com Aragão se desenvolve e, com ele, a presença do reino no Mediterrâneo se torna mais evidente, também as trocas com Génova ganharão um novo impulso e oportunidades, em especial a partir do acordo de 12 de Maio de 1389 (94), em que D. João I renuncia ao corso contra essa cidade italiana. Assim, pelo menos logo em Outubro de 1398 já é assinalada a exportação para Génova de uma partida de 1958 moios de trigo, transportados em 4 naus (95).

Lembre-se que, no comércio com o Mediterrâneo central, Portugal não representava qualquer rivalidade perigosa para as cidades italianas. Além disso, à medida que foi alargando a sua influência na região, debatia-se com necessidades de financiamento que representavam a hipótese de bons negócios para as ricas casas comerciais italianas. Esta busca de capitais terá sido, pois, um dos grandes catalizadores da presença italiana em Portugal.

A outra faceta dessas trocas foi a forma como cresceu, a partir de 1370 e até 1421, o comércio genovês e veneziano entre o Levante e o Ocidente, dominado, a partir de 1402,

por Veneza, para voltar, até 1452, a uma fase caracterizada pela recessão (96). Nesta altura já se tinha incrementado a capacidade da marinha do reino (97) e os portugueses dispunham de uma forte presença no Mediterrâneo. Foi a oportunidade dos mercadores e proprietários de navios do reino para entrarem no negócio dos fretes, em especial para os genoveses (98). Estes ainda controlavam o preço dos fretes, por falta de produtos do reino para garantirem a totalidade da viagem. Uma ou outra remessa de trigo ou pescado eram uma excepção. Foi essa lacuna que o incentivo à produção e exportação dos couros e de açúcar pretendiam colmatar.

Tanto D. João I, como D. Duarte, como depois o regente D. Pedro perceberam as grandes vantagens que podiam tirar do comércio entre o Atlântico e o Mediterrâneo. Era este tipo de razões que levaram à proibição da venda de embarcações, consideradas doravante estratégicas (99) e a uma vigilância e fiscalização aturada da costa. Repare-se: pretendendo os Bretões deslocar-se a Portugal para fazer comércio, recebem, em 1 de Novembro de 1444, a respectiva autorização, válida por um ano, na condição de não ultrapassarem o cabo de S. Vicente (100). O mar e a linha de costa eram algo que tinham passado a ter um valor estratégico de carácter nacional.

A Senhoria de Génova, que em 1389 tinha imposto o acordo

com Portugal, em 2 de Agosto de 1440, escrevia ao rei lamentando um recontro havido com navios portugueses, considerando que tal acção fora um erro e era contrária à tradição e amizade entre a cidade e Portugal (101). O tratamento que o reino lhe merecia (102) era proporcional à importância que ganhara. Como os tempos tinham mudado !

NOTAS

(1) MACEDO, Jorge Borges de "História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força - Estudo de Geopolítica" IDN, Lisboa, 1987, pag. 15.

(2) BRANDÃO, Fr. Francisco "Monarquia Lusitana" Lisboa, 1980, Sexta Parte, pags. 38/45; PINA, Rui de "Coronica Del Rey Dom Diniz" in: "Crónicas" Porto, 1977, pags. 258/260.

(3) SANTARÉM, Visconde de "Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo" Paris, 1842, pags. 144/145. Só para o reinado de D. Dinis, este autor dá conta da ida de 6 embaixadas do reino a Aragão e a recepção de outras tantas de aragoneses.

(4) MARQUES, A. H. de Oliveira "Portugal na crise dos séculos XIV e XV" in: "Nova História de Portugal" dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques vol. IV, Lisboa, 1987, pags. 317 e segts.

(5) SERRÃO, Joaquim Veríssimo "História de Portugal" Lisboa, 3ª ed., 1979, "in fine", pags. 397 e segts.

(6) Pelo menos desde D. Dinis que a ligação ao Levante peninsular assume um carácter estratégico nas relações externas portuguesas. Com a contratação de Manuel Peçanha (DP, I, 37) e dos outros capitães genoveses iniciou-se uma época de reforço da presença lusa no Mediterrâneo Ocidental.

(7) Cap. I, nº 1, da 2ª Parte. Ver, no Anexo I, Quadro XXIV.

(8) MARQUES, Oliveira ob. cit., pag. 318.

(9) A.C.A., C.R.D., Pedro III, Caja 48, doc. nº 5986. Neste rascunho dirigido a esses "funcionários" dá ordens no sentido de serem assinados acordos "por las quales el dicto Rey e nos hayamos verdadera amistad en uno e que el aa nos ajude e nos a el por mar e por por [sic] terra contra'l Rey Don Pedro de Castella".

(10) A.C.A., C.R.D., Pedro III, Caja 48, doc. 5990: o rei de Aragão, em carta de 8 de Maio de 1359 que envia a seu irmão, o infante D. Fernando, acusa a recepção dos capitulos que este acordara com enviados do rei de Portugal, mas comunicando-lhe que já nomeara procuradores para tratar desse assunto. Preocupado com a intromissão do infante, o monarca aragonês escreve a Garcia de Loriz, que encarregara das negociações, enviando-lhe cópia dos capitulos já firmados e da sua posição relativamente a cada um deles.

(11) A.C.A., C.R.D., Pedro III, Caja 48, doc. 5993. No seguimento da carta de 8 de Maio, D. Pedro, em 14 do mesmo mês, dirige-se mais uma vez ao irmão, o infante D. Fernando, dando-lhe conta que recebera a sua carta acerca das pazes com Portugal e expondo-lhe, a esse propósito, as linhas gerais em que se deveriam apoiar as relações com Portugal. D. Pedro advertia o irmão que este não deveria hostilizar Portugal, como vinha dando provas, e lembrava que o principal inimigo de Aragão era Castela. Empeñar, para mais, uma parte da frota contra D. Pedro de Portugal era uma atitude que só desprotegia as costas catalãs.

(12) IDEM, Ibidem.

(13) IDEM, Ibidem. De facto, cópias da carta enviada ao irmão são remetidas para os Conselheiros de Valência, os Conselheiros Régios e o Camarlingo.

(14) LOPES, Fernão "Crónica de D. Pedro I" Porto/Barcelos, 1965, pag. 68.

(15) A.C.A., Canc. Real, nº 1214, fols. 36/36v: em 4 de Março de 1366, D. Pedro de Aragão constitui o cavaleiro Álvaro Peres de Castro seu procurador para tratar das pazes com Portugal "guardando la gran maldat del rei de Castella e la mala intencion que ha contra todos los reyes d'Espanya". Nesta mesma data entrega ao seu emissário as suas instruções (A.C.A., Canc. Real, nº 1214, fols. 32/34), as quais visavam o casamento da infanta D. Joana de Aragão com o herdeiro da Coroa de Portugal.

(16) Estas alterações bruscas dos equilíbrios peninsulares não eram novidade. Dado que Portugal assinara as pazes com Castela, o espírito da nova embaixada era diferente: os novos enviados, Gonçalo Coelho, mestre em Teologia, e Mosser Alfonso de Castell Nou, da casa do infante, deveriam saudar a aliança luso-castelhana e sugerir que a paz se deveria estender às relações entre Portugal e Aragão através do casamento de D. Joana e D. Fernando (A.C.A., Canc. Real, nº 1293, fols. 129/133v). Nestas novas instruções de Julho de 1366, o monarca aragonês sugere que se procure o apoio do infante português, pelo que os enviados devem actuar neste assunto "segons (que) la materia requerra".

(17) MARQUES, Oliveira ob. cit., pag. 318.

(18) O primeiro passo foi dado pelo acordo de 3 de Junho de 1367 entre o rei e a rainha de Aragão de um lado e a infanta D. Maria de Portugal do outro, segundo o qual esta cedia aos primeiros os direitos que possuía sobre o castelo, cidade e aldeias de Albaraya e vilas de Tamarit e Sente Esteve, que obtivera por dote, arras ou viuvez e que o monarca aragonês pretendia reaver (A.C.A., Canc. Real, nº 996, fols. 184/188v). Em 27 de Maio de 1373, o rei de aragão e sua mulher chegam a acordo com D. Maria acerca do pagamento dos direitos que ela possuía sobre as localidades antes mencionadas (A.C.A., Canc. Real, nº 1581, fols. 193v/143). Finalmente, em 22 de Novembro de 1378, foi constituído um censual a favor da infanta como compensação da devolução à Coroa desses direitos (A.C.A., Canc. Real, nº 1625, fols. 140 r/v).

(19) Por cartas de 21 de Maio e 2 de Junho de 1364, o rei de Aragão dirige à mulher, ao irmão e ao alcaide de Luna, admoestando este último por ter prendido a infanta e sequestrado os seus bens e jóias (A.C.A., Canc. Real, nº 1584, fol. 88). Anos mais tarde, em decisão de 21 de Abril de 1371, provavelmente por não querer garantir à infanta rendas compatíveis com a sua posição e por esta continuar a receber os direitos de que abdicara em 1367, o rei aragonês manda que se retirem a D. Maria as localidades fronteiriças que estavam sob a sua jurisdição (A.C.A., Canc. Real, nº 1350, fol. 59/62).

(20) MACEDO, Jorge Borges de ob. cit., pag. 13.

(21) São muito esses exemplos de embaixadas e relatórios das missões que no último quartel do século XIV tinham Portugal como objectivo: a 10 de Agosto de 1370, no seguimento do acordo entre o rei de Aragão e João Afonso, conde de Barcelos e procurador do rei de Portugal, sobre o auxílio militar a conceder a Portugal, o monarca aragonês nomeia embaixador para, em Portugal, receber a confirmação do tratado (A.C.A., Canc. Real, nº 1231, fols. 30/39, 40/44 e 46/48); em 1397 é pedida protecção para o enviado Pere de Cervello (A.C.A., Canc. Real, nº 2238, fol. 18v); em 1410 são dadas instruções aos

embaixadores Anthoni Polo, Peborde de Mur e Bertran de Tudela, enviados a D. João I, para tratarem do casamento de D. Duarte com D. Leonor de Urgel (A.C.A., Canc. Real, nº 2238, f. 133 r/v e 2252, fol. 119);

(22) Para as instruções desta embaixada: A.C.A., Canc. Real, nº 1231, fols. 49/53, com data de 12 e 20 de Agosto de 1370. O relatório da embaixada, escrito com algum detalhe, mereceria ser publicado, pois tem um especial interesse para a história do reino português (A.C.A., Canc. Real, C.R.D., Pedro III, Cx. 52, doc. nº 6412).

(23) Ver nota 7 deste capítulo.

(24) A.C.A., C.R.D., João I, Cx. 11, nº 1147). Cf. com o Cap. III, nº 2, da 2ª Parte.

(25) LOPEZ, Robert S. "Majorcens and Genoese on the North Sea Route in the Thirteenth Century" in: "Revue Belge de Philologie et d'Histoire" Tomo XXIX, nº 4, Bruxelas, 1951, pag. 1171.

(26) Com quase 40 anos de intervalo a actuação política dos maiorquinos era similar: em 1413, uma nau portuguesa que transportava peregrinos muçulmanos foi retida em Ibiza (MH, II, 19 e 20, pags. 64/66; em 1454, segundo um documento de 30 de Abril, pertencente a um processo de embargo contra duas embarcações lusas, só o recurso aos conselheiros de Barcelona resolveu a situação (A.H.C.B., Consellers, VII (Armadas i Port), 22, Pasta 6).

(27) A.C.A., Canc. Real, nº 2266, fol. 142/144.

(28) Neste caso, o facto de João Salvador ser português era irrelevante, pois deveria estar bem integrado na vida comercial maiorquina. Daí a reprovação régia e a invocação da legalidade do reino, baseada na opinião de afamados juristas: "Tum quare inferior legem superioris tollere seu mutare non potest; tum quare talia concedere guidatica, ad nos solum, vel nostrum carrissimum primogenitum in regnis et terris nostris gubernatorem generalem, et non ad alium, noscitur spectare; tum etiam ..." (DUFORO, Ch-Em. "Aspects internationaux de Majorque" in: "Mayurqa" XI (1974), pags. 47/49, doc. 8).

(29) SEVILLANO COLON, F. "De Venecia a Flandes" in: "Boletín de la Sociedad Arqueologica Luliana" tomo XXXIII, Palma, 1968, pags. 26/28.

(30) É esse, afinal, o tema da obra de Luis SUAREZ FERNANDEZ "Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Enrique" CSIC, Madrid, 1960.

(31) IDEM, Ibidem, pags. 21/25; MARQUES, Oliveira ob. cit., pags. 318, 326 e 535/536.

(32) ZURARA, Gomes Eanes "3ª Parte da Crónica de D. João I («Crónica da tomada de Ceuta por el Rei D. João I»)" Academia das Ciências de Lisboa, tomo II, Lisboa, 1972, pag. 106. O texto desta edição é, no mínimo, mais saboroso. Todavia, existe uma edição mais recente: IDEM, "Crónica da Tomada de Ceuta" introdução e notas de Reis Brasil, Mem Martins, 1992, pag. 133.

(33) "Et vicini de Viana non dent decimam regi nisi de rebus que uenerint de partibus francie et de terra sarracenorum..." (DP, I, 14).

(34) DP, Supl. I, 7.

- (35) Todavia, não lhe permitia levar do reino "armas ou pez ou remos ou madeira ou linho canave ou estopa ferro ou trigo ou cevada ou milho ou centeo ou farinha ou alguma outra legumbra" (DP, I, 68).
- (36) DP, Supl. I, 477. Acerca do papel reexportador de Portugal: CASTRO, Armando de "A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV" Porto, 1975, vol. 10, pag. 152.
- (37) A.N.T.T., Col. Especial, Cx. 32, nº 7; BNL, Res. - Fundo Geral, Mss 90, nº 6.
- (38) DP, I, 224. Acerca do comércio português no Mediterrâneo no século XIV, ainda hoje vale a pena ler o pequeno artigo de Luiz Teixeira de SAMPAYO "Antes de Ceuta" separ. do "Arquivo de História e Bibliografia" vol. I, Coimbra, 1923.
- (39) DUFOURCO, Ch-Em. "L'Espagne Catalane et le Maghrib aux XIIIe et XIVe siècles" Paris, 1966, pag. 88 e segts. Até do ponto de vista da Igreja não havia unanimidade sobre as posições a tomar face ao mundo do Islão. Acerca deste assunto: LAVAJO, Joaquim Chorão "Um confronto metodológico no diálogo islamo-cristão medieval. Raimundo Marti e Raimundo Lulo" Publ. Universidade de Évora, "Estudos Arabes", nº 2, Évora, 1983, separ. da "Revista de História das Ideias" vol. III, 1981.
- (40) Independentemente dos motivos da sua conquista pelos portugueses, Ceuta era uma cidade rica. Se a descrição da cidade de Mohamede ben ALCACINE pode ser considerada apologética ("Descrição de Ceuta Muçulmana no século XV" in: "Revista da Faculdade de Letras" tomo XIII, 2ª série, nº 1 (1947), Lisboa, apresentada por Joaquim Figanier), não há dúvida de que era um imponente centro exportador (DUFOURCO, Ch-Em. "L'Espagne Catalane ..." pag. 157).
- (41) ZURARA, Gomes Eanes "Crónica da Tomada de Ceuta" Mem Martins, 1992, caps. XCVII/C, pag. 277 e segts. São das páginas mais interessantes desta crónica, visto que nela já se desenha uma oposição a uma política "expansionista" (cf. com o último ponto do Cap. II desta 3ª Parte).
- (42) MACEDO, Jorge Borges de ob. cit., pag. 13.
- (43) NASCIMENTO, Aires Augusto "Livro de Arautos" Lisboa, 1977, pag. 324 e segts., acerca da discussão sobre a representação peninsular ao concílio de Constança.
- (44) ZURARA, G. E. ob. cit., pags. 263/264.
- (45) ARRIBAS PALAU, Mariano "Repercusión de la conquista portuguesa de Ceuta en Aragón" separ. de "Tamuda" Ano II, Tetuan, 1915, pag. 9 e segts.
- (46) Ver o 2º ponto do Cap. III da 2ª Parte e, no Anexo I, os Quadros XXIII a e b.
- (47) Esta tese explicaria, em parte, a incapacidade dos potentados do Norte de Africa para reaverem as praças que iam perdendo.
- (48) Estes documentos do A.R.V. encontram-se na série Bailia, sob o nº 1147 e dizem respeito ao fol. 210 e segts.
- (49) ZURARA, Gomes Eanes "Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes" Porto, 1988, pags. 106/111.
- (50) PILES ROS, Leopoldo "Apuntes para la Historia Económico-Social de Valencia durante el Siglo XV"

Valência, 1969, pag. 172.

(51) ARIÉ, Rachel "Espana Musulmana (siglos VIII-XV)" in: "Historia de Espana" dir. por Manuel Tunón de Lara, Barcelona, 1983, vol. III 40/41; VALDEÓN, Julio "Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV). León y Castilla" in: ob. cit. 3ª ed., 1982, vol. IV, 156 e segts. MARTÍN, José Luis "La Península en la Edad Media" Barcelona, 3ª ed., 1974, pags. 755/756.

(52) MARTÍN, José Luis Ibidem.

(53) Sobre escravos e navios: Cf. Caps. II, nº 1 e III da 1ª Parte.

(54) A.C.A., C.R.D., Afonso IV, Cx. 5, Doc. 584.

(55) "Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)" ed. diplomática de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Lisboa, 1982, pags. 61/63.

(56) RENOARD, Yves "Les principaux aspects économiques et sociaux de l'histoire des pays de la couronne d'Aragon au XIIIe, XIIIe et XIVe siècles" in: E.H.M. Paris, 1968, vol. II, pag. 1090. Em grande medida Ch-Em. DUFOURCO "L'Espagne catalane ..." comunga desta opinião.

(57) VILAR, Pierre "La Catalogne dans l'Espagne moderne - Recherches sur les fondements économiques des structures nationales" vol. I, Paris, 1962.

(58) VICENS VIVES, Jaime "Conyuntura económica y reformismo burgués" Barcelona, 1969, cit. in: RUIZ DOMÉNEC, J. E. "La crisis económica de la Corona de Aragón" in: "Cuadernos de Historia" (anexos de "Hispania"), nº 8, Madrid, 1977, pag. 75.

(59) CARRÈRE, Claude "Barcelone. Centre économique ..." Paris, 1977, cap. VIII, pags 662/665.

(60) DEL TREPPD, Mario "Els Mercaders Catalans i l'Expansió de la Corona Catalano-Aragonesa al segle XV" Barcelona, 1976, 589/590 e 593.

(61) IDEM, "Tra Genova e Catalogna. Considerazioni e Documenti (A chiusura del Congresso)" in: "Atti del 1º Congresso Storico Liguria-Catalogna" (1969), Burdighera, 1974, pags. 653/654.

(62) DOMÉNEC, J. E. ob. cit., pags. 71/177.

(63) SALRACH, José Maria "La Corona de Aragón" in: "Historia de Espana" dir. M. Tunón de Lara, pags. 307 e segts. Este autor faz recuar aos anos trinta do século XIV os primeiros sintomas de crise.

(64) RIERA I VIADER, Sebastia "L'Expansió comercial Catalana a la Baixa Edat Mitjana" separ. do vol. XXI dos "Cuadernos de Quaderns d'Historia Económica de Catalunya" (Outubro/1980) Barcelona, pags. 78/79.

(65) DP, I, 38 e Supl. I, 42.

(66) LOPES, Fernão "Crónica de Dom Fernando" Lisboa, 1975, pag. 6.

(67) DP, I, 165.

(68) SOUSA, Armindo de "As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)" INIC, Porto, 1990, vol. II pag. 234.

(69) DP, I, 176.

(70) Cap. I, nº 1 da 2ª Parte. Essa presença é confirmada por inúmeras fontes: BASTO, Artur Magalhães "Vereações. Anos 1390-1395." in: "Documentos e Memórias para a História do Porto" Porto, 1937, pags. 218/219; DP, Supl. I, 5. A esmagadora maioria dos documentos resumidos no Anexo IV apontam, aliás, nesse sentido.

(71) MH, I, 144, pags. 329/334.

(72) BASTO, A. Magalhães ob. cit., pag. 217.

(73) DP, Supl. I, 59.

(74) DP, Supl. I, 1171.

(75) HINOJOSA MONTALVO, J. "De Valencia a Portugal y Flandes. Relaciones durante la Edad Media" separ. de "Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval" Alicante, 1982, pag. 152.

(76) CABANES PECOURT, Maria Desamparados "Coses Vedades en 1381" València, 1971, assentos nº 35, 43, 44 e 569. No Anexo I, Quadro XVIII, mostram-se as compras de Bernat Gasch de Tolosa (nº 43) com destino a Portugal.

(77) HINOJOSA MONTALVO, J. "Coses Vedades en 1404" València, 1972: Anexo I, Quadros XIX, XX e XXII.

(78) "Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia" vol. I (Madrid, 1896), pag. 258 e vol. II (Madrid, 1899), pags. 255 e seqts.

(79) ZURARA, G. E. "Crónica da Tomada de Ceuta" Lisboa, 1992, pags. 263/265.

(80) DP, Supl. I, 180. Trata-se de uma carta de sentença num litígio que opunha o procurador do rei ao concelho de Lisboa, agravando-se este último dos direitos indevidamente cobrados pelo almoxarife e escrivão da portagem que só redundavam em benefício para estrangeiros contra os direitos dos vizinhos da cidade. Já nos capítulos gerais das Cortes de 1371 foram apresentados protestos semelhantes ("Cortes Portuguesas. D. Fernando I (1367-1383)" INIC, Lisboa, 1990, pags. 51/52) e também se fizeram sentir vozes que contestavam o direito da própria nobreza se envolver no comércio (Ibidem, pag. 21).

(81) RAU, Virginia "Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato" separ. de "Estudos Italianos em Portugal" nº 21-22, 1962-1963, pags. 4/5 e 8/9 (ver o nº 1, do Cap. I, da 1ª Parte).

(82) PEGOLLOTTI, Francesco Balducci "La Pratica della Mercatura" ed. Allan Evans, Cambridge/Massachusetts, 1936, pags. 272: "Cafisso I di grano alla misura di Sobilia fa a Lisbona 50 alchiere".

(83) DAMAS, Maria Judite "Italianos em Portugal" Tese de Licenciatura da Fac. Letras de Lisboa (Poli-copiado); ROSARIO, Morais do "Genoveses na História de Portugal" Lisboa, 1977; PERAGALLO, Prospero "Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV, XVI" Génova, 1907.

(84) São fundamentalmente prazentins os que estão presentes nas fontes mais recuadas do século XIV: DP, I, 57, doc. de 8 de Abril de 1338 e "Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)" INIC, Lisboa, 1984, nº 36, pag. 13 e nº 786, pags. 352/353.

(85) MELIS, Federigo "Aspetti della vita economica medievale (Studi nell'Archivio Datini di Prato)" Siena, 1962, vol. I, pags. 96. O mesmo se passava com a casa Medici e sua organização (ROOVER, Raymond de "Lorenzo il Magnifico e il Banco de' Medici" in: "Archivio Storico Italiano" ano 107 (1948/49), Florença, 1950.

(86) ALBUQUERQUE, Luís de "Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses" Lisboa, 3ª ed., 1983, pag. 24. O autor baseia esta sua tese na referida carta de privilégio de 8 de Abril de 1338 (DP, I, 57), o que não deixa de ser uma ténue prova.

(87) CANESTRINI, Giuseppe "Intorno alle Relazioni Commerciali de' Fiorentini co'Portoghesi avanti e dopo la Scoperta del capo di Buona Speranza. Memoria" in: "Archivio Storico Italiano" tomo III, apêndice ao nº 13, Florença, 1840, pags. 98/100.

(88) IDEM, Ibidem.

(89) Cf. primeiro ponto do Cap. I da 1ª Parte.

(90) é um bom exemplo o estudo de Virgínia RAU sobre uma conhecida família genovesa: "Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini" Lisboa, 1956, separ. da "Revista da Faculdade de Letras" de Lisboa (tomo XXII, 2ª série, nº 2, 1956). Com muito interesse: BYRNE, Eugene H. "Genoese Shipping in the Twelfth and Thirteenth Centuries" Cambridge/Mas., 1930.

(91) A.C.A., C.R.D., Afonso III, Cx. 22, nº 2630, fol. 1/7. Sob esta cota encontram-se 2 cartas: uma, com data de 2 de Maio de 1334 é da autoria do Alcaide, Juizes e Homens Bons da cidade de Lisboa e é dirigida ao rei de Aragão; a segunda, de 8 de Maio e com o mesmo destinatário, foi escrita a mandado do monarca português. Ai refere-se como novidade a deliberação do município no sentido de importar trigo da Sicília, protestando-se contra o facto dos 6 navios terem sido capturados por catalães. Uma parte da carta já fora referida por via indirecta: MUTGÉ, J. "Alfonso III el Benigno y el «Consell de Cent» de Barcelona" Tese de Licenciatura, Universidade de Barcelona, 1964, cit. in: RIERA Y VIADER, "El proveiment de cereals a la ciutat de Barcelona durant el «mal any primer» (1333): la intervenció del Consell de Cent i de la Corona" in: "Actes del II Congrés d'Història Urbana del Pla de Barcelona" (5/7 de Dezembro de 1985), Barcelona. [Agradeço ao Dr. Josep Mohedano Barceló ter-me facultado cópia desta comunicação].

(92) A.C.A., C.R.D., João I, Cx. 11, nº 1147.

(93) DP, Supl. I, 886.

(94) A.S.G., Archivio Segretto, nº 2729, doc. 30.

(95) DP, Supl. I, 196.

(96) ASHTOR, Eliyahu "Levant Trade in the Later Middle Ages" Princeton, New Jersey, 1983, Cap. III.

(97) Ver Cap. III da 1ª Parte.

(98) No cap. III nº 1 da 2ª Parte ("Fretes") procurou-se acompanhar de perto este processo, dando vários exemplos da actividade fretadora dos portugueses ao serviço das genoveses.

(99) Um exemplo: Em meados do século XV, Afonso Fernandes e seus sócios trocaram uma caravela de sua propriedade, por uma pequena naveta. Pois, por carta de 16 de Dezembro de 1454, a naveta foi confiscada, bem como todos os bens dos intervenientes do reino por violarem a legislação do reino (DP, I, 410).

(100) MH, VIII, 147, pags. 233/234.

(101) MH, VII, 96, pags. 150/151.

(102) Alguns exemplos: em 8 de Janeiro de 1437, o Doge de Génova solicita ao rei e a D. Henrique um salvo-conduto para Franco Maraboto regressar a Portugal (MH, VI, 3, pags. 8/9); em 2 de Agosto de 1440, a Senhoria de Génova lamenta as escaramuças havidas com os portugueses, as quais eram contrárias à tradição de grande amizade com Portugal (MH, VII, 96, pags. 150/151). Ver ainda: MH, VII, 211, pags. 303/304 e X, 103, pag. 164.

CAPÍTULO II

NOVOS PROBLEMAS, NOVAS OPÇÕES

1. Comércio externo e conjuntura

a) A variação das fontes de rendimento da economia portuguesa e o comércio mediterrânico

As embarcações portuguesas que nos finais do século XIV chegavam ao Levante peninsular para vender pescado, já se tinham transformado, por volta de 1430, em frotas regulares que, anualmente, aportavam aos portos catalães e valencianos (1). Em 1395, por exemplo, temos conhecimento da chegada a Barcelona de dois navios lusitanos com pescado: um transportou em Janeiro desse ano 218 "cofinarum et medii de sardina salata" (2) e o segundo, chegado em Fevereiro, levou de Viana "piscibus salsorum" (3).

No início, a quota disponível para as importações, de peixe, só para a cidade de Barcelona, rondaria as 30 toneladas/ano, como já se explicou noutro lugar (4). Incluindo os outros portos, como Valência, e mesmo as regiões do interior, pode-se afirmar com segurança que os mercadores do reino e castelhanos tinham um largo mercado de várias

centenas de toneladas a partilhar.

E fizeram-no. Não eram raras as queixas dos mercadores catalães, leia-se barcelonenses, contra o facto dos portugueses e castelhanos, após a venda do seu peixe, se recusarem muitas vezes a levar produtos locais, sacando pura e simplesmente o ouro (5). Se foi possível, a partir de 1435, obrigar os galegos a gastar em compras na cidade a metade dos lucros obtidos (6), o tipo de relações luso-aragonesas dificultava este género de medidas, consideradas mais ou menos hostis.

O que valeria este comércio que, ao contrário do que defende Claude Carrère (7), era regular e constante ? Sabe-se que na segunda metade do século XIV, na Catalunha, como noutros estados (8), o preço dos produtos alimentares estava em franca subida. Em 1404, em Barcelona, o preço de cada barril de atum tratado, em sal ou seco, já tinha alcançado as 7,8 libras, ou seja, cerca de 14 florins de ouro (9). Relembre-se que João Afonso da Silveira, procurador do Arcebispo de Lisboa, em 1433, vendeu em Barcelona uma única partida de pescado por 490 libras e 17 soldos em moeda desta cidade (10). Em unidade de conta nacional chegaria à bela soma de 71.418 reais brancos (11)!

Além da costa levantina, o pescado português chegava ainda

aos mercados italianos. Eis um exemplo: em 24 de Abril de 1425, o corretor de ouro de Barcelona é autorizado a deslocar-se a Pisa, para descarregar 60 "panes picis", que um tal Estevão de Évora trouxera à cidade condal (12).

Juntamente com o peixe, os couros ganharam rapidamente também um lugar de relevo no quadro exportador do reino, embora, como antes se referiu, em grande parte controlado pelos italianos embora seja ainda difícil avaliar o volume desse mercado. Mas será com a tomada de Ceuta que Portugal dará os primeiros passos no sentido de modificar as fontes tradicionais das mercadorias que, regularmente, exportava. A partir de 1415 o reino faz a sua entrada como fornecedor do mercado de escravos, movimento que se acelerará a partir de 1434 com as navegações ao longo da costa Ocidental africana, num negócio que ultrapassará os 5 milhões de reais brancos por ano (13). Os proventos destas expedições africanas não se limitariam só aos escravos e, em meados do século XV, já eram tão rentáveis que italianos como Ca da Mosto, apesar dos proventos do comércio com o Norte, passaram a participar nessas viagens. Será por essa altura que Portugal reforçará ainda mais as suas potencialidades exportadoras a partir da Madeira, primeiro com o trigo e depois com o açúcar da sua ilha atlântica (14).

Todo este afazeres comercial vivia a par de uma moeda nacional

desvalorizada e de uma economia carente de metais preciosos. Esta desvalorização acelerou, como se sabe, nos finais do século XIV: em 1346, um florim de Aragão valeria 4 libras portuguesas (15), mas, em 1355, esse mesmo florim já só comprava 3 libras da unidade de conta portuguesa (16). Porém, em 1416, o florim aragonês estava cotado a 270 libras, apesar do contínuo reajuste do valor da libra (17) ! Note-se que para os exportadores, por razões óbvias, uma moeda desvalorizada não era prejudicial, pela competitividade que introduzia na sua actividade.

Mais sentida era a falta de ouro e de metais preciosos em geral, agravada por algumas políticas de alianças seguidas por D. Fernando. Deste ponto de vista foi desastroso o envio para Aragão de uma enorme quantidade de ouro, com o objectivo de se comprarem aí alguns produtos e pagar, durante 6 meses, as 1.500 lanças aragonesas para sustentarem a guerra contra Castela, segundo fora acordado com D. Pedro de Aragão (18). Podemos mesmo seguir o caminho de parte desse ouro, enviado a Barcelona, e que nos anos de 1370 e 1371 deu entrada na Zeca de Barcelona (19).

Dos 3900 marcos enviados em dobras portuguesas e dos 100 em moeda estrangeira, quase todos confiscados, deram entrada na Zeca do ouro, durante esses dois anos, cerca de 1500 marcos (20). As moedas teriam sido transportadas em sacas

devidamente marcadas e o escrivão ia anotando o peso das moedas que cada um continha, o peso do metal precioso de cada partida e o valor deste ouro em função do seu preço corrente (Fig. 46). Em relação a estas entradas de 1370 e 1371, pode-se verificar que elas se aproximam dos 90.000 florins que fora combinado pagar às tropas que Aragão se propusera levantar:

Ano	Quantidades					Valor		
	Marcos	Oncas	Din.	Grãos	Quart.	Libras	Soldos	Dinheiros
1370	755	4	0	9	2	36543	14	9
1371	696	4	3	8	2	33686	19	2
TOTAL	1452	0	3	18	0	70230	13	11

(Fonte: ACA, *Maestre Racional*, nº 1974)

Fig. 46 - Ouro português entrado na Zeca de Barcelona em 1370 e 1371. Existe ainda um recibo isolado de entrada de 5.000 florins em dobras "mejores", no valor de 221 libras, 4 soldos e 5 dinheiros.

Esta Fig. 46 merece alguns comentários. Como nestes anos o marco em vigor tinha 267,3333 gramas de peso (21), e segundo as equivalências propostas por Gual Camarena (22), as entradas na Zeca, em unidades métricas actuais, terão sido as seguintes:

1370 - 201.970,85 gramas

1371 - 186.202,31 gramas

Um ponto interessante: duas das entradas de 1371 referem-se a dobras "mejores", as maiores, certamente as pé terra, e as de "forma menor", seguramente as gentis. Destas últimas entraram 14.000 que pesavam 179 marcos, 3 onças e 6 dinheiros, o que daria a cada uma o peso médio de 3,425 gramas. Das pé terra, uma partida de 10.000 atingiu o peso de 218 marcos, 1 onça e 3 dinheiros, o que quer dizer que o peso médio de cada era cerca de 5,8 gramas (23).

Para se ter uma noção do valor dos 75.230 florins a que se refere a Fig 46 e do choque financeiro que então deve ter representado, retomem-se as equivalências de 1355: 1 florim = 3 libras portuguesas. Como em 1372 se admitia oficialmente o aumento do marco da prata em 300 % (24), o florim, moeda mais estável, deveria chegar, no mínimo, às 9 libras. No total, estes florins, referentes sómente a 1500 marcos, significariam, pelo menos, qualquer coisa como 677.000 libras de Portugal. Para a totalidade dos 4.000 marcos levados a Aragão, a soma total deveria aproximar-se do incrível valor de 1.800.000 libras ! Se aceitarmos que nos finais do reinado de D. Pedro estavam na Torre do Haver do castelo de Lisboa cerca de 10 milhões de libras (25), esta sangria de

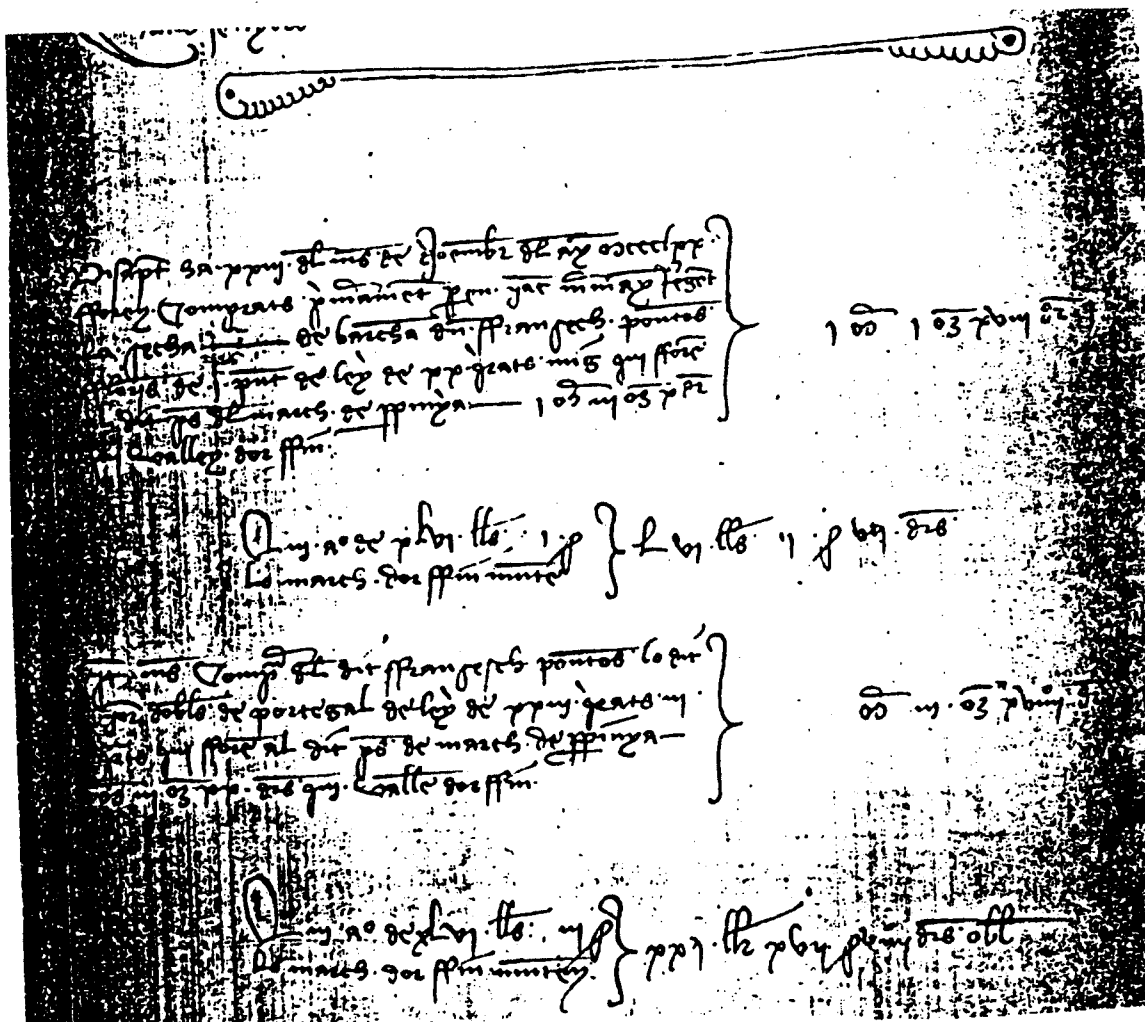


Fig. 47 - Reprodução de um assento de 1370, correspondente à entrada da primeira moeda portuguesa, neste caso dobras, na "secha de Barcelona.

(Fonte: ACA, Maestre Racional, nº 1974)

1370 atingiria quase 20 % das reservas do reino !

A partir daqui a preocupação pela falta de metais preciosos foi uma constante (26). Por isso, também não admira que o recurso ao corso, como uma forma de obter proventos adicionais, tornar-se-á uma constante, com tendência a aumentar (27). Neste aspecto, a conquista de Ceuta e a acção desenvolvida durante o primeiro governo da cidade será elucidativa (28). Um bom termo de comparação foi fornecido por Luís Adão da Fonseca quando mostrou que, durante o governo do Condestável D. Pedro em Aragão, entre 1464 e 1466, os ingressos de uma só viagem de corso eram o equivalente a um mês de rendas cobradas, em média, por um dos seus tesoureiros (29).

Em resumo, as fontes de rendimentos do comércio externo do reino, ao menos depois do começo das navegações ao longo da costa africana, dividiam-se por 3 regiões: o Norte da Europa, para onde se dirigia o sal, vinhos, frutos e os produtos meridionais produzidos em Portugal, a região mediterrânica, onde se fazia um corso compensador, em que o pescado, os couros, os escravos e depois o açúcar se apresentavam como as principais exportações portuguesas, e o Atlântico Sul, onde se capturavam os escravos, se obtinha alguma especiaria, óleos de origem animal e, acima de tudo, se procurava o ouro, o qual não é seguro que se conseguiria

obter no comércio com o Norte de África.

é aqui, perante este quadro, que se pode colocar a seguinte questão: apesar do aumento da capacidade transportadora nacional, dispondo de uma pequena população e sendo um estado com poucos recursos próprios, estaria o reino em condições de manter uma presença importante nas 3 rotas antes mencionadas? Disporia de capacidade para arranjar tripulações para os navios que deitava ao mar? Conseguiria mobilizar "tropas" para proteger a costa, os navios e as rotas? Haveria capitais e até mercadores suficientes no reino para investir em todos esses quadrantes e resistirem à concorrência que outros estados lhe moviam?

b) A evolução da balança comercial portuguesa com o Mediterrâneo

Não é uma simples curiosidade académica saber se, em determinado momento, um estado vende mais mercadorias para o exterior do que aquelas que compra. Como as importações têm que ser pagas, coloca-se sempre, mesmo na época medieval, o problema de saber como se financia uma balança comercial deficitária. Isto implica, claro, que primeiro se determine as características da balança comercial do estado em causa.

Ora, como é do conhecimento geral, a falta de elementos, nomeadamente para os séculos XIV e XV e em especial para Portugal, é evidente. Por isso, há que recorrer a indicadores que, com segurança, permitam conclusões úteis. Raymond de Roover, por exemplo, ao estudar o comércio, no século XV, entre os Países Baixos e a Itália, observou como a balança comercial entre as duas regiões se foi deteriorando a favor das cidades do Sul, pois, os consumidores italianos, particularmente genoveses e venezianos, foram-se virando para os têxteis ingleses. Perante tal situação, os flamengos, como em relação à Catalunha eram superavitários nas trocas, dado que os mercadores de Barcelona continuavam a comprar à Flandres muito mais do que conseguiam vender, começaram a fazer os seus pagamentos a Génova e a Veneza através das suas sucursais catalãs, para o que mobilizavam parte dos capitais aí disponíveis (30).

Para poder chegar a estas conclusões Roover foi buscar ao mercantilista Sir Josiah Child os elementos básicos de análise (31). Estes poderiam ser consubstanciados em 3 grandes temas: havia que observar as oscilações cambiais entre as regiões, o sentido das grandes correntes de tráfego e aquilo que ele chamava os movimentos de fundo, como eram as tendências da procura.

A aceitação duma tese destas, só por si, já seria interes-

sante para Portugal. É que se era nas frotas italianas em que se transportava o grosso do comércio que corria do Mediterrâneo ao Atlântico, a preferência dos consumidores do Sul se foi virando para os tecidos ingleses, facto confirmado pelo conhecimento das cargas de retorno, resta saber quem distribuiria na península Ibérica os panos flamengos. Os portugueses? Ou seria ainda uma parte da frota italiana que se encarregava dessa função, como o parecem atestar os navios genoveses capturados pelos portugueses e cuja querela só acabou em 1389 (32)?

Dois anos depois de Roover ter publicado as suas conclusões, um autor britânico, W. B. Watson, vem a público criticar o modelo usado, tentando demonstrar como ele encaminha o utilizador a conclusões erradas (33). Posteriormente, Yves Renouard, ao comentar os problemas do comércio e do dinheiro na época medieval, defende a validade das teses de Roover (34).

É verdade que as observações feitas por Renouard dirigem-se especificamente à compreensão dos mecanismos que então determinavam as oscilações cambiais, os quais considerava, em qualquer caso, dependentes das flutuações das balanças de pagamentos entre duas regiões (35).

Foi este o caminho seguido por Peter Spufford na sua monu-

mental obra sobre o dinheiro e a moeda medieval (36). Depois de realçar a forma como se fixava o valor dos metais preciosos em cada região, demonstrou como havia uma ligação muito estreita entre a relação de valor entre os dois metais e as balanças comerciais e de pagamentos. No caso do Egipto e de Veneza, nos séculos XIV e XV, que mantinham entre si fortes relações comerciais, foi possível mesmo determinar a lógica dos fluxos de ouro e prata por um longo período (37).

Mais recentemente, Mario del Treppo, dispondo de séries contínuas sobre a alfândega genovesa (38) para os finais do século XIV, mostrou como a balança comercial entre Génova e Barcelona seria favorável a esta última (39). Esta conclusão só foi aceite depois de conferir vários dados que apontavam na mesma direcção: número e tonelagem típica dos navios que aportavam a Génova, volumes conhecidos de trocas, etc.

*

*

*

Todas estas considerações têm como objectivo o de saber se

é possível responder à seguinte questão: como terá evoluído a balança comercial de Portugal, ao menos com a região do Mediterrâneo? Com os elementos disponíveis é viável, ao menos, perceber algumas linhas de força dessa evolução? Um dos poucos autores que colocou este problema, Vitorino Magalhães Godinho, sugeriu que o facto de, em Portugal, entre 1280 e 1350, proliferarem muitas espécies monetárias estrangeiras em ouro, que não de bilhão, seria ao menos um sintoma do saldo da balança de mercadorias e do desenvolvimento das exportações do reino (40).

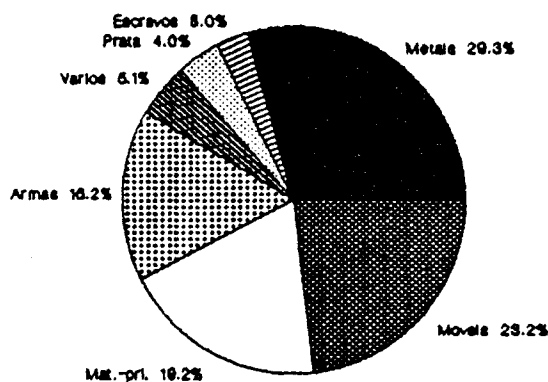
Note-se desde já que a proliferação de moeda de ouro estrangeira foi sempre uma constante em Portugal (41), pois era um refúgio seguro para a poupança, escapando assim às sucessivas manipulações das espécies amoedadas. Por isso, ao longo dos reinados de D. Fernando e D. João I, época de forte desvalorização monetária, não era raro muitos contratos preverem o pagamento em moeda estrangeira forte, ou tendo esta como valor referencial (42).

Seguindo então os critérios de Hoover e, para o caso de Valência, para onde existem elementos mais sistemáticos, as potencialidades do estudo de Del Treppo, observem-se primeiro as grandes correntes de tráfego entre Portugal e o Mediterrâneo. Já se disse (43): contra o pescado, escravos e couros, do Levante peninsular e da Itália, Portugal

importava tecidos, produtos manufacturados, matérias-primas (alcatrão, pez, metais, etc.), armas, especiarias e muitas vezes alimentos básicos, nomeadamente cereais, em concorrência com as compras realizadas na Flandres. Estes dados são confirmados pelos elementos do comércio com Valência.

No ano de 1404, ainda Portugal era comprador de escravos, as importações de mercadorias sujeitas a imposto de "coses vedades" apresentava a repartição que mostra a Fig. 48 (44). Eram, pode dizer-

se, produtos indispensáveis para o funcionamento da economia do próprio reino. 1404 não é um caso excepcional, pois os dados relativos a outros anos apontam no mesmo sentido (45). E, lembre-se não vão aqui incluídas as mercadorias que por terra chegavam a Portugal (tecidos, instrumentos e utensílios vários, facas, pentes, etc.). Se, à primeira vista, esta troca parece deficitária para o reino português, é bom lembrar que a maior parte do comércio marítimo Quatrocentista seria feito em embarcações portuguesas e uma



(Fonte: J. Hinojosa "De Valência...")

Fig. 48 - Comércio Valência/Portugal: as importações de 1404, segundo os assentos "coses vedades".

parte dele directamente comprado por mercadores do reino. Além disso, é evidente que, em termos globais de trocas com o exterior, a partir de 1415, o negócio dos escravos não só aliviou a necessidade de compras no exterior, como se tornou mais uma fonte de rendimentos. Por outras palavras, independentemente de saber quem lucrava com esse comércio, diminuía-se a saída de metais preciosos e moeda forte do país.

Com a Itália a troca de mercadorias parece indicar uma evolução diferente, quanto mais não seja porque, regularmente, a necessidade de cereais obrigava a compras na Sicília. Do mesmo modo, os mais ricos tecidos compravam-se nas cidades italianas e deles o reino fazia largo consumo (46). Também em muitas dessas cidades se adquiriam vários produtos manufacturados (47), embora, tudo o parece indicar, esse movimento fosse ainda pequeno nos primeiros anos do século XV. Por seu turno a entrada de Portugal no comércio do açúcar terá ajudado a aliviar, momentaneamente, as contas externas com as mais importantes metrópoles (48).

É provável que com os reinos berberes norte-africanos a situação fosse diferente. Uma parte da fruta algarvia, nos séculos XIV e XV, era comprada, contra ouro, por gentes de Tunes (49). Em 24 de Março de 1414, D. João I proibia, sob pena de confisco e morte, a exportação para terra de mouros

de pão, castanhas, avelãs, nozes, aço, ferro e armas (50). Em meados desse século, nos começos do ano de 1455, o monarca ainda concedia licenças para levar ferro e armas (!) para Anafé, Salé e Safim a troco de cereais (51). Nesta altura o comércio era suficientemente importante para o rei ter criado um novo imposto, o qual, aliás, encarecia e prejudicava esse comércio: por cada tonelada de mercadoria pagava-se 2 soldos da moeda antiga (52).

Em compensação as compras nessas regiões seriam mais limitadas e a política agressiva portuguesa restringiu sempre as trocas pacíficas: trigo em anos de carência, como já se disse, cobre que, segundo a informação de 1436 do vedor João Afonso e do armeiro João Anes, era habitual vir então da Berberia (53) e, mais tarde, de Tlemcen, panos grosseiros com que se negociava na costa africana (54). Este tráfego era muitas vezes intermediado por italianos (55), mas também os próprios navios nacionais, nas épocas de maior contenção bélica, o promoviam (56).

Sugeriu Vitorino Magalhães Godinho que uma parte desse comércio, de tão próspero, teria sido um dos responsáveis pela obtenção do ouro com que se alimentava, nos primeiros momentos, a oficina monetária que funcionou em Ceuta e cresceu com a chegada do ouro africano (57). Se quanto ao ouro de África podem não existir grandes dúvidas, parece

mais lógico admitir perante o que já se referiu que, mais do que o comércio, a frenética actividade corsária justificava o seu funcionamento (58).

Os movimentos de fundo e tendenciais, por seu turno, para onde apontam ? Repare-se o caso do ouro africano. Só por si as grandes dificuldades na obtenção de metais preciosos eram um sintoma de dificuldades financeiras. No mesmo sentido apontam a progressiva entrada das casas financeiras italianas em Portugal, com as quais se ligavam os judeus mais ricos do país e que deles passavam a depender (59), e o seu progressivo domínio sobre partes importantes do comércio externo português. A partir de meados do século já estão a operar no reino representantes das maiores casas comerciais italianas (60). Curiosamente, é só com Aragão que os dados de fundo vão num sentido favorável diferente: domínio do comércio do pescado, tentativas catalãs para obrigar os mercadores de pescado a investirem localmente uma parte dos seus lucros e ligeira diminuição, em meados do século XV, das compras portuguesas em Valência (61).

A análise dos movimentos cambiais ajudará a esclarecer e dar sentido a essa evolução. Vejamos primeiro o que aconteceu em relação à moeda aragonesa, o florim, moeda que gozou de alguma estabilidade no século XV (62). Em 1416 estava cotado a 270 libras (63). Como se tratam de libras de 3

reais e meio (64), o preço do florim rondaria os 77 reais brancos. Em 1428, esta moeda já valia 80 reais, sempre dos brancos (65). Após esta pequena descida, o real foi-se valorizando frente ao florim e, na reforma de 1436, foi aceite uma valorização da espécie nacional face à catalã em cerca de 12,5 %: cada florim passou a valer 70 reais (66).

Se tomarmos as relações de valor entre os metais preciosos

	Relação Ouro/Prata			
	Portugal	Valência	Aragão	Veneza
1372/3	1:10			
1374			1:9,9	
1383/1385	1:8,4 (1383)			1:10,7 (1382)
1393/1406		1:9,06		1:11,3 (1399)
1407		1:8,86		
1408/1425	1:10 (1423)	1:8,61	1:8,7	1:11,2 (1408)
1426/1448	1:10 (1436)	1:9,94	1:10,5	1:12,5 (1417)
1449/1472	1:8,2 (1451)	1:10		1:10,6 (1429)
	1:10 (1460)			

Fontes: A. H. MARQUES "A moeda portuguesa...", M. J. F. TAVARES "Estudos...", V. M. GODINHO "Os descobrimentos..." I, E. HAMILTON "Money, Prices and Wages...", P. SPUFFORD "Dinero y moneda..." e Ch-Em DUFOLRB e J. DALCHÉ "L'Espagne...".

Fig. 49 - Comparação da evolução da relação entre o ouro e a prata em algumas praças do Mediterrâneo (1372-1472).

em Barcelona e Valência, nos séculos XIV e XV, e os compararmos com os portugueses (Fig. 49) o resultado parece ser semelhante. Nos anos que vão de 1408 até 1425, seguindo o método de Peter Spufford (67), os fluxos lógicos de metal seriam os de prata em direcção aos domínios

aragoneses. De 1426 a 1448, período em que Portugal procede à sua reforma monetária, esses fluxos, indicam algum equilíbrio nas trocas comerciais, pelo que as correntes de

metal precioso se dirigem indistintamente nas duas direcções. Depois de meados do século XV, as dificuldades na obtenção de metais preciosos da coroa de Aragão passaram a ser enormes, assistindo-se mesmo ao encerramento da Zeca de Barcelona (68). A valorização do ouro facilitou a drenagem da moeda de ouro de Aragão em direcção a Portugal que, em 1451, viu até desvalorizar o valor do ouro em confronto com o da prata (Fig. 49). Um indício interessante refere-se ainda aos famosos assentos de "coses vedades": porque a prata era ligeiramente mais barata em Valência do que em Portugal, nos inícios do Quatrocentos, os mercadores do reino compravam, na medida em que podiam prata, ou objecto em prata, para trazer para o reino, onde certamente obteriam melhor preço (69).

Em relação às moedas mouriscas e das cidades italianas com as quais Portugal mantinha relações comerciais mais importantes, os dados disponíveis são esparços: na tabela de 1416, o ducado e o florim de Florença valeria 400 libras e a dobra mourisca, que ganhara em relação à libra portuguesa 10 % entre 1405 e 1415, sofrera, em 1416, uma forte desvalorização, pois passou a ser cotada em 80 ou 90 reais brancos (70).

Com as cidades italianas as possibilidades de controlar o sentido dos fluxos de metais preciosos são mais difíceis.

Um elemento de referência pode ser dado através dos dados venezianos, pois em termos gerais, também, por exemplo, na cidade de Génova, de 1433 a 1480, a relação entre os dois metais variará entre 10,5 e 12,5 (71). Assim, apesar da aproximação dos valores dos dois metais o sentido dos fluxos obrigaria à deslocação do ouro em direcção à maior parte dessas cidades (Fig. 49).

Em resumo poder-se-ia afirmar o seguinte em relação à evolução da balança comercial com as três acima avaliadas:

- Com os domínios costeiros aragoneses:

As trocas comerciais foram bastante desfavoráveis a Portugal até à altura da tomada de Ceuta, em que, por um lado a captura de escravos e, por outro, as exportações de pescado tenderam a equilibrar a situação.

Posteriormente a política de transportes, as actividades de corso e o aproveitamento das dificuldades internas aragonesas terá permitido que o reino obtivesse algumas vantagens nas transacções globais com o reino de Aragão, que não exclusivamente na balança comercial.

- Com as cidades italianas, como Génova e Florença:

Desprovido, até meados do século XV, de produtos que pudessem seguramente vender nos mercados italianos, o que só

acontecerá com o açúcar, e obrigado a comprar aí muitos dos produtos que necessitava, Portugal tinha nítida desvantagem nas trocas comerciais, situação agravada pela dependência financeira que se foi fazendo sentir à medida que se desenvolveu o comércio externo nacional.

Estas desvantagens compensava-as o reino com o ouro que começou a obter das costas africanas e com os lucros que auferia do corso. Em meados dessa centúria, conseguiu recuperar algum terreno com o desenvolvimento, como o mostra Jacques Heers (72), de uma política de transporte muito activa, apoiada e garantida pelos fretes das remessas do açúcar madeirense para o Mediterrâneo.

- Com as regiões sob domínio islâmico:

Com qualquer das regiões submetidas ao poder do Islão, pelo que já se avançou, parece que Portugal teria algumas vantagens nas trocas comerciais, situação agravada com o facto de ser para aí que o reino concentrava os seus esforços no sentido de desenvolver uma política de corso altamente lucrativa.

2. As novas opções

a) A transformação do ambiente político e o comércio externo português em meados do séc. XV

Quando depois da morte de D. Duarte, o infante D. Pedro assumiu, com o apoio da população de Lisboa, a regência do reino, ficou consolidada a ligação ao Mediterrâneo. Como escrevia Jorge Borges de Macedo o novo regente era a cabeça dessa corrente que defendia que, para Portugal, o essencial era a ligação ao Mar do Norte, Borgonha e Inglaterra e à região do Mediterrâneo (73). Convém aqui lembrar que o trajecto pessoal deste infante o fez envolver-se activamente na política do Sul da Europa, pois, como é sabido, chegou a ser nomeado para governar a marca de Treviso, com o que criou dificuldades nas relações entre Portugal e Veneza (74).

Note-se, entretanto, que fora D. João I quem lançara as bases desta política de alianças, embora, simultaneamente, este monarca tenha sido até ao fim da sua vida um dos principais paladinos da expansão para o mundo africano, como à frente se mostrará.

Era um pouco neste sentido que se definiam as posições de

outro filho do rei da Boa Memória. Seguindo a lógica da conquista de Ceuta e com mais vigor desde 1434, o infante D. Henrique vinha a abrir caminho a uma alternativa diferente, que tinha no domínio de uma área africana a sua pedra angular (75). Esta corrente, para mais, explorava uma antiga linha de força da política externa portuguesa, que era a de que a autonomia na Península Ibérica se ganhava também através de uma influência específica na luta contra os mouros (76).

Estas grandes opções estratégicas obrigavam na prática das relações diplomáticas a alguns ajustes e adaptações. Assim, D. Afonso V, por razões que Luís Adão da Fonseca (77) esclareceu, viu-se obrigado nos primeiros anos do seu reinado a permanecer neutral nas questões internas de Castela, depois a apoiar o monarca e, por fim, a fazer uma aliança formal, entre 1456 e 1465 (78). Foi só quando conseguiu esta aliança que incrementou os contactos com Aragão que desembocaram no auxílio ao Condestável D. Pedro para se tornar rei de Aragão, em 1464. Durante estes anos, o monarca português conseguiu prosseguir uma política externa que representava uma terceira alternativa àquelas que os seus dois tios representavam: tentará ligar a influência que foi ganhando no Levante Peninsular com a consolidação da aliança com a Borgonha (79), não descurando ainda as

expedições africanas.

Não parecia viável a continuação de políticas tão contraditórias, pelo que foi visível, para o final do reinado do Africano, a vitória das teses de D. Henrique. As razões do rompimento deste equilíbrio são bastante complexas. Importa não esquecer que o mundo mediterrânico, até aí dominado pelos cristãos, se sentia altamente ameaçado em que a recente queda de Constantinopla tinha sido o momento mais inquietante. A ameaça turca levou a uma troca de correspondência entre as várias chancelarias no sentido de criarem armadas para salvarem essas terras (80). Todavia, as tentativas para libertar a cidade fundada por Constantino, nomeadamente as expedições promovidas pela Borgonha e apoiadas por Portugal, tinham redundado num enorme fracasso (81).

Finalmente, o falhanço da experiência do "rei intruso" de Aragão atingiu profundamente as possibilidades de manutenção de uma presença nacional nessa região, dado até alguma animosidade que os portugueses ganharam junto dos catalães nos finais do reinado do Condestável D. Pedro (82). A morte deste e à subsequente derrota dos seus partidários, será em direcção ao Mediterrâneo Central que Portugal procurará orientar uma parte do seu comércio na região mediterrânica (83). Além disso, das áreas submetidas à coroa de Aragão

qualquer ameaça de concorrência só poderia vir de Maiorca (com quem Portugal tinha um comércio restrito) que, associada aos genoveses, ainda frequentava os portos atlânticos.

Enquanto aí se acumulavam as dificuldades de todo o tipo, da costa africana ia afluindo alguma riqueza para o reino, obtida de forma relativamente segura e em negócios muito mais rentáveis como tão bem narra Cadamosto (84). Pouco a pouco, Portugal, carente de meios materiais e humanos, virar-se-á, cada vez mais para o Atlântico e para África.

b) A discussão das novas opções no Portugal medieval.

Todos estes temas relativos às opções dos portugueses foram profundamente discutidos. A propósito da decisão de tomar Ceuta e, uma vez a conquista feita, o destino a dar-se-lhe; mais tarde, perante os conflitos internos que assolavam Castela muitos se pronunciaram sobre a melhor atitude a tomar; estes acontecimentos imiscuiram-se, em breve, com as questões relativas à presença lusa no Norte de África. A curto prazo, a discussão voltou quando se debatia um eventual ataque a Tânger e, por razões conhecidas, foi também acesa a disputa sobre a atitude a tomar face ao cativoiro

do Infante D. Fernando. O debate continuou: durante a regência de D. Pedro e antes da conquista de Alcácer-Cequer; mais tarde, com as consultas efectuadas em 1460 por D. Afonso V, foi possível perceber como a questão das alianças externas, da orientação da expansão e das áreas preferenciais de influência nunca tinham deixado de estar presentes na mente dos principais dirigentes do reino.

Uma ressalva porém, se impõe. Algumas vezes as posições sobre as opções acerca da guerra de África resultavam das rivalidades existentes no reino entre as várias casas senhoriais. Um exemplo? Quando se discutia, em 1436, o envio da expedição a Tânger, o conde de Barcelos era um dos principais opositores da expansão norte-africana (85); no ano seguinte, todavia, defendia que Ceuta não fosse entregue, sob nenhum pretexto, em troca do Infante D. Fernando (86). Não era por acaso que o Infante D. Pedro pugnava pela tese contrária...

A opção por Ceuta foi relativamente concensual. No conselho régio em que se ia emitir uma opinião sobre o assunto, para evitar até qualquer oposição visto a decisão já ter sido tomada, inverteu-se a ordem das intervenções. Quando o Condestável lançou na balança a sua opinião a favor da conquista, estava traçado o rumo da discussão (87): a tomada de Ceuta seria tentada. Neste caso os elementos

existentes mostram até relativa unanimidade. A construção de navios no reino e o fretamento de outros no estrangeiros (88) eram um indicio de que todos, afinal, tinham algo a lucrar pelo menos com a perspectiva do saque a uma cidade tão rica.

Mas, depois das celebrações da vitória, na discussão sobre o que se haveria de fazer e, face à possibilidade de manter Ceuta nas mãos dos portugueses, aparecem as primeiras reacções negativas. Os seus argumentos eram razoáveis: Castela ainda representava um perigo para a segurança do reino pois as pazes eram provisórias e o país não dispunha de gente de armas suficiente para defender uma cidade que ficava tão afastada (89). Quem seriam os protagonistas destas posições? O único elemento é-nos dado quando, recusando estas razões, D. João I nomeou para o cargo Martim Afonso de Melo, que se considerava um especialista militar, era guarda-mor do rei e alcaide de Évora, oriundo e casado com gente grande de Portugal (90), o qual se escusou da missão com o espantoso pretexto de, para ele, não ser honra suficiente (91).

Primeira reflexão: a carreira das armas da grande nobreza portuguesa continuava profundamente ligada à "razia" e à política externa nas suas vertentes tradicionais, onde a recente aliança com a Inglaterra era uma novidade, e,

portanto, estranha aos problemas africanos e mediterrânicos. A partir de então o Norte de África passou a entrar no quotidiano dos portugueses, pelo que houve a possibilidade de começar a medir as suas vantagens e inconvenientes. O primeiro alerta é lançado, em 1426, pelo Infante D. Pedro na carta que de Bruges escreve ao irmão, advertindo-o de que Ceuta era um "sumydoiro de gente de uossa terra e d'armas e de dinheiro" (92) e insinuando que, na Cristandade, nomeadamente na Inglaterra, o feito de manter a cidade já nem sequer era muito bem visto pelos sacrifícios que impunha.

Passados uns anos era nítida a divisão no grupo dirigente do reino. Já nos finais do reinado de D. João I, grande defensor da "guerra contra os mouros", o seu filho primogénito iniciou, talvez em 1432, uma série de consultas que visavam tomar uma posição sobre temas básicos da acção externa de Portugal: o reino deveria participar, através do Infante D. Henrique, nos ataques a Granada ao lado de Castela, ou, pelo contrário, deveria reforçar a sua aliança com Aragão e Navarra? Na situação que se vivia, seria aconselhável, como queria o rei, retomar a guerra do "Benamarym", ou seja, no Norte de África?

Provavelmente o primeiro a pronunciar-se foi o Infante D. João. A sua posição é um monumento de compromisso e habili-

dade entre as posições da coroa e da família a que passou a estar ligado pelo casamento. Condição do seu parecer foi o facto de ter lembrado que as alianças em política externa tinham sempre um carácter provisório e interesseiro e que era assim que na conjuntura de então, face a Castela, o problema deveria ser tomado (93).

Depois abordou a questão da guerra externa e começou por alinhar os argumentos contrários a qualquer nova expedição africana. A primeira dúvida relacionava-se com a legitimidade da guerra de conquista, contrária à necessidade da conversão pela pregação, em que talvez só Granada poderia ser uma excepção pelo direito que sobre ela tinham os cristãos (94). Expressou ainda o Infante as suas dúvidas na dimensão do saque a obter e dos ganhos da expedição - é o que ele chama a "regra de Ceuta" ? -, dada a necessidade de proceder a grandes despesas para a preparação e manutenção do que fôsse tomado (95) e à impossibilidade de ocupar, uma vez feita a conquista, um território, com a escassez de gente no reino (96).

Apesar de tudo D. João reconhece que a função e profissão da nobreza se caracterizava pela sua acção na guerra, pelo que, apesar dos argumentos em contrário, a guerra contra os mouros seria sempre um objectivo. Mas, não querendo tomar expressamente posição, acaba, considerando que face ao que

fora exposto, a decisão pertencia ao rei (97). Esta abstenção repetiu-se em 1438 quando lhe foi pedido conselho sobre o ataque a Tânger (98). Certamente que as tomadas de posição do infante não eram alheias as opiniões que o conde de Barcelos tinha sobre o assunto.

O Infante D. Pedro, depois das recomendações de 1426, manteve sempre uma posição consequente e contra as campanhas africanas. Em 1436, na discussão sobre a expedição a Tânger, mais do que expressar a sua oposição, protestou contra o facto de, afinal, "a determinação, segundo vejo, vay jaa diante do Conselho" (99), ou seja, a decisão final já ter sido tomada. Depois do desastre, era dos que advogava a entrega da cidade (100) para libertar o infante D. Fernando.

O seu filho, o Condestável D. Pedro, muito mais ligado às questões peninsulares e aragonesas continuou a defender as teses do seu pai (101), quando em 1460, inquirido sobre o prosseguimento das campanhas no Norte de Africa, se pronunciou pela retracção do dispositivo português, com o argumento de que as conquistas eram impossíveis de manter pela falta de população e despesas que implicavam (102).

Também merecem alguma atenção as posições do conde de Barcelos (103) e dos seus filhos (104).

Depois das cortes de Santarém, em 1433, alinharam ao lado de D. Pedro na condenação da guerra de Africa, sugerindo os condes de Arraiolos e de Durém que Granada poderia ser um bom objectivo, desde que fosse em ajuda de Castela e não ferisse as relações com Aragão (105) com o qual havia que manter o equilibrio peninsular. O conde de Arraiolos negou mesmo as vantagens daqueles que defendiam que as conquistas se limitassem aos portos africanos, devido aos perigos de ficarem isoladas (106), ideia complementada por seu pai quando lembrou o "dano de cepta" para o reino (107).

O conde de Durém foi mais longe, adoptando um tom recriminatório, acusando a coroa de promover a guerra e sugerindo que os súbditos só teriam obrigação de ir se o rei dirigisse as expedições (108). Além disso, hábil diplomata, reconheceu que não se tratava de guardar qualquer conquista em Granada, que pertenceriam a Castela, antes era uma forma de facilitar as várias pretensões externas portuguesas (109).

Mas nem sempre estes membros da mesma família alinharam pelo mesmo diapasão. Nas consultas sobre Tangêr havidas em Leiria, ao contrário do conde de Barcelos e face à ausência do de Durém, o conde de Arraiolos prescindiu da palavra "por ser ja ordenado e elle se convidar pera a passagem" (110). Todavia, pelas razões já explicadas, em 1438, alinou com o pai e o irmão na recusa da entrega da praça

de Ceuta para libertar D. Fernando. Esta experiência tê-lo-á para sempre posto contra as campanhas norte-africanas, pois, em 1460, ainda esgrimia os mesmos argumentos que, anos antes, o seu pai e irmão usavam (111).

Outro príncipe que se pronunciou no mesmo sentido da oposição às campanhas africanas foi D. Fernando, irmão de Afonso V, o qual, apesar dos enormes proventos que retirava do corso (112) e da sua presença nas campanhas africanas (113), se pronunciou contra a presença em África.

A nobreza, já se referiu, estava dividida. A favor das campanhas africanas pronunciou-se uma única vez, em 1436, D. Fernando antes de ser aprisionado em Tânger (114). Dadas as condições em que, já cativo, escreveu para o reino pugnando pela entrega de Ceuta (115) é uma opinião que não vale a pena agora considerar. Em compensação, o infante D. Henrique, em 1433 e depois em 1457 nas vésperas da tomada de Alcácer Ceguer, sempre foi um firme partidário dos ataques a África, lembrando que havia que estar preparado para pagar o preço das acções que politicamente eram importantes para um estado (116). A sua conhecida actuação externa corrobora, aliás, esta conclusão.

Mas não se limitava a estes dois infantes os apoios que tinham as acções contra as costas mediterrânico-atlânticas.

Se é verdadeira a afirmação do infante D. Pedro de que, em 1433, a maioria do conselho régio era contra a passagem a África (117), parece segura que também era maioritária a posição que, em 1438, se recusava a entregar Ceuta para resgatar D. Fernando (118), beneficiando, é certo do suporte muito particular dos Bragança. Mas quem apoiava mais estas pretensões? A cabeça a Coroa. Primeiro D. João I, depois o seu filho D. Duarte, aparentemente com menos convicção, por fim o seu neto todos foram fervorosos adeptos destas políticas.

Em relação ao rei da Boa Memória, reconheceu-o em 1433 o conde de Ourém (119) e o próprio D. Duarte em 1436 e 1437, quando alinhou as razões que o determinaram a ir a Tânger (120), lembrava as opções do pai. O próprio D. Duarte em Agosto de 1436 esgrimia argumentos "de estado" que recomendavam essa política (121): o desvio de exércitos para Tânger permitia subtrair Portugal à aliança com Castela e Aragão nos conflitos que os opunham; além disso, a guerra contra os mouros era justa e estes encontravam-se divididos. Finalmente, do ponto de vista militar, o ataque a Tânger permitiria aliviar a tensão a que Ceuta estava sujeita e, assim, diminuir o perigo e custos de manutenção desta cidade.

A Igreja parece ter funcionado como um dos esteios desta

pólitica régia. Um dado interessante: nas cortes de Leiria de 1438, talvez para aliviar a pressão sobre D. Duarte, o Arcebispo de Braga subscreveu uma proposta pessoal, segundo a qual as cortes reunidas não teriam competência para abandonar Ceuta. Tal só seria possível com autorização papal e este, antes de decidir, teria até que primeiro proceder a consultas, pois, pouco antes, concedera a D. Henrique a bula de cruzada (122).

Mais dois elementos merecem uma especial referência. As cidades e vilas do reino, nestas cortes de Leiria, alinharam ao lado dos infantes D. Pedro e D. João na proposta de entrega da cidade (123). Mas, também é verdade que, anos mais tarde, depois de, num primeiro momento, terem apoiado D. Pedro na sua pretensão à regência (124), cedo criticarão a sua política externa de imiscuição nos problemas castelhanos e que lhes saia tão caro (125).

O segundo elemento diz respeito às posições assumidas pelos letrados que, aparentemente, comungariam da visão estratégica dos monarcas. Mais uma vez nas cortes de Leiria, o discurso de abertura coube ao doutor João do Sem, o qual, no meio de lamentações pelo cativo de um infante de Portugal e de reconhecer a deficiente preparação da expedição (126), se questiona em saber se o território, mesmo o de Ceuta, é alienável, e se a legítima vontade de libertar

o irmão do rei não deveria ser perspectivada em função dos superiores interesses do reino (127). Era natural que fossem homens deste tipo que mais facilmente tivessem uma visão "estratégica" da situação, pois, os seus próprios interesses estavam ligados à força do "estado".

Ao lado de todas estas posições opostas à ida para Africa podem-se, portanto, colocar outras tantas no sentido contrário. Eis alguns deles, entre os grandes: Lionel de Lima, por exemplo, rico e da casa do rei que ganhou uma grande parte da sua fortuna nos transportes para o norte de Africa (128), D. Pedro de Meneses que construiu a riqueza da sua casa a partir de Ceuta, Frei João que embarcou para Tânger e depois foi bispo de Ceuta e da Guarda (129). E ficam sem serem mencionados todos aqueles que, à sombra dos seus senhores, com o comércio ou o corso, ganharam dinheiro, prestígio e poder.

A política oficial do reino balançou, de facto, entre aquela que o infante D. Henrique, na carta de 1436, depois dos primeiros resultados da expansão africana, recomendava: "A este seruiço de deus e honrra non podeys Uyr sem preço de periguo e trabalho e despesa" (130) e a que era tão cara ao seu irmão morto em Alfarrobeira: não tendo Portugal a ver com a tomada de Granada, que pertence a Castela (131), sendo impossível a existência de um "senhorio" cristão nos

campos africanos (132), concluía "que meu parecer he, que agora nem em algum tempo, Vossa Mercee [D. Duarte] nom se deve entremeter nesta guerra d' Africa, pera nella procurardes de ganhar mais do ganhado" (133). Em 1466, já depois de morto D. Henrique, criaram-se, por fim as condições para o triunfo das teses do infante descobridor: o Mediterrâneo perdeu definitivamente terreno em relação às costas do ocidente africano. Foi o primeiro grande passo em direcção a uma retirada.

NOTAS

(1) Ver nota 113 do Cap. III da 1ª Parte.

(2) A.H.P.B., Not. Bernardo Nadal, "Manual" leg. 48, 14/11/1394-9/5/1395, fol. 28v: é uma carta de pagamento de Gonçalo de Évora, mercador de Lisboa, e Estevão Lourenço, marinheiro, também de Lisboa, mas actuando como procurador de Armando Botini, de Lisboa, a Vasco Lourenço, mercador de Lisboa, da quantia de 47 libras de Barcelona. Évora e Botini tinham fretado o navio de Afonso Gil para transportar as mercadorias, mas os fretadores subfretaram a Vasco Lourenço parte da viagem. Com pequenas alterações este documento foi publicado por: MITJA, Marina "Dificultades de la industria y comercio alemanes para abrirse paso en Barcelona hasta 1410" in: "Gezammelte Aufsätze zur Kulturgeschichte Spaniens" vol. 13, Munster, 1958, pags. 211/212. Note-se que é mais que duvidoso que Armando Botini possa ser considerado um mercador alemão.

(3) A.H.P.B., Not. Joan Nadal, "27 Manual Contrates Comunes" Leg. 3, 5/11/1394-20/3/1395, fol. s/nº. Este documento, que é a constituição de uma sociedade, já foi estudado no cap. II da 2ª Parte.

(4) Cf. com o que se disse no Cap. II, nº 2, da 1ª Parte.

(5) CARRÈRE, Claude "Barcelone. Centre économique à l'époque des difficultés (1380-1492)" tomo II, Paris, 1967, pag. 558.

(6) Ibidem, pag. 757.

(7) Ibidem, pag. 557. Claude Carrère, apesar do conhecimento que tinha dos fundos arquivísticos catalães, nunca se apercebeu da dimensão da presença económica portuguesa nos portos do Levante peninsular. É bem verdade que o reino não era o maior parceiro comercial dos catalães e, provavelmente, em termos comerciais, esse tráfego talvez fosse mais importante para Portugal do que para Aragão.

(8) Nas Cortes de Elvas de 1361, nos capítulos especiais apresentados pela cidade do Porto, reconhecia-se que só o preço do pescado subira entre 5 a 10 vezes ("Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)") INIC, Lisboa, 1986, pags. 109/110; "Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I" INIC, Lisboa, 1984, pag. 243). Ver ainda: RUIZ DOMÈNEC, J. E. "La crisis económica de la Corona de Aragón" in: "Cuadernos de Historia" (anexos de "Hispania"), nº 8, Madrid, 1977, pag. 99.

(9) CARRÈRE, Claude ob. cit., pag. 322, em especial nota 1. Esses elementos, nem sempre de fácil relação, devem ser olhados como indicadores da importância que o mercado catalano-aragonês poderia ter para Portugal.

(10) A.H.P.B., Not. Juan Renui, "Manual" Leg. 4, 6/2/1433-15/5/1433, fol. s/nº.

(11) Ver o Cap. IV, nº 3, da 2ª Parte.

(12) É interessante constatar que Barcelona, provavelmente nos anos de menor carência, reexportava pescado que recebia de Portugal (A.C.A., Real Patrimonio - Batllia General, H - 27, fol. 103 r/v.

(13) No nº 2 do Cap. II da 1ª Parte aborda-se a questão dos escravos, do funcionamento desse mercado e as posições que Portugal nele tinha.

(14) Segundo Luis de CADAMOSTO ("Navegações" Lisboa, 1944, pag. 11) a Madeira produzia anualmente 30.000 "estares venezianos", umas 2.000 toneladas. Já nessa altura, em 1455, Cadamosto referia (ob. cit., pag. 12) avaliava em 400 "cantaros" (quintais) a produção de açúcar da Madeira. Cf. com BAIÃO, António "O Manuscrito «Valentim Fernandes»" Lisboa, 1940, pags. 111/112.

(15) O florim aragonês de 1346 tinha o mesmo peso que o de Florença: 3,5 gramas. F. B. PEGOLOTTI, por volta de 1342 atribuía ao florim de ouro o valor de 4 libras portuguesas ("Pratica della Mercatura" Cambridge/Mas. 1936, pag. 272).

(16) Em 1355, o florim já só valeria 3 libras (GODINHO, Vitorino M. "Os Descobrimientos e a Economia Mundial" vol. I, Lisboa, 2ª ed., 1981, pag. 109).

(17) Acerca do valor do florim aragonês em 1416: (TAVARES) FERRO, Maria José "Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)" Lisboa, 1974, Quadro entre pags. 124/125; AZEVEDO, Pedro de "Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos" vol. I, Lisboa, 1915, doc. X da Adenda, pag. 452. Sobre a desvalorização da moeda portuguesa: MARQUES, A. H. de Oliveira "A moeda Portuguesa durante a Idade Média" in: "Ensaios de História Medieval Portuguesa" Lisboa, 1980, pags. 211 e seqts.

(18) Segundo Fernão LOPES ("Crónica de Dom Fernando" Lisboa, 1975, pags. 169/170) o acordo previa que Portugal pagasse 3.000 lanças durante 3 meses a Aragão, desde que, quando começasse a guerra, o rei Henrique de Castela ameaçasse as fronteiras aragonesas. O custo de cada lança foi acordado em 30 florins por dia, pelo que se acordava na necessidade de cunhar moeda de ouro e prata em Barcelona. Ainda de acordo com o cronista, foram lavrados duzentos mil reais de prata castelhanos (de 4 maravedis o real) e cerca de 90.000 florins.

(19) A.C.A., Maestro Racional, nº 1974.

(20) LOPES, Fernão ob. cit., pag. 162; MARQUES, Oliveira ob. cit., nota 55 da pag. 211.

(21) O seu peso teórico seria de 271,9476 gramas, mas o efectivo era de 267,3333 (BOTET I SISÓ, Joaquim "Les Monedes Catalanes" II, Barcelona, 1976, pag. 15). Só em 1388 Aragão passou a usar exclusivamente o marco de Perpignan, cujo peso rondaria as 237,520 gramas (MATEU Y LLOPIS, Felipe "El Sistema Monetario del Reino de Aragon. Sintesis Historica" separ. de "La Moneda Aragonesa" CSIC, Saragoça, s/d, pags. 108/109).

(22) GUAL CAMARENA, Miquel "El Primer Manual Hispanico de Mercaderia (siglo XIV)" Barcelona, 1981, pag. 273. Usamos a tabela de Gual Camarena visto que Botet i Sisó considerava o "quarto" maior que o "grão" (BOTET I SISÓ J. ob. cit., pag. 15) o que não é verdade. Para o ouro e a prata 1 grão tem 4 quartos. O próprio documento da Zeca em análise vai nesse sentido (A.C.A., Maestro Racional, nº 1974, último lançamento de 1370).

(23) Para as dobras pé terra: "X dobles de la fforme mejor de la dite ley qui fforen al dit pes: ccxviii marches, i onze iii denaris"; para as dobras gentis: "XIIII dobles de la forme menor qui fforen al dit pes: clxxviii marches iii, onze vi denaris" (A.C.A., Maestro Racional, nº 1974, entradas de 1371).

- (24) MARQUES, Oliveira ob. cit., pags. 211/212. TAVARES, Maria José Ferro "Para o estudo da numária de D. Fernando" Porto, 1982, pag. 13 e 20 separ. de "Estudos Medievais" nº 2, 1982.
- (25) MARQUES, Oliveira ob. cit., nota 54 de pags. 210 e 211.
- (26) (TAVARES) FERRO, Maria José "Estudos de História Monetária..." cap. III. pags. 71 e segts.
- (27) Ver o Cap. III, nº 2, da 2ª Parte.
- (28) Anexo I, Quadros XXIII a e b.
- (29) FONSECA, Luis Adão da "Navegación y Corso en el Mediterraneo Occidental - Los Portugueses a mediados del siglo XV" Pamplona, 1978, pag. 90.
- (30) ROOVER, Raymond de "La Balance Commerciale entre les Pays-Bas et l'Italie au XVe siècle" in: "Revue Belge de Philologie et d'Histoire" tomo XXXVII, nº 2, Bruxelas, 1959, pag. 383.
- (31) A obra de Sir Josiah Child (1630-1690), em que Roover foi buscar a ideia de se socorrer de outros elementos de ajuda para a sua análise, é "A New Discourse of Trade" (Glasgow, 5ª ed., 1791).
- (32) A.S.G., Archivio Segretto, nº 2729, doc. 30. Ver Anexo I, Quadro II a.
- (33) WATSON, W. B. "The Florentin Gallery Trade with Flandes" in: "Revue Belge de Philologie et d'Histoire" tomo XXXIX, nº 4, Bruxelas, 1961. Noutro artigo posterior defende mesmo que a balança comercial entre a Flandres e a Catalunha era favorável a esta última e, entre 1427 e 1457, as exportações seria 2,5 vezes superiores às importações (IDEM, "Catalans in the Markets of Northern Europe during the Fifteenth Century" in "Homenaje a Jaume Vicens Vives" vol. II, Barcelona, 1967, pag.791.
- (34) RENOARD, Yves "Le commerce d'argent au Moyen Age" in: E.H.M., I, Paris, 1968, pag. 220. Este autor pronunciou-se a propósito de um comentário à obra de R. de Roover sobre o dinheiro e a actividade bancária em Bruges medieval.
- (35) IDEM, Ibidem.
- (36) SPUFFORD, Peter "Dinero y moneda en la Europa medieval" Barcelona, 1991.
- (37) IDEM, Ibidem, pags. 455/456.
- (38) DEL TREPPO, Mario "Tra Genova e Catalogna. Considerazioni e Documenti" in: "Atti del 10 Congresso Storico Liguria-Catalogna" Bordighera, 1974.
- (39) IDEM, Ibidem, pag. 639.
- (40) GODINHO, V. M. "Os Descobrimentos...", vol. I, pag. 108.
- (41) Os exemplos são múltiplos. Lembre-se que o próprio Arcebispo de Braga tinha, ao morrer, uma importante reserva de ouro (MARQUES, José "O testamento de D. Fernando Guerra" in: "Bracara Augusta" tomo XXXIII, fasc. 75/76, Jan-Dez, 1979).

(42) Isto passava-se um pouco por todo o lado: em 16 de Fevereiro de 1408, Vasco Martins Ferreira que contraira uma dívida para com Luís Eanes, promete pagá-la, em Portugal, em moeda de ouro de Aragão ou da França (A.H.P.B., Not. Bernardo Nadal, "Manual" Leg. 5, 1407-1408, fol. 83). Aliás, estas práticas estendiam-se aos contratos rurais .

(43) Cap. II, nº 2, 1ª Parte.

(44) Ver, no Anexo I, Quadros XIX, XX e XXII.

(45) Ver, no Anexo I, Quadros IV a VIII, XXI a/b para 1405, Quadro IX para 1416 e Quadro X para 1432.

(46) FERREIRA, Ana Maria Pereira "A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)" Lisboa, 1983, mapa de entre pag. 48/49.

(47) Cap. I, nº 2, 1ª Parte ("Produtos industriais").

(48) Como o documento que fixa a tabela dos fretes do açúcar de Agosto de 1498 mostra, a queda dos preços do açúcar era uma evidência (DP, III, 323).

(49) IRIA, Alberto "O Algarve e os Descobrimentos" in: DP, Lisboa, 1956, II, tomo I, pags. 388/389.

(50) DP, I, 26.

(51) DP, Supl. I, 225.

(52) DP, I, 358.

(53) "Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)" Lisboa, 1982, pag. 141 (referido daqui em diante como LC). Mas o cobre não vinha exclusivamente da Berberia (GODINHO, V.M. ob. cit., I, 129) como o comprovam os assentos de "coses vedades" dos vários anos.

(54) FICALHO, Conde de "Viagens de Pêro da Covilhã" Lisboa, 1988, pag. 49/50.

(55) Duas situações separadas de 100 anos: em 4 de Dezembro de 1341, D. Afonso IV emite uma carta de segurança a favor do genovês Albertim, autorizando a trazer da "mourama" todo o tipo de mercadorias e a exportar para a mesma região produtos portugueses, excepto "Armas ou pez ou remos ou madeira ou linho canaue ou estopa ferro ou trigo ou cevada ou milho ou centeo ou farinha ou alqua outra legum-bra" (DP, I, 68). Durante o cativeiro do infante D. Fernando em Fez, também por volta dos anos de 1440/1442 os intermediários das negociações eram judeus e mercadores genoveses (ALVAREZ, Fr. João "Chronica do Infante Santo D. Fernando" ed. crítica de Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911, respectivamente pags. 63 e 76).

(56) O mais conhecido de todos é o caso de Vasco de Sousa, cujo inventário de partilhas de 1359 registava os fretes da condução da "figa" e "32 arráteis de açúcar de Rugia" (DP, I, 95).

(57) GODINHO, V.M. ob. cit., I, pag. 129.

(58) Cf. com o Cap. III, nº 2, da 2ª Parte.

(59) TAVARES, Maria José Ferro "O Crescimento económico e o antijudaísmo no Portugal Medieval" in: "Actas de las III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval. La Peninsula Iberica en la era de los descubrimientos. 1391-1492" pag. 30 (no prelo).

(60) Sobre as casas comerciais italianas a operar em Portugal em meados do século XV: RAU, Virginia "Studenti ed Eruditi Portoghesi in Italia" Lisboa, 1973 (sobre o papel desempenhado pelos Cambini); IDEM, "Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni mercador-banqueiro florentino «estante» em Lisboa nos meados do século XV" in: "Do Tempo e da História" vol. IV, 1971; MELIS, Federigo "Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo, nel XV secolo" in: "Freunde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel - Kölner Kolloquien zur Internationalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte" I, dir. Herman Kellenbenz, Colónia/Viena, 1970.

(61) É a conclusão que se retira dos dados apresentados por HINOJOSA MONTALVO, J. "De Valencia a Portugal y Flandes. Relaciones durante la Edad Media" separ. "Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval" Alicante, 1982, pags. 151/153.

(62) MATEU Y LLOPIS, Felipe "«De Mutatione Monetæ» en el Reino de Valencia" in: "Studi in Onore di Amintore Fanfani. Medioevo" vol. III, Milão, 1962, pag. 204; IDEM, "El sistema monetario..." pags. 107 e seqts.

(63) (TAVARES) FERRO, Maria José "Estudos de História Monetária..." quadro entre pags. 124/125.

(64) Num contrato de empréstimo de 7 de Fevereiro de 1411, o mercador do Porto Afonso Domingues reconhece ter recebido 200 florins de Aragão e compromete-se a pagar, em moeda portuguesa, 300 libras em reais de 3 libras e meia (A.R.V., Protocolos, nº 1260, fol. s/nº).

(65) (TAVARES) FERRO, Maria José ob. et loc. cit.

(66) IDEM, Ibidem.

(67) SPUFFORD, Peter ob. cit., pag. 456.

(68) IDEM, Ibidem, pag. 462.

(69) Ver, no Anexo I, Quadros IV, V, IX, XX, XXI b, XXII.

(70) (TAVARES) FERRO, Maria José ob. et loc. cit.

(71) HEERS, Jacques "Gênes au XVe Siècle" Paris, 1961, pags. 68/69.

(72) IDEM "Portugais et Génois au XVe siècle; la rivalité Atlantique-Méditerranée" Lisboa, 1960 separ. "Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros" (Lisboa, 1957), II, Lisboa 1960, pags. 138/147. Seria então, em meados do século XV, que se criaram condições para a moeda portuguesa começar a circular com regularidade no Mediterrâneo. Segundo um manual de mercadorias de finais do século XV, há notícia da circulação de cruzados, justos e espadins de ouro e de reais de prata, bem como de ceitis (SEVILLANO COLON, Francisco "Monedas que circulaban en el Mediterráneo a fines del siglo XV" in: A.E.M. nº 10, (1980), Barcelona, pag. 699.

(73) MACEDO, Jorge Borges de "História Diplomática Portuguesa - Constantes e Linhas de Força. Estudo

de Geopolítica" Lisboa, 1987, pag. 46.

(74) A concessão a D. Pedro dessa marca era, para os venezianos, uma prova de inimizade por parte do Imperador Sigismundo (MH, IX, 109, pags. 131/134). Sobre a acção do infante enquanto Governador da marca de Treviso, ver: MAURÍCIO, Domingos "O Infante D. Pedro na Austria-Hungria" Lisboa, 1959.

(75) MACEDO, Jorge Borges de ob. et loc. cit..

(76) Ibidem, pag. 13.

(77) FONSECA, Luis Adão "O Condestável D. Pedro de Portugal" INIC, Porto, 1982, Cap. 4.

(78) Ibidem, pag. 113.

(79) é escassa a bibliografia acerca das relações luso-borgonhesas: MARQUES, A. H. Oliveira "Portugal na crise dos séculos XIV e XV" in: "Nova História de Portugal" dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, 1987, nota 2 da pag. 320; VITERRO, Sousa "D. Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha" in: "Arquivo Historico Portuguez" III, 1905, pags. 81/106. Com algum interesse para Portugal são algumas páginas de: DOEHAER, R. "Les Relations Commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremont d'après les Archives Notariales Génoises aux XIIIe et XIVe siècles" Bruxelas/Roma, 1941, 3 vols.

(80) Nos volumes XI e XV da "Monumenta Henricina" são transcritos muitos desses documentos relativos a essa questão: pedidos de auxílio a Portugal, perspectivas portuguesas face ao expansionismo otomano, etc.

(81) Cap. III, nº 2, da 2ª Parte.

(82) Abordou-se esta questão no Cap. I, nº 1 "in fine", da 2ª Parte.

(83) Jacques HEERS emitirá, a este respeito, duas opiniões aparentemente contraditórias: num artigo dedicado à avaliação do comércio português no Mediterrâneo ("L'Expansion maritime portugaise à la fin du Moyen Age: la Méditerranée" Lisboa, 1956, separ. da "Revista da Faculdade de Letras" de Lisboa, tomo XXII, 2ª série, nº 2, 1956) tenta mostrar como, desde meados do século XV, se incrementou a presença portuguesa nas costas italianas, competindo mesmo com os transportadores da região. Posteriormente, numa comunicação de 1957 ("Portugais et Génois au XV ...", pag. 147), conclui que a expansão atlântica era dirigida contra a região mediterrânica. Sobre esta questão: RAU, Virginia "Portugal e o Mediterrâneo no século XV. Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália" Lisboa, 1973.

(84) CADAMOSTO, Luis de ob. cit., pag. 21. Sobre esta questão, tanto no que respeita à presença portuguesa como à castelhana na costa do Ocidente africano: BLAKE, John William "Europeans in West Africa (1454-1578)" Londres/N.Y./Toronto, 1937.

(85) PINA, Rui de "Chronica do Senhor Rey D. Duarte" in: "Crónicas" Introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida Porto, 1977, pag. 531 (referida como CDD daqui em diante). Já António Borges COELHO, ("Raízes da Expansão Portuguesa" Lisboa, 4ª ed., 1979) ensaiara uma leitura de alguns destes pareceres, embora o facto de não ter dado o suficiente relevo aos elementos políticos presentes, tenha limitado uma parte das suas conclusões. Nesse aspecto é preferível a forma como Mafalda Soares da

CUNHA analisou a posição dos Bragança sobre as questões africanas ("Linhagem, Parentesco e Poder - A Casa de Bragança (1384-1483)") Lisboa, 1990, pags. 144 e segts).

(86) CDD, pag. 568.

(87) ZURARA, Gomes Eanes "Crónica da Tomada de Ceuta" Sintra, 1992, pag. 109. Como o cronista explicou, até então, os "conselheiros" pronunciavam-se pela ordem decrescente da sua importância e condição, o que impedia que todos falassem com liberdade; foi a partir desta altura que se teria invertido a ordem de intervenção. Note-se que o próprio Zurara reconhecia que a prioridade dada por D. Duarte ao Condestável, tinha como objectivo impedir, com o peso dessa opinião, qualquer discussão.

(88) é a famosa carta do espião aragonês quando se preparava a expedição a Ceuta (MH, II, 57, 138/141).

(89) ZURARA, G. E. ob. cit., pag. 280.

(90) CUNHA, Mafalda Soares ob. cit., pag. 156; MORENO, Humberto Baquero "A Batalha de Alfarrobeira - Antecedentes e significado histórico" Lourenço Marques, 1973, pags. 853 e 857.

(91) ZURARA, G. E. ob. cit., pag. 282.

(92) LC, 37.

(93) LC, 45. "e aqueles que agora sam uosos amigos se a roda dese volta uosos inimigos capitaeis ficarão".

(94) LC, 44 e 46

(95) LC, 45.

(96) LC, 46.

(97) LC, 49.

(98) CDD, 525/531, no final (pag. 532) remata: "porque em qual destas me affirmaria, leixo por agora de ho escolher e determinar. Fique, como disse, a determinação a vós, a que, nysso e em todo o que mandar-des, voos ey sempre d' obedecer e servir lealmente".

(99) CDD, pag. 532.

(100) CDD, pag. 568.

(101) CDD, Cap. XIX. Ai o Infante D. Pedro desenvolve argumentos que já apontara na carta de Bruges e que seu filho deitará, mais tarde, mão (Ver nota seguinte).

(102) MH, XIII, 183, pags. 324 e segts, parecer de c. 1460.

(103) LC, pag. 65. é o parecer de 19 de Maio de 1433.

(104) LC, pags. 56 e 69. O parecer do Conde de Arraiolos é datado de 22 de Abril de 1433, enquanto que o do Conde de Ourém é de 4 de Junho do mesmo ano.

(105) LC, pag. 59 e segts.

(106) LC, pag. 62: "e ele conquistado [o reino de Fez] non uejo hy algu seruiço de deus porque ajinda que em uoso tempo se manteuese per os tempos perlongados veriço contrariedades ... e se non qujseseis filhar senon os lugares da beyra do mar tanto peor porque eles filhados non se poderjom manter". Esta tese da conquista limitada às zonas da costa devia já andar em discussão. Por escrito, defendeu-a depois o Infante D. Henrique em 1436 (LC, pag. 116).

(107) LC, pag. 66.

(108) LC, pag. 73: " que uos uades podendo se bem fazer, e non hyndo que non ua outro nenhu quanto a guerra de belamarym".

(109) LC, pag. 70/71.

(110) CDD, pag. 525.

(111) MH, XIII, 181, pags. 295 e segts.

(112) Cf. Cap. III, nº 2, da 2ª Parte.

(113) MH, XIII, nota 26 de pags. 309/310.

(114) CDD, Cap. XVI, pag. 524.

(115) CDD, pag. 567. A carta do Infante Santo, lida nas Cortes de Leiria, "apontava algumas causas e razões porque non era serviço del Rei, nem bem de seus Regnos manterse Cepta pelos Christãos".

(116) MH, XIII, 69, pags. 118 e segts.; LC, pags. 117.

(117) CDD, pag. 532: "a determinaçom, segundo vejo, vay jaa diante do Conselho".

(118) CDD, Cap. XL, pags. 567/569 descreve as 4 principais posições defendidas a esse respeito. Contudo, a facção favorável à entrega de Ceuta era "a teençom que menos vozes seguirom" (CDD, Cap. XLI, pag. 569).

(119) LC, pag. 70.

(120) CDD, pag. 524: "por cumprir a vontade e desejo d'ElRey meu Senhor"; LC, pag. 135, datável de 1437: "por Continuar o bom proposito e uontade que sobre esto auja o dito senhor rey [D. João I]".

(121) CDD, pags. 523/525.

(122) CDD, pag. 518.

(123) CDD, pags. 567/568.

(124) MORENO, Humberto Baquero ob. cit., pags.11/16.

(125) Rui de Pina escrevia: "E moveo logo de Santarem contra ho Ifante com muyta fremosa jente, que segundo a sentença dos que o mylhor devyam saber, antre de cavallo e de pé, faryam numero de trynta myl homens de pelleja, que segundo as memorias dos que a vyam, foy a moor soma de jente d'armas, que atée entam neste Reino se ajuntou" ("Chronica do Senhor Rey D. Affonso V" in: "Crónicas" Porto, 1977, pag. 744).

(126) CDD, pag. 566: "E que ao tempo da embarcaçom, veendo a grande quebra da gente que para este fecto ordenara, a que o faleçimento dos navyos fretados, ou por ventura a fraqueza de sua fazenda deram causa, bem consirara ho perygo a que se despunham".

(127) CDD, pag. 566: "Ihe nom parecia justo nem honesto, tiralla assy de sua coroa".

(128) CDD, pag. 523. Cf. Cap. III, nº 1, da 2ª Parte.

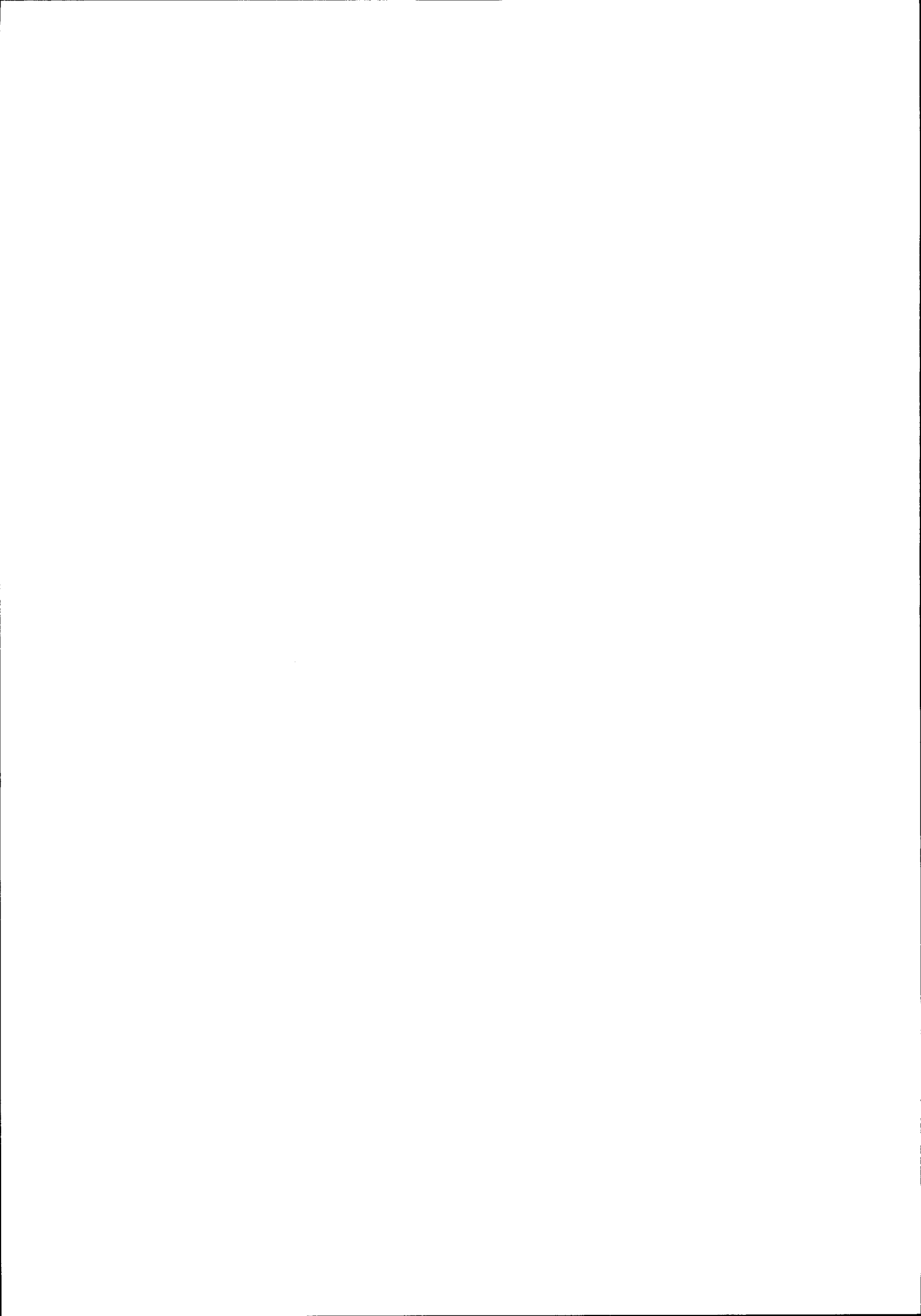
(129) CDD, pag. 523.

(130) LC, pag. 119.

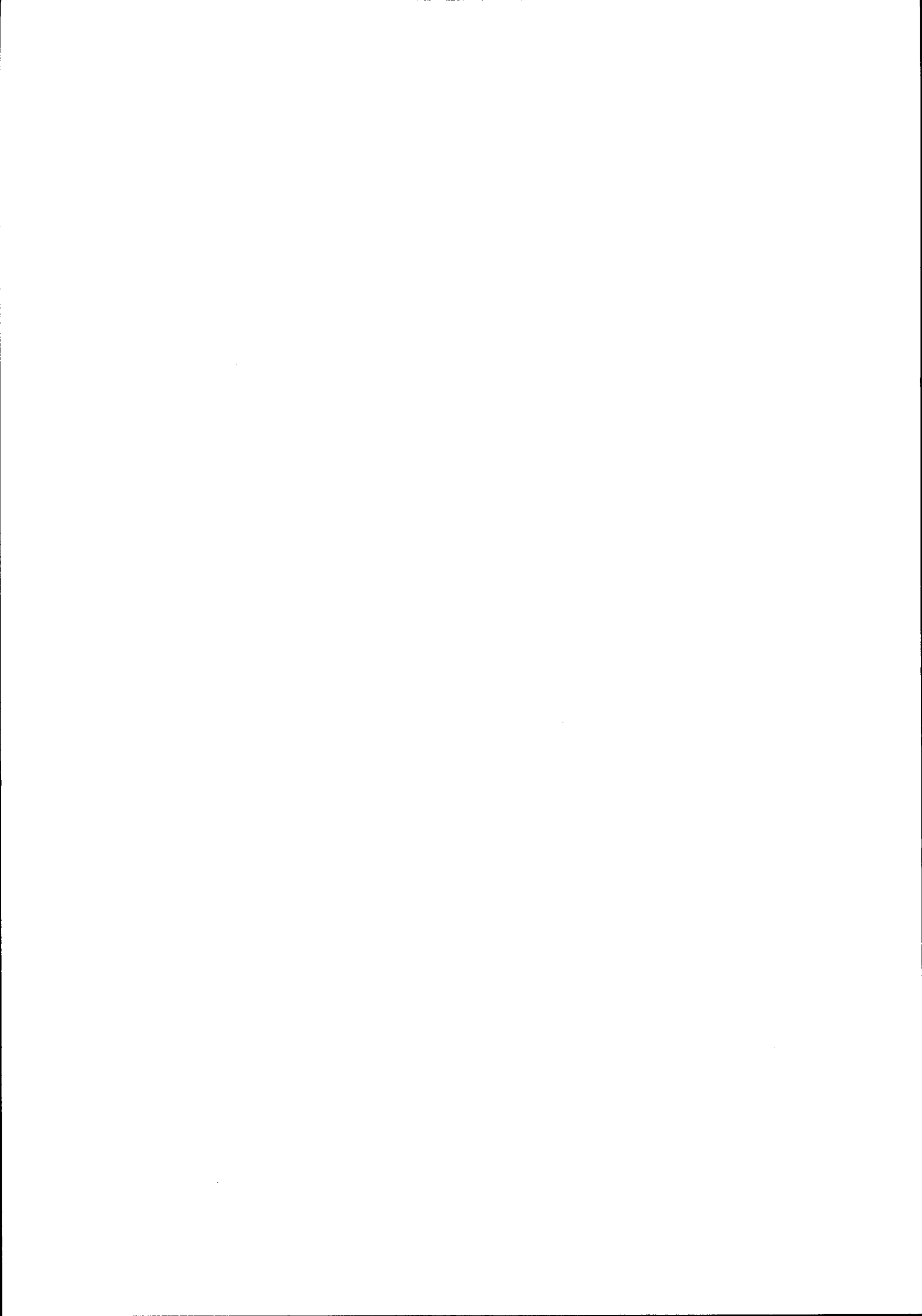
(131) LC, pag. 121.

(132) LC, pag. 121.

(133) CDD, pags. 534.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



Nas páginas anteriores ficaram delineadas as linhas de força da presença portuguesa no Mediterrâneo na Baixa Idade Média: após a crise nacional de 1385 é nítida a progressiva viragem do comércio português para essa região, aproveitando a falência que, desde 1380, vinha atingindo os principais bancos catalães, em especial os que estavam ligados ao financiamento do tráfego marítimo (1).

Todavia, não foi só esta situação conjuntural que permitiu a Portugal consolidar posições no Mediterrâneo. De facto, também a evolução da situação política peninsular e europeia ajudou a criar um espaço de manobra que o reino soube aproveitar. Apesar da necessidade de aprofundar mais os estudos de história política, parece evidente que a guerra castelhana-aragonesa de 1356 a 1365 será um momento decisivo, ao enfraquecer as posições de Aragão no contexto do sul mediterrânico. É interessante notar que, então, ao lado de Castela se encontrava Génova e, em muitas expedições punitivas contra as costas levantinas, surgiam também os portugueses (2). Era difícil o papel dos monarcas lusos: ganhar espaço político e vantagens económicas à custa de Aragão, mas não perder este aliado para fazer face às tendências hegemónicas de Castela.

Não foi pois por acaso que esta guerra se disputou no mar com o mesmo empenho com que se desenrolou em terra. Ela

fazia parte da rivalidade de fundo que se foi desenvolvendo ao longo do século XIV e centúria seguinte entre Aragão e Génova e que marcou então a história do Mediterrâneo (3). Era Roger de Lauria, príncipe de Djerba e Kerkennah, Almirante do rei de Aragão e figura central da política da região (1283-1305) que gostava de se vangloriar de que "nenhum peixe e muito menos qualquer galera ou outra embarcação se arrisca a navegar sem um salvo-conduto do rei de Aragão" (4). Claro que, dizendo isto, ele olhava para genoveses e populações africanas.

Esta realidade ajuda ainda a explicar uma parte da passividade com que Génova assistiu à "chegada" dos portugueses à sua área de influência. Dominando os negócios ligados à rota do Levante, aliado por vezes dos monarcas lusos e conhecendo mal o reino e o seu potencial, só mais tarde a costa portuguesa será motivo de atracção para os mercadores genoveses (5).

Nas relações luso-aragonesas, se bem que não se deve esquecer esse elemento de rivalidade, algumas vezes conflitualidade, tinham preponderância não só a aliança política como também a complementaridade de interesses económicos: a troca de matérias-primas, manufacturas, especiarias e escravos, Portugal oferecia o pescado de que os aragoneses tanto necessitavam. Arrastado nesse tráfego não era raro o

reino adquirir aí, em alguns anos, outros produtos alimentares, como arroz e cereais para, noutros anos de abundância, exportar trigo para as costas levantinas.

A importância deste comércio foi tal que ajudou a fixar a presença nacional em torno da região Ocidental do Mediterrâneo. Neste contexto, pelo menos até meados do século XV, as relações económicas com as cidades italianas parecem ter tido um carácter subsidiário. Desse ponto de vista é duvidoso que os portugueses tenham sido verdadeiros concorrentes dos italianos, nomeadamente dos genoveses.

Relembre-se a este respeito o deficiente conhecimento que, ainda por volta de 1410, uma das maiores casas florentinas, a casa Dattini, tinha do mercado português (6). Com efeito, a documentação parece apontar para que terão sido primeiro os negócios dos couros e depois os do açúcar, aqueles que mais interessaram os italianos (7). Mas então já se dobrara a segunda metade da centúria de Quatrocentos.

Esta ideia contrasta, aparentemente, com a tese defendida por Jacques Heers de que será precisamente nesta altura que o comércio entre o reino e a senhoria genovesa mais se desenvolveu e Portugal chegou a ter condições para rivalizar com Génova, particularmente por ter evitado uma especialização demasiado acentuada da sua capacidade fretadora

no Mediterrâneo (8). Duas observações se impõem a este propósito.

A primeira respeita à questão da especialização. É provavelmente certa a ideia deste historiador de que Génova, a partir do momento em que os mercadores portugueses garantiam uma parte da viagem com o transporte do açúcar, deixou de poder impôr os preços dos fretes como até aí fazia (9). Mas, utilizando os mesmos argumentos de J. Heers, também é certo de que, pouco a pouco, o comércio luso e os seus fretes da região do Mediterrâneo se foram especializando, ou seja, perdendo capacidade de adaptação e de alternativas.

A segunda observação prende-se com o facto de ter sido na segunda metade do século XV que este comércio ganhou uma muito maior amplitude. É para aí que apontam todos os elementos disponíveis. A própria comunidade portuguesa em Génova terá o seu primeiro consul só em 1469, com a nomeação de Marco Lomellini (10). Mas, neste caso há que contar com o quadro global em que Portugal actuava. Empenhado já na exploração da costa africana e com uma situação financeira que nunca foi muito saudável (11), o reino não estava em condições de manter posições em duas regiões, sendo que no Mediterrâneo, o panorama geral, com a pressão otomana cada vez mais forte, era menos favorável. Aliás, a

discussão que se travou no reino, ao longo de toda a centúria de Quatrocentos, acabou por apontar a África como a prioridade do reino (12).

Porque não terão então os italianos, genoveses e venezianos em especial, tentado tirar os mesmos benefícios da costa africana que portugueses e castelhanos souberam colher ? Vale aqui a pena recordar uma interessante afirmação de Pierre Chaunu que aqui se subscreve. Este autor, ao tentar perceber as razões que levaram Portugal e Castela para a "grande aventura marítima", dizia que, ao princípio, ela não fora uma questão central europeia, antes era um problema marginal e uma germinação de fronteira (13). Para ele, a expansão atlântica fora obra de cantabros, andaluses e portugueses, gente que aprendeu a navegar na escola rude da pesca em águas frias.

*

*

*

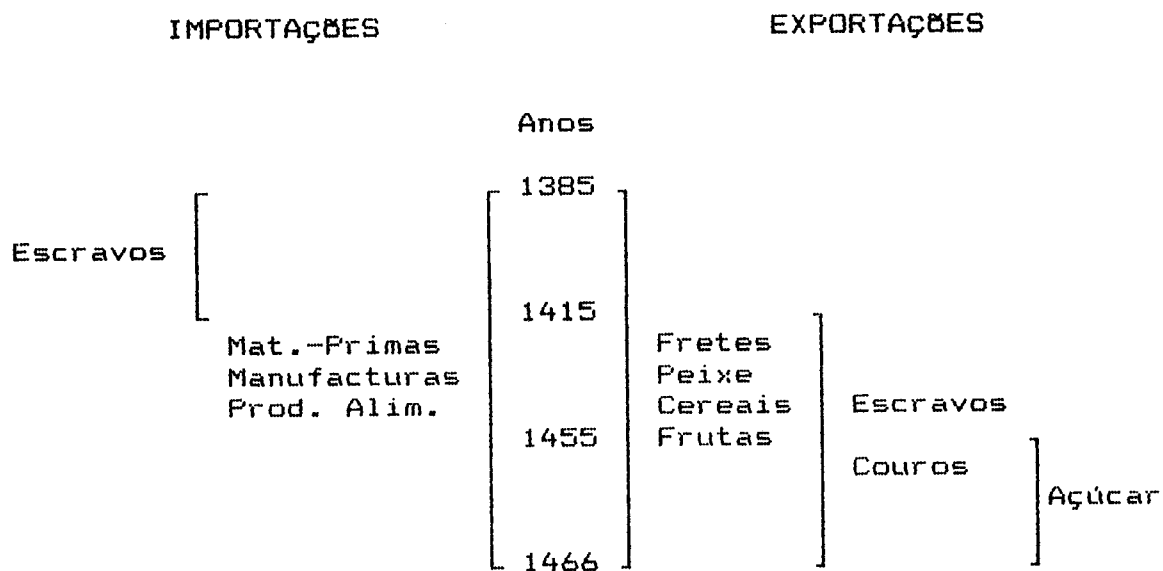
Uma conclusão fica, porém evidenciada: na avaliação do que foi o comércio externo português na Baixa Idade Média e os seus interesses estratégicos haveria, portanto, que integrar o papel que nele desempenhou o Mediterrâneo, par-

ticularmente a sua região Ocidental, a par das ilhas atlânticas e da costa africana. Esta questão remete-nos para algumas das ideias expostas por Vitorino Magalhães Godinho acerca desta época.

Este historiador, ao tratar dos complexos histórico-geográficos na história portuguesa, definiu como um período homogéneo aquele que medeou entre a tomada de Ceuta e os finais do século XV. Ele descreveu esses anos com as seguintes palavras: "...vai surgindo o cavaleiro-mercador, enquanto também se constela o senhorio capitalista. O Estado aliar-se-á agora nos impostos gerais de compra e venda - as sisas, logo no comércio interno -, e crescentemente nas rendas aduaneiras - no comércio marítimo. Geograficamente, este complexo abarca Portugal, os arquipélagos, o Noroeste africano atlântico. Tal expansão processa-se em torno do ouro sudanês ... do dinamismo açucareiro, ... da necessidade de controlar mercados de cereais ou de criar outros, do apresamento ou resgate de cativos ... da busca de cores para a tinturaria, da multiplicação de gado (indústria e exportação de couros)" (14).

Este quadro geral torna necessários alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, do ponto de vista da estrutura do próprio comércio. Pelo que se tentou antes mostrar, não foram homogéneas as fontes de receita do comércio externo portu-

guês entre 1385 e 1466. A par de exportações e importações relativamente constantes ao longo desses 86 anos (aquisição no exterior de matérias-primas, manufacturas e produtos alimentares e venda no estrangeiro de pescado, capacidade transportadora e, por vezes, cereais), foi-se alterando uma parte da oferta e procura dos portugueses no Sul da Europa. Essa situação poderia ser melhor descrita no seguinte esquema:



Assim, do lado da procura foram pequenas as alterações. Do que comprava habitualmente no Mediterrâneo, Portugal só com os escravos conseguiu alguns resultados, visto que, primeiro com Ceuta e depois com as expedições às costas africanas, se tornou num fornecedor dos mercados europeus. Mas, o

reino continuou a precisar de se abastecer no exterior de metais, pez, alcatrão, madeira, têxteis, armas, especiarias, produtos alimentares e um largo etc., tudo obtido na Europa, muitas vezes nos ricos portos do Sul. Em compensação variou muito mais a oferta portuguesa: a partir de 1415 com os escravos e com o incremento do comércio dos couros (15) e, desde cerca de 1455 (16), com as primeiras exportações de açúcar.

Como pagava o reino todas estas importações, pois já se viu que o pescado, cereais, couros e escravos não cobriam para essas compras (17) ? Uma primeira resposta está na política de transporte desenvolvida por Portugal, nomeadamente com o notável incremento do fretes dirigidos para o Mediterrâneo e daí vindos. Aqui, a grande oportunidade do reino terá surgido entre os anos de 1422 e 1452, quando as vicissitudes da rota do Levante atingiram seriamente Génova e Veneza (18). Aparentemente, o aumento da frota portuguesa que a tomada de Ceuta implicara ganhou um maior sentido comercial, o qual seria reforçado pelos novos produtos que Portugal se preparava para levar para o Mediterrâneo. Mas é provável que tenha sido o curso devastador levado a cabo um pouco por todos os portugueses, um dos mais importantes meios de obtenção de riqueza.

Esta viragem ao Mediterrâneo acentuou-se com a regência do

Infante D. Pedro, que pode ser considerado como uma das cabeças visíveis dessas correntes que faziam da presença nesse mar uma questão chave da politica externa portuguesa (19). Se tomarmos os dados da actividade externa do reino que se tem vindo a expôr, os elementos antes tratados relativamente a Aragão (20) e as cidades italianas ligadas à rota do Levante (21), pode perceber melhor o desenvolvimento comparado dessas 3 áreas:

PORTUGAL NO MEDITERRANEO	CATALUNHA	GÉNOVA/VENEZA
Anos	Anos	
1137	_____	1137
1282	Crescimento	1282
1291	_____	1291
1334	Apogeu	1334
_____	_____	_____
1344	_____	1344
Início	_____	1348
1348	_____	Crescimento
1370	Dificuldades	1370
_____	_____	_____
1380	_____	Predominio de Génova
Crescimento	_____	1380
_____	_____	_____
1402	Crise	1402
_____	_____	_____
1415	_____	Predominio de Veneza
Reforço	_____	1420
1420	_____	_____
1421	_____	1421
_____	_____	_____
1439	Recuperação	1439
_____	_____	_____
1452	_____	1452
Apogeu	_____	_____
1460	_____	1460
_____	_____	_____
1466	Crise	1466
_____	_____	_____
1498	_____	1498
_____	_____	_____
_____	_____	Apogeu

Fig. 50 - Comparação das grandes linhas de evolução do comércio relativo a Portugal nas suas relações com o Mediterrâneo, Aragão (Catalunha) e cidades mais envolvidas na rota do Levante (Génova e Veneza).

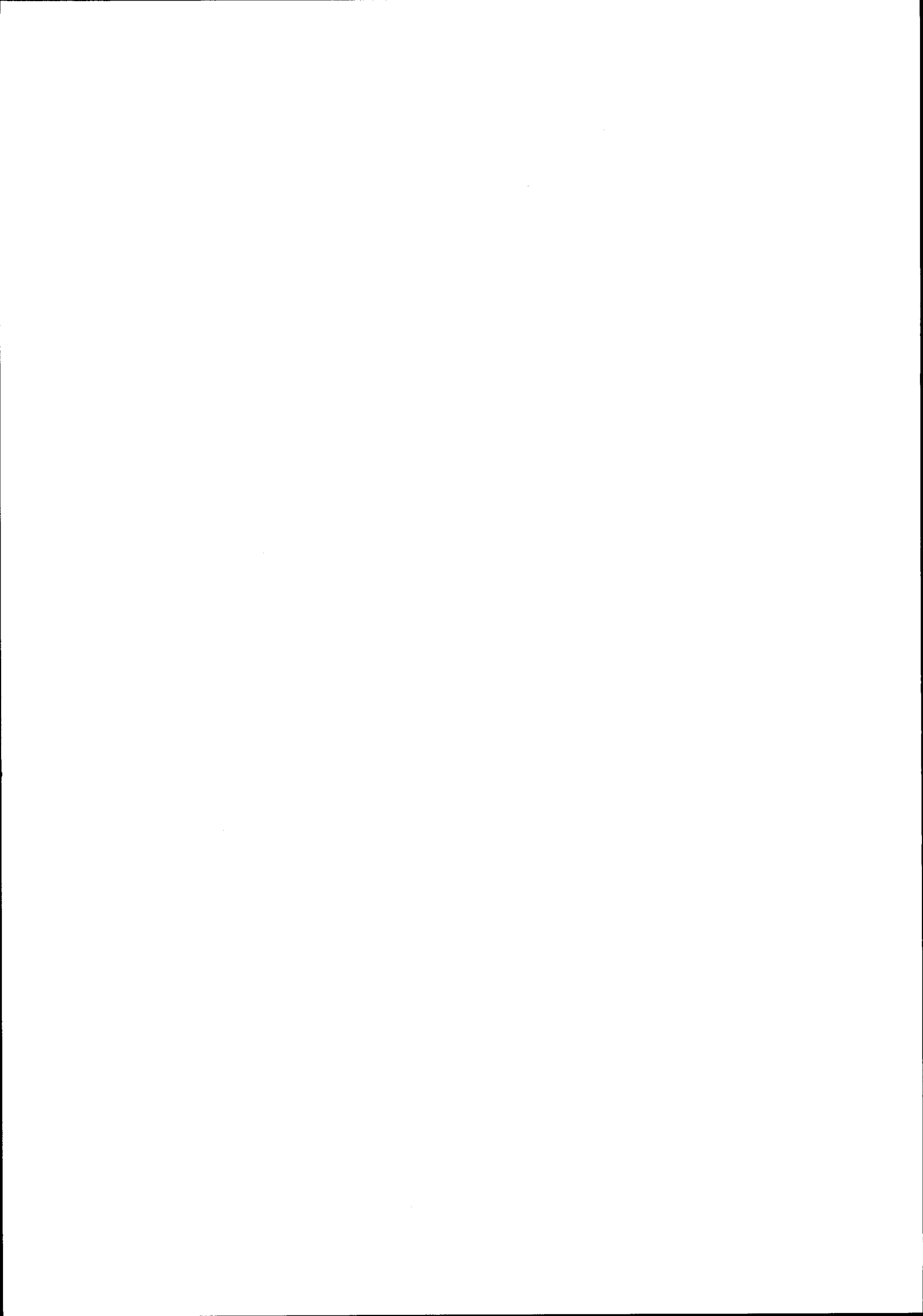
Uma clarificação final em relação à data de 1466. Como antes se explicou (22), o final do reinado do Condestável D. Pedro marcará o fim de um ciclo de forte presença portuguesa nos destinos e na vida económica de Aragão. Como uma investigação mais aprofundada provavelmente mostraria, será a partir de então que se irá acentuar as ligações dos portugueses ao Mediterrâneo Central. Esta data de 1466 é, em grande medida, simbólica. Mas, repete-se, a escolha atlântica parecia irreversível. É nesta lógica alternativa que se insere o Tratado das Alcáçovas e, no mesmo ano, a transformação da expansão no Atlântico em empresa da Coroa.

Coroando o abandono de uma política que, pelo menos desde 1415, foi bastante homogênea, D. João II, juntamente com seu pai, com data de 10 de Janeiro de 1481 "... consirando nos como e bem e proveito destes nossos rregnos aveer trauto e comércio antre elles [D. João e seu pai D. Afonso V] e el rrey de tremeçem e seu regno Senhorios e terras..." dá uma carta de seguro aos navios, cargas e naturais do senhorio africano (23). Mais um limite à actividade dos portugueses no Mediterrâneo. Oficialmente punha-se de certo modo fim à ideologia de razia e pilhagem que os nacionais do reino tinham transportado dos campos peninsulares para o mar. A palavra cabia agora ao comércio.

Entretanto, foi neste comércio que os mercadores portuque-

ses aprenderam a utilizar as técnicas comerciais mais rentáveis e perceberam as vantagens que podiam retirar em se associarem. De facto o Mediterrâneo foi uma fonte de cultura, fundamental não só para os membros do clero que frequentaram as universidades italianas, mas também para os mercadores que passaram a gerir os seus negócios de forma diferente.

Os caminhos que Portugal seguiu são conhecidos e já foram enunciados. Controlando uma vasta região marítima entre a costa magrebina, as ilhas da Madeira e Açores e a costa portuguesa, mantendo uma forte posição junto ao estreito de Gibraltar, discutindo o domínio sobre as Canárias, há muito beneficiando do que trazia da Guiné, a África atlântica foi o destino, opção que há muito vinha sendo preparada. No final da sua "Crónica de Guiné", Azurara justificava bem esta opção, quando, usando uma expressão cara ao infante D. Henrique escreveu (24): "ainda que as cousas seguintes não foram tratadas com tanto trabalho e fortaleza como as passadas, que depois deste ano [1448] avante, sempre se os feitos daquelas partes [África] trataram mais por tratos e avenças de mercadaria que por fortaleza nem trabalho das armas".



NOTAS

- (1) Este tema foi abordado na 2ª Parte (Cap. IV, nº 2) e na 3ª (Cap. I, nº 1).
- (2) MARTÍN, José Luis "La Península en la Edad Media" Ed. Teide, Barcelona, 3ª ed., 1984, pags. 670/675.
- (3) CHAUNU, Pierre "L'expansion Européenne du XIIIe au XVe Siècle" PUF, Paris, 1969, pags. 67 e 88 e segts.; HEERS, Jacques "O Ocidente nos séculos XIV e XV (aspectos económicos e sociais)" Pioneira Ed., São Paulo, 1981, pags. 146/153.
- (4) DUFOURCO, Charles-Emmanuel "L'Espagne Catalane et le Maghrib aux XIIIe et XIVE Siècles" Paris, 1966, pag. 576.
- (5) Veja-se, a este respeito o estudo de Virginia RAU: "Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini" Lisboa, 1956, separ. da "Revista da Faculdade de Letras" de Lisboa (tomo XXII, 2ª série, nº 2, 1956). No mesmo sentido: MELIS, Federigo "Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo, nel XV secolo" in: "Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel - Kölner Kolloquien zur Internationalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte" I, Colónia/Viena, 1970, pags. 56/73; HEERS, Jacques "Les Hommes d'affaires italiens en Espagne au Moyen Age: le marché monétaire" in: ob. cit., pags. 74/83. Relembre-se, também, que só a partir de 1426 Florença esteve em condições de estabelecer relações comerciais realmente autónomas com outros reinos europeus: CANESTRINI, Giuseppe "Intorno alle Relazioni Commerciali de' Fiorentini co' Portoghesi avanti e dopo Scoperta del capo di Buona Speranza. Memoria" in: "Archivio Stotico Italiano" tomo III, apêndice ao nº 13, Florença, 1840, pags. 98/100.
- (6) RAU, Virginia "Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato" separ. de "Estudos Italianos em Portugal" nº 21-22, Lisboa, 1962/1963, pags. 8/9.
- (7) MELIS, Federigo ob. cit., 62 e 64/65.
- (8) HEERS, Jacques "L'Expansion Maritime Portugaise à la fin du Moyen Age: la Méditerranée" Lisboa, 1956, separ. da "Revista da Faculdade de Letras" de Lisboa, tomo XXII, 2ª série, 1956, pags. 19/20.
- (9) IDEM, Ibidem, pag. 22.
- (10) DP, III, 44.
- (11) Sobre a constante falta de metais preciosos em Portugal, na Baixa Idade Média, em especial nos inícios do século XV: (TAVARES), Maria José Ferro "Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)" Lisboa, 1974, pags. 71 e segts.
- (12) Foi esse o tema central da discussão que se procurou seguir na última alínea do Cap. II da 3ª Parte.

(13) CHAUNU, Pierre ob. cit., pag. 65.

(14) GODINHO, Vitorino Magalhães "Complexo Histórico-Geográfico" in: D.H.P., II, pag. 132.

(15) Ver acima a nota 7.

(16) MIGUEL, Carlos Sousa "Açúcar" in: D.H.P., I, pag. 25.

(17) No Cap. II da 3ª Parte fez-se uma avaliação global da balança comercial portuguesa com várias regiões do Mediterrâneo a partir do método exposto por de Raymond de ROOVER "La Balance Commerciale entre les Pays-Bas et l'Italie au XVe siècle" in: "Revue Belge de Philologie et d'Histoire" tomo XXVII, nº 2, Bruxelas, 1959.

(18) ASHTOR, Eliyahu "Levant Trade in the Later Middle Ages" Princeton, New Jersey, 1983, cap. III.

(19) MACEDO, Jorge Borges de "História Diplomática Portuguesa - Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica" Lisboa, 1987, pag. 46.

(20) RENUARD, Yves "Les principaux aspects économiques et sociaux de l'histoire des pays de la Couronne d'Aragon au XIIIe, XIIIe et XIVe siècles" in: E.H.M., vol. II, Paris, 1968, pag. 1090; VILAR, Pierre "La Catalogne dans l'Espagne moderne - Recherches sur les fondements économiques des structures nationales" I, Paris, 1962; RUIZ DOMÉNEC, J. E. "La crisis económica de la Corona de Aragón" in: "Cuadernos de Historia" (anexos de "Hispania"), nº 8, Madrid, 1977, pag. 75.

(21) ASHTOR, E. ob. cit., cap. II a VI.

(22) Vale a pena relembrar as más recordações com que, depois de 1466, os catalães ficaram dos portugueses: MARTINEZ-FERRANDO, J. Ernesto "Catálogo de la Documentación de la Cancellaria Regia de Pedro de Portugal (1464-1466)" vol. I, Madrid, 1953, pags. 244/246.

(23) DP, III, 148.

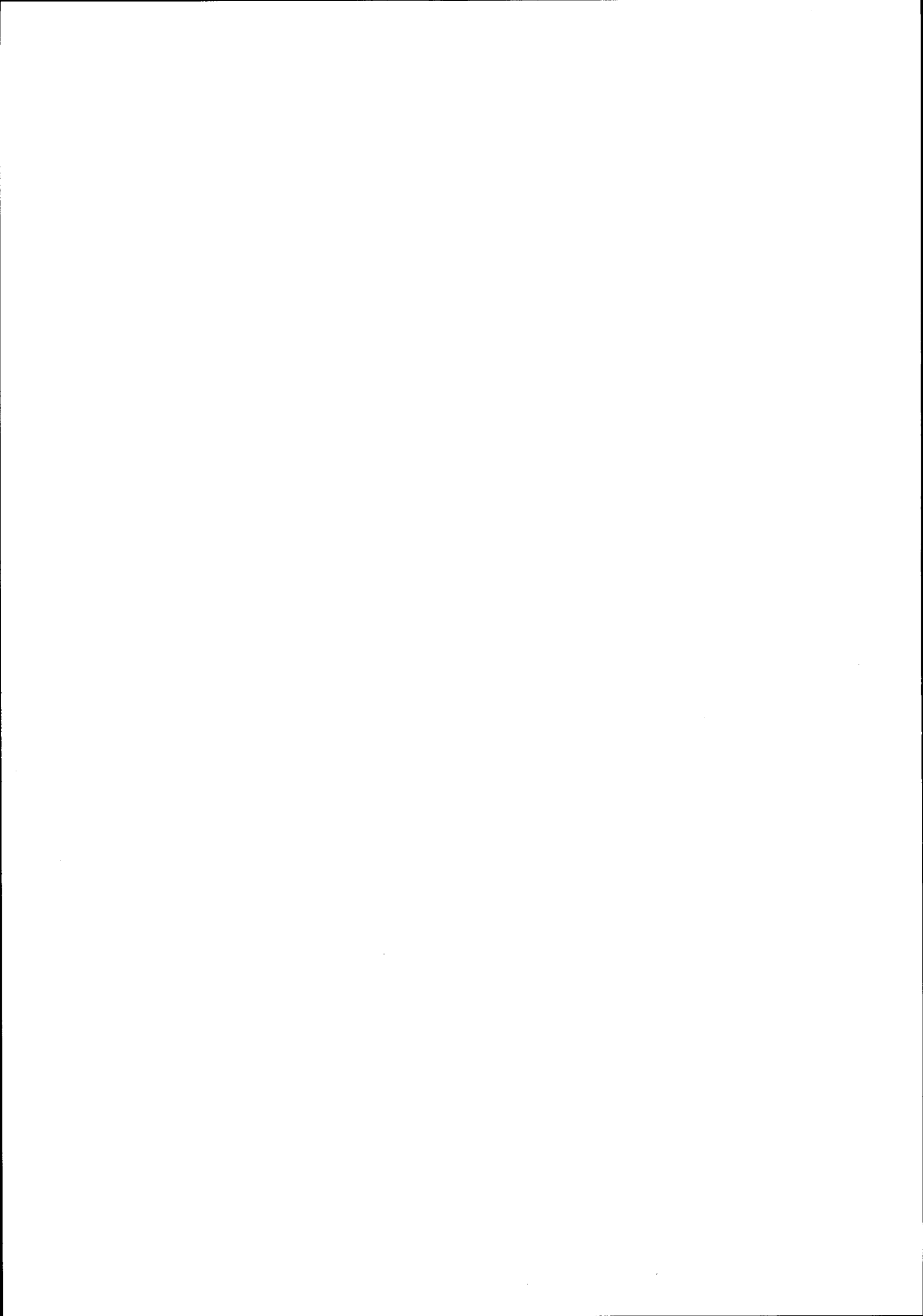
(24) ZURARA, Gomes Eanes "Crónica de Guiné" Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Barcelos, 1973, pag. 410.

A N E X O S








A N E X O I

QUADROS E GRAFICOS



QUADRO I

Os vários tipos de açúcar transaccionados no Mediterrâneo
em meados do século XIV

TIPO	FORMATO	CARACTERÍSTICAS	OBS.
MUCCARA		Pasta branca e fixa. Pão.	
CAFFETINO		Pequeno e branco. Redondo em cima. Pão.	Pode ser maior. Parte.
BAMBILLONIA			
MUSCIATO		Pasta branca mas não muito fixa. Oco. Grande. Pão.	3 vezes maior que o Bambil.
DOMASCHINO		2 tipos de formas. Pequeno. Pão.	
CHIPRE, RODES, SORIA, CRANCO di MONREALE e ALEXANDRIA		Em pó.	

Fonte: F. Pegolotti "Pratica della Mercatura", p. 362/364.

QUADRO II - a

Lista de tecidos transportados em 2 navios genoveses e capturados por portugueses (1386)

Pano de Bruges	Pano de Diest (Entre Malines e Maastricht)
Panos de Ypres	Pano de Menen (Perto de Ypres)
Pano de Bruxelas: branco e outros	Panos de Courtrai
Brunete e bifa de Brabant	Pano de Gand
Panos de bifa de Anvers	Pano de bifa de Lede (N. de Bruxelas)
Pano de Diksmuide (N. de Ypres)	Pano de Waregem ? (E. de Ypres)
Pano de Malines: grana e outros	Sarja branca da Escócia
Pano de bifa de Tournai	Pano de Valenciennes
Pano de Vilvoord: vários tipos (S. de Malines)	Burel de Alemanha
Peça de Comines	Pano de Vinilii (?): grana
Pano de Verviers	Tela de linho da França
Pano de Gramonte: vários tipos (W. de Bruxelas)	Serapilheira e corda de Bailleul (SW de Ypres)
Pano de bifa de Aarschoot (E de Malines) ou Aalst (W. de Malines)	

QUADRO II - b

Carga dos 2 navios genoveses capturados na costa portuguesa em 1386	
Tecidos - Peças e Telas	4055
Covados	4362 e 1/4 (c. 3071 m)
Varas	1453 (1598,3 m)
Balas	349
Peles de arminho	155
"Alegorum" - Balas	72
Bancos	2
Chumbo	13.696 kg
Ouro e Prata	?

Fonte: ASG, Arc. Segretto, nº 2729, nº 30

QUADRO III

As principais especiarias adquiridas por portugueses

Valência - 1405

(em Quilogramas)

Mestres	Pimenta	Canela	Açafrão	Gengibre	Noz	Cravo	Açúcar	TOTAL
L.Afonso	0,2	0,2	0,2	0,8	-	-	-	1,4
N.Esteves	66,7	37,7	9,5	31,9	1,2	4,3	15,5	166,9
A. Eanes	82,2	59,8	7,3	26,5	-	4,5	25,9	206,2
J.Vicente	175,8	100,5	12,2	49,4	2,3	9,5	53,1	402,8
V. Eanes	3,9	3,5	2,3	1,2	-	-	4,4	15,3
P. Vaia	35,5	0,2	3,5	-	-	-	-	39,2
Outros	0,4	2,7	-	0,4	-	0,4	-	3,9
TOTAL	364,7	204,6	35	110,3	3,5	18,7	98,9	835,7

FONTE: ARV, Bailia, nº 245

QUADRO IV

Mercadorias adquiridas em Valência e carregadas na
barca de Pero de Vaia (1405)

Pez	1224 Kg
Prata	1 marco e $\frac{1}{2}$ onça
Cobre	2,7 Kg
Especiarias e Drogas	41 Kg
Frutos Secos	c. 121,2 Kg
Arroz	11,6 Kg + 1 carga
Papel	5 resmas
Facas, navalhas e tesouras....	393 Unidades
Aguihas (vários tipos)	6.700 Unidades
Anéis de latão	350 Unidades
Cravos ou pregos de ferro	20.000 Unidades
Alambique de chumbo	1
"Castanells"	200 Unidades

Fonte: ARV, Bailia, nº 245

QUADRO V

Mercadorias adquiridas em Valência e carregadas
na barca de João Vicente (1405)

Especiarias e Drogas	1.149,1 Kg
Arroz	3 cargas
Cobre	2,3 Kg
Ouro	0,096 Kg
Cofres, arcas e caixas	16 Unidades
Papel	33 resmas
Agulhas	14.000 Unidades
Cardas	4 pares
Bolsas	120
Pentes	200
Contas	10 maços
Armas: Bestas	1 Unidade
Facas	20 Unidades
Luvas	1 Unidade
Espadas	1 Unidade

Fonte: ARV, Bailia, nº 245

QUADRO VI

Mercadorias adquiridas em Valência e carregadas na barca de Afonso Eanes (1405)

Pez	380,8 Kg
Especiarias e Drogas	414,7 Kg + 4 cargas
Nozes em calda	100 Unidades
Cofres, arcas e caixas	30 Unidades
Fustão	2 peças
Papel	4 resmas + 3 balas
Escravos	1
Armas: Bestas	3 Unidades
Escudos	1 Unidade

Fonte: ARV, Bailia, nº 245

QUADRO VII

Mercadorias adquiridas em Valência e carregadas na barca de Lourenço Afonso (1405)

Pez	13,5 Kg
Especiarias	6,98 Kg
Armas	1 (Besta)
Cofres	4
Escravos	1

Fonte: ARV, Bailia, nº 245

QUADRO VIII

Mercadorias adquiridas em Valência e carregadas
na barca de Nicolau Esteves (1405)

Pez	1.137,3 Kg
Especiarias	56 sacos
	4 balas
	3 jarros
	6 cargas
Arroz	11,6 Kg
Cofres	00
Escravos	1
Papel	21 resmas
	3 balas
	15 pergaminhos

Fonte: ARV, Bailia, nº 245

QUADRO IX

Mercadorias adquiridas em Valência e carregadas em vários navios portugueses (1416)

("Coses vedades")

Q. IX - a

Barca de André Domingues do Porto

Canhamo	448,8 Kg
Cofres	24 Unid.
Cardas	1 par
Aquilhas	7.000 Unid.
Espadas e Punhais	2 Unid.
Peças de armadura	2 Unid.
Bestas	2 Unid.
Passageiros	1

Q. IX - b

Barca de Afonso Eanes de Viana

Canhamo	463,9 Kg
Pez	272 Kg
Cobre	27,1 Kg
Cofres	4 Unid.
Armas: Bestas	1
Espadas	2
Couraças	2
Peças de Armadura	6

Q. IX - c

Nau de Estevão Domingues de Viana

Canhamo	1.329,3 Kg
Pez	489,6 Kg
Cobre	18,5 Kg
Cofres	12 Unid.

Q. IX - d

Barca de João de Viana

Canhamo	48,6 Kg
Armas: Punhais	5
Peças de Armadura	5 pares

Q. IX - e

Barca de Aires Gonçalves de Viana

Canhamo	899,1 Kg
Pez	396,3 Kg
Prata	1 Marco
Cofres	14 Unid.

Q. IX - f

Barca de Nuno Rodrigues

Canhamo	108,8 Kg
Cobre	1,9 Kg

(Fonte: ARV, Bailia, nº 255)

QUADRO X

Mercadorias adquiridas em Valência e carregadas
na barca de João Figuerola (1432)

("Coses Vedades")

Pez	1822,4 Kg
Cobre	32,5 Kg
Azeite	40,8 l.
Arroz	74,8 Kg
Cofres	4 Unidades
Aguihas de Coser	8.000 Unidades
Cardas	4 Unidades
Armas: Bestas	2 Unidades
Lanças	2 Unidades
Couraças	13 Unidades
Acha	1 Unidade
Peças de Armaduras	2 Unidade

(Fonte: ARV, Bailia, nº 269)

QUADRO XI

Armas Importadas de Valência e Barcelona destinadas a Portugal e Ceuta

Armas	1404	1405	1410	1413	1416	1425	1432	1440	1441	1442	1443	1444
Bestas (†)	5	8	9	-	177	80	2	69	84	159	8	8
Lanças e Dardos	120	80	-	-	36	-	2	72	84	334	-	100
Espadas (††)	3	3	-	144	38	-	-	45	77	3	-	-
Punhais e Facas	2	8	-	-	29	-	-	-	-	-	-	-
Couraças (†††)	4	4	8	-	12007	7	13	-	-	26	-	-
Partes do arnês	1	4	-	-	48	-	2	-	-	30	-	-
Sanfoneres	-	-	-	-	12000	-	-	-	-	-	-	-
Escudos	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Canhões	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acha	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Peças p/canhões	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(†) Inclui arcos de besta, bem como todos os tipos de bestas.

(††) Inclui, além das espadas, as lâminas avulsas.

(†††) Inclui, além das couraças, as armaduras e os arneses.

FONTE:

1404: Hinojosa Montalvo, J. "Cosas Vedades en 1404" Valência, 1972.

1405: ARV, Bailia, nº 245.

1410: ACA, R.P. - Batllia General, H-21 e H-23.

1413: ACA, R.P. - Batllia General, H-23

1416: ARV, Bailia, nº 255; ACA, R.P. - Batllia General, H-24.

1425: ACA, R.P. - Batllia General, H-27.

1432: ARV, Bailia, nº 267.

1440, 1441 e 1442: ACA, R.P. - Batllia General, H-33.

1443 e 1444: ACA, R.P. - Batllia General, H-34.

NOTA: Não estão incluídos em alguns anos os livros de Valência.

QUADRO XII

Arrolamento dos bens de uma Nau portuguesa apresada em Bone em 1308

Espadas, punhais e navalhas	24
Tecidos Peças, Telas e Braçadas	15,5
Fio de linho, canhamo ou seda ...	Porção
Colchão	1
Cobertas e cobertores de colchão	3
Colher de prata	1
Caixas, guarda-jóias ou malas	6
Lanternas	2
Especiaria ... Pimenta	7 lib.
Cravo	?
Roupa	

(Fonte: ACA, CRD, Jaime II, Cx. 115, nº 115, fol. 1/3)

QUADRO XIII

Carga da barca cujas mercadorias pertenciam a Johanni Serranyoni (1394)

Alquena 50 cargas
 76,1 Kg

Panos 4

Outras

(Fonte: ACA, Canc. Real, nº 2011, fol. 143 r/v)

QUADRO XIV

Navio S. Cristóvão patroneado por Afonso Eanes
de Cascais assaltada por catalães em 1396

Couros e peles	1.550 sacos
	15 balas
Cera	14 balas
Amendoa	1 bala
Cebola tratada	15 balas
Sabão	10 caixas
Mordentes	1 pipa
Esparto com resina	32 cabazes
Azeite	11 tonéis
Produtos vários (vinho ?)..	14 tonéis grandes
	1/4 tonel
	1 pipa
Roupas	

(Fonte: ACA, Chan. Real, nº 2265, fol. 105/107v)

QUADRO XV

Carga do navio de Garcia
Vaquera de Castela (1400)

Arroz	40 pontos
Amendoa	5 pontos
Pança	
Roupa	

(Fonte: ACA, Canc. Real,
nº 2241, pags. 95/96)

QUADRO XVI

Carga do caro e do navio
de Alvaro Estevão (1433)

Peixe
Trigo
Cavalos .. 7

(Fonte: ARV, Bailia, nº
1147, pag. 472 r/v)

QUADRO XVII

Barca e baleeiro capitaneado pelo
português Pere Vicente (1434)

Trigo	
Peixe	
Queijo	
Mouros	16
Outras	

(Fonte: ACA, Bailia, nº
1147, pag. 669 r/v)

QUADRO XVIII

Estrutura da carga de "Coses Vedades" sacadas de Valência
pela nau de Bernat Gasch de Tolosa (1381)

Mercadorias	Quantidades
Facas Pequenas	24
Navalhas	32
Dedáis	600
Pentes de Marfim	12
Tesouras	130
Guizos para gado	576
"Frets" (?)	24
Anéis de Latão	1008
"Escrivanias" (?)	8
Lâminas de Sangrar	84
Ferros de Lã	216
Agulhas	1500
Especiarias (Pimenta e Açafreão)....	?

Fonte: Cabanes Pecourt, M. D. "Coses Vedades en
1381" Valência, 1971.

QUADRO XIX

Estrutura da carga de "Coses Vedades" sacada de Valência pela nau de João Ramalho (1404)

Mercadorias	Quantidades	Destino	Compras do próprio
Biscoito	54,4 Kg	"Sua Nau"	
Cofres	28 Unid.	Portugal	X (24)
Latão	40,8 Kg	Portugal e Nau	X
Pez	664,4 Kg	Lisboa	X
Passageiros	1	Portugal	X

Fonte: Hinojosa Montalvo, J. "Coses Vedades en 1404" Valência, 1972.

QUADRO XX

Estrutura da carga de "Coses Vedades" sacada de Valência pela nau de Fernando Sanches (1404)

Mercadorias	Quantidades	Destino	Compras do próprio
Armas	Bestas	2	Lisboa
	Dardos	120	Nau
Cofres	47	Lisboa	
Objectos de Cobre	4	Portugal	
Prata	5,5 marcos	Lisboa	
Escravos	2	Portugal	X

Fonte: Hinojosa Montalvo, J. "Coses Vedades en 1404" Valência, 1972

QUADRO XXI

Aquisições de "Coses Vedades" realizadas por
portugueses em Valência (1485)

Quadro XXI - a

Barca de Nicolau Domingues (Porto)		Barca de Vasco Eanes (Viana)		Barca de Lourenço Afonso	
Mercad.	Quant.	Mercad.	Quant.	Mercad.	Quant.
Couraças	2	Tamaras	34,8 Kg	Pez	122,4 Kg
GuardBraço	1	Especiar.	16,2 Kg	Especiar.	1,3 Kg
Bestas	3	Prata	8 marcos	Cofres	2
Espadas	1	Papel	8 resmas	Cofrenets	2
Latão	1	Mordent.	24,6 Kg	Mordent.	4,6 Kg
Salsa	770 gr	"Doces"	8,1 Kg	Bestas	1
				Escravos	1

Fonte: ARV, Bailia, nº 245.

Quadro XXI - b

Patrão da Barca	Origem	Mercadorias	Quantidades	Obs.
Afonso Mendes	Porto	(Passageiros)	2	
João Peres	-	Açafrão	2,3 kg	
		Cofrenets	1	
João Porfia	-	Prata	4 marcos	(1)
Gonçalo Branco	-	Restas	2	
		Pez	149,6 Kg	
Estevão Lourenço	Lisboa	Sebo	5,8 Kg	
		Roia	3 Balas	
Gonçalo Lourenço	Porto	Especiarias	1,5 Kg	
Gomez Martinez	-	Escravos	1	
Afonso Domingues	Porto	Couçaças	"Umas"	
Nicolau Eanes	-	Pano da Terra	1	
		Boças:our/seda	360	
		Tamaras"doces"	3 Tarraces	

Fonte: ARV, Bailia, nº 245

QUADRO XXII

A importância relativa das "Coses Vedades" (1404)
segundo o número de Assentos e o Imposto pago

Mercadorias	Assentos		Imposto (em din)	
	Número	%	Imposto	%
Armas	19	18,1	164	8,9
Canhamo	4	3,8	284	15,3
Chumbo	4	3,8	30	1,6
Móveis em Madeira	26	24,8	264	14,2
Objectos de Metal	34	32,4	66	3,6
Pez	8	7,6	763	41,1
Sebo	2	1,9	21	1,1
Prata	4	3,8	264	14,2
Escravos	4	3,8	-	-
TOTAIS	105	100	1856	100

Fonte: Hinojosa Montalvo, J. "Coses Vedades en 1404"
Valência, 1972.

QUADRO XXIII

B. XXIII - a

Algumas capturas realizadas a partir de Ceuta
(vão indicados os padrões)

Diogo Vazquez	Diogo Vazquez	João Barroso	Afonso Martinho
Cavalos .. 3	Roupa	Mouras .. 10	Mouros .. 34
Galgos ... 10	Panos em peça	Cevada	Gado
Sardinha	Jóias	Cera	Outras
Passa	Loiça (?)	Cavalos	
	Chumbo (lastro)	Outras	
Pero Ximenes	Pero Palhão	Diogo Vazquez	Diogo Vazquez
Mouros .. 13	Mouros .. 8	Alcavalas	Mouros .. 5
Asno 1	Trigo	Figo	Farinha
Cavalos . 24	Farinha	Amendoa	Especiaria
Panos		Selas .. 3	
Roupa		Freios	
		Esporas	
Alvaro Fernandes	Alvaro Fernandes	Alvaro Afonso	
Mouros .. 3	Fruta	Mouros .. 4	
Louça de Málaga	Roupa	Cavalos . 6	
Panos	Mouros .. 61	Cevada	
Outras		Mel	
		Manteiga	
		Outras	

(Fonte: Zurara "Crónica do Conde...")

Q. XXIII - b

Presas efectuadas a partir de Ceuta, entre 1415 e 1437

Produtos	Quantidades	Nº de refa
Navios apresados	41 a 50	
Cereais/Legumes		9
Fruta (inc. seca)		6
Outros alimentos		2
Especiarias		1
Peixe		2
Gado bovino	13	1
Gado cavalari	93	1
Cães	10	
Panos	227 peças	3
Roupa		4
Cordas		2
Louça		2
Moedas		1
Escravos	1627	1
Jóias		1
Chumbo		1
Selas		3
Indefinidas		9

(Fonte: Zurara "Crónica...")

QUADRO XXIV

Séquito, criados e visitantes da Rainha D. Isabel, mulher do rei D. Dinis

Ramon de Cardona	- Cunhado da rainha
Isabel de Cardona	- Filha do anterior. Abadessa de Santa Clara de Coimbra
Joana Gonçalves	- Irmã da anterior
Martin d'Ayn Ximenez	- Cavaleiro de Reimão de Cardona. Enviado pela Rainha a Aragão
Martin Pires de Alvim	- A rainha chamava-lhe "colaço"
Napoleão de Aragão	- Filho bastardo de Jaime II. Veio com autorização régia para Portugal
Dona Vataza	- Veio com a rainha. Bisneta do Imperador Frederico II
Dona Constança	- Mãe da anterior
Marquesa Rodrigues	- Colaço da rainha
Maria Ximenez Coronel	- Veio na comitiva da rainha
Pero Julianez	- Clérigo da rainha
Miguel Vivas	- Natural de Aragão. Bispo de Viveu em 1330
Pedro Gonçalves	- Capelão da rainha
Berenguer de Monroch	- Veio com a rainha para o serviço religioso
Fr. Fernando Montagus	- Parece ter acompanhado Pedro Serra
Pedro Serra	- Frade da Ordem Nuestra Senora de la Merced. Acompanhou a rainha Isabel
Mestre Barnalte	- Médico do rei e rainha, provavelmente de origem aragonesa
Mestre Arnaldo Vilanova	- Médico do rei e da rainha. Aragonês. Visitou a rainha quando peregrinou a Compostela.
Martin Moxa	- Trovador aragonês ao serviço do rei
Estevão da Guarda	- Pagem que veio ao serviço da rainha e chegou a escrivão
Juan Sanz	- Veio ao serviço da rainha. Notário em 1321
Juan Lompreto	- Aragonês ao serviço da rainha
Girald de Albalad	- Embaixador aragonês que, por vezes, visitava a rainha
Moisés Caluto	- Judeu português

GRAFICO 1

PREÇOS DE ESCRAVOS
(Lib. de Valência)

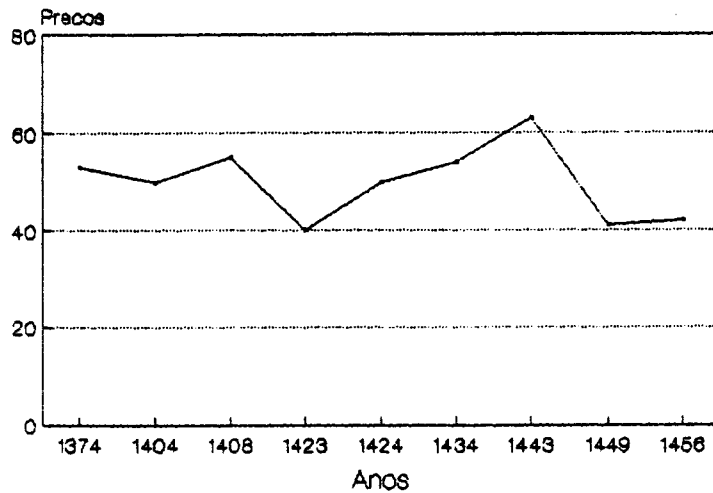
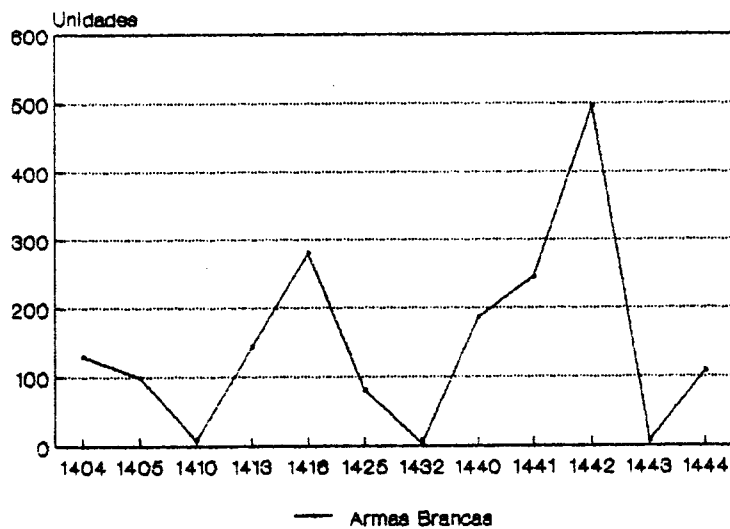


GRAFICO 2

IMPORTAÇÃO DE ARMAS BRANCAS (1405-1444)
Proveniência: Barcelona e Valência



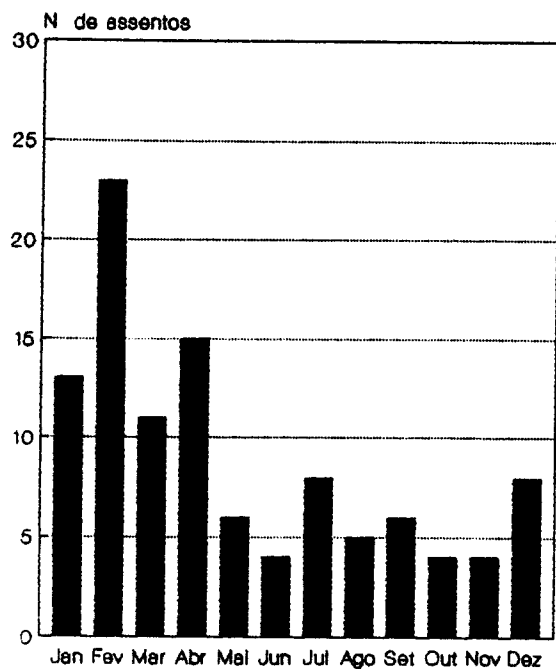
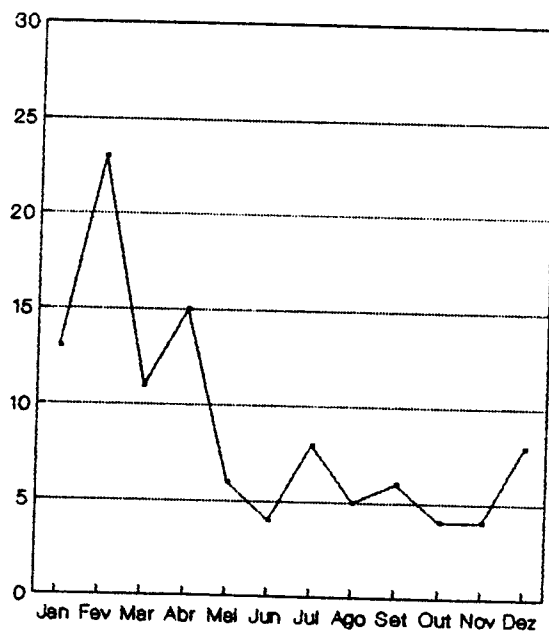


GRAFICO 3 - Distribuição de Assentos pelos meses do ano (1391-1456).

GRAFICO 4 - Distribuição de Assentos pelos meses do ano (1391-1456).



A N E X O S I I

M A P A S E I M A G E N S

MAPA 1

EIXOS DE CIRCULAÇÃO OCIDENTE-ORIENTE NO INTERIOR DA PENÍNSULA IBÉRICA (As vias terrestres)

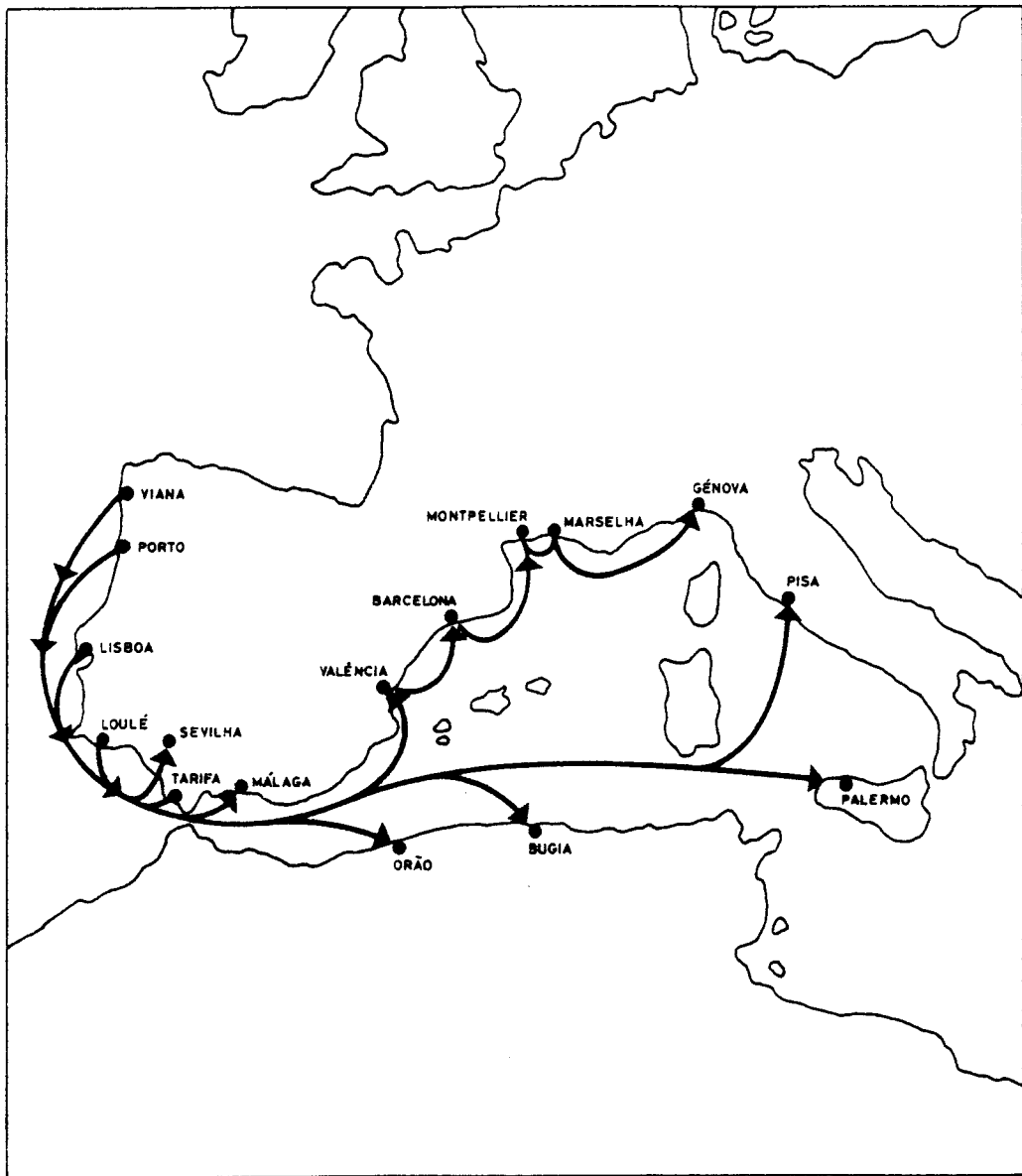


LEGENDA

- Estrada "Real" (Seg. DUFOURCQ)
- - - - Viagens de Al-Idrisi (Cf. GARCIA MERCADAL)
- · · · · Estrada de Santiago (Seg. GARCIA MERCADAL)
- · · · · Viagem de D. DINIS a Aragão (R. PINA "Crónica....")
- - - - Outras

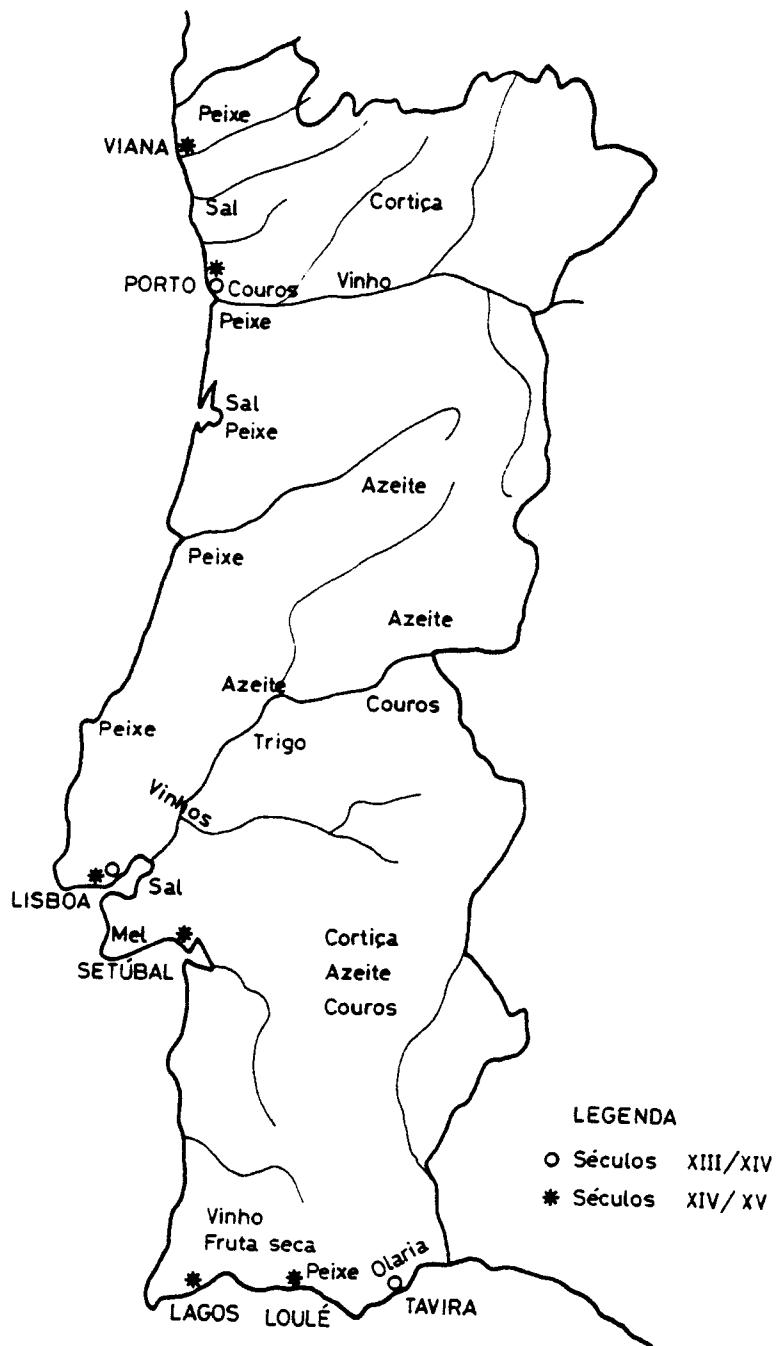
MAPA 2

ROTAS PORTUGUESAS NO MEDITERRÂNEO (SEC. XV)



MAPA 3

OS PRINCIPAIS PORTOS PORTUGUESES MEDIEVAIS



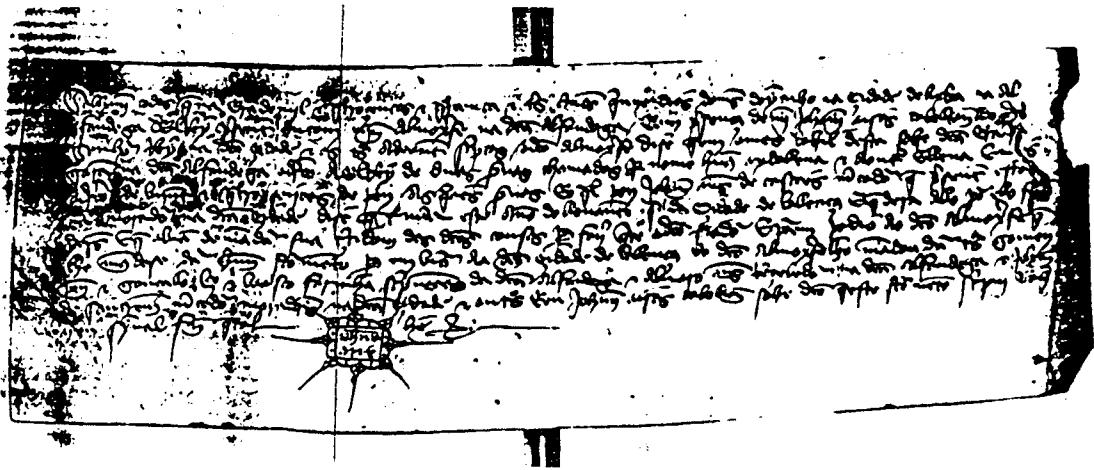


Imagem 1 - Em 15 de Outubro de 1495, o notário João Aires, certifica que, vindas de Valência, foram presentes na "Alfândega do Rei" da cidade de Lisboa 2 servas e uma certa quantidade de pez, provenientes de Valência.

(Fonte: A.R.V., Bailia, nº 245, fol. solto)

Handwritten text in a medieval script, likely a notarial record. The text is partially obscured by a large black shadow on the right side. It appears to be a record of a transaction, possibly the purchase of fish as mentioned in the caption. The script is dense and characteristic of the 15th century.

Imagem 2 - Rascunho do assento notarial referente à aquisição de uma partida de peixe por João de Lisboa, morador em Barcelona, e que faz parte do pequeno livro anexo ao manual notarial de Juan Reniu, que trata dos negócios de João Afonso da Silveira

(Fonte: A.H.P.B., Not. Juan Reniu, "Manual" Leg. 4, Fev/Mai de 1433, fols. soltos)

A N E X O I I I

G L O S S A R I O

NOTA EXPLICATIVA

A necessidade de explicar alguns termos que constam da documentação utilizada foi o início da razão de ser do presente glossário e da extensão que ele acabou por ter. De facto, rapidamente as dezenas de termos ultrapassaram as duas centenas.

Mesmo assim, as entradas nem sequer são sistemáticas, antes têm como objectivo fornecer uma explicação sintética dos termos mais difíceis de compreender e das alternativas do seu significado. Outras palavras já explicadas no texto não foram agora incluídas. Em casos muito concretos e pontuais houve a necessidade de prolongar a explicação do termo às suas formas de produção, funções ou utilização; tal só aconteceu, porém, para melhor demonstrar a razão de ser da opção feita.

Importa, aliás, não esquecer que apesar da documentação aqui tratada ser produzida, na maior parte dos casos, em vários portos do Mediterrâneo Ocidental e Central, o facto de Portugal se ter visto obrigado a importar essas mercadorias acabou por ajudar a consolidar uma terminologia

portuguesa nitidamente influenciada pelo catalão, pelo francês ou pelo italiano.

Uma vez que o glossário acabou por ter esta extensão, esperamos que ele tenha alguma utilidade para quem se quiser dedicar à elaboração de alguns estudos prévios absolutamente imprescindíveis para ir ajudando a construir um verdadeiro vocabulário do comércio medieval português.

Este foi o objectivo ao incluir, neste anexo, referências bibliográficas para cada termo, embora com um mero valor indicativo. Note-se que só vão mencionados os autores cujas obras participam, directamente, no significado dos vários termos. Em nenhum caso se pretendeu sequer incluir toda a bibliografia usada em cada pesquisa individualmente considerada. Esta forma de simplificação acaba por não dar uma ideia da complexidade da definição de cada um dos termos.

Em regra, não foram incluídos vocábulos referentes a pesos e medidas. Isto deve ao facto de, no texto, se abordar expressamente esta questão. As excepções dizem respeito a pesos e medidas que se confundem com a forma como são transportadas.

As referências bibliográficas podem ser conferidas na bibliografia final, em especial na parte correspondente a "Dicionários". Num número restricto de casos, porém, por

serem mais conhecidos, dispensou-se até qualquer referência bibliográfica.

Por uma questão de comodidade e economia, os autores constam entre parenteses no final de cada explicação segundo seguinte ordem: nome, ano de publicação, quando o autor tem mais do que uma obra, volume da obra em numeração romana, caso exista, e o número da página. Assim, só há que identificar cada obra na Bibliografia.

VOCABULARIO

A

Acenbuche - Oliveira silvestre, ou, mais exactamente, o azeite dela extraído (Sesma, 66 e 97). V. Atzenquo.

Acener - Especiaria ou droga de uso mal conhecido. Entretanto "Sene", que não "Cene", era o composto de uma água laxativa (S. António, 31). Note-se que também se chamava "Çeni" a uma variedade de pau brasil (Gual, Camarena, 1981, 231).

Acha - Termo que tanto poderia designar a maça como um machado. Fernão Lopes utiliza o termo de "facha" (D.H.P., I, 190/191).

Agam - Agárico; produto medicinal (Hinojosa Montalvo, 1987, 777).

Agulla de coser, de apontar, de sartre, de "cap", saquera - Agulhas específicas para um tipo de trabalho ou com determinadas características: de coser, de alfaiate, de cabeça e de coser sacos; note-se que existiam muito mais espécies de agulhas do que estas que vão indicadas (Hinojosa Montalvo, 1975, 136; Ferrer Navarro, 1973, 10;

Badia, 1951, 337).

Aixa ou Axie - Carpinteiro. V. Mestre d'Axie.

Alacant - V. Figa

Alambi - Alambique (Badia, 1951, 338).

Alaúde - Pequeno barco muitas vezes usado na pesca (Zurara, 213).

Albetoça - Barca mourisca muito usada no comércio entre a Península Ibérica e o Norte de Africa (Zurara, 107).

Alcaranya (Alcarauya) - Planta aromática cujas sementes se usavam como condimento e na medicina, sendo muito vulgar em Valencia (Gual Camarena, 1976, 194 e Id., 1981, 216).

Alegria - Semente de gergelim. Era muito apreciada como condimento (Gual Camarena, 1976, 259; Martinez Almoyna, 59).

Almazen - De pouco valor (Serrano Sanz, II, 344); também pode significar armazém.

Alna - Medida equivalente ao côvado, o qual valeria cerca de 0,60 m. (Viterbo, I, 425/426; D.H.P., V, 68).

Alquena - Alfena, arbusto cujas folhas e raízes reduzidas a pó e dissolvidas em água acrescido servia de colorante e

era ainda utilizado na cosmética feminina e como remédio (Gual Camarena, 1981, 218).

Alum - Matéria-prima muito importante utilizada como mordente na indústria têxtil para fixar as cores, na curtição de couros e peles, na elaboração de vidros e pergaminhos, embalsamamentos e farmacopeia. Era, como é sabido, uma das mercadorias medievais objecto de um grande e próspero comércio (Gual Camarena, 1976, 200/202).

Aluminis - O mesmo que alumen. V. Alum.

Ambolle - Estopa de cânhamo (Gual Camarena 1981, 218 e 226). Não confundir com "ampolla" que era uma vasilha de pescoço estreito e corpo largo (Sesma, 84).

Amenla - Amendoa; existiam várias espécies (Gual Camarena, 203). V. Amenlo.

Amenlo - Tanto poderia referir-se a melões como ser um aumentativo de amendoa (Gual Camarena, 204). V. Amenla.

Ampolla - V. Ambolla.

Anels de lauto - Anel ou argola de latão (Ferrer Navarro, 1973, 10).

Aram - Cobre (Badia, 1951, 339). Também a palavra "coure" podia significar cobre.

Arch - Arma de atirar setas (Sesma, 89).

Arengada - Uma das formas de tratar a sardinha para melhor a transportar; neste caso seca, ou seja, semelhante ao arenque (Sesma, 89).

Arnes - Conjunto de armas defensivas que asseguravam a protecção do corpo com correias e fivelas (Sesma, 92). Entre nós chamava-se também arnes só à armadura do tronco (Herculano, 1837, nº 28, 219).

Arnes "de quama e quxa (cuxa)" - Parte do arnês que protegia as pernas e respectivos músculos (Sesma, 92). V. Cuxa.

Arquibanch - Banco que ao mesmo tempo servia de assento e de arca (Serrano Sanz, II, 344).

Arroc - Arroz (Gual Camarena, 1976, 217).

Arzenich - Arsénico, muito utilizado em aplicações medicinais (Hinojosa Montalvo, 1987, 777).

Atzenquo - Azarcão; cinza ou terra que se obtém do chumbo queimado e se utilizava na pintura para atingir a cor vermelho-alanrajada (Sesma 66, Gual Camarena, 1981, 215). V. Acenbuque.

Auqua ros - Agua rosada (Serrano Sanz, IX, 119).

Avant braços - Peça da armadura que cobria o braço desde o cotovelo até à mão (Sesma, 105).

B

Bacinete - Peça da armadura que cobria a cabeça (Moliner, I, 327). O bacinete era afinal o elmo liso e sem adornos (Herculano, 1837, nº 28, 218).

Bala - Fardo; entre impressores e livreiros refere-se a um conjunto de 10 resmas de papel (Moliner, I, 331).

Balance de lauto - Balança de latão (Ferrer Navarro, 1973, 10).

Balener - Barco de difícil caracterização dado não ser crível tratar-se de um baleeiro. No mar Mediterrâneo era um tipo de barco comum.

Ballesta - Arma que servia para lançar setas; existiam várias espécies e de diferentes proveniências (Gual Camarena, 1976, 226). Em português "besta" (D.H.P., I, 212/213).

Banya - O mesmo que Baniolles, ou seja, a cidade de Gerona; centro produtor de armamento (guardabraços, por exemplo), tecidos e um mel muito apreciado (Sesma, 105).

Barada - Vd. Lã.

Barca - Muitas vezes utilizada como designação genérica era, em regra, maior que a fusta e com uma razoável capacidade de carga, podendo as grandes alcançar uma capacidade de 30 tonéis (cerca de 27 toneladas) ou carregar mais de 60 cavalos (D.H.P., I, 120; Zurara, 174 e 181).

Barqueta - Fusta pequena (Zurara, 212).

Batafalva - Grãos de arbusto (anis) em banho de açúcar e que eram muito apreciados (Gual Camarena, 1976, 229).

Batlle - Alcaide; oficial (juiz) que administrava a justiça em Aragão (Badia, 1951, 341).

Bergantim - Era uma designação aplicada a um barco ligeiro óptimo para proteger navios de carga (Zurara, 130 e 157).

Bescuyt - Bolacha de marinheiros; em português utilizava-se também a palavra biscoito (Gual Camarena, 1976, 230).

Blanquet ou Blanquer - Cerusa (carbonato de chumbo) provavelmente usado como colorante (Gual Camarena, 1976, 232; Sesma, 112).

Blanquet - Alvaiade, cosmético de cor branca (Hinojosa Montalvo, 1987, 777).

Boças (de ouro e seda) - Bolsa (Gual Camarena, 1976, 237; Sesma, 114).

Bombardas - Máquina militar com um canhão de grande calibre (Sesma, 114).

Bores - Designava a parte mais grosseira e curta da lã cortada pelo tosador (Sesma, 115/116). Comprada à unidade poderia referir-se a uma bolsa de lã grosseira.

Bota - Cuba para líquidos, geralmente vinho, com 516 l de capacidade (Martinez Almoyna, 177); por vezes, também era utilizada para outros produtos, como a sardinha (Hinojosa Montalvo, 1987, 772).

Bou - Couro de boi; muito comum no Norte de Africa, em especial na região de Tunes (Gual Camarena, 1981, 225, 231).

Brasil - Pau brasil: madeira dura e de cor encarniçada muito utilizada como colorante vermelho (Gual Camarena, 1976, 239/240).

C

Cadin - Também se escreve "quadins". Tecido grosseiro de lã, de várias cores, muito usado na época medieval

(Sesma, 127 e Gual Camarena, 1967, 144/145).

Cafiço - Cafis ou Cahiz; era uma medida de todo o grão, cereal em especial, e que variava bastante de capacidade (Gual Camarena, 1981, 267/268).

çafra ou **Cafra** - Vd. **Safra**.

Calces flandesques - Calças de pano da Flandres (Gual Camarena, 1976, 318). Como peça pertencente ao armamento defensivo, termo em que era mais vulgarmente utilizado, referia-se à parte da armadura que cobria as pernas e os músculos (Sesma, 128).

Caldera de cobre - Vd. **Caldero**

Caldero - Caldeira, em ferro, "aram" ou outros metais (Gual Camarena, 1976, 247; Badia, 1951, 342).

Caligis - Este termo, quando utilizado nos contratos de fretamento de navios, deveria referir-se a "calça", no sentido de pagamento de despesas indeterminadas. A palavra significa mesmo "coisa tenebrosa, indeterminada" (Gaffiot, 245). No fundo seria uma espécie de complemento de risco.

Cames - Tiras ou peças de lenço ou pano com que se juntam as roupas; em português seria algo do tipo "trouxa" (Sesma, 131). Usava-se ainda a expressão "comes de girofle" para

designar os pedúnculos do cravo; o caracterizá-lo como "espich" poderá significar que o cravo é misturado com alfazema (Gual Camarena, 1981, 222, 234 e 238).

Canapi - Também se usava "canyamaz". Trata-se ainda da estopa de canhamo ou dos seus desperdícios usados seja para fazer cordas, seja para outros fins (Sesma, 132 e 135).

Canem - Cãhamo (Gual Camarena, 1976, 251/252).

Canon - Esta palavra pode ter dois significados muito distintos: pode, por um lado, referir-se a canhão, mas também pode ser pano com fio de ouro (Sesma, 134).

Cap - Palavra de múltiplos significados: Cabeça (Vd. Agulla); cabo, por exemplo, Cabo de Pals ou de Cerver e muitos outros.

Capiros - Sendo neste caso uma espécie de especiaria ou droga, são possíveis três hipóteses: tratar-se de "caparos" ou "caparros", que é o vitríolo, um sal composto por ácido sulfúrico e cobre ou ferro, usado em medicina e na indústria textil. Podia ser também "caperis", que é uma alcaparra, planta muito comum na Península Ibérica e cujos botões da flor eram comestíveis e usados em medicina (Gual Camarena, 1981, 226/7). Finalmente "capiros" era o nome que se dava ao fruto ou baga do loureiro, usado

como condimento e na preparação de remédios (Sesma, 363).

Captanes de mula - Arreios de mula (Ferrer Navarro, 1977, 317).

Caravo - Navio mourisco de vela latina, provavelmente o transportador de mercadorias entre a Península Ibérica e o Norte de Africa mais divulgado (Zurara, 138).

Cardemoni - Cardamomo, planta tropical que se usava como especiaria e em medicina (Gual Camarena, 1976, 257 e S. António, 38, entre outros).

Cardes (parelles de) - Par de cardas; instrumento para cardar a lã (Martinez Almoyna, 225).

Cardo - O mesmo que "cardes" (Vd. supra). Também existe uma planta assim chamada e usada pelos cardadores (Gual Camarena, 1976, 257). Quando não se trata de uma corrupção de "carde" pode referir-se à planta com cerca de um metro de altura e que é comestível.

Carduces (parells) - Vd. Cardes.

Carraca - Navio genovês (Zurara, 390).

Carraça - O mesmo que carga (Alberti, 345). Vd. Tarraces e Carracos.

Carracão - Barco mourisco de mercadorias (Zurara, 310).

Carracos (de confits) - Jarro que servia para transportar vários produtos, neste caso açúcar ou doces (Alberti, 345; Ramon Navarro, 1977, 348). V. Tarraces.

Carrebo - Barco mourisco de mercadorias (Zurara, 106).

Carroço - Uma espécie de bilha de barro que servia para guardar frescos os líquidos (Serrano Sanz, II, 220).

Carvium - Este termo deveria designar uma determinada forma de carga, nomeadamente de peles e couros, embora não tenha sido possível definir com exactidão o seu significado (AHPB, Not. RENIU, Juan "Manual", Leg. 4, Fev-Mai/1433, s/nº).

Casafisa - Provavelmente o mesmo do que "caxafistola".

Casco - Vasilha para líquidos, provavelmente com uma capacidade de 9 litros (Casco de Tonel) e de 4,5 (Casco de Pipa) (P. Azevedo, II, 670).

Cascs cafatis - Casca: folhelho (película) da uva usada, segundo parece para a curtição de couros (Gual Camarena, 1976, 259). "Cafatis" seria uma das várias formas de preparar as "cascs".

Castanell - A palavra "castanye" designava já então um

certo tipo de castanha. Todavia, se compradas às unidades, não ao peso, poderia significar, agora sob a forma de "castanell", o bilro para fazer renda ou os palitos que os escultores empregam para modelar (M. Almoyna, 786). Por outro lado, o termo "casanellas", também muito usado, equivalia a "gala", ou seja, a excrescência de certas árvores que, depois de tratadas eram utilizadas em tinturaria e como adstringente; neste caso porém, é certo que não se venderiam à unidade (Gual Camarena, 1981, 227 e 237).

Caxa ou Caixa - Caixa, arca ou cofre (Gual Camarena, 1976, 262; Badia, 1951, 342). Espécie de arca com uma cobertura sem fechadura nem dobradiças (Bluteau, II, 220).

Caxafistola ou Cassafistola - Arvore tropical cujos frutos se empregavam como remédios ou como edulcorantes (Gual Camarena, 1976, 259/260).

Caxeta - Vd. Caxa

Caxo - Vd. Caxa.

Cendat - Tecido de seda ou véu fino (Serrano Sanz, II, 220). Eram famosos os de Montpellier (Gual Camarena, 1967, 141).

Cendra (de recuyt) - Produto da combustão das borras do vinho e utilizado como mordente na indústria têxtil

(Gual Camarena, 1976, 265). Também se chamava assim a uma pasta de cinza de ossos com que se faziam os cadinhos para purificar o ouro e a prata ou se punha no chão dos fornos de prata (Moliner, I, 574). Vd. Mares e Recuyt.

Cepi (cepi cori) - Cebola (Gual Camarena, 1976, 262/263). "Cori" pode referir-se só à casca da cebola. Na Idade Média a cebola, ou a sua casca, era muitas vezes metida em água, seca ao sol e estendida sobre palha de cevada (Gual Camarena, Ibid. e Gaffiot, 431).

Cere - Cera (Gual Camarena, 1976, 266).

Cervellerie - Cervilheira. Rede de malha de ferro destinada a proteger o alto da cabeça, parte da face e a nuca e, provavelmente, montada sobre um pequeno barrete de ferro (D.H.P., I, 192).

Cetrille - Pequeno jarro, recipiente com asas para líquidos (Sesma, 152); num outro sentido "Cetra" é um escudo de couro (DuCange, Supl, I, 116) ou um recipiente para líquidos mas em couro (Gaffiot, 297).

Citoval - Zedoária; planta herbácea usada como condimento e em medicina (Gual Camarena, 1976, 270).

Clans de tirador - Ou claus de tirador; o mesmo que cravo e usado na indústria textil (Badia, 1983, 61). Vd. Tirador.

Cofin - Medida para pesar e transportar passas e outros frutos secos, em que 2 cofins correspondem a 1 "espuerta" (Gual Camarena, 1981, 269).

Cofinorum - Cesta ou alcofa de esparto para transportar mercadorias (Fontecha, 69).

Cofre - Baú, em madeira ou couro cru que servia para guardar roupa (Ferrer Navarro, 1973, 10).

Cofrenet - Baú pequeno (Ferrer Navarro, 1973, 10).

Coloquinquides - Cogombro (espécie de pepino) de asno (grosseiro ?), "Cucumis Sativus L. et C. flexuosus L. (Asín Palacios, 76). Planta indiana com flores amarelas e cujos frutos, sem casca e secos, era usado em medicina (Bluteau, II, 380).

Columbrina - Peça de artilharia larga e de pouco calibre, mas de um grande alcance (Sesma, 174).

Comi - Cominho; planta de sementes aromáticas classificada entre as especiarias, drogas orientais e os grãos que se utilizava como condimento, como remédio e em cosmética (Gual Camarena, 1976, 289/290).

Confits - Designação genérica para doces; qualquer golo-seima de pequeno tamanho feita com açúcar; existe a palavra

portuguesa de confeito (Moliner, I, 719; Badia, 1951, 345).

Copa (de prata) - Copo de prata (Moliner, I, 761).

Corea - Poderá tratar-se de coral (Madurell Marimon, 1973, 385).

Coro - Couro.

Costall - Carregamento que pode variar na sua capacidade; para dar um exemplo, na cidade de Valência, em meados do século XV, um "costal" de pescada podia conter 11 dúzias destes peixes (Hinojosa Montalvo, 1987, 773). No geral trata-se de qualquer bolsa ou saco grande usado para transportar géneros às costas (Moliner, I, 792).

Couremarena - Não foi possível determinar o significado desta palavra, embora "Coure" significasse cobre mas também couro.

Culera - Colher. Se caracterizada como "branca" poderá referir-se a colher de prata ou de cristal muito comuns na Idade Média (Gual Camarena, 1976, 289).

Cuyraça de Matzem - Couraça de Matzem. Vd. Matzem.

Çucre ou cucre - Açúcar. Vd. Sucre

Cugra (derba) - Vd. Cuquera

Cuqua - Vd. Cuquera

Cuquera (Erba) - Seria, certamente, um tipo de erva açucareira. Dava-se também este nome a uma erva "lombri-queira", usada como estomacal e vermífuga (Gual Camarena, 1976, 300).

Curetes (parells) - Instrumento sempre adquirido aos pares e que eram utilizados na indústria têxtil. O mesmo que "piermes" (Ramon Navarro, 1977, 324). Note-se que em medicina chama-se "cureta" a uma colher com funções de raspagem. Provavelmente tratar-se-á de um instrumento de raspagem (Bivar, I, 922 e III, 693).

Curi (dimidis) - Não foi possível determinar o significado desta palavra. Há, aliás, a hipótese de a sua leitura correcta ser "turis". Vd. Turis.

Cuxa - Parte da armadura que protegia as coxas e os músculos (Sesma, 175). Em português dizia-se coxotes ou coxetes (Herculano, 1837, nº 28, 219). V. Arnes.

D

Darts - Dardos: era uma lança pequena (Gual Camarena, 1976, 293).

Dattils ou Datils - Tâmaras; preparadas sob várias formas como, por exemplo, em massa ou com açúcar (Gual Camarena, 1976, 293).

Decoro - Vd. Coro.

Dedall (guanivets de) - Entre as várias espécies de dedal existia um que era um anel de couro provido de um pequeno tubo que os calafates usavam no dedo mindinho para o proteger enquanto manipulavam o ferro (Enciclopédia Univ., Vol. XVII, 1257).

Despase - Vd. Espase

Desquilar - Vd. Esquilar

Desquinant - Vd. Esquinant

Diamolans - Palavra de difícil significado poderia ser uma corrupção da palavra "diaquillon" ou "diacolon" que designava um unguento com que se faziam os emplastos para os tumores (Sesma, 180/181).

Dimidis - Palavra que não foi possível determinar o seu significado.

Doblet - Espécie de pano cujas características e origem não foi possível identificar.

Drago - Vd. Sanch de Drago.

Ducener - Provavelmente será o mesmo que "acener". Vd. Acener.

E

Ensens - Incenso, utilizado na liturgia e em medicina (Gual Camarena, 1976, 299/300).

Ensibus - Espadas (Caetro, 211; Gaffiot, 590).

Entensores - Tesouras (Gual Camarena, 1976, 439).

Entrelis - A palavra "trelis" designa os vestidos de tecidos ligeiros; por analogia também se aplicava às vestimentas de guerra para significar as malhas de fio entrelaçado (Button, 418).

Enxabeque - Navio mouro (Zurara, 356).

Erba - Nome genérico dado a um vasto conjunto de plantas com aplicações variadas, em geral de interesse medicinal.

Erba cuquera, cuqua, cugra - Vd. Cuquera.

Erimduris - Palavra que não foi possível precisar o sentido. Dado o contexto em que se encontra, sendo um tipo

de arma, é provável que seja armadura.

Escamonea - Planta resinosa (Madurell Marimón, 1973, 385).

O seu suco era usado em farmácia (S. António, 13).

Escrivania - Escrivantina. A sua forma mais comum era Scrivania (Ferrer Navarro, 1977, 343). Vd. Escriyn.

Escriyn - Talvez escrínio. Na nossa língua tanto pode significar escrivantina como guarda-jóias.

Espa - Vd. Espasa.

Espasa - Espada (Gual Camarena, 1976, 304/305).

Espich - Alfazema (Gual Camarena, 1981, 233/234).

Esquilar - Tosquiar (Martinez Almoyna, 504; Sesma, 195).

Esquinant - Com o nome de Esquinantho era um dos compostos usados em farmácia com eficácia para o tratamento dos olhos (S. António, 232; Sesma, 196).

Estamonea - Estamanha, tecido grosseiro de lã (Gual Camarena, 1976, 430).

F

Fabaras - Planta denominada "Delphinium Staphisagria"

(Colmeiro, I, LXXXIV). Era também o nome de uma aldeia de Saragoça conhecida pelos frutos secos que exportava (Enciclopedia Univ., XXIII, 5). Poderia ser uma espécie de fava (Sesma, 200).

Feldes - Em zonas do Sul de França chamava-se "faudes" a uma espécie de avental em malha e que cobria o ventre e o alto das pernas (Buttin, 402).

Figa - Fruto seco (figo) com várias espécies. Na Península eram mais apreciados os de Maiorca e Alicante que os de Múrcia e Gandia (Gual Camarena, 1976, 316/317).

Fil - Fio.

Filat - Fiado. Porção de linho, cânhamo ou seda, reduzida a fio (Badia, 1983, 144).

Flaçada - Chamava-se assim aos cobertores e mantas, em princípio muito felpudos, quantas vezes feitos com cotão de lã, e populares em toda a costa catalã (Gual Camarena, 1976, 318/319).

Formatge - Queijo (Badia, 1951, 353).

Forment - Trigo. Também poderia designar genericamente qualquer cereal, por exemplo, "forment dordi".

Frets - Palavra cujo significado não foi possível

identificar.

Fulla dor - Folha de ouro; também se empregava este termo (fulla) para designar a lâmina de uma espada (Gual Camarena, 1976, 323; Badia, 1951, 353).

Fust (naut de) - Madeira (Gual Camarena, 1976, 324).

Fusta - Navio usado na guerra e no transporte de mercadorias movido a remos e vela com 10 a 13 bancos de remeiros (Zurara, 106 e 139). Também pode significar "madeira" (Badia, 1951, 353).

Fustam - Tela de linho e algodão; em português fustão (Madurell Marimón, 1973, 385; Fontecha, 169).

Fuster - Madeira (Fontecha, 169; Sesma, 44).

Fustet - Arbusto cuja madeira e casca cozidas davam uma tinta amarela (Gual Camarena, 1976, 326 e Berthollet, II, 323).

G

Gagetia - Navio cujas características são desconhecidas ou, provavelmente trata-se de um lapso do escriba, ao querer referir-se a uma galeota.

Gala - Galha, utilizada em tinturaria e na curtição como adstringente (Gual Camarena, 1976, 326).

Galda - Erva empregada para tingir e amarelo (Gual Camarena, 1976, 326).

Galé - Grande navio de mercadorias com, pelo menos 30 bancos de remeiros (Zurara, 361).

Galeota - Navio de carga "médio" o qual podia ter 25 bancos (Zurara, 361).

Gerepliga - Remédio composto de vários purgantes usado em farmácia (Fontecha, 176).

Gerres - Vd. Jerres

Gessets - Dizia-se também "gocetes". Era a sovaqueira para proteger as axilas. Também é uma peça acessória da lança e que se adaptava ao cabo (Sesma, 221). Não confundir com "gafete" que era um fecho metálico usado na roupa (Sesma, 215). Em Portugal corresponderia ao gorjal ou ao gocete ou bocete (Ayres, I, 33 e Herculano, 1837, nº 28, 219).

Girofle - Cravo, especiaria (Gual Camarena, 1976, 332). Também se chamava, impropriamente, "grain de girofle" ao "pau da India" (mordente), devido ao seu cheiro (Berthol-

let, II, 243). Vd. Cames.

Glasa - Gordura ou resina do zimbro que se utilizava para realizar um preparado para a pintura (Gual Camarena, 1981, 238; Sesma, 221).

Glavis - Faca romana, espada (Gual Camarena, 1976, 333).

Glede - Segundo parece trata-se de um tipo de planta ou mineral utilizado para o tratamento de panos (Gual Camarena, 1981, 238/239).

Gocetes - Vd. Gessets.

Goma - Produto florestal usado como medicamento e cola (Gual Camarena, 1976, 333).

Gotzema - Alfazema (Gual Camarena, 1976, 333).

Gra - Semente (Badia, 1951, 354).

Greix de vidre e sosa - A palavra "greix" tanto pode designar gordura e banha, como, no plural, significar a escória de metal (Badia, 1951, 354; Idem, 278). Vd. Sosa.

Guaniver - Vd. Guanivet.

Guanivet - Canivetes, facas pequenas (Gual Camarena, 1976, 328).

Guantellers - Luvas (Gual Camarena, 1976, 335/336).

H

Hesola - Especiaria ou droga, cuja origem e propósito de utilização não foi possível identificar.

Hostal - Antigamente designava uma estalagem ou hospedaria (Badia, 1951, 355).

I

Indi - Indigo; arbusto utilizado para tingir de azul (Gual Camarena, 1976, 337/338).

Iamolans - Vd. Diamolans.

J

Jerres (de obra da terra) - Cântaro para azeite ou para antimónio e galena usados como colorante da indústria têxtil (Gual Camarena, 1981, 272).

L

Lã (Barada ou Varada) - Tecido de lã às riscas (Moliner, II, 1441)

Lançol - Tela de pano (Gual Camarena, 1967, 123).

Lanecis - é provável que se possa referir a uma lança (Gual Camarena, 1981, 242).

Lanos - Deve tratar-se de lã comprada ao peso e utilizada para fazer cobertas grosseiras (Gaffiot, 885).

Lauto - Sendo hoje uma mistura de cobre e zinco, não é seguro se na época medieval se tratava da mesma liga (Gual Camarena, 1976, 344).

Lenho - Navio de carga com vela e remos muito popular no Mediterrâneo, embora haja notícia de alguns que percorriam o Atlântico; podiam ter até 18 remos (Zurara, 165 e 186).

Lenya - Lenha (Gual Camarena, 1976, 146/347). Todavia, como a palavra se encontra escrita num texto latino, poder-se-ia referir a "ligna" (plural de "lignum") e, portanto, tratar-se, neste caso de adquirir madeira.

Limete - Instrumento para limar; lima (Sesma, 242).

Limi - Goma, resina (Gual Camarena, 1981, 242).

Litarge - Oxido de chumbo fundido em lâminas e utilizado na elaboração de produtos da farmacopeia medieval (Gual Camarena, 1981, 242); também assim se chamava à "pedra de prata" (Dauzat, 426).

Llacant - Alicante.

Lor (fulla de) - Folha de loureiro usada na medicina e como condimento (Gual Camarena, 1981, 236 e 243).

M

Mares - Borras ou sedimento do vinho muito utilizado na indústria têxtil como mordente. (Gual Camarena, 1981, 243).
Vd. Cendra de recuyt.

Mastech - Lentisco, provavelmente serviria para mastigar (Gual Camarena, 1976, 357/358).

Matalaf - Provavelmente este termo refere-se aos colchões usados pelos marinheiros do género de enxerga, ou seja um colchão de palha (Badia, 1983, 199). Havia ainda um tecido ("Mattalafes de Barcelona") caracterizado por ser listado de vermelho ou amarelo (Gual Camarena, 1967, 126).

Matis ou **Macis** - Casca aromática proveniente da Índia (Dauzat, 434).

Matzem - Parece tratar-se de um porto entre Ceuta e Melilla que conheceu alguma actividade económica. O seu nome era Mozema (Gual Camarena, 1981, 296).

Mayopes - Peça da armadura que servia para proteger a mão (Sesma, 252). Em português dizia-se manopla (Herculano, 1837, nº 28, 219).

Mestre d'Axie - Mestre carpinteiro, figura indispensável nos estaleiros navais medievais.

Mirabolla - Espécie de ameixa produzida por várias espécies de plantas, utilizadas em medicina; também se preparavam com açúcar (Madurell Marimón, 1973, 387). Os mirabolanos podiam-se comer frescos ou secos além de em conserva e eram também utilizados no curtimento de peles e colorante de tinturaria (D.H.P., II, 444). Também era conhecida pelo nome de "Imblichó" (Gual Camarena, 1981, 240).

Molto - Pele de carneiro (Gual Camarena, 1976, 258/259 e 363).

Morges - A palavra "moldes" designava os moldes para fazer pedras para columbrinas (Sesma, 259). Quanto à palavra "morges" não há dúvida tratar-se de uma peça de armamento,

pois faz parte de uma lista de armas e material de uso militar entradas em Ceuta. Caso não seja um lapso do escritor, ou uma grafia alternativa de "moldes", continua desconhecido o seu significado.

N

Naut - Não foi possível determinar o significado deste termo.

O

Oli - Azeite; também pode designar qualquer óleo extraído de outros frutos (Gual Camarena, 1976, 371/372; Badia, 1951, 361).

Olium de roqua - Petróleo (Serrano Sanz, IX, 131).

Ordi - Cevada (Gual Camarena, 1976, 375).

Orpiment - Ouro-Pigmento; minério composto de arsénico e enxofre usado em tinturaria, na medicina e em pintura (Gual Camarena, 1976, 376).

Orxella - V. Urçhella.

P

Paella - Sertã ou frigideira (Badia, 1951, 362).

Palles - Palha. Todavia pode tratar-se da palavra "pelles".
Vd. Pelles.

Palmar - Vd. Palma.

Palma (de fust) - Folha de palma que, junto com o tecido, ou em entrançado forma parte de vários objectos ou instrumentos (Sesma, 276).

Panes ou paves - Escudo de grande tamanho (Corominas, III, 698).

Pansa - Passa (Gual Camarena, 1976, 382).

Parell - Par; por vezes nos documentos escreve-se "parol" e "parel" (Badia, 1951, 362).

Parenostres - Contas do rosário que coincidem com o Pai Nosso (Moliner, II, 601). Provavelmente por analogia também se chamavam assim aos colares com contas (Serrano Sanz, II, 221).

Pastel - Usado na indústria têxtil e semelhante ao actual (Sesma, 281).

Pebre - Pimenta.

Pegua - Pez; utilizado para calafetar barcos, em cerâmica e na medicina (Gual Camarena, 1976, 386/387).

Peleicorie - Palavra que se utilizava para designar um conjunto de peles (Gual Camarena, 1976, 390).

Pelles - Conjunto de peles ou telas para forrar vestidos (Gual Camarea, 1976, 389).

Perles - Pérolas (Gual Camarena, 1976, 390 - 391; Badia, 1951, 363).

Pesses de recint - Palavra cujo significado é de difícil determinação. Entretanto, parece referir-se a um tipo de tecido. Sendo oriundo de Narbonne algumas alternativas poder-se-ão buscar em Gual Camarena (Gual Camarena, 1976, 384, 392 e outros).

Piches - Vaso ou copo de vidro (Dauzat, 564); na Catalunha medieval designava, muitas vezes, um jarro pequeno especialmente utilizado para flores ou simples decoração (Corominas, III, 775).

Pintes de texir - Pentas de tecer (Gual Camarena, 1976, 394).

Q

Quanivets - Vd. Guanivet

Questor - Droga ou especiaria que não foi possível identificar nem descobrir a sua utilização.

Quama - V. Arnes de "Quama..."

Quxa - V. Arnes de "...e Quxa"

R

Rahers ou Rahors - Navalha para barba; às vezes utiliza-se para designar faca em geral (Gual Camarena, 1976, 401).

Rauba - Forma do antigo latim para designar qualquer tipo ou carga de tecido (Enciclopédia Univ. Vol. XLIX e LII, 844 e 282 respectivamente).

Recuyt - Vd. Cendra. Parece tratar-se de uma duplicação da combustão das borras do vinho aumentando-lhe, provavelmente a sua eficácia (Sesma, 307).

Riubarbre ou Riubarber - Considerado uma especiaria e utilizado como purgante e com outras aplicações medicinais (Gual Camarena, 1976, 405).

Roba - Roupa; era, porém, comum utilizar esta palavra para designar mercadorias em geral (Badia, 1951, 367).

Roia ou Roja - Planta cuja raiz servia na indústria têxtil para a elaboração de tinta vermelha (Gual Camarena, 1976, 407/408). Noutra acepção indica qualquer mercadoria dobrada em forma de aro (Moliner, II). Em catalão vermelho diz-se "roig".

Ros de bota - Desperdícios que ficavam no fundo das cubas de vinho e que apresentava, para efeitos da sua aplicação, características semelhantes ao alumen.

Rosqua - Esta expressão refere-se ou a um tipo de papel, ou a uma forma de o transportar, ou, ainda a uma carga específica dessa mercadoria.

Roveyda - Outra das formas de transportar o peixe. V. Arengada. A palavra em si quer dizer bolor ou mofo (Sesma, 315).

S

Sabates - Sapatos (Gual Camarena, 1976, 410).

Saca - Carga com 10 a 12 arrobas (Sesma, 317).

Safra - Açafreão (Gual Camarena, 1976, 412/413). Também se chamava assim ao "carthame" ou "safranum" ("carthamus tinctorius") que era um mordente de tinturaria (Berthollet, II, 214).

Salsa - Mistura de especiarias (Gual Camarena, 1976, 414). Também se chama assim ao suco emoliente e diurético usado em medicina (Vasconcelos, 76).

Sanch de drago - Sangue de Drago; espécie de goma derivada de uma árvore. Usava-se em farmácia e como substituto do pau brasil para fazer o vermelho (Bluteau, VII, 474).

Sandells - Sandalo, madeira preciosa com um fruto parecido com a cereja e usado em tinturaria, medicina e fórmulas culinárias (Gual Camarena, 1976, 415).

Sanfoneres - Termo que designa certamente um tipo de arma ou um objecto ligado com o armamento, dado vir incluído num conjunto de armas adquiridas. Ao mesmo tempo, o facto de se comprarem grandes quantidades e por outras razões, este termo poderia referir-se a cordas de arcos.

Sarries de gotzema - Seiras de alfazema (Gual Camarena, 1976, 416).

Scianals - Provavelmente o mesmo que "sayals". É um tipo de tela de lã empregada no vestuário, nomeadamente religioso e

muito popular entre os pobres (Gual Camarena, 1976, 417/418).

Scrivania - Vd. Escrivania.

Sebo de losa - O mesmo que "sabo", ou seja, sabão. Elaborado com sebo ou azeite, cinzas e cal (Gual Camarena, 1976, 411).

Senar - Característica imprecisa de certos objectos, que é assimilável à noção de simplicidade; sem qualquer adorno (Sesma, 327).

Sendat - Vd. Cendat.

Senet ou sener - Sene é um dos compostos que entrava no chamado vinho purgante (S. António, 55/56); este produto deriva de um arbusto semelhante à cássia (Sesma, 327).

Sernelera - Vd. Cervellera.

Servalquia - Arma defensiva que certamente fazia parte do conjunto de peças do arnés, embora não tenha sido possível identificar a sua função concreta.

Servellera - Vd. Cervellera.

Sinereis - Palavra cujo significado não foi possível determinar. Uma hipótese seria a de se referir a panos

característicos de uma dada região.

Sosa - Alkali (óxido metálico) usado para fazer sabão e em tinturaria na época medieval (Gual Camarena, 1976, 427/428); também pode significar soda ou óxido de sódio.

Speats - Vd. Cere.

Sucre candi, rosat - Espécies diferentes de confeccionar o açúcar, consoantes os usos, gostos ou necessidades.

T

Tacha - Espécie de cravo ou prego pequeno e de cabeça grossa que na Idade Média tinha múltiplos usos (Sesma, 337; Fontecha, 348).

Tarraces de datillo - Jarro (Ramon Navarro, 1977, 349; Alberti, 537).

Tartar - Tártaro (derivado da fermentação do mosto) e usado na indústria têxtil e na medicina (Gual Camarena, 1976, 437; DuCange, VI, 512).

Taule ou taula - Tábua.

Tayloles - Vd. Telloles

Telloles - Derivado de "telum" que é o nome de qualquer arma de arremesso. Neste caso, provavelmente, refere-se a um tipo de lança (Gaffiot, 1550). Também designava qualquer tipo de polé ou roldana (Sesma, 339).

Tenalletes - Chamava-se "tonelete, fraldão ou escarcela" às peças compactas ou de malha pendente como uma saia ou uma calça, as quais iam da cintura ao joelho e faziam parte do arnes (Aires, I, 34).

Tirador - Instrumento da indústria têxtil para esticar as peças de pano depois de lavadas; é formado por varas de madeira onde se segurava o tecido (Sesma, 348).

Tirent - "Tiretas" são tiras de pele de couro para segurar peças de vestir ou da armadura (Sesma, 348); "Tirantes", por seu lado são tiras estreitas de tela para suspender aos ombros os objectos que caem da cintura (Sesma, 348).

Tisores - Tesouras (Gual Camarena, 1976, 439).

Tisorets - Tesouras pequenas.

Torns - Tornos, usados especialmente no trabalho de madeira e de cerâmica; havia-os de várias espécies (Gual Camarena, 1976, 441).

Tosqua - Vd. Rosqua.

Trememina ou Tremetina - Terebentina, resina donde se extraía colofónia e aguarrás com utilização medicinal (Gual Camarena, 1976, 442/443).

Triagua - Substância que servia como antídoto ao veneno e que chegava a incluir mais de 60 drogas misturadas com mel e, muitas vezes, incluía ópio (Pegolotti, 432 e Garcia da Orta, I, 63/64).

Turis - O mesmo que pó.

U

Urçhella ou Orxella - Provavelmente tratar-se-ia de uma planta de tinturaria, parecida com a arzola (Gual Camarena, 1976, 377). Não confundir com a urzela que é um líquen.

V

Vadell - Refere-se ao animal pequeno, com menos de 1 ano. O couro dos carneiros nomeadamente era um caríssimo e muito apreciado material onde se escreviam os mais preciosos códices: era o famoso velino. Também se dizia "vedell" (Gual Camarena, 1981, 447). Vd. Bou.

Varada - Vd. L&.

Vell (de seda) - Provavelmente véu ou túnica de seda.

Veludo de tripa - Este tipo de veludo poderá designar um género de riscas ou canelado.

Verder - Valência exportava na época medieval uma espécie de pez que se chamava "verdel" (Corominas, IV, 708).

Verdet - Acetato básico de cobre usado em pintura e tinturaria (Gual Camarena, 1976, 448). Chamava-se ainda "verdete" a uma planta que entrava em vários compostos farmacêuticos (S. António, 47).

Vergantina - Vergenta; droga ou especiaria de utilização desconhecida; (Cr. DuCange, VI, 774: "Unam vergentam zinziberis facti cum aqua limonis"). Entretanto utilizava-se a palavra "vergati" para designar um tecido às riscas; a palavra "vergatetti", por seu lado, referia-se a um produto proveniente da Provença (Pegolotti, 426).

Vermello - Cinábrio em pó utilizado em pintura e tinturaria (Gual Camarena, 1976, 449).

Vernis - Verniz muito usado na pintura e na protecção de objectos vários (Gual Camarena, 1976, 449).

Violes - Telha ou ladrilho (Gual Camarena, 1976, 456).

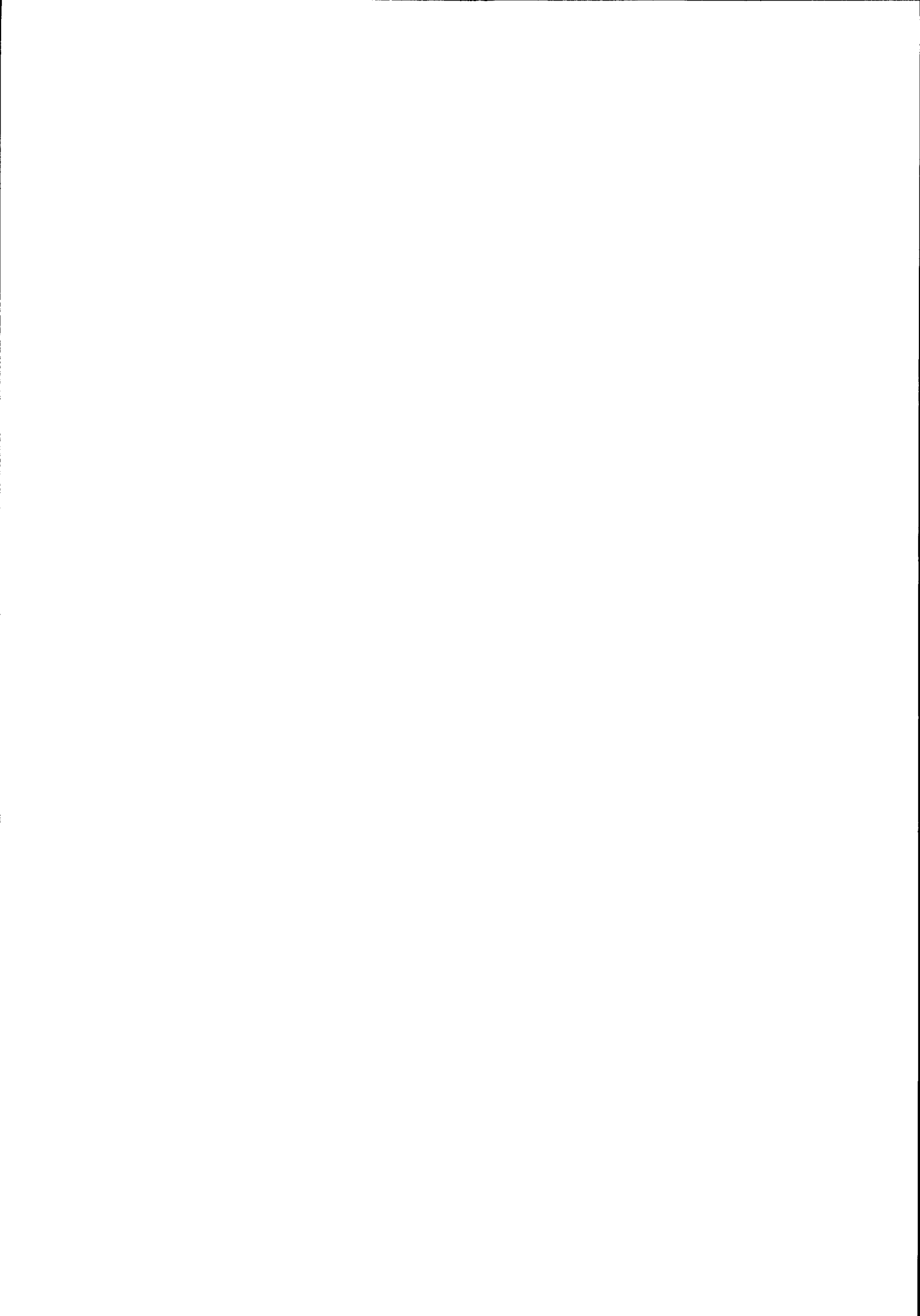
Chamava-se ainda "violas" a uma erva emoliente de interesse farmacológico (S. António, 27). Finalmente poderia ser sinónimo de violeta, também usada em medicina (Sesma, 370).

Z

Zavra - Pequeno barco mouro de carga e de pesca (Zurara, 71).

A N E X O I V

RESUMO DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVOS ESTRANGEIROS



NOTA EXPLICATIVA

Não pareceu razoável transcrever as fontes inéditas resumidas. Elas, por si só, fariam um grosso volume. Punha-se até a questão de saber do interesse da transcrição dessas fontes dado que apresentam características muito diferentes. Algumas são pequenos assentos tomados pelo escrivão de um porto quando as mercadorias entravam num navio, enquanto outras ocupam dezenas de páginas como, por exemplo, relatórios de embaixadores enviados a Portugal.

Optou-se assim por resumir as fontes inéditas existentes em arquivos estrangeiros e, mesmo assim, não foi possível evitar estas largas dezenas de páginas; se é verdade que deste modo se perdem muitos aspectos interessantes dos documentos, procurou-se que, ao longo do texto, as transcrições de muitas passagens permitissem não perder essa ligação com as fontes.

Entretanto, a documentação portuguesa não teve o mesmo tratamento, pois não vai incluída na presente listagem. Sendo de mais fácil acesso e assumindo um carácter mais supletivo as fontes nacionais só ajudariam a diluir a importância da massa documental agora tratada.

[1] 1308, 19 de Julho - Carta de Jacme Sa Guardia, procurador do Almirante em Valência, informando o Rei do que se tinha passado com os corsários Vicente Marti e Domingo Vicente, o seu lenho e as coisas nele encontradas (capturados em Bona) e de que o Rei de Portugal pedira notícias. Informa ainda, entre outras coisas, de que fora feito um arrolamento daquilo que foi encontrado (A.C.A., C.R.D., Jaime II, Caixa nº 149 Extra Series, nº 528).

[2] 1308 - Jacme Sa Guardia, procurador do Almirante de Aragão em Valência, informa que o referido Almirante, quando vinha da Sicília para Valência, capturou nas águas de Bona (Berberia) um lenho de corsários portugueses, onde foram encontrados muitos bens pertencentes a súbditos do rei de Aragão. Por ordem do Almirante, Micer Leonart procedeu ao arrolamento das mercadorias encontradas, o qual se junta (ACA, C.R.D., Jaime II, Cx. 115, nº 115, fol. 1/3).

[3] 1334, 2 de Maio - Carta do Alcaide, Juizes e Homens Bons da cidade de Lisboa ao Rei de Aragão pela qual fazem saber que a cidade, dada a mingua do pão, enviou mercadores à Sicília para comprarem trigo, fretando para tal "naves certas e assinaladas". Estando os 6 navios já carregados em Eixata, chegaram 8 galés catalãs que as tomaram. Quando os mercadores se dirigiram com um notário ao Capitão das galés informando-o da sua missão, este prendeu-os e levou-os para

Barcelona presos. Ao dirigirem-se à justiça da cidade, esta prendeu-os de novo, mandou vender o pão e proibiu os notários de tomarem nota do seu testemunho. Dadas as boas relações existentes pediam que tudo lhes fosse devolvido e indemnizados dos prejuízos que tiveram (ACA, C.R.D., Afonso III, Cx. 22, nº 2630, fol. 1/4).

[4] 1334, 8 de Maio - Carta do Rei de Portugal ao seu homólogo de Aragão, dada em Torres Vedras, com o mesmo conteúdo daquela que foi enviada pela cidade em 2 de Maio (ACA, C.R.D., Afonso III, Cx. 22, nº 2630, fol. 4/7).

[5] 1346, 12 de Julho - Registo de uma comanda enviada a Lisboa na coca do Baile de Barcelona por Bernardi Valascus com várias mercadorias no valor de 38 libras, 12 soldos e 2 dinheiros (ACB, Libros Extravagantes, Cuentas, "Llibre de deutes, trameses i rebudes de Mitjavila i companyia (1345-70)"), fol. 102v).

[6] 1346, Setembro - Registo do envio a Lisboa por Jacme Senglada de uma comanda com mercadorias no valor de 8 libras, 8 soldos e 3 dinheiros (ACB, Libros Extravagantes, Cuentas, "Llibre de deutes, trameses i rebudes de Mitjavila i companyia (1345-1370)"), fol. 26v).

[7] 1359, 8 de Maio - Rascunho da carta do Rei de Aragão ao irmão, o Infante D. Fernando, informando-o ter recebido

os capítulos já acordados com os enviados do Rei de Portugal, mas comunicando-lhe que já nomeara procuradores para tratar do assunto e achava melhor serem eles a fazer a negociação. Noutra carta a Garcia de Loriz, procurador do Rei, este informa-o da intromissão do Infante D. Fernando e envia-lhe cópia dos capítulos entretanto feitos e da sua posição face a cada um deles e que tinham por objectivo construir uma frente política face a Castela (ACA, C.R.D., Pedro III, Cx. 48, nº 5990).

[8] 1359, 14 de Maio - Rascunho de carta do Rei de Aragão ao irmão, o Infante D. Fernando, dizendo-lhe que recebera a sua carta acerca do assunto das pazes com Portugal. Informava o Rei que era preciso não esquecer que o principal inimigo era Castela e que uma ameaça a Portugal poderia levar o seu Rei a acordar pazes com Castela, além de que a frota aragonesa era necessária para defender os mares do reino. Cartas idênticas vão dirigidas aos Conselheiros de Valência e aos Conselheiros régios e Camarlengo (ACA, C.R.D., Pedro III, Cx. 48, nº 5993).

[9] 1359 - Rascunho de uma carta do Rei de Aragão pela qual nomeia uma comissão de importantes funcionários para, entre outras coisas, tratarem das pazes por terra e por mar com o Rei de Portugal e dirigida contra o Rei D. Pedro de Castela (ACA, C.R.D., Pedro III, Cx. 48, nº 5986).

[10] 1364, 21 de Maio e 2 de Junho - Conjunto de cartas enviadas pelo Rei de Aragão à Rainha, ao irmão e ao Alcaide de Luna a propósito de este último ter aprisionado Maria de Portugal com os seus bens e jóias; o monarca pretende que ela seja imediatamente libertada e entregue à Rainha (ACA, Canc. Real, nº 1584, fol. 88).

[11] 1366, 4 de Março - O Rei de Aragão constitui seu procurador Alvaro Peres de Castro, cavaleiro, enviado a Portugal para, face à "maldade" do Rei de Castela, propôr "liga" ao seu homólogo português (ACA, Canc. Real, nº 1214, fol. 36/36v).

[12] 1366. 4 de Março - Instruções dadas a Alvaro Peres de Castro enviado ao Rei de Portugal para lhe propôr uma aliança contra Castela (ACA, Canc. Real, nº 1214, fol. 32/34).

[13] 1366, Julho - Instruções à embaixada enviada ao Rei de Portugal para consolidarem as pazes entre os vários reinos peninsulares; isso seria realizado através do casamento de D. Fernando, primogénito do Rei de Portugal, com a Infanta D. Joana, filha do Rei aragonês. A embaixada era composta por Goncalvo Conillis, Mestre em Teologia, e Mosser Alfonso de Castellnou da casa da Infanta. Seguem-se vários documentos relativos a esta missão (ACA, Canc. Real,

nº 1293, fol. 129/133v).

[14] 1367, 3 de Junho - Composição entre o Rei e a Rainha de Aragão por um lado e a Infanta Maria de Portugal por outro, sobre o castelo, cidade e aldeias de Albaraya e vilas de Tamarit e Sent Esteve de Literas, obtidas pela Infanta por dote, arras e viuvez e que o Rei queria reaver para a Coroa (ACA, Canc. Real, nº 996, 184/188v).

[15] 1370, 11 de Março - Procuração a João Afonso, Conde de Barcelos, enviado a Aragão para negociar um tratado entre os dois reinos (ACA, Canc. Real, nº 1231, fol. 40/44).

[16] 1370, 29 de Junho - Tratado de paz e auxílio mútuo entre Aragão e Portugal (ACA, Canc. Real, nº 1231, fol. 30/39v).

[17] 1370, 10 de Agosto - Acordo entre o Rei de Aragão e o Conde João Afonso, procurador do Rei de Portugal, sobre o auxílio militar de 1.500 lanças de Aragão a Portugal. A seguir o Rei nomeia a embaixada a enviar a Portugal para receber do monarca português a confirmação do tratado; essa embaixada ia dirigida por Ombertum Fonollario (ACA, Canc. Real, nº 1231, fol. 46/48).

[18] 1370, 12/20 de Agosto - Instruções ao embaixador

Mosser Ombert enviado ao Rei de Portugal para tratar de assuntos que tinham ficado pendentes depois da missão do Conde de Barcelos a Aragão (ACA, Canc. Real, nº 1231, fol. 49/53).

[19] 1370/1371 - Entradas na Seca de Barcelona, para refundir, de ouro e moedas portuguesas (dobras maiores e menores) e de dobras castelhanas e nobres de Inglaterra pertencentes, provavelmente, todas elas a Afonso Domingues Barateiro, enviado por D. Fernando a Aragão, ao qual foi confiscado a maior parte do dinheiro e ouro (A.C.A., Maestre Racional, nº 1974, fol. s/nº).

[20] 1371, Fev/Mar - Relatório de Galabert de Rexater (?) sobre o desenrolar e resultado da embaixada enviada a Portugal e chefiada por Ombert de Fonoller para confirmar o acordado, em Barcelona, entre o Rei de Aragão e João Afonso procurador do Rei de Portugal (22/10/1370). Além de interessantes informações o relator mostra as dificuldades que teve em aparelhar a galiota para o retorno (ACA, C.R.D., Pedro III, Cx. 52, nº 6412).

[21] 1371, 21 de Abril - Decisão régia no sentido de retirar à Infanta Maria de Portugal as principais vilas fronteiriças e que foram integradas no seu património por morte do seu marido o Infante Fernando (ACA, Canc. Real, nº

1350, fol. 59/62).

[22] 1373, 27 de Maio - Acordo entre o Rei e a Rainha de Aragão com a Infanta Maria de Portugal acerca do pagamento dos direitos que esta tinha, por casamento e viuvez, sobre Albarracin, Tamarit e outras vilas de Aragão (ACA, Canc. Real, nº 1581, fol 139v/143).

[23] 1378, 22 de Novembro - Constituição de um censual a favor da Infanta Maria de Portugal, viúva de Fernando de Aragão, que o Rei de Aragão se comprometeu a pagar, por acordo de 27 de Maio de 1373, em resultado da devolução à Coroa dos direitos de algumas vilas (ACA, Canc. Real, nº 1625, fol. 140/140v).

[24] 1380, 12 de Setembro - Em carta ao Baile de Valência e seu Lugar-Tenente, o Rei de Aragão explica que, perante ele, compareceram João Bono, patrão de um barco português, e Nicolaus Felices, procurador do judeu valenciano Jacob Xambell. Segundo Xambell ele tinha obtido marca contra os portugueses e, por isso, pretendia que o barco de Bono fosse arrestado e executado; quanto a Bono, este argumentava que trouxera trigo e outras vitualhas à cidade pelo que, por lei, não poderia ser sequestrado. O procurador de Xambell negava que ele tivesse trazido trigo e que, muito menos, o quisesse descarregar. Por tudo isso o Rei mandava

o Baile convocar os jurados e as partes para decidirem se o português trazia, ou não, o referido trigo. Caso negativo os bens portugueses deveriam ser vendidos em benefício do judeu Xambell; caso contrário, o navio poderia seguir o seu caminho (ACA, Canc. Real, nº 1486, fol. 168v/170).

[25] 1380, Outubro/Novembro - Carta do rei de Aragão ao Baile de Valência, o qual tinha apresado o navio de João Bono, português, a pedido de Jacob Xambell, judeu de Valência, por este possuir carta de marca contra portugueses. O rei, em 4 cartas enviadas, mandar soltar os portugueses, explicando as razões da sua decisão (ACA, Chanc. Real, nº 1486, Fol. 172/173v e 175/176v).

[26] 1387/1395, 2 de Dezembro - Andrea Guardiola, tesoureiro do Rei de Aragão na Sicília, acusa a recepção da carta do monarca para, entre outras notícias, o avisar da chegada da frota portuguesa a esses mares e que, quando a frota chegasse, a defesa seria organizada com infantes e cavaleiros (ACA, C.R.D., João I, Cx. 11, nº 1147).

[27] 1388, 13 de Janeiro - O rei de Aragão manda ao escrivão que este torne a redigir e devolva a Jacob Xambel a carta de marca que os seus antecessores lhe haviam dado contra súbditos portugueses (ACA, Chan. Real, nº 2010, Fol. 30v).

[28] 1388, 10 de Fevereiro - O rei de Aragão, a propósito das sucessivas cartas de marca concedidas ao judeu valenciano Jacob Xambell, relembra as várias cartas concedidas, recapitula os prejuízos e as dívidas e concede ao referido Jacob Xambell nova carta de marca por mais 5 anos. Entretanto, a dívida que começara por ser de cerca de 962 libras já ultrapassa as 5.768 libras em moeda real de Valência por acumulação de juros (ACA, Chanc. Real, nº 2010, Fol. 30/33).

[29] 1389, 12 de Maio - D. João I promete ao embaixador Ambrogli de Manni de Génova pagar em 3 anos a soma de 2.207.425 libras devidas pela captura e arresto de 2 navios genoveses. Especificam-se ainda as mercadorias desaparecidas (ASG, Arc. Segretto, nº 2729, Doc. nº 30).

[30] 1391, Janeiro - Pedro Rodrigues e Vasco Peres, cidadãos de Lisboa, proprietários da barca Santo Espírito, reconhecem terem recebido de Petro Bonmancip e Petro de Cases Noves 104 libras e 10 soldos barceloneses como "arra et signo" do preço da venda de 286 libras ternais barcelonesas. Os portugueses comprometem-se a devolver o sinal em dobro caso a venda não seja efectuada por sua culpa, ficando fiador o consul castelhano Sancho Gonsalis, enquanto os compradores se comprometem a pagar por toda a semana seguinte o resto do preço através da "tabula cambii" (AHPB,

Not. Bernardo Nadal, "Manual", Leg. 13, 14/12/1390 - 5/6/1391, fol. 22v/23).

[31] 1391, 26 de Janeiro - Pedro Rodrigues e Vasco Peres, cidadãos de Lisboa, patrões e proprietários de uma barca de 1 timão e 1 coberta chamada Santo Espírito, vendem esta aos mercadores de Barcelona Petro Bonmancip e Petro de Cases Noves com todos os seus pertences pela quantia de 286 libras barcelonesas (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual", Leg. 13, 14/12/1390 - 5/6/1391, fol. 20v).

[32] 1391, 1 de Fevereiro - Vasco Peres, mercador de Lisboa, constitui seu procurador Pedro Rodrigues para o assunto da venda da barca de que ambos são proprietários. Na escritura ficou também lavrada a sentença que o consul castelhano, Sanccium Gonzalis, deu a propósito das questões levantadas pela tripulação (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual" Leg.13, 14/12/1390 - 5/6/1391, fol. 25).

[33] 1391, 4 de Fevereiro - Pedro Rodrigues, em seu nome e como procurador de Vasco Peres, ambos de Lisboa, proprietários da barca Santo Espírito, reconhecem que Pedro Bonmancip e Pedro Cases Noves, cidadãos de Barcelona, não obstante as promessas feitas na escritura de 26 de Janeiro pagaram 77 libras barceloneses e 13 marcos de prata em baixela (avaliada em 58 libras e 10 soldos), faltando 46

libras. A quantia em falta teria de ser paga até à próxima Quarta-Feira sob pena de perderem o sinal e pagarem uma multa de 20 libras, tudo moeda barcelonesa. Na escritura incluem-se as quotas já pagas por cada comprador e os empréstimos entretanto contraídos (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual", Leg. 13, 14/12/1390 - 5/6/1391, fol. 28v/29v).

[34] 1394, 10 de Maio - O Rei de Aragão informa todos os seus oficiais que, por carta dada em Saragoça, em 23 de Setembro de 1391, concedeu a Johanni Serranyonis, morador em Valência, licença geral de marca contra súbditos e oficiais do Rei de Portugal, até à soma de 108.210 soldos de Barcelona e por um período de 5 anos a partir da data da referida carta; o Rei manda que todos executem o conteúdo das disposições nela contidas (ACA, Canc. Real, nº 2011, fol. 143/143v).

[35] 1395, 4 de Janeiro - Vasco Lourenço, mercador de Lisboa, e Gil de Leon, estalajadeiro de Barcelona, reconhecem terem recebido de Garcia Muntayners, mensageiro do Rei de Aragão, 93 libras e 10 soldos de Barcelona em comanda e puro depósito (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual", Leg.48, 14/11/1394 - 9/5/1395, fol. 25v).

[36] 1395, 5 de Janeiro - Carta de pagamento de Gonçalo de

Évora, mercador de Lisboa, e Estevão Lourenço, marinheiro lisboeta e actuando em nome e como procurador do mercador alemão, vizinho de Lisboa, Armando Botini, a Vasco Lourenço, também mercador de Lisboa, de 47 libras barcelonesas; transportaram 218 "cofinorum et medii de sardina salata" e meio tonel de vinho branco. Évora e Botini tinham fretado um navio a Afonso Gil para nele transportarem mercadorias de Lisboa a Barcelona, mas os fretadores subfretaram a Vasco Lourenço parte da viagem pela referida doma de 47 libras (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual", Leg. 48, 14/11/1394 - 9/5/1395, fol. 28v).

[37] 1395, 7 de Janeiro - Afonso Gil, cidadão de Lisboa e patrão de uma barca chamada Santa Maria de Scala, reconhece ter recebido de Estevão Lourenço, marinheiro de Lisboa, actuando como procurador do alemão residente em Lisboa Armando Botini, a quantia de 83 libras, 2 soldos e 6 dinheiro correspondente ao frete realizado entre Lisboa e Barcelona e encomendado pelo mencionado Botini e por Gonçalo de Évora (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual", Leg. 48, 14/11/1394 -- 9/5/1395, fol. 29v).

[38] 1395, 25 de Fevereiro - Constituição de uma sociedade entre os cidadãos de Lisboa Afonso Peres, João "Jhaynes", Martinho Afonso e Fernando Sanches os quais trouxeram peixe para Barcelona e se propõem levar para Lisboa também um

certo número de mercadorias; pela escritura os sócios re-
partem as suas quotas, lucros e despesas, nomeadamente com
o frete da barca de Nicolau Eanes, cidadão de Viana (AHPB,
Not. Joan Nadal, "27 Manual Contrates Comunes", Leg. 3,
5/11/1394 - - 20/3/1395, fol. s/nº).

[39] 1395, 2 de Março - João Peres, mercador do Porto,
passa um recibo de 125 florins de ouro de Aragão a Jacobo
Axenderi, mercador de Barcelona, em razão do pagamento que
lhe fez de um câmbio feito a um cidadão de Valência de nome
Michael (AHPB, Not. Joan Nadal, "Manual Contrates Comunes
1394- 95", Leg. 27, fol. s/nº).

[40] 1396, 10 de Fevereiro - Johannes Mujoli, barcelonês,
acorda com Gomes Fernandes, mercador de Setúbal, que entre
11 de Fevereiro e 26 de Março obterá a procuração de An-
dreas Guardiola, tesoureiro do Rei de Aragão, para a venda
de uma escrava tártara, pertencente a sua mulher Dona
Bernarda, a qual já recebera 11 libras de sinal. Caso esta
transacção não se efectue por inexistência da procuração,
Mujoli restituirá o sinal; entretanto, o risco sobre a
situação da escrava enquanto o negócio não fôr efectuado
correrá por conta de Andrea Guardiola (AHPB, Not. Bernardo
Nadal, "Manual", Leg. 23, 13/11/1395 -12/4/1396, fol.
55/55v).

[41] 1396, 2 de Março - O escrivão do porto de Barcelona reconhece ter recebido de um "patro portagueles" 5 florins, 5 soldos e 6 dinheiros por 11 "pans de pague" (ACA, R. P. - Maestre Racional, Comercio Proibido, nº 2954, fol. 1).

[42] 1397, 29 de Agosto - Carta ao Rei de Portugal, na qual o monarca aragonês lhe solicita apoio e segurança para a pessoa e a missão do seu Mordomo, Pere de Cervello, que se dirige à Corte portuguesa (ACA, Canc. Real, nº 2238, fol. 18v).

[43] 1397, 6 de Outubro - Gonçalo de Lisboa, agora habitando em Barcelona, reconhece ter recebido de Pedro Augeri, escrivão do Rei e morador em Castro Calleri na Sardenha, e de João Burguês, cidadão de Barcelona e procurador do primeiro, a quantia de 6 libras e 1 soldo de moeda barcelonesa a título de comanda e puro e pleno depósito (AHPB, Not. Joan de Caselles, "Secundum Manuale", Leg. 1, 1397 - 1399, fol. s/nº).

[44] 1397/1410 - Martinho de Aragão confirma os direitos de Johanne Seranyoni, lembrando cartas anteriores, em especial a de Pedro IV de 23 de Maio de 1380 e dirigida ao rei de Portugal D. Fernando. Segundo esta, em 1377, J. Seranyoni carregara na barca de Andre Bordati, em Valência, mercado-

rias para transportar a Oran. Perto desta cidade um lenho armado de portugueses, patroneado por Afonso Ramos, atacou-o sem aviso, como se fora um pirata, ficando com parte das mercadorias. O rei de Aragão informava que a dívida, que deveria ser paga, já montava a 1193 libras, 16 soldos e 1 dinheiro (ACA, Chanc. Real, nº 2286, Fol. 79/80v).

[45] Século XIV - Nos "Fragmentos de Livros de Ajustes" de um livro de "Armadas de Guerra" constam dois contratos para construção naval, sendo ambos os contratados de origem portuguesa (ACA, R. P. - - Mestre Racional, nº 2345, Cad. 4, fol. 7/7v).

[46] 1400, 5 de Outubro - Carta do Rei de Aragão ao de Portugal; segundo ele, Bartholomeu Mir, mercador de Barcelona, queixou-se de que o castelhano Garcia Vaquera saíra de Valência no mês de Março com mercadorias de vassallos aragoneses, nomeadamente do referido Mir; ora esse navio fora capturado em mares portugueses e levado para o Porto por naus do Rei que vinham da Flandres. Perante as boas relações entre os dois reinos, o Rei aragonês solicita que tudo fosse devolvido aos mercadores roubados (ACA, Canc. Real, nº 2241, fol. 95/96).

[47] 1401, 19 de Fevereiro - Decisão do Rei de Aragão, comunicada ao Governador de Valência, a propósito da actua-

ção deste face à existência de um compromisso entre os herdeiros de Johanne Saranyone, que tinham uma carta de marca contra portugueses, e os jurados da cidade (ACA, Chanc. Real, nº 2287, Fol. 16/16v).

[48] 1401, 19 de Fevereiro - O rei aragonês lembra que numa carta de 31/3/1397, passada a pedido do procurador do rei português, Rodrigo Dias, tinha mandado o Governador de Maiorca devolver sem delongas as coisas que tinham sido roubadas aos portugueses por Roderico Didaco, as quais vão especificadas. Então fora já lembrada a sentença da rainha D. Maria quando, a pedido do nuncio português Afonso Geraldés, tomara a mesma decisão pelo ataque do referido Didaco contra o navio português S. Cristóvão patroneado por Afonso Eanes de Cascaes quando se dirigia para a Flandres (ACA, Chanc. Real, nº 2265, Fol. 105/107v).

[49] 1401, 10 de Março - O Rei de Aragão lembra ao monarca de Portugal a carta de 9 de Fevereiro de 1399 em que lhe solicitou que fosse restituído o barco e mercadorias (trigo e azeite), no valor de 18.000 floris de ouro de Aragão, propriedade de mercadores valencianos (Raimundo Frigola, Vicente Caxa e Vicente Dodena), os quais saíram de Málaga e Sevilha e foram assaltados perto do Cabo de S. Vicente por 3 navios portugueses. O Rei informa que o capitão português era João Berneda e que os mercadores foram presos e os

bens, apesar de todas as promessas, nunca foram devolvidos (ACA, Canc. Real, nº 2287, Fol. 19/19 v).

[50] 1401, 22 de Março - O Rei de Aragão dirige-se ao Governador de Valência admoestando-o por não executar a marca contra portugueses obtida por Bertadera ou Bernardona, mulher do Conselheiro Pere d'Arango, apesar de já ter tido em seu poder homens e bens vindos numa barca de Viana, os quais não dispunham de segurança por não trazerem vitualhas. Em segunda carta informa os jurados de Valência e o Baile Geral das suas decisões, avisando este último de que os jurados tinham prometido ajudar os portugueses (A.C.A., Canc. Real, nº 2287, Fol. 25/25 v/26).

[51] 1401, 24 de Setembro - Em carta ao Governador de Maiorca e depois de ouvir uma exposição de Pedro de Lisboa, procurador do rei de Portugal, o rei de Aragão impõe ao referido Governador a necessidade de cumprir as suas ordens (ACA, Chanc. Real, nº 2265, Fol. 142/144).

[52] 1403, 17 de Setembro - Acerca do assunto do apresamento do navio dos valencianos Raimundo Frigola, Vicente Caxa e Vicente Dodena, o Rei de Aragão informa o de Portugal de que ainda não fora dada total satisfação aos prejuízos que esses mercadores sofreram, pelo que pede que tudo seja integralmente pago e restituído (ACA, Canc. Real, nº 2287,

Fol. 139 v/140).

[53] 1404, 10 de Janeiro - Martinho, Rei de Aragão, avisa Guillermo Toranyo e Guillermo Ferrer, mercadores de Maiorca, que as mercadorias que eles compraram a Roderico Didaco, "milites", eram pertença de um navio português capturado por acto de pirataria e, por isso, eles tinham 15 dias para restituírem tudo aos jurados da cidade, sob pena de 2.000 florins aragoneses (ACA, Chanc. Real, nº 2287, Fol. 147/147v).

[54] 1404, 13 de Janeiro - Carta ao rei de Portugal do monarca aragonês, informando-o de que ao receber as notícias das malfeitorias de Roderico Didaco contra súbditos portugueses tomou imediatas medidas para resolver o assunto e devolver o que fora roubado, mas que tudo se complicou por ter havido oficiais régios que não obedeceram às ordens dadas (ACA, Chanc. Real, nº 2247, Fol. 39/40).

[55] 1404, 29 de Fevereiro - Domenicus Beneyto de Valência, vende a João de Pinhel, morador em Lisboa, uma escrava russa de 24 anos pela quantia de 50 libras valencianas (ARV, Protocolos, nº 2604, fol. s/nº).

[56] 1404, 29 de Fevereiro - Recibo de venda da transacção anterior referente à venda da escrava russa (ARV, Protocolos, nº 2604, fol. s/nº).

[57] 1404, 10 de Março - Carta do rei aragonês ao de Portugal, pedindo-lhe a sua atenção para os problemas relacionados com a herança de Afonso Lopes, cidadão de Lisboa, casado com Catarina, mulher pobre e filha do valenciano Bernardo Ferrari, a qual foi considerada herdeira universal do marido, mas os parentes consaguíneos deste levantam obstáculos à execução da herança (ACA, Chanc. Real, nº 2246, Fol. 81).

[58] 1404, 15 de Julho - Rodricus Guterriz de Santander, vizinho de Lisboa e patrão da barca Santo António, comprometera-se com o florentino Bartholomeo delli Alberti ir com a sua barca num frete a Lisboa, retornar e depois partir novamente para Sevilha. Porém, o Rei de Aragão proibira as viagens ao reino de Castela pelo que os intervenientes resolveram realizar nova viagem a Lisboa e a Viana do Castelo para transportar mercadorias para o florentino, através do seu representante em Valência, o mercador Johannes de Pellaranda. O frete seria de 150 florins de ouro aragoneses (ARV, Protocolos, nº 2604, fol. s/nº).

[59] 1404, 21 de Julho - Autorização a Rui Guterres de Santa Clara, patrão de uma barca e português, para ir do Grau de Valência ao Cap de Cerver carregar mercadorias (ARV, Bailia, nº 1144, fol. 38 v).

[60] 1405 - Coisas proibidas por mar e o respectivo imposto colectado sobre as mercadorias (ARV, Bailia, nº 245, 50 fol. no total).

[61] 1405, 9 de Janeiro - Johannes Comes, mercador de Valência e residente em Sevilha, reconhece ter recebido em comanda de Guilherme Petri ça Rovira, mercador de Barcelona, 76 libras, 8 soldos e 2 dinheiros de moeda barcelonesa, investidos em 11 panos "sinereis de la terra" e 6 "tannis de ambolles", que transportará a Portugal e outras partes na barca do português Vasco Gonçalves (AHPB, Not. Tomás de Bellemunt, "Manual de Comandas", Leg. 2, 4/9/1402-14/4/1406, fol. 43).

[62] 1405, 27 de Janeiro - Garcias del Caudet nomeia Afonso Rodrigues, mercador de Setúbal, seu procurador para obter junto de Gonçalo Eanes de Évora, mercador de Lisboa, as 55 libras barcelonesas que lhe entregou em comanda (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual", Leg. 50, 8/11/1404-1/5/1405), Fol. 38).

[63] 1405, 1 de Abril - Aparício Garcia, vizinho de Setúbal, vende a Gonçalo Dias, também de Setúbal, um quarto do navio do qual era proprietário e patrão com 1 timão e uma coberta e chamado Santa Maria da Arrábida pela quantia de 44 libras de Barcelona (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Ma-

nual", Leg. 50,8/11/1404 - 14/5/1405, fol. 66 v/67).

[64] 1405, 1 de Abril - Outra escritura da venda do mesmo quarto comum e indiviso da barca Santa Maria da Arrábida, feito por Aparício Garcia a Gonsalvo Dias, ambos de Setúbal (AHCB, Archivo Notarial, IX - 7, Compagnyas, Pasta 1402 - 1417).

[65] 1405, 6 de Abril - João Eanes, de Setúbal, constitui seu procurador o seu genro Afonso Martins, também de Setúbal, para todos os assuntos relativos à documentação em posse de seu irmão Afonso Eanes, ainda de Setúbal (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual", Leg. 50, 8/11/1404 - 1/5/1405, Fol. 70 v).

[66] 1405, 6 de Abril - Outra procuração de João Eanes, de Setúbal com o mesmo teor da anterior (AHCB, Archivo Notarial, IX - 7, Compagnyas, Pasta 1402 - 1417).

[67] 1405, 10 de Abril - Aparício Garcia, marinheiro de Setúbal, passa recibo a Gonçalo Dias, também de Setúbal, das 44 libras resultantes da venda do quarto comum e indiviso da barca Santa Maria da Arrábida (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual", Leg. 50, 8/11/1404 - 1/5/1405, fol. 72 v).

[68] 1405, 10 de Abril - Outro recibo da venda do quarto comum e indiviso da barca Santa Maria da Arrábida, feita

por Aparício Garcia a Gonçalo Dias, ambos de Setúbal (AHCB, Archivo Notarial (IX), Cx. 7, Compagnyas, Pasta 1402 - 1417).

[69] 1406/1423 - Numa folha avulsa do notário G. Lobaino indicam-se as partes e os equipamentos que devem constar na construção e aparelhagem de um navio (ASG, Arc. Notarile, Not. Giovanni Lobaino, nº 548).

[70] 1406, 5 de Fevereiro - O Rei de Aragão, em resposta ao de Portugal, que acusava corsários, súbditos aragoneses, de terem capturado um criado do Rei de Portugal, Velasco Vicente, com o seu barco, São Nicolau, o qual se encontraria no porto de Cap de Cervera, informa que não foram corsários seus que fizeram tal acto, mas outros de nação biscaínia. Todavia ele enviou cartas aos seus oficiais para libertarem o navio assim que o encontrassem (ACA, Canc. Real, nº 2250, Fol. 14 r/v).

[71] 1406, 6 de Fevereiro - Carta aos Regedores da cidade de Lisboa com o mesmo teor e sobre o assunto daquela que enviou ao Rei de Portugal no dia anterior (ACA, Canc. Real, nº 2250, Fol. 14 v).

[72] 1408, 15 (?) de Fevereiro - João Peres Doria, vizinho de Lisboa, patrão do navio Santa Mã Delescada que se encontra em Valência, freta aos Honoráveis mercadores

valencianos Gabrieli Rigolf e Petro Solsona, segundo os usos e costumes da "Spanya", para ir levar mercadorias a Palermo e daí trazer outras para Valência. Os fretadores terão de pagar 50 florins de ouro de Aragão, mais 20 de seguro e dar 2 quintais de sebo e outros 2 de pez e estopa pelo frete, além das "quintaladas" aos marinheiros, sob pena de multa de 100 florins (ARV, Protocolos, nº 1254, Fol. s/nº).

[73] 1408, 16 de Fevereiro - Vasco Martins Ferreira, em seu nome e no do seu pai, Martinho Ferreira, ambos mercadores de Lisboa, reconhece dever a Ludovico Eanes, patrão da barca Santa Maria da Graça, a quantia de 71 libras e 10 soldos em moeda ternal de Barcelona, em razão do mútuo "gratis et bono amore" que lhe foi feito na viagem que o trouxe a Barcelona para vender mercadorias. Compromete-se a pagar o empréstimo em moeda de ouro de França ou Aragão, conforme a vontade do patrão da barca; tal pagamento será feito nos seis primeiros dias após a chegada a Lisboa do barco em que os dois seguem (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual", Leg. 5, 1407 - 1408, fol. 83).

[74] 1408, 17 de Fevereiro - João Alvernaz, mercador de Lisboa, reconhece dever a Alvaro Vazquez, procurador do Conde D. Pedro, 60 coroas de ouro francesas em razão do frete do navio Santa Maria de Lascada que trouxe o Infante

de Lisboa para Valência. Depois de especificar as condições de pagamento dá como penhor um conjunto de tecidos que estão na posse de Egídio Martinez de Ferreira, vizinho de Lisboa (ARV, Protocolos, nº 1254, Fol. s/nº).

[75] 1408, 21 de Fevereiro - Bernardus Astruth, valenciano, vende a João Eanes, mercador lisboeta, uma escrava russa de 25 anos pela quantia de 55 libras em moeda real de Valência (ARV, Protocolos, nº 1254, Fol. s/nº).

[76] 1408, 21 de Fevereiro - João Eanes, mercador de Lisboa, com a sua mulher, Benventura, e Jacobus Avella, valenciano, reconhecem dever a Verncero (?) Amalrich, mercador de Valência, 22 libras em moeda local com as quais tinham comprado mercadorias (ARV, Protocolos, nº 1254, Fol. s/nº).

[77] 1408, 30 de Março - Marclaes Sa Closa, morador em Platena Nova, compromete-se a, no prazo de 1 ano, trazer certidão comprovativa de ter descarregado 2 servos em Lisboa (ACA, R.P. - Batllia General, H - 21, Fol. 8 v).

[78] 1408, 3 de Abril - Um morador de "Baseya" (Beja ?) assegura que trará de Lisboa certidão comprovativa de ter descarregado em Lisboa uma serva de Johannes Garcia; tal será feito no prazo de 1 ano sob pena do corpo e bens (ACA, R.P. - - Batllia General, H - 21, Fol. 9).

[79] 1408, 27 de Outubro - Em relação a uma dívida relativa a uma escritura de 21 de Fevereiro desse ano, Amalrich comparece perante o notário certificando que as 22 libras lhe foram pagas (ARV, Protocolos, nº 1254, Fol. s/nº).

[80] 1409, 15 de Fevereiro - João Martinez e Estavão Lourenço de Caminha, com Gonçalo Domingues, Bartolomeu Eanes, Gonçalo Gago e Vasco Lucas, todos de Viana, reconhecem dever a João Eanes Macho, notário de Viana, 70 florins de ouro de Aragão, graciosamente emprestados; são ainda beneficiários do empréstimo Martinho Galeote, Ferran Gonçalves e Jorge Marinheiro, todos de Viana; todavia Bartolomeu Eanes promete pagar a parte destes últimos. Estipulam, sob pena pecuniária, o pagamento nos 3 primeiros dias após a chegada a Viana (ARV, Protocolos, nº 1255, Fol. s/nº).

[81] 1409, 15 de Fevereiro - Assento completo a que se refere o anterior, respeitante à dívida a João Eanes Macho (ARV, Protocolos, nº 2606, Fol. s/nº).

[82] 1409, 15 de Fevereiro - João Eanes Macho, notário de Viana, reconhece que Petro Domingo, Petro Avella e Jacob Ferrer, todos de Valência, foram quem avançaram as 70 libras a que se refere o assento anterior. Compromete-se a pagar os 70 florins de ouro em "peixe salgado" a trazer à

cidade de Valência, recebendo por esta operação o terço dos lucros (ARV, Protocolos, nº 1255, Fol. s/nº).

[83] 1409, 15 de Fevereiro - Texto não acabado do assento da mesma data, referente à dívida de João Eanes Macho (ARV, Protocolos, nº 2606, Fol. s/nº).

[84] 1409, 12 de Março - Carta do rei Martinho de Aragão ao Governador de Valência por ter sido informado pelos conselheiros de Barcelona que Martim Vasques e Jorge Esteves, portugueses e patrões de barcas chegadas em Dezembro e Janeiro último tinham visto os seus navios e bens apresados, por existir carta de marca contra portugueses, ao arrepio dos privilégios concedidos pelo rei D. Pedro de Aragão áqueles que trouxessem vitualhas ao reino. Conforme a anterior decisão do seu antecessor, o rei confirma os referidos privilégios (ACA, Chanc. Real, nº 2288, Fol. 13/14).

[85] 1409, 20 de Março - Carta de Johannes Pujade, substituto do Baile Geral de Valência, aos Conselheiros de Barcelona, respondendo a uma carta destes. Segundo esta, alguns portugueses teriam vindo trazer vitualhas à cidade de Valência e contra as prescrições régias teriam sido presos com os seus bens. Ora o Baile explica que a nobre Bernardona tinha obtido carta de marca contra súbditos portugueses,

carta essa que tinha sido cumprida, sendo agora impossível repôr a situação; sugere mesmo que os Conselheiros de Barcelona não têm que se meter em assuntos que não lhes dizem respeito (ARV, Bailia, nº 1144, Fol. 257 r/v).

[86] 1409, 1 de Outubro - Magister Afonso, que vive em Maris, compromete-se a trazer, no prazo de 1 ano, certidão provando ter descarregado na "civitate de Portegal" 2 filhas suas, chamadas Maria e Violante, sob pena de corpo e bens (ACA, R. P. - Batllia General, H - 21, Fol. 59).

[87] 1409, 11 de Dezembro - João Martinez Camus, lisboeta e patrão da barca Santa Catarina, freta-a ao mercador de Lisboa Martinho Stevanes para levar 30 "botas" ao Porto, pela quantia de 2 florins e meio de Aragão a "bota" ao preço cotado em Portugal. A este preço acrescentariam 5 florins pela carga e mais 5 ao piloto de salário (ARV, Protocolos, nº 2606, Fol. s/nº).

[88] 1409, 14 de Dezembro - Alvaro Gonçalves Cerdo, vizinho de Matosinhos, reconhece dever a Martinho Stevanes, criado de Afonso Eanes, cambiador e vizinho de Lisboa, 85 florins e meio de ouro de Aragão, com que comprou 9 "botas" e meia de vinho tinto expedidas a Portugal na barca de João Martinez Camusso. Promete pagar, em peixe, a Johanni Castellenes, mercador valenciano, 45 florins até à próxima

Páscoa e mais 45 a Martinho Stevanes, em Lisboa (ARV, Protocolos, nº 2606, Fol s/nº).

[89] 1410 - Instruções aos embaixadores Anthoni Polo, Peborde de Mur e Bertram de Tudela enviados a Portugal para tratarem do casamento do primogénito do Rei português com D. Aleonor, irmã do Conde de Urgel e neta do Rei de Aragão (ACA, Canc. Real, nº 2252, Fol. 119).

[90] 1410, 10 de Fevereiro - Abrasim Leon e a mulher com o seu filho, Minse, e Santo do Porto, judeus do Porto, reconhecem dever a Nuno Rodrigues, marinheiro também do Porto, 50 florins de ouro de Aragão, graciosamente emprestados. Prometem pagar, computando, em moeda de Portugal, 300 libras por cada florim, no prazo de 3 meses após o regresso ao Porto do navio S. Pedro, no qual regressam e de que é patrão Pedro Eanes; o risco da viagem correrá por conta do referido Nuno Rodriguez (ARV, Protocolos, nº 2607, Fol. s/nº).

[91] 1410, 15 de Fevereiro - Laurencius de Plano assegura, em nome de Ludovico Afonso de Lisboa, que apresentará, no prazo de 1 ano, certidão de ter descarregado em Lisboa 5 "balestas" (ACA, R. P. - Batllia General, H - 21, Fol. 69).

[92] 1410, 18 de Fevereiro - Gonserandus de Pinos, morador em "Beate Marie Maris" compromete-se a, no prazo de 1

ano, trazer de Lisboa certidão de aí ter descarregado algumas armas (ACA, R. P. - Batllia General, H - 21, Fol. 69 v).

[93] 1410, 21 de Março - Pedro Gonçalves, vizinho de Lisboa e proprietário e patrão da barca Santa Maria dos Mártires, freta a Gonçalo Afonso, mercador de Lisboa e porcionário da mesma barca, o referido navio para transportar 40 "botas" e meia de vinho até Lisboa, pelo preço de 2 florins de ouro de Aragão ao valor corrente na cidade nos negócios entre mercadores. Se a mercadoria fôr descarregada no Porto o frete será de 2 florins e meio e se seguir até Bayona a Ribadeu o preço passará para 3 florins e meio. Passados 25 dias o patrão do navio receberá mais 10 libras de ouro aragonesas (ARV, Protocolos, nº 1257, Fol. s/nº).

[94] 1410, 21 de Março - Assento completo a que se refere o anterior sobre o fretamento da barca Santa Maria dos Mártires, cujo patrão é Pedro Gonçalves (ARV, Protocolos, nº 2607, Fol. s/nº).

[95] 1410, 21 de Março - Johannes Castellenes, mercador de Valência, nomeia seu procurador Gonçalo Afonso, mercador de Lisboa (ARV, Protocolos, nº 1257, Fol. s/nº).

[96] 1410, 21 de Março - Assento completo a que se refere o anterior sobre a procuração de Johannes Castellenes (ARV,

Protocolos, nº 2607, Fol. s/nº).

[97] 1410, 22 de Março - Johannes Castellenes, mercador de Valência, faz seu procurador Alvaro Gonçalves, Escudeiro do Rei de Portugal e vizinho de Cascais, (ARV, Protocolos, nº 1257, Fol. s/nº).

[98] 1410, 2 de Abril - Moser Viner, em nome de Raimundos Rovelo propõe-se levar a Portugal armas, pelo que, no prazo de 1 ano, terá de apresentar prova de que as descarregou de facto no reino (ACA, R. P. - Batllia General, H - 23, Fol. 17 v).

[99] 1410, 8 de Abril - Carta ao Rei de Portugal do de Aragão propondo-lhe o casamento da sua sobrinha D. Leonor, irmã do Duque de Urgel, com o primogénito português para consolidar as boas relações existentes (ACA, Canc. Real, nº 2238, Fol. 133 r/v).

[100] 1411, 7 de Fevereiro - Afonso Dominguez, mercador do Porto, reconhece ter recebido de Afonso Martinez, cidadão de Caminha, através de João André, marinheiro e também de Caminha, a quantia de 200 florins de ouro aragoneses. Este capital destinava-se a investir em mercadorias valencianas a carregar no navio São José, cujo patrão é João Farinha e se dirige ao Porto. A quantia a pagar corresponde a 300 libras portuguesas, que agora corre em reais de 3

libras e meia (ARV, Protocolos, nº 1260, Fol. s/nº).

[101] 1411, 18 de Fevereiro - Francisco Marti, pescador valenciano, arrenda a João Portel, vizinho de Lisboa, e a sua mulher Agneti Gonzalvez um "hostal" que possui no Grau de Valência. O contrato é feito por 1 ano pela quantia de 15 libras e nas condições especificadas (ARV, Protocolos, nº 1260, Fol. s/nº).

[102] 1411, 18 de Fevereiro - Fariralles Nom de Deu, mercador valenciano, reconhece ter recebido em comanda de Dídaco Jacome, mercador de Braga, 137 quintais, 3 arrobas e 19 libras de ferro em barras pelo peso de Valência. Este ferro foi-lhe remetido por Jacobo Raimundo, irmão de Dídaco, e Vasco Afonso, factor e seu criado, com o objectivo de aí ser vendido ao preço de 24 soldos valencianos o quintal (ARV, Protocolos, nº 1260, Fol. s/nº).

[103] 1413, 29 de Março - Alguém, cujo nome vai por preencher e mora em Vich), assegura que é para o Baile Geral de Valência que leva a "grosa gladiatorum" que o português Lourenço Moniz carregou no navio castelhano (ACA, R. P. - Batllia General, H - 23, Fol. 27).

[104] 1413, 31 de Março - Assento em que um barcelonês se propõe levar a Colliure e Perpignan "quatuordocim vegetis sardine arengate" (ACA, R. P. - Batllia General, H -

23, Fol. 27 v).

[105] 1414, 13 de Maio - Documento autêntico mostrando que na cidade de Ceuta foram descarregados um certo número de mercadorias trazidas de Barcelona no valor de 200 florins (ACA, R. P. - Batllia General, H - 24, doc. solto).

[106] 1414, 17 de Novembro - Autorização para Ali, etiope de Ceuta, Salema de Omar e Abdalla de Orto, mouros de Saragoça, poderem ir à "Mourama" no navio do primeiro, para fazerem comércio. (ACA, R. P. - Batllia General, H - 24, Fol. 5).

[107] 1416 - Coisas proibidas por mar e o respectivo imposto colectado sobre as mercadorias entre as quais muitas referentes a navios portugueses (ARV, Bailia, nº 255, 37 Fol. no total).

[108] 1416, 13 de Maio - Ordem de Louys çá Morera, Lugar-Tenente do Baile Geral da Catalunha, aos guardas de mar de Barcelona para deixarem passar e carregar na nau de Gotic d'Arie, da vila de Sent Andreu do reino de Castela e para levar a Ceuta, agora em posse de cristãos, 11 fardos de material, na maior parte militar, em nome do barcelonês Arnaldus Quiralt. (ACA, R. P. - Batllia General, H - 24, doc. solto).

[109] 1416, 13 de Maio - Juramento de Arnaldus Quiralt, "ballistarius" barcelonês, de que, sob pena de 200 florins aragoneses, dos quais deixava fiadores, levaria as mercadorias antes mencionadas à cidade de Ceuta. (ACA, R. P. - Batllia General, H - 24, Fol. 14 v).

[110] 1417, 18 de Julho - Johan Navarro, Vice-Almirante do Rei aragonês em Tunes, em carta ao Monarca, propõe a conquista da "Ifrica", comparando a honra desta conquista à do Rei de Portugal, o qual tomara Ceuta havia pouco tempo (ACA, C.R.D., Afonso IV, Cx. 5, Doc. 584).

[111] 1418, 14 de Fevereiro - Anotação do recibo do direito chamado dos "vinte das mercadorias que os judeus trazem de fora"; nesta data foram recebidos 32 soldos e 6 dinheiros de Jacobo Cofen, judeu do Porto, sobre o preço da mercadoria declarada (ARV, Maestre Racional, nº 38, Fol. 95).

[112] 1423, 20 de Agosto - João de Lamego, da casa do Conde D. Pedro de Ceuta, apresenta-se ao Baile Geral com 6 mouros presos em diversos lugares dos reinos de Fez e Granada, pedindo que fossem recebidos. Segue-se o interrogatório dos 6 mouros e a publicação da sentença, declarando-os de "boa guerra" e entregando-os a João de Lamego. A seguir encontram-se as escrituras de venda e recibos dos escravos mencionados (ARV, Bailia, nº 193, Fol. 88/93 v).

[113] 1423, 18 de Setembro - Assento do recibo de 240 soldos de João de Lamego, procurador e factor do Conde de Ceuta, pelo direito de trazer para a cidade 6 mouros da Berberia capturados "de boa guerra" (ARV, Maestre Racional, nº 43, Fol. 93 v).

[114] 1423, 22 de Outubro - Nalfofo Morera, "barberi" de Valência, vende, como procurador de João de Lamego, 1 mouro a Nicolau Quintana de Valência pela quantia de 75 florins de ouro valencianos (ARV, Bailia, nº 193, Fol. 97).

[115] 1424, 7 de Julho - Dádiva a João Fernandez, "comprador maior" do Inclito Eduardo, primogénito do Rei de Portugal, de 50 florins de ouro, a mando do Rei de Aragão, para satisfação das despesas e feitos realizados na Corte do Infante para o Rei aragonês (ARV, Maestre Racional, nº 8759, Fol. 68).

[116] 1424, 11 de Julho - Diego de Portal vende a Nicolau de Muntiell 1 mouro pelo preço de 90 florins (ARV, Bailia, nº 193, Fol. 126).

[117] 1424, 16 de Setembro - Por carta "closa" o Rei de Aragão manda pagar a Gomes Ferreira, português, 60 florins de ouro, como recompensa dos danos pessoais e materiais por ele sofridas no reino de Nápoles ao serviço do Rei (ARV, Maestre Racional, nº 8759, Fol. 88).

[118] 1425, 24 de Abril - Stephanus Dolot, corrector de ouro de Barcelona, é autorizado a partir da cidade com o pescado trazido por Estevão d'Evora, português; caso não apresente prova de ter descarregado em Pisa esta mercadoria, pagará 50 libras de multa (ACA, R. P. - Batllia General, H - 27, Fol. 103 r/v).

[119] 1425, 3 de Julho - Bonetus Casataça, "sartor" de Barcelona, terá de apresentar prova de ter descarregado em Lisboa e Ceuta certas armas (ACA, R. P. - Batllia General, H - 27, Fol. 118).

[120] 1425, 4 de Julho - Johannes Scala, corrector de ouro barcelonês, terá de apresentar no prazo de 1 ano, sob pena de 100 soldos, prova de que descarregou em Lisboa e em Ceuta certas armas que o português Afonso Eanes levará no navio de Estevão d'Evora, o qual se encontra na cidade (ACA, R. P. - Batllia General, H - 27, Fol. 118).

[121] 1425, Julho - Bonetus de Casari, de Barcelona, sob pena de 10 libras, terá de apresentar, no prazo de 1 ano, prova de ter descarregado em Lisboa uma mulher, de nome Clara e esposa de Jacobo Vicente de Lisboa, que para lá transportará num navio português que se encontra no porto da cidade. A seguir consta, com data de 6 de Maio de 1426, a anotação de que a prova foi apresentada (ACA, R. P. -

Batllia General, H - 27, Fol. 119).

[122] 1426, 13 de Junho - Contrato entre Belengerius Leoplandi e o português Lourenço da Ponte, marinheiros no navio patroneado por Bertholomeu Bondinarum, sobre os pagamentos devidos ao tempo em que estiveram no referido navio (ASG, Arc. Notarile, Not. Branca di Bagnara, Fol. XXVIII).

[123] 1426, 9 de Julho - Acordo entre o castelhano Didaco Martini de Serpa, patrão da barca Santa Maria, e os portugueses mercadores de Lisboa Egídeo Fernandes e Martinho Lourenço, em resultado de um frete contratado em Barcelona, em Maio desse ano, para transportar mercadorias para Génova (ASG, Arc. Notarile, Not. Branca di Bagnara, Fol. XXXVI).

[124] 1426, 5 de Novembro - Rodrigo Afonso de Lisboa, patrão do navio Santa Trindade, o qual se encontra em Savona, freta-o a Bertoleto de Crognono da Gasconha para irem carregar sal a Valência e Ibiza e regressar a Génova. O português receberia 12 soldos e 6 dinheiros por cada carga de sal transportada (estavam previstas 80) e mais 65 libras genovesas para "caligis et aliis" (ASG, Arc. Notarile, Not. Branca di Bagnara, Fol. LXXXII).

[125] 1428, 10 de Julho - Conjunto de escrituras pelas

quais Afonso João da casa do rei de Portugal vende um censual a Johanneta, de Valência, contra o preço 33.000 soldos de Barcelona com o foro de 117 libras, 17 soldos e 1 dinheiro. Passados os recibos Afonso João vende um conjunto de panos à mesma Johanneta pela soma de 30.000 soldos, venda essa autorizada pelo Infante D. Pedro, duque de Coimbra (AHPB, Not. Bernardo Pi, "32 Manual Comun" 18/12/1427 - 1/7/1428, Leg. 23, Fol. 96/97v).

[126] 1429, 6 de Abril - Johanneta, mulher de Jabob Xatanti, mercador de Barcelona, e tutora dos seus filhos, reconhece que Afonso João, da Casa do Rei de Portugal, lhe pagou as 1.736 libras, 7 soldos e 5 dinheiros de moeda barcelonesa que lhe devia. O pagamento foi feito do seguinte modo: 1.650 libras por instrumento perpétuo de um "censual mortuo" de 117 libras, 17 soldos e 1 dinheiro, feito por escritura de 10 de Julho de 1428, e correspondendo a 8 meses e 26 dias. As restantes 86 libras a pagar até 10 de Julho de 1429 foram pagas pelo português Mendo Rodrigues através de Francisco de Prats que o fez pela "tabula cambii" de Barcelona (AHPB, Not. Bernardo Pi, "34 Manual Comun", Leg. 23, 1428 - 1429, Fol. 35/35 v).

[127] 1429, 28 de Abril - Aires Gomes de Silva, "miles", procurador, juntamente com Estevão Alfonso, "decretorum doctore de Portugalia", constituíram Afonso João, da Casa

do Rei de Portugal, legítimo procurador, baseados na sua própria procuração feita na vila de Arraiolos em 5 de Abril de 1429. Reconhecem ainda que Dona Johanneta, mulher de Jacobi Xatanti, mercador de Barcelona, e tutora dos filhos de ambos, várias peças de pano que descreveu. Estas peças foram vendidas à referida Johanneta pelo dicto procurador, como caução e segurança do "censualis mortui" de pensão no valor de 117 libras, 17 soldos e 1 dinheiro de Barcelona, devidas sobre o preço de 30.000 soldos barceloneses, segundo escritura de 10 de Julho de 1428 (AHPB, Not. Bernardo Pi, "34 Manual Comum", Leg. 23, 1428 - 1429, Fol. 52 v/53).

[128] 1430, 15 de Março - Salvo-conduto dado pelo Baile Geral de Valência a João Vasques, escudeiro da casa do Infante D. Pedro de Portugal, que vai como mensageiro do Rei (ARV, Bailia, nº 1147, Fol. 131).

[129] 1430, Julho/Dezembro - Recibo correspondente ao Alcaide Johan Castella, natural de Fez, preso com 5 mouros por portugueses e trazidos à cidade por Vasco André, mercador do Porto, a quem o escrivão teria prometido dar certa soma (ARV, Maestre Racional, nº 49, Fol. 167 v).

[130] 1430, 11 de Agosto - Bartholomeus Prats e Jacobus Prats "frates germani", marinheiros e cidadãos de Barcelona, de um lado e Fernando Português, marinheiro e resi-

dente em Barcelona, por outro, fazem trégua entre si até ao próximo Domingo de Páscoa, sob pena de 50 libras (AHPB, Not. Bernardo Pi, "36 Manual Comum", Leg. 23, 14/7/1430 - - 6/4/1431, fol. 7 v/8).

[131] 1432 - Coisas proibidas por mar e o respectivo imposto colectado sobre as mercadorias muitas delas carregadas em navios portugueses (ARV, Bailia, nº 269, Fol. 66v/73 v).

[132] 1432, 25 de Agosto - Salvo-conduto para Alvaro Vazquez, patrão de uma nau portuguesa, outorgado pelo Baile Geral de Valência para trazer trigo à cidade e carregar mercadorias (ARV, Bailia, nº 1147, Fol. 416 r/v).

[133] 1433, 29 de Janeiro - O Baile Geral de Valência comunica a João Eanes, patrão de um "balener" armado de Lisboa, que G. Marti, mercador valenciano, acusou-o de, frente ao Cap de Pals, ter atacado a coca de Johan Anguis, também de Valência, na qual o queixoso teria embarcado várias mercadorias. Face ao apresamento da coca o Baile intima o português a libertar a coca, deixando-a seguir viagem (ARV, Bailia, nº 1147, Fol. 467 v).

[134] 1433, Fevereiro/Março - Abram Corroç, judeu e residente de Braga, reconhece que deve a Afonso Eanes, do Porto, 10.000 reais brancos portugueses em razão do câmbio

em moeda barcelonesa, utilizados na compra de 25 libras de açafreão. Promete restituir essa quantia nos 30 primeiros dias após a chegada ao Porto na cidade portuguesa à sua escolha (AHPB, Not. Juan Reniu, Leg. 4, Feb-Mai de 1433, Fol. s/nº).

[135] 1433, 14 de Fevereiro - O Baile Geral de Valência, a pedido de vários mercadores e jurados da cidade, e depois de ouvir conselho, outorga um salvo-conduto a Alvaro Estevão, patrão de uma nau de Viana. Este poderia, trazer o peixe, trigo e cavalos à cidade de Valência e aqui carregar mercadorias para o retorno; esta autorização abrangia um "caro" que o acompanhava (ARV, Bailia, nº 1147, Fol. 472 r/v).

[136] 1433, 10 de Março - Ançanel (?), judeu de Leiria e Franco, judeu de Lisboa, reconhecem dever a Eduardo Afonso, mercador do Porto, 10.700 reais brancos em razão da quantidade de moeda ternal barcelonesa que receberam e com a qual compraram mercadorias para levar a Lisboa no navio de nome "Playtera", do qual era patrão Afonso Fernandes ou Ferrandes do Porto. Prometem ambos pagar então o empréstimo contraído (AHPB, Not. Juan Reniu, "Manual", Leg. 4, 6/2/1433 - 15/5/1433, Fol. s/nº).

[137] 1433, Março/Abril - Conjunto de documentos (21) refe-

conjugado com um navio português, o capitão deste deu-lhe os referidos mouros. Explica ainda que, interrogados em Alicante, os mouros diziam-se todos oriundos de reino de Fez e não de outras partes (ARV, Bailia, nº 193, Fol. 210).

[143] 1434, 17 de Julho - Pedido de Bernat Font para que os mouros por ele apresentados fossem considerados de "boa guerra". Segue-se o resto do processo em que a sentença não considera todos legalmente capturados (ARV, Bailia, nº 193, Fol. 213).

[144] 1434, 18 de Julho - Memorando de Bernat Font, a propósito da sentença sobre a legalidade da captura dos mouros, no qual protesta com vários argumentos contra o facto de alguns desses mouros não terem sido legalmente capturados. Entre os argumentos utilizados lembra que foram os portugueses os captores dos mouros e que eles consideram sempre os mouros capturados "de boa guerra" (ARV, Bailia, nº 193, Fol. 215/216 v).

[145] 1434, Julho (finais) - Interrogatório da tripulação do valenciano Bernat Font acerca dos argumentos utilizados no seu memorando acima referido, nomeadamente para confirmar se tinham sido os portugueses a capturar os mouros (ARV, Bailia, nº 193, Fol. 220 r/v).

[146] 1434, Julho (finais) - Interrogatório sobre o que

Bernat Font invocava que teria acontecido com as declarações dos mouros em Alicante (ARV, Bailia, nº 193, Fol. 236).

[147] 1434, Outubro/Novembro - Lançamento de um recibo de 88 soldos de 1 mouro comprado a Pere Eanes de Portugal (ARV, Mestre Racional, nº 52, Fol. 117).

[148] 1434, Outubro/Dezembro - Salvo-conduto para João Lourenço, patrão português de uma "caravela ou nau", para trazer à cidade de Valência mouros e outros produtos e carregar na cidade algumas mercadorias (ARV, Bailia, nº 1147, Fol. 671).

[149] 1434, 13 de Outubro - Salvo-conduto para Mosser Pere Vicente, cavaleiro português, o qual pretendia vir a Valência descarregar 2 navios com mercadorias, nomeadamente peixe, trigo e mouros (ARV, Bailia, nº 1147, 669 r/v).

[150] 1434, 19 de Outubro - Carta a João de Lamego, considerando os 16 mouros por ele apresentados juntamente com Pero Vasques capturados "de boa guerra" (ARV, Bailia, nº 193, Fol. 252).

[151] 1434, 15 de Novembro - Recibo, por direito real, sobre João Lorene de Portugal, patrão de um "balener" que trouxe 12 mouros e que pagou 587 soldos e 8 dinheiros



(ARV, Maestre Racional, nº 52, Fol. 117).

[152] 1434, 26 de Novembro - João de Lamego e Pero Vasques, da casa do Conde D. Pedro de Ceuta, vendem a Bernardo Sala de Valência 1 mouro por 54 libras valencianas. Segue-se o recibo (ARV, Bailia, nº 193, Fol. 253 r/v).

[153] 1434, 15 de Dezembro - Recibo a João de Lamego e Fere Vasques, portugueses, procuradores do Conde de Ceuta, por 16 mouros trazidos à cidade e pelos quais pagou 766 soldos de imposto (ARV, Maestre Racional, nº 52, Fol. 117).

[154] 1434, 20 de Dezembro - Salvo-conduto para a nau da qual era patrão Alvaro Vasques e propriedade de Garcia de Baiona de Portugal; ficava autorizado a trazer a Valência trigo e outras mercadorias pertencentes ao florentino Paulo Mercader e levar produtos de retorno (ARV, Bailia, nº 1147, Fol. 685 v/686).

[155] 1439, 2 de Outubro - Autorização para o mercador barcelonês Giullermus Valcelada poder sair de Barcelona com 2.000 quarteiros de trigo no navio de biscainhos, cujo patrão era "Petrus Sanzis d'Azmedia", sob pena de 25 libras, caso não apresente no prazo de 1 ano certidão do registo de o ter descarregado em Portugal. (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[156] 1439 - A propósito de uma querela entre mercadores pisanos e florentinos, numa carta ao Consul de Pisa em Barcelona, refere-se Pietro de Giovanni de Portogallo que actuaria em Barcelona como procurador de Lourenço Berard. No documento avisa-se o consul que se ele não aplicar "os capítulos do mar e da navegação" os interessados mudariam de consul e procurariam outro juiz (A.H.C.B., Documentos Mercantis (IX - 13), Pasta 1421 - 1449).

[157] 1440, 7 de Abril - Jacob Setanti, mercador de Lisboa, constitui o seu filho Ludovico Xatanti seu procurador. No mesmo instrumento, Guillermus Valtalada anula a procuração que fez conjuntamente com Johannemde Romerals, barcelonês e seu sócio, em nome de Martinum de Salmes, mercador aragonês. Seguidamente constitui seu procurador Bernardus de Ballcallada, residente na cidade de Lisboa (AHPB, Not. Antonio Vilanova, "7 Capbreu", Leg. 5, Abr.--Junho/1440).

[158] 1440, 2 de Maio - Guillermus Valcelada, "draperius" barcelonês, fica sujeito à multa de 10 libras se, no prazo de 1 ano, não apresentar registo dos oficiais de Lisboa de aí ter descarregado algumas armas (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[159] 1440, 4 de Maio - As mesmas condições daquelas dita-

das para Guillermus Valcelada fica sujeito Petrus Planes, mercador de Barcelona, para as armas que transportava no navio do português João Sobrino para Lisboa (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[160] 1440, 12 de Julho - Bernardus Lobera, barcelonês, nomeia o seu filho Johanneus Lobera seu procurador com o objectivo de recuperar junto de João de Lisboa, patrão de uma "coque", e outras pessoas as quantias que lhe devem e têm em seu poder (AHPB, Not. Antonio Vilanova, "5 Manua=le", Leg. 3, 9/6/1440 - 14/11/1440, Fol. s/nº).

[161] 1440, 30 de Setembro - Salvo-conduto para dois patrões de 2 caravelas portuguesas, Fernando Janeiro e Afonso Ferrandez, para que possam vir a Valência com 6 barcos carregadas com peixe e, depois, carregar nelas mercadorias para o retorno (ARV, Bailia, nº 1151, Fol. 113 r/v).

[162] 1441, 20 de Janeiro - João de Lisboa, marinheiro e cidadão de Barcelona, fica sujeito à multa de 10 libras se, no prazo de 1 ano, não apresentar recibo dos oficiais portugueses que aí descarregou certas armas, as quais são transportadas no navio de Afonso Eanes (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[163] 1441, 20 de Janeiro - Gondisalvus de Serdal, pastor

de Barcelona, fica sujeito às mesmas condições de João de Lisboa relativamente às 60 lanças que transportava no mesmo barco (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[164] 1441, 24 de Julho - Guillermus Valltallada (sic), mercador barcelonês, fica sujeito à multa de 25 libras se, no prazo de 1 ano, não apresentar prova de ter descarregado em Lisboa 80 "ballestes d'aço", que se propõe transportar no navio do português Vasco Gonçalves (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[165] 1441, 1 de Agosto - Carta do Baile Geral de Valência ao Governador de Ceuta, D. Fernando. Nela o Baile informa que Bernat Valls se queixou de que, tendo armado uma galeota para se dedicar ao corso contra os mouros, fora atacada perto de Gibraltar por 2 navios armados em Ceuta e, inclusive, o navio valenciano atirado para as praias de Tarifa. Perante isso e dadas as boas relações entre os dois reinos, pede o Baile que Bernat Valls e armadores sejam indemnizados em cerca de 2.000 libras, que foi em quanto se calculou o prejuízo (ARV, Bailia, nº 1149, Fol. 103 v/104).

[166] 1441, 17 de Outubro - Johannes de Linyero, patrão de um baleeiro de Galia della Gruny de Castela, constitui seu procurador a Vicente Feris, patrão de um navio de Lisboa e

agora ausente, para recuperar junto de Catarina, filha de Afonso Gonçalves "textoris panni lini" de Lisboa e outras pessoas as mercadorias que se encontravam em seu poder e que ele pretende reaver, pois divorciara-se e separara-se da referida Catarina (AHPB, Not. Bernardo Pi, "55 Manualis Comunis" Leg. 3, 9/5/1441 - 5/2/1442, Fol. s/nº).

[167] 1441, 17 de Outubro - Os notários Pedro Bastat, Bernardo Pi e Antonio Vilanova com mais dois cidadãos de Barcelona confirmam que foi entregue a Afonso Dias, patrão de uma caravela do Duque da Burgunya, a referida embarcação (AHPB, Not. Bernardo Pi, "55 Manualis Comunis" Leg. 3, 9/5/1441 - 5/2/1442, Fol. s/nº).

[168] 1441, 26 de Outubro - Johannes Venturam, mercador de Barcelona, fica sujeito à multa de 10 libras se, no prazo de 1 ano, não apresentar prova de ter descarregado em Lisboa certas armas que transportará no navio de Vicente Periz (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[169] 1442, 29 de Janeiro - Afonso Dias, cidadão do Porto e patrão de uma caravela do Duque de "Burgunye", nomeia procurador Bartolomeu Caldero, marinheiro de Sevilha, para, junto de Jacobo Lagima, reaver a sua caravela com os seus apetrechos a qual lhe foi capturada pela galiota do referido Lagima, cidadão de Perpignan (AHPB, Not. Bernardo Pi,

"55 Manualis Communis", Leg. 3, 9/5/1441 - 5/2/1442, Fol. s/nº).

[170] 1442, 31 de Janeiro - Afonso Dias, patrão de uma caravela do Duque de "Burgunye" e da cidade do Porto, que foi capturado por galeotas de Jacobi Laguna de Perpignan, declara, em seu nome e por parte dos armadores, ter recebido de volta a referida caravela com todos os seus pertences, pelo que renuncia a todas as futuras reivindicações a propósito desta questão, tendo ficado satisfeito com a intervenção dos Conselheiros do Mar da cidade de Barcelona (AHPB, Not. Bernardo Pi, "55 Manualis Communis", Leg. 3, 1441 - 1442, Fol. s/nº).

[171] 1442, 8 de Março - Carta do Baile Geral de Valência ao Rei de Portugal. Nela o Baile queixa-se que dois Escudeiros do Infante D. Henrique, os irmãos João Escudeiro e Gonçalo Gomes, capturaram um "balener" de Morvedre, pertencente a Pere Lopic e companheiros, quando seguiam de Muros (Castela) para Valência com uma carga de peixe. Pedia finalmente que o Rei mandasse devolver os bens de que os queixosos foram espoliados (ARV, Bailia, nº 1149, Fol. 170 r/v).

[172] 1442, 23 de Março - Johannes Mercader, barcelonês, sob pena de 10 libras, terá de apresentar, no prazo de 18

meses, prova de que descarregou em Lisboa certas armas (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[173] 1442, 26 de Março - Gonsalvus Serdal, "sartor" de Barcelona, fica sujeito à pena de 50 libras se, no prazo de 1 ano, não apresentar prova de ter descarregado em Portugal certas armas (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[174] 1442, 18 de Abril - Ordem para deixar passar Amado Szaqueri (Sequeira ?) de Portugal que leva, para obra e serviço da sua fusta, certas mercadorias (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[175] 1442, 18 de Abril - Igual ordem à de Amado Szaqueri, relativamente a Braquas, judeu português, para certas mercadorias para seu serviço (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº2).

[176] 1442, 8 de Maio - Johannes Ventura e Ricardo de Vansat, mercadores de Barcelona, ficam sujeitos à multa de 10 libras se, no prazo de 1 ano, não apresentarem prova de que descarregaram em Lisboa 1 escravo mouro de nome Ali (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[176] 1442, 18 de Maio - Gonsalvus de Serda, "sartor" barcelonês, fica sujeito à pena de 10 libras se, no prazo

de 1 ano, não apresentar prova de ter descarregado em Lisboa certas armas (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº2).

[177] 1442, 10 de Julho - O barcelonês Martinus Julia fica sujeito à pena de 10 libras se, no prazo de 1 ano, não apresentar prova de ter descarregado em Lisboa certas armas (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33, Fol. s/nº).

[178] 1442, 21 de Julho - Pedro Português por um lado e Alfonsus de Valademi e Johannes de Valldemi, do outro, prometem e acordam, a propósito da galé de Johannes Riba, a acabar com o ódio e rancor que até aí os opunha, sob pena de 50 libras (AHPB, Not. Antonio Vilanova "? Manuale", Leg. 4, 1442 - - 1443, Fol. s/nº).

[179] 1442, 22 de Julho - Um marinheiro português, de apelido Dias, promete tréguas até às festas de Santa Maria de Setembro próximo a um cidadão barcelonês sob pena de 40 libras (AHPB, Not. Antonio Vilanova, "? Manuale" Leg 4, 3/7/1442 - 5/2/1443, Fol. s/nº).

[180] 1442, 31 de Dezembro - Johannes Scales, barcelonês, Rodrigo Eanes, Daniel, Abram Saulo e Juda Bedino, ficam, cada um deles, sujeitos à multa de 10 libras se, no prazo de 8 meses, não apresentarem prova de terem descarregado em Lisboa certas armas (ACA, R. P. - Batllia General, H - 33,

Fol. s/nº).

[181] 1443, 2 de Agosto - Johannes de Corbaria avisa todos os interessados que ele, Baile, por ordem do rei, autoriza um grupo de judeus portugueses e castelhanos com as suas famílias a estabelecerem - se na Sicília. (ACA, R. P. - Batllia General, H - 34, Fol. 11 v).

[182] 1443, 8 de Agosto - Autorização para os guardas do porto de Barcelona deixarem passar 8 "archs de balestes", os quais Hypolit Torrella leva para Castela em nau castelhana para o Senhor Infante D.Enrique (ACA, R. P. - Batllia General, H - - 34, Fol. 12).

[183] 1443, 14 de Novembro - João de Lisboa, barqueiro em Barcelona, vende a João Loberas, barcelonês, 2 escravos tártaros pelo preço de 136 libras, 17 soldos e 6 dinheiros de Barcelona (AHPB, Not. Antonio Vilanova, "11 Manuale", Leg. 5, 1443 - 1444, Fol. s/nº).

[184] 1444, 3 de Janeiro - Autorização para que Francescum Montchoffa, patrão de uma "gagetia", possa descarregar em Barcelona 3 servos, um dos quais pertence a João de Lisboa e chamava-se Johannes. Os outros 2 pertencem a cidadãos barceloneses. (ACA, R. P. - Batllia General, H - 34, Fol. 17).

[185] 1444, 23 de Maio - Pedro Eanes, português, sob pena de 10 libras, compromete-se a apresentar no prazo de 1 ano, recibo em como descarregou em Portugal do navio de Vasco Gonçalves algumas mercadorias, parte pertencentes ao Duque de "Beigant". (ACA, R. P. - Batllia General, H - 34, Fol. 25).

[186] 1445 - Num assento deste ano refere-se à chegada a Génova de um navio português, patroneado por João Afonso, vindo da Inglaterra, Flandres, Lisboa e Cadiz (ASG, Banco di S. Giorgio, Caratorum Veterum, nº 1552, Fol. 105v).

[187] 1446, 16 de Novembro - António Valentim, mercador de Colliure, reconhece que Guillermo Martini, mercador de Barcelona, possuía 200 florins de ouro de Aragão (ou seja 110 libras barcelonesas) dos 6.000 florins que lhe foram capturadas em mercadorias por um barco galego em águas de Portugal e por súbditos portugueses e para os quais já possuía uma marca da Rainha de Aragão (AHPB, Not. Bernardo Bastat, "Tercium Manuale Comune", Leg. 2, 1446 - 1447, Fol. 13/13 v).

[188] 1449, 3 de Setembro - Recibo da entrada de 480 soldos correspondentes ao quinto real de 366 libras que Pero d'Oliveira, capitão de uma caravela armada do Rei de Portugal, pagou através do seu procurador Alvaro de d'Avel-

la, correspondentes a 8 mouros trazidos a Valência (ARV, Maestre Racional, nº 64, Fol. 165).

[189] 1450, 7 de Maio - Os Conselheiros de Barcelona dirigem-se ao Governador, dado que o Síndico os informara que Salomão Bono, judeu português, teria vindo à cidade com vitualhas, para o que possuía e pagara salvo-conduto. Ora o Governador mandara prender o judeu pelo Baile, pois não teria sido invocado o "quiatge", situação que violava os privilégios e a prática até aí seguida. Pediam, por isso, a restituição à liberdade do judeu e a devolução dos seus bens. Segue-se o despacho do Governador justificando a prisão, mas homologando a composição entretanto elaborada entre as partes (AHCB, Consellers, VII (Armadas i Port), 22, Pasta 6 - Requerimientos).

[190] 1450, 27 de Maio/10 de Julho - Conjunto de documentos, incluindo uma carta do rei de Portugal ao Baile de Valência, onde são pedidas informações sobre a autenticidade de um documento emanado da bailia e invocado numa controvérsia entre mercadores italianos e valencianos (A. Moresino de Milão contra o genovês Cosimo em representação de vários cidadãos de Valência). O Baile, depois de mandar indagar os factos responde ao rei de Portugal (ARV, Bailia, nº 1151, Fol. 81/85v).

[191] 1454, 18 de Abril - Carta do Baile Geral de Valência ao de Alicante. Nela dá conta de uma queixa em que uma nau portuguesa atacou 2 naus de galegos e biscainhos que se dirigiam a Alicante e Valência com peixe, tendo capturado uma delas. Dado as naus se encontrarem em Alicante pede que não deixe sair os portugueses e a nau apresada, antes de ser carregada pelos proprietários para seguir viagem para Valência (ARV, Bailia, nº 1152, Fol. 863).

[192] 1454, 30 de Abril - Parte do processo de embargo contra dois navios portugueses por acontecimentos passados em Maiorca e cujos patrões protestavam a sua inocência (AHCB, Consellers, VII (Armadas i Port), 22, Pasta 6).

[193] 1456, 26 de Janeiro - Salvo-conduto do Baile Geral de Valência para Nuno Vasques, português e patrão de uma caravela de Lisboa de nome S. Pedro, que traz peixe à cidade (ARV, Bailia, nº 1152, Fol. 1217).

[194] 1456, 28 de Junho - Salvo-conduto para Andre Gallart, português e patrão de uma caravela, para poder vir à cidade com mercadorias e levar outras de retorno (ARV, Bailia, nº 1152, Fol. 1261 v).

[195] 1456, 6 de Setembro - Petrus de Listrosi, mercador florentino residente em Lisboa, vende a Jacobo Cudina, mercador de Vich, um escravo negro oriundo da Guiné, pela

quantia de 42 libras de Barcelona, garantidas pelo florentino Bernardo Empelli (AHPB, Not. Antonio Vilanova, "37 (Bis) Manuale", Leg. 16, 1456, Fol. s/nº).

[196] 1456, 20 de Setembro - Carta do Baile Geral de Valência ao Rei de Portugal, na qual informa o monarca que alguns mercadores da cidades tinham carregado algumas mercadorias na caravela de Andre Gallart "patro vassall vestre" e este, sem nenhuma razão, partiu para Portugal. Pede, pois, o Baile que o Rei mande devolver aquilo que foi roubado pelo seu vassalo (ARV, Bailia, nº 1152, Fol. 1283).

[197] 1457, 17 de Março - Carta do Baile Geral de Valência ao de Alicante pedindo-lhe para soltar Fadi que fora preso como medida de segurança. O pedido foi antes formulado por 3 judeus portugueses, sendo um deles filho do detido; ora, face às boas relações entre os reinos e porque eles tinham trazido vitualhas para a região não vêem motivo para se prolongar a prisão (ARV, Bailia, nº 1152, Fol. 1324).

[198] 1460, 14 de Novembro - Certificado da tomada de testemunho feito pelo Baile de Valência aos acontecimentos narrados pelo português Fernando Gomes, como procurador do seu irmão João Gomes, o qual, com o seu sócio Gil Eanes, mercador em Lisboa, deixaram com Fernando Medina uns cântaros cheios que não conseguiram fazer embarcar e que este se

comprometera a expedir (ARV, Bailia, nº 1153, Fol. 78v/79v).

[199] 1461, Setembro - O Conselho dos 20 do Consulado do Mar de Barcelona reúne-se e, entre outras coisas, aprecia uma questão, segundo a qual 1 nau e 2 galeras aragonesas, comandadas por Mosser Requeseris capturaram uma nau do Rei de Portugal, na qual havia mercadorias pertencentes a Jacme Bertran, mercador, e Matheu Ça Font, notário, ambos de Barcelona. Em carta lida na sessão o Rei de Aragão informa o Conselho que 2 enviados explicariam as medidas tomadas. Assim, dado existirem dúvidas sobre a forma como as mercadorias tinham ido parar à nau portuguesa, os dois queixosos de Barcelona teriam de prestar caução, até serem dissipadas as dúvidas sobre este assunto (AHCB, Consolat de Mar, "Registre de Deliberacions", Vol I, Fol. 89/90 v).

[200] 1462, 21 de Junho - Carta do Baile Geral de Valência ao Infante D. Fernando, irmão do Rei de Portugal. Segundo o mercador valenciano e patrão de caravela, Daniel Val-leriola, quando navegava entre Oare e Alcudia nos mares da Berberia foi atacado por um "balaner" e 2 caravelas portuguesas pertencentes a D. Fernando e capitaneadas por Vasco Eanes de Corte Real, o qual não só os espoliou, como matou um mercador e fez coisas desonestas a outros, levando por fim as mercadorias para o seu país. Pede o

Baile que face às boas relações entre os reinos, seja devolvida a caravela, juntamente com os súbditos aragoneses (ARV, Bailia, nº 1153, Fol. 319 v/320).

[201] 1462, 21 de Junho - Carta do Baile Geral de Valência dirigida ao Rei de Portugal e com o mesmo conteúdo daquela que, na mesma data, foi dirigida ao Infante D. Fernando (ARV, Bailia, nº 1153, Fol. 320 v/321).

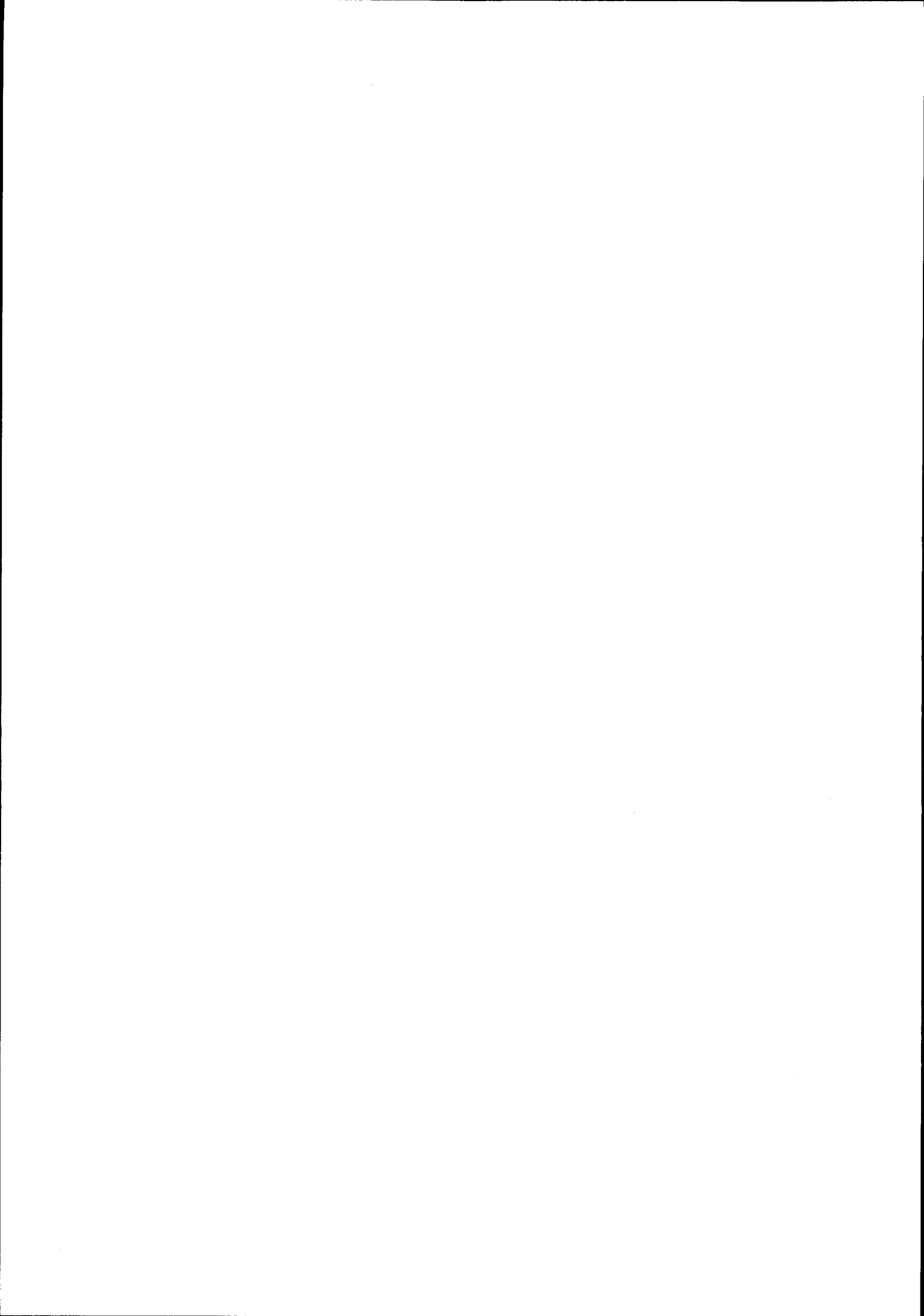
[202] 1465, 20 de Abril - Blas Peres, português, patrão e proprietário da nau Santa Cruz, acorda com Gaspar Muntenamy, mercador de Barcelona, um contrato de fretamento para transportar mercadorias a terras de Mouros pela quantia de 50 libras barcelonesas mais 10 de "calça" (AHCB, Archivo Notarial (IX), 10 (Naus e Fretes), Pasta 1460 - 1469).

[203] 1470, 13 de Abril - Pedro Eanes e Fernando Rodrigues, portugueses, tendo trazido vitualhas (peixe) a Barcelona, foram presos pelo Baile, pretendendo este vender as suas mercadorias por "vil preço". Dado os privilégios existentes para quem trouxesse vitualhas à cidade e face à situação criada solicitam que lhes fossem devolvidos os seus bens (AHCB, Consellers, III (Politica i Guerra), nº 3, Doc. 81)

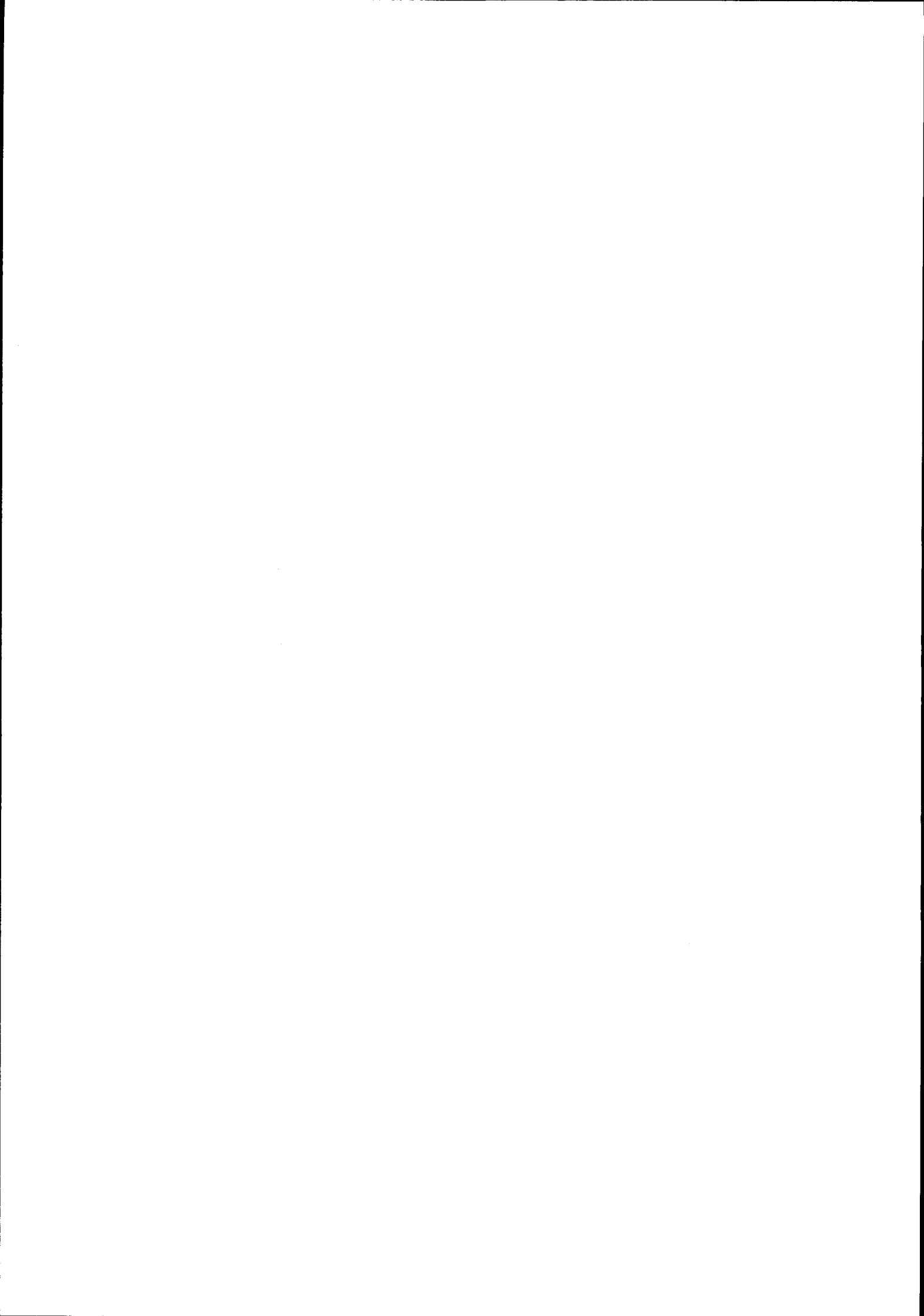
[204] 1470 - Informação de espíões e outros informadores a 6 cidadãos de Barcelona do desembarque do Rei de Portugal

(D. Afonso V) na Catalunha, narrando todos os detalhes da comitiva e do caminho que levaram (AHCB, Consellers, III (Politica i Guerra), nº 3, Doc. 79 r/v).

[205] Século XV - Contas dos remos que foram comprados para uma galé e das obras feitas para a sua instalação, com os preços e especificação de cada obra (AHCB, Consolat de Mar, "Llibre de Rebudes i Dates", Vol X, Fol. 64/65 v).



ARQUIVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIA



NOTA

A consulta em muitos arquivos estrangeiros, pouco conhecidos em Portugal, justifica que se apresentem esses arquivos e o seu potencial interesse para a história medieval portuguesa. Do mesmo modo, impunha-se uma breve explicação acerca das principais características das fontes utilizadas.

Alguns dos fundos e códices que vão referidos podem não dizer directamente respeito a Portugal, mas, pelo interesse que têm e pelo facto de ajudarem a compreender e a integrar melhor os elementos disponíveis para o reino português, também serão indicados.

I - OS ARQUIVOS

1. Os Arquivos Estrangeiros

Apontam alguns autores a riqueza de certos arquivos estrangeiros para a história de Portugal (1). A julgar pelos exemplos que entretanto foram sendo conhecidos toda essa documentação, além de inédita, ainda tem a vantagem de ser bastante variada, não se limitando a uma ou outra referência avulsa a Portugal (2).

Estão neste caso os arquivos que servem de base à presente investigação. Para o período medieval a importância destes arquivos é tão vasta, que o levantamento das fontes respeitantes ao reino português, ou com ele relacionadas, só será possível com uma vasta equipa. Talvez seja oportuno lembrar que muitos arquivos espanhóis, italianos, franceses e ingleses não ficam em desvantagem se comparados com o A.N.T.T.. Vejamos então, mais de perto, os arquivos que se vêm referindo.

(1) Sirvam, como exemplo, as breves indicações deixadas por A. H. OLIVEIRA MARGUES no "Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa" Lisboa, 2ª Ed., 1979, pags. 218/220.

(2) FONSECA, Luis Adão "Navegacion y Corso en el Mediterraneo Occidental - Los Portugueses a mediados del siglo XV" Pamplona, 1978.

Arquivo da Catedral de Barcelona

Aparentemente estaríamos em presença de um arquivo que só muito vagamente poderia ter alguma relação com um tema como o comércio medieval. Claro que como qualquer arquivo eclesiástico nele existem os fundos próprios da gestão de uma instituição religiosa como era a Catedral de Barcelona. Mas no meio desta vasta documentação que em muitos casos recua ao século X, encontra-se também uma parte substancial daquela que respeita ao seu governo económico (1).

Assim, segundo as pesquisas efectuadas, existem duas séries com particular interesse: a dos chamados "Libros Extravagantes" e a rica "Notaría Capitular". Também num ou noutro fundo se podem obter documentos de algum interesse como sejam os "Libros de Cuentas" que cobrem os anos de 1290 a 1832 e os "Procesos" que incluem milhares de processos e pleitos que vão dos séculos XIII ao XX. A dificuldade reside no facto de não existir um inventário que nos permita claramente identificar as contas ou os processos que têm relevância para Portugal.

(1) FABREGAS GRAU, Angel e BAUCCELLS REIG, Josep "Catálogo del Archivo Capitular de la S. I. Catedral Basílica de Barcelona. I - Índice General de las Series Documentales" Barcelona, 1969.

Arquivo Histórico dos Protocolos de Barcelona

Este arquivo só muito raramente foi utilizado como manancial de fontes para a história de Portugal medieval. Um ou outro historiador catalão, no âmbito das suas pesquisas, foi juntando documentos que diziam respeito a Portugal e em congressos de História Medieval foi apresentando essa documentação. Logo por aí se poderia perceber o interesse que tais fontes tinham, pois tratavam, afinal, dos negócios que os portugueses residentes ou os que passavam por Barcelona realizavam (1).

Se é verdade que, ontem como hoje, a escrituração desses negócios era feita utilizando fórmulas e formulários jurídicos que se repetiam, também é um facto que eles traduzem a actividade concreta e real desses homens e mulheres, os quais, ainda por cima, se encontravam menos coagidos perante uma autoridade estrangeira para realizarem negócios que, no reino, dificilmente poderiam levar a cabo. Apesar de haver à disposição do investigador um catálogo de notários, a dificuldade para chegar aos assentos que interessam aos portugueses é enorme. Trata-se de encontrar assentos no meio de centenas de outros espalhados por

(1) MADURELL MARIMON, José M^e e GARCIA SANZ, Arcadio "Comandas Comerciales Barcelonesas de la Baja Edad Media" Barcelona, 1973; MADURELL MARIMON, José M^e "Portugueses em Barcelona (1391-1441)" in: "Bracara Augusta" Braga, 1964, vol. XVI/XVII, pags 250/253.

centenas de livros notariais (1)! Como se deverá proceder perante tal situação? Optámos por tentar encontrar aqueles notários que, preferencialmente, trabalhavam, por qualquer razão, com os portugueses.

Assim, foi possível limitar a investigação, depois de algum tempo perdido, a um número mais restrito de notários. São eles Bernardo Pi, Bernardo Nadal e António Vilanova. Claro que isto não quer dizer que outros notários não tenham trabalhado com portugueses; mas isso seria um trabalho sem fim. Os livros destes notários já dão uma razoável amostra da actividade dos portugueses em toda a bacia mediterrânica e da sua constante presença num dos principais portos comerciais de então.

Arquivo Histórico da Cidade de Barcelona

Este terceiro arquivo barcelonês, como não podia deixar de ser, reflecte bem a importância da cidade de Barcelona na Baixa Idade Média. Por isso mesmo também aqui é grande a relevância desta documentação para a história do Portugal medieval. Mais uma vez, perante a grandeza deste arquivo importa escolher aquelas séries docu-

(1) MADURELL MARINON, José M^a "Repertorio de fondos notariales en Archivos Barceloneses" Barcelona, 1950; à época medieval só interessa o Vol. I. Ai estão listados os notários, bem como o título dos códices ou documentos que deles existem.

mentais que, em regra tratando de temas políticos e comerciais, abordam assuntos onde os portugueses estão presentes.

Perante o governo de uma cidade, nas suas relações com outros reinos, é razoável que os temas ligados aos abastecimentos da cidade, às actividades legais e ilegais de mercadores e marinheiros, ao curso marítimo, aos impostos sobre as mercadorias entradas e saídas sejam aqueles em que os portugueses se veriam envolvidos. Nestes aspectos o fundo denominado "Consellers", nas séries "Política e Guerra" e "Armadas e Portos", assume grande relevância. Também têm bastante interesse uma massa de documentos muito variados que se inclui sob o título de "Requerimentos".

Outra palavra especial merece o fundo do "Consolat de Mar" no que respeita às séries de "Llibre de Rebudes i Dates" e ao denominado "Registre de Deliberacions". Tratando-se de um organismo encarregado dos assuntos ligados à actividade marítima pelas suas actas perspassa muito das actividades dos portugueses nessa região (1).

Finalmente sob a designação genérica de "Archivo Notarial" escondem-se importantes séries de documentos da

(1) SOBREQÜES I CALLICO, Jaume "Institut Municipal d'Historia (Casa de l'Ardiaca)" Barcelona, 1983.

mais variada procedência que vão desde a constituição de sociedades comerciais e contratos de fretes até vendas de escravos e informações políticas e comerciais avulsas (1).

Arquivo da Coroa de Aragão

Para se ter a medida exacta da grandeza deste arquivo basta pensar que só a chancelaria de Pedro III (IV de Aragão), que abrange os anos de 1336 a 1387, conta com cerca de 976 livros; se lhe juntarmos os livros anexos à chancelaria e ligados aos serviços das rainhas e infantes ainda teríamos de acrescentar mais 263 livros. É este número impressionante de 1239 livros que transforma a pesquisa neste arquivo em algo tão difícil como apaixonante (2).

Mas, precisamente devido à existência de uma chancelaria e serviços "públicos" muito maiores e mais complexos, a sua importância para a história medieval portuguesa é enorme.

Na chancelaria aragonesa, em livros tematicamente ar-

(1) *Idea, Ibidem*

(2) UDINA MARTORELL, Federico "Guia Histórica y Descriptiva del Archivo de la Corona de Aragón" Madrid, 1986. Note-se que apesar desta contagem ser bastante grosseira, ela dá uma medida bastante correcta da dimensão desta chancelaria; nela poderiam até ser incluídos outros corpos documentais. Também com os outros reis que o antecederam, ou com os seus sucessores se assiste a algo de muito parecido.

rumados, encontram-se cartas dirigidas aos soberanos portugueses sobre os mais variados assuntos, ordens aos embaixadores enviados aos reis de Portugal, emissão de cartas de corso, de segurança e decisões régias acerca de assuntos marítimos e muitos outros (1). Agregada ao fundo da chancelaria existe uma série chamada "Cartas Reales Diplomáticas" que tem, também ela, grande interesse; contendo documentos de várias origens e com temas diversos, aí constam até originais de cartas enviadas pelos reis portugueses ou por municípios do país aos reis de Aragão.

Na "Monumenta Henricina" só estão transcritos alguns documentos do reinado de Afonso "O Magnânimo" (1416/1458). Numa ou noutra inventariação de fontes aragonesas podemos encontrar referências à existência de documentos que interessam à história de Portugal (2).

Outro fundo que importa assinalar é o da Real Audiência. A série da "Audiencia Real. Fondos Antiguos" mereceria uma especial atenção dos historiadores nacionais. Todavia, apesar dos inventários e catálogos (3), não é fácil identi-

(1) *Idem, Ibidem.*

(2) CASULA, Francesco "Carte Reali Diplomatiche di Alfonso III-Il Benigno, Re d' Aragona, Riguardante l'Italia" Pádua, 1970; Id. "Carte Reali Diplomatiche di Giovanni I - Il Cacciatore, Re d' Aragona, Riguardante l'Italia" Pádua, 1977. Outro fundo que importa assinalar é o da Real Audiência.

(3) Para a época medieval só interessam os chamados "Fondos antiguos". Todavia este fundo desdobra-se em 8 séries de importância muito variada; entre elas destacam-se as Conclusões Cíveis e Provisões Verbais Cíveis.

car os processos sobre os portugueses.

Para a história económica e social de Portugal da Baixa Idade Média, não há dúvida que é no fundo "Real Património" que se encontram as séries mais importantes; sob o título de "Bailia" e "Maestre Racional" podem ler-se documentos sobre a actividade económica dos mercadores portugueses no Mediterrâneo Ocidental. Ai se podem acompanhar a chegada dos mercadores do reino, a venda dos seus produtos, a compra de outros em Barcelona e o pagamento dos impostos respectivos. Ai também trocam a moeda, que podemos depois acompanhar a entrar na "Zeca" de Barcelona ou contraem empréstimos em nome próprio ou dos reis portugueses (1). Outros fundos já mereceram alguma atenção por parte de um ou outro dos nossos historiadores, seja nos períodos em que nobres portugueses assumiram um papel relevante no reino aragonês, seja sobre alguns temas em que as fontes permitiram recolher informações preciosas, como é o caso de algumas ordens religiosas (2).

Arquivo do Reino de Valência

Pelas razões que serão indicadas, era com Valência que

(1) No Cap. I da 3ª Parte, estuda-se um documento deste tipo e que respeita a questões que interessam a Portugal.

(2) FONSECA, Luis Adão da op. cit.; Id. "O Condestável D. Pedro de Portugal" Porto, 1982.

Portugal mantinha, provavelmente, o mais importante e constante tráfego comercial (1). Não admira que o principal arquivo do antigo reino de Valência tenha, para Portugal, um relevo especial.

Dos seus fundos importa, porém, destacar alguns deles. Mais uma vez o Arquivo de Protocolos contém inúmeros documentos referentes a portugueses, em particular os dos notários Andre Julian (1401/1448), Vicente Zaera (1400/1445) e António Altarriba (1418/1459). Aliás este fundo dispõe de um roteiro bastante completo do material existente (2).

Para além deste fundo merecem especial referência o da "Baillia" e o do "Maestre Racional" (3). Quanto ao primeiro merecem especial referência as séries chamadas "Letres y Privilegis" e o das "Cosas Proibidas por Mar". No das cartas e privilégios encontramos muitas "cartas de segurança", inquéritos, cartas enviadas para Portugal ou que tratam de assuntos que interessam aos portugueses e muitos documentos do mais variado tipo. A série acerca do comércio

(1) MELIS, Federico "Aspetti della vita economica Medievale (Studi nell' Archivio Dattini di Prato)" Siena, 1962, vol. I, pag. 277; cf. com o Cap. I da 3ª Parte.

(2) RODRIGUEZ TRONCOSO, Rosa "Inventario de Fondos Notariales" Valência, 1986, revisto e actualizado por Jesus Villal.

(3) SINTES Y OBRADOR, F. (Dir.) "Catalogo de la Exposición de Derecho Histórico del Reino de Valencia" Valência, 1955. Este é o único catálogo impresso existente.

proibido é, provavelmente, uma das mais ricas e sistemáticas; trata-se dos códices em que vinham anotados os impostos sobre "coses vedades" (1) sacadas de Valência. Muitas vezes o escrivão anota todas as mercadorias apresentadas na alfândega pelos mercadores, mesmo que não estivessem sujeitas a tal imposto. É preciso lembrar que esta série começa no ano de 1381 e, com poucos anos de interrupção, prolonga-se por vários séculos (2).

Quanto ao chamado "Maestre Racional" devem ser destacadas duas das suas séries: "Cuentas de Administración" e "Tesoreria General". De facto, tratando-se de séries bastante homogêneas e estando praticamente completas podemos seguir, através delas aspectos específicos da presença dos portugueses na Baixa Idade Média nesta cidade de Valência. Incluem entradas de dinheiro pagas pela venda de escravos na cidade, vindos do reino português ou de Ceuta, trazidos por mercadores ou nobres, empréstimos feitos a particulares ou à Coroa portuguesa, impostos especiais

(1) Cf. com o que se disse no Cap. I, nº 2 a) da 2ª Parte.

(2) Na Universidade de Valência realizaram-se algumas provas académicas sobre esta documentação, ainda inéditas: HINOJOSA MONTALVO, J. "Algunos aspectos del comercio valenciano en 1394" Valência, 1970; FERRER NAVARRO, R. "Relaciones comerciales en Valencia en 1393" Valência, 1970; GARCIA BENAVENT, F. "Estudio del Comercio de Coses Vedades en 1383" Valência, 1970; CANO CATURLA, J. "Aportaciones al comercio valenciano de 1408" Valência, 1970; ALBERDI LEGARRA, Mª A. "Relaciones comerciales en Valencia en 1405" Valência, 1971; CABANES CATALA, Mª L. "Coses Vedades en 1433" Valência, 1972, cit. in: FERRER NAVARRO, R. "La Exportación Valenciana en el siglo XIV" Saragoça, 1977, pags. 20 e 159.

recaindo sobre judeus que chegavam à cidade, podendo-se prolongar a lista de informações.

Nestes fundos merecem também alguma atenção outras séries como sejam a apresentação e concessões de cativos (Bailia) ou a administração de bens sequestrados (Maestre Racional). Também o fundo da Real Chancelaria, em especial a série de "Armamento de Naves", tem algum interesse para nós (1).

Arquivo de Estado de Génova

Dos grandes arquivos medievais, este arquivo é, certamente, um dos mais ricos. Apesar da sua organização não ser proporcional à sua importância, também é verdade que a forma simples como está estruturado ajuda a investigação. De uma forma geral podemos dizer que o arquivo se encontra dividido em três grandes núcleos. São eles o que se refere à administração da cidade propriamente dita, o que resulta da actividade dos poderes públicos genoveses e, por fim, o do chamado Banco de S. Jorge. Em boa verdade, a estes 3 haveria que juntar um outros relativamente autónomo: o "Archivio Notarile".

Apesar dos roteiros existentes serem bastante deficientes

(1) SINTES Y OBRADOR, Francisco *op. cit.*.

e os inventários serem muito restrictos, o esforço de investigação é, quase sempre compensador (1).

Dos grandes núcleos referidos aquele que se reporta à administração da cidade é o menos relevante. Uma das razões está no facto de que muitas das actividades normalmente desempenhadas pelas entidades oficiais lhes foram alienadas. É o caso da recolha dos impostos sobre a importação e exportação de mercadorias que, na Génova medieval, eram da responsabilidade do Banco de S. Jorge. Afinal este núcleo acaba por se limitar à gestão interna da cidade.

Os outros núcleos são, de certo modo, especializados. De facto, o arquivo de "Senhoria" de Génova é muito mais um arquivo em que têm especial relevância os assuntos políticos. Neste, o chamado "Archivio Segreto" ou a secção dos "Manoscritti" contem muitas fontes importantes para a história política medieval portuguesa.

Já o núcleo do Banco de S. Jorge é indispensável para se compreenderem as relações comerciais entre Portugal, a cidade de Génova e outras cidades e reinos em que a actividade de ambos estava presente. Nas completíssimas séries de

(1) CHIAUDANO, Mario "L' Archivio Storico del Banco di San Giorgio di Genova (1386-1845)" Roma, 1956; LISCIANDRELLI, P. "Trattati e Negoziazioni Politiche della Repubblica di Genova (958-1797)" Génova, 1950.

impostos sobre a importação ou exportação ("caratorum" e "cabelle") pode ser apercebida a passagem dos mercadores portugueses por Génova. Também ainda podem ser observados de perto os grandes e pequenos negócios de genoveses e portugueses no que respeita aos empréstimos, investimentos, câmbios, etc.. Para tanto importa consultar os grandes livros da série "Bancheriorum" (1).

Finalmente o arquivo notarial, com um inventário bastante completo, é muito importante. Ainda não estão totalmente identificados os notários que preferencialmente trabalhavam com os oriundos de Portugal, embora seja possível detectar um ou outro notário em cujos assentos constam portugueses. Estão neste caso os notários Quatrocentistas Branca di Bagnara (1426/1486), Bosio di Pietra, Giovanni Labaino, Antonio Faziu e Giovanni Allegro (2).

Outros Arquivos Estrangeiros

Para se conhecer, em profundidade, a actividade mercantil

(1) Era nestes livros que os banqueiros genoveses lançavam as anotações dos seus negócios. Com base neles Raymond de Roover e Robert Lopez, entre outros, construíram parte substancial das suas obras.

(2) VITALE, Vito "I notai Genovesi del Medioevo" Génova, 1955. Cf. ainda com as informações de Luis Adão da FONSECA "Alguas considerações acerca das relações comerciais e marítimas de Portugal com Génova na Baixa Idade Média" in: "Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época - Economia e Comércio Marítimo" Porto, 1989, vol. III, pags 635/644.

dos portugueses no Mediterrâneo Central e Ocidental, na Baixa Idade Média impunha-se a pesquisa em outros arquivos estrangeiros para além daqueles que acima vão indicados.

Em relação à costa mediterrânica espanhola, se é verdade que os arquivos antes referidos são os mais importantes, não há dúvida de que noutros se encontram acervos documentais bastante interessantes. Na própria cidade de Barcelona o arquivo municipal não tem à consulta uma vasta documentação relacionada com as funções jurisdicionais dos juizes da cidade e que mereceria talvez alguma atenção.

Também em Valência existem mais dois arquivos indispensáveis para a elaboração dessa história comercial medieval. Assim, no Arquivo da Patriarcal existe uma das mais ricas colecções de protocolos notariais que completam séries de muitos notários que se conhecem no Arquivo do Reino de Valência (1). Também o arquivo municipal desta cidade contém fundos do maior interesse, como alguns trabalhos que utilizavam essa documentação o demonstram (2). Todavia, as dificuldades de consulta e de reprodução de documentos tem impedido que seja mais eficazmente usado pelos historiadores.

(1) RODRIGUEZ TRONCOSO, Rosa, *op.cit.*.

(2) GUIRAL-MADZHOSSIF, Jacqueline "Valência puerto mediterráneo en el siglo XV (1410 - 1525)" Valência, 1989; ainda as obras de J. HINOJOSA MONTALVO (Vd. Cap. I, 3ª P.).

Além destes, muitas outras cidades catalãs e valencianas possuem os seus arquivos de importância e riqueza muito variável, os quais já deram alguns resultados (1). O mesmo sucedendo com os das cidades do antigo Reino de Castela e de Granada se poderiam encontrar fontes históricas de algum proveito.

Estão, também, numa situação similar os arquivos de muitas vilas e cidades franceses, alguns dos quais foram objecto de compilações documentais importantes (2).

Mas são certamente nos arquivos italianos que se encontra a maior massa documental que, respeitando a Portugal, estão ainda por explorar. Note-se que, de facto, foi em Itália que foi levada a cabo a identificação e cópia sistemática de fontes referentes a Portugal. Com efeito, um grupo liderado por Virgínia Rau e Frederigo Melis, composto por investigadores portugueses e italianos, levantou muitos documentos que a falecida professora utilizou em diversos ensaios publicados. Lamentavelmente, porém, todo este trabalho não teve continuação e, hoje, torna-se até difícil localizar essa documentação que esteve depositada no Centro

(1) "Guia dels Arxius Històrics de Catalunya" Barcelona, 1982/87, 2 vol. e LOPEZ ELUM, Pedro "Relaciones comerciales marítimas de Castellón de la Plana" in: "Estudios de Edad Media de la Corona de Aragon" Saragoça, 1973, Vol. IX.

(2) FIGEAC, J. J. Champollion "Documents Inédits tirés des Collections manuscrites de la Bibliothèque que Royale" Paris, 1841/43; GERMAIN, A. "Histoire du Commerce de Montpellier" Montpellier, 1861.

de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

Para medir a importancia destes arquivos basta pegar no guia de Rudolf J. Lewanski (1) até para hierarquizar cada um dos arquivos e bibliotecas. Relembre-se que cada antiga cidade-estado italiana possui o seu arquivo de estado e a sua biblioteca pública. De muitos deles já foram publicados inventários, catálogos e resumos de documentos, onde os portugueses se encontram presentes (2).

Entre todos os arquivos valerá a pena consultar os das cidades sicilianas, dado ser aí que muitos navios, oriundos de Portugal, aportavam para comprar cereais (3). Mas é certamente o Arquivo de Estado de Florença aquele que deve merecer a maior atenção.

Neste arquivo florentino encontram-se muitos arquivos pertencentes às famílias de mercadores, alguns dos quais foram os grandes banqueiros dos reis de Portugal. Dentro destes arquivos avultam, pela sua importância, os que

(1) LEWANSKI, Rudolf J. "Guide to Italian Libraries and Archives" Nova York, 1979 (policopiado).

(2) DOENHAER, R. "Les Relations Commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremer d'après les Archives Notariales Génoises aux XIII et XIV siècles" Bruxela-Roma, 1941, 3 Vols.; MELIS, Federigo "Documenti per la Storia Economica del secoli XIII-XVI" Florença, 1972; MARRI, Giulia Camerani "I Documenti Commerciali del fondo diplomatico Mediceo nell'Archivio di Stato di Firenze (123-1492). Regesti" Florença, 1951; OLIVIERI, Agostino "Carte e Cronache Manoscritte per la Storia Genovese esistenti nella Biblioteca della R. Università Ligure" Génova, 1855.

(3) Cf. com o que se disse no Cap. II, nº 2, 1ª Parte.

estão ligados à família Medicis. Os seus membros, além de manterem uma contabilidade que sempre interessará a história medieval portuguesa, correspondiam-se com toda a Europa, incluindo o nosso reino (1).

Mas, neste arquivo, importa não esquecer uma das suas componentes: trata-se do chamado Arquivo "Dattini di Prato". Apesar deste arquivo estar situado a alguns quilómetros de Florença, na cidade do Prato, encontra-se dependente do arquivo de Estado. Constitui um dos arquivos da época medieval mais interessantes. É composto pelo acervo documental de Francesco Marco Datini (di Prato), o qual ao morrer, em 1410, deixou uma das maiores fortunas europeias de então, abrangendo interesses espalhados por todo o continente. Ora este arquivo, extremamente completo, consta dos minuciosos livros de contabilidade onde eram lançados todos os negócios deste "magnate", as cartas familiares e de negócios que escreveu e recebeu de muitas cidades e reinos e possui uma das maiores colecções conhecidas de letras de câmbio entre as quais constam os créditos abertos em benefício de muitos portugueses. Foi com base nesta correspondência que Federigo Melis elaborou um interes-

(1) Entre os vários estudos de Virginia RAU, relembre-se o estudo dedicado aos Lomellini ("Uma família de Mercadores Italianos em Portugal no século XV: os Lomellini" separ. "Revista da Faculdade de Letras" Lisboa, tomo XXII, 2ª Série, nº 2, 1956).

santíssimo estudo (1).

2. Os Arquivos Portugueses

Quanto aos arquivos portugueses poder-se-á dizer que, afinal, a situação é mais clara. As grandes colectâneas documentais já publicadas e que respeitam ao conjunto da expansão portuguesa (2), englobam a maior parte das fontes existentes nos nossos arquivos.

Claro que existem mais fundos manuscritos com algum interesse para o estudo do comércio externo português, mas a sua análise não será, certamente, muito compensadora. Assim, as actas municipais que têm vindo a ser publicadas fornecem informações que podem interessar à presença portuguesa no Mediterrâneo, durante a Baixa Idade Média. Também um ou outro documento de cartórios de mosteiros contém elementos aproveitáveis (3).

Lamentavelmente, a maior parte dos nossos arquivos municí-

(1) NELIS, Federico *"Aspetti della vita economica Medievale (Studi nell'Archivio Dattini di Prato"* vol. I, Siena, 1962.

(2) Ver a Bibliografia - Fontes Impressas.

(3) Ver a Bibliografia - Fontes Impressas. Sobre os cartórios e sua documentação para o estudo do comércio externo ver, por exemplo: GONÇALVES, Iria *"O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV"* Lisboa, 1989, pag. 276 e segts.

pais, em especial os das cidades portuárias, perderam, por razões muito várias, muita da documentação de que dispunham. Nos finais do século XVIII, João Pedro Ribeiro pôde confirmar esta situação quando visitou os arquivos do Minho, nomeadamente Viana, como no de Ponte de Lima ou Caminha (1). Os arquivos de Viana e Ponte de Lima, por exemplo, poderiam testemunhar o importante comércio que essas localidades mantinham com o Mediterrâneo no século XV.

Afinal, hoje o que fica é o recurso a um número restricto de arquivos, em especial os das principais cidades de Portugal. Entre estes vale a pena referir um ou outro interessante documento existente na secção de Reservados da Biblioteca Nacional, nos arquivos principais da cidade do Porto e, acima de tudo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Na Torre do Tombo é possível ir captar ainda aspectos da nossa história social medieval, tais como descobrir as ligações familiares dessas gentes ligadas ao comércio ex-

(1) RIBEIRO, João Pedro "Observações Historicas e Criticas para servirem de Memórias ao Systema da Diplomática Portuguesa" Lisboa, 1798, pags. 10 e 11; GUERRA, Luís Figueiredo da "Os Arquivos do Alto Minho" in: "Anais Bibliotecas e Arquivos" II Série, Vol. II (1921, nº 6 a 8. SOUSA, Fernando de "Relatório dos Arquivos a Norte do Douro" in: "Revista de História Económica e Social" nº 3 (Jan-Jun de 1979) pag. 109 e segts.

terno português, perceber a dependência dos mercadores portugueses com as grandes casas comerciais europeias, avaliar, em alguns casos, os níveis de riqueza dos comerciantes, captar alguma da influência política que em alguns momentos tiveram. Mesmo a análise da actividade de certos agentes económicos talvez seja possível de realizar.

Claro que os resultados são directamente proporcionais ao tipo de informação que na Torre do Tombo se vai conseguindo compilar. É, de facto, um trabalho ingrato e que posteriormente se pode revelar pouco compensador.

II - AS FONTES

1. Algumas características genéricas

Depois de uma panorâmica sobre o conjunto dos arquivos consultados, impõem-se algumas palavras acerca das próprias fontes utilizadas, nomeadamente sobre as suas principais características. Referiremos em primeiro lugar os assentos notariais, porque umas largas dezenas das principais fontes aqui utilizadas no nosso estudo, são documentos retirados dos livros notariais das cidades de Barcelona, Valência e Génova. Não é este o local para abordar as razões de ser dos vários livros notariais existentes. A jeito de resumo diga-se que em qualquer das cidades antes mencionadas os notários possuíam mais do que um livro onde lançavam cada acto, funcionando um deles como uma espécie de minuta e o outro como o assento definitivo.

Estes aspectos foram, aliás, rigorosamente estudados por Maria Teresa Ferrer i Mallol (1) e outros autores (2). O resultado é que existem assentos referentes a portugueses

(1) FERRER I MALLOL, M^a Teresa "La Redacció de L'Instrument Notarial a Catalunya" Barcelona, s/d.

(2) Para Valência ver RODRIGUEZ TRONCOSO, Rosa "Inventario de Fondos Notariales" revisto e actualizado por Jesus Villal, Valência, 1986. Para Génova consultar: VITO, Vitale "I Notai Genovesi del Medioevo" Génova, 1955.

nos dois tipos de livros notariais, em especial aqueles mais resumidos. Numa das escrituras, a venda de uma parte de um navio entre dois cidadãos de Setúbal, podemos seguir quase o processo completo que vai desde o borrão da escritura, até ao seu lançamento definitivo e "a limpo" no livro notarial (1).

Nos notários valencianos que, em princípio, só possuíam 2 tipos de livros, onde faziam a minuta e o assento definitivo (chamado notarial), dadas as séries existentes não serem completas, é possível descobrir registos em qualquer dos dois tipos de livros. Em Génova porém, só foram consultados as volumosas escrituras que eram as minutas dos contratos, escritas em folhas soltas e atadas em enormes maços.

Um aspecto complementar interessante é que, em anexo e presos a alguns dos folios onde se lançaram os assentos, se encontram os pedidos da escritura, indicações úteis ao notário além de outras informações (2). São estas últimas

(1) Trata-se da venda de um quarto de um navio, o Santa Maria da Arrábida, feita por Aparicio Dias a Gonçalo Dias, ambos de Setúbal. Além do registo da venda no livro existe a minuta avulsa, ou "cédula" bem como os registos do pagamento do preço. Na lista de documentos do anexo correspondem aos nº 63, 64, 67 e 68 (AHPB, Not. Bernardo Nadal, "Manual" Leg. 50, 8/11/1404-14/5/1405, fols. 66v, 67 e 72v; AHCB, Archivo Notarial, IX - 7, Companyas, Pasta 1402-1417).

(2) Entre alguns exemplos podem ser citados os documentos avulsos do notário Juan RENIU (AHPB, "Manual" Leg. 4, 6/2/1433-15/5/1433).

que justificam a nomenclatura tão diferenciada dos livros notariais barceloneses, apesar de se referirem ao mesmo período.

Note-se ainda que muitos deles eram, especializados por assuntos. O notário barcelonês Bernat Nadal, por exemplo, tinha livros só para testamentos, ou só para comandas (1). O notário Bernardo Pi lançou num dos seus livros quase só os negócios do cidadão de Barcelona João de Lobera (2). Outros notários barceloneses ou genoveses possuíam livros exclusivamente dedicados a seguros (3).

Mas o aspecto que estes assentos apresentam como mais complexo é aquele que se refere à interpretação do seu conteúdo. Não a sua interpretação formal, mas à determinação do seu conteúdo real. A roupagem jurídica utilizada servia, muitas vezes, para esconder as

(1) Relativamente a Bernat Nadal tome-se o caso dos livros dedicados às comandas: "Secundus Liber Comandarum" Leg. 22, 1395-1406, "Manuale Instrumentorum Contractuum Comandarum Quintum" Leg. 51, 3/10/1404-9/8/1410, ambos do AHPB. Também o notário Tomás de Bellmunt tem um "Manual de Comandes" (Leg. 2, 4/9/1402-14/4/1406).

(2) AHPB, Not. Bernardo Pi, "Secundi Libri Negociorum et Contractuum" Leg. 2, 26/2/1440-31/8/1450.

(3) Só três exemplos de livros dedicados a seguros em Barcelona: AHPB, Not. Bernardo Bastat, "Primus Liber Securitatum" (Leg. 1, 2/9/1446-22/4/1452) e Not. Antonio Vilanova "Primi Libri Securitatem" (Leg. 1 12/10/1436-30/12 1446), com os interesse especial para as mercadorias transportadas para o Mediterrâneo Oriental em navios castelhanos, e "Tercii Libri Securitatum" (Lag. 14, 26/4/1453-1/3/1457). Relativamente a Barcelona e à comparação com o que se passava em Génova consultar: DEL TREPPO, Mario "Assicurazioni e commercio Internazionale a Barcelona nel 1420-1429" (s/d, s/l. A edição consultada encontrava-se em fotografias na Biblioteca do CSIC em Barcelona).

verdadeiras intenções dos contratantes. E são estas últimas informações que interessam ao historiador.

Outro conjunto documental importante é aquele onde estão anotados os impostos lançados sobre certas mercadorias que entravam e saíam pelos vários portos. São de destacar, no que diz respeito a Valência, a série chamada "coses vedades" já acima apontada. Note-se que muitas vezes o escrivão, além de mencionar as mercadorias sacadas, pelo menos para o ano de 1405, ainda se deu ao trabalho de discriminar todas as outras que foram adquiridas em Valência (1).

Os livros valencianos são muito mais completos que os seus congéneres barceloneses, agrupados sob o nome de "comércio proibido", e muito mais lacónicos, limitando-se a um breve assento da autorização de saída do barco ou de certa mercadoria. Para mais, em Valência, entre as páginas de alguns dos seus livros constam os documentos comprovativos de que as mercadorias autorizadas a saírem da cidade tinham sido mesmo desembarcadas na cidade declarada, como seja Lisboa.

Já na cidade de Génova os problemas são diferentes. Primeiro porque as séries são mais especializadas e dizem respeito a um produto, ou a um imposto especial. Vários

(1) ARV, Bailia, "Cosas Prohibidas por Mar", nº 245, ano de 1405.

deles foram até objecto de importantes estudos (1). Mas, lamentavelmente, muitos fundos desapareceram. São, em qualquer caso, lançamentos muito resumidos e lacónicos.

A grande maioria das fontes, porém, diz respeito a questões e disputas que vão aparecendo entre portugueses, catalães e genoveses. Por isso, nelas estão incluídas muitas cartas trocadas entre várias entidades dos reinos de Portugal e da Catalunha ou da Senhoria de Génova (2). Também encontramos missivas enviadas e provenientes de entidades municipais portuguesas. Muitos outros documentos devem ser inseridos em processos administrativos e judiciais em que os naturais do reino eram intervenientes. Incluem-se neste grupo o grande número de cartas, sentenças e decisões acerca dos problemas levantados pelo corso e pelo exercício do direito de represálias (3).

Um ou outro aspecto relativo à caracterização dos documentos será abordado posteriormente ao serem aproveitados como fontes. É para lá se remete a sua análise.

(1) Ver, por exemplo, HEERS, Jacques "Portugais et Génois au XVème siècle: la rivalité Atlantique-Méditerrané" Separ. das "Actas do III Colóqui Internacional de Estudos Luso Brasileiros", II, pags. 138/147, Lisboa, 1960.

(2) Dada o grande número de documentos deste tipo não é possível aqui listá-los. Uma rápida leitura da lista das fontes e seu resumo é suficiente para perceber que o seu número é pelo menos prporcional ao seu interesse.

(3) Vd. nota anterior.

2. Fontes Manuscritas

Não vão incluídos os catálogos e inventários manuscritos existentes nos arquivos visitados.

BARCELONA

- ARQUIVO DA COROA DE ARAGÃO (A.C.A.)

UDINA MARTORELL, Federico "Guia Histórica y Descriptiva del Archivo de la Corona de Aragón", Madrid, 1986, Ed. Min. Cultura, Dir. de los Archivos Estatales.

Cancillería Real (Registros)

- Pedro III (IV de Aragão: 1336 - 1387) registros nº: 996, 1214, 1231, 1293, 1350, 1381, 1403, 1486, 1487, 1581, 1584 e 1625.
- João I (1387 - 1396) registros nº: 2010 e 2011.
- Martinho I (1396 - 1410) registros nº: 2238, 2241, 2243, 2246, 2247, 2250, 2252, 2265, 2286, 2287 e 2288.
- Afonso IV (V de Aragão; 1416 - 1455) registros nº: 2455, 2456, 2457, 2560, 2691 e 2939.

Cancillería Real (Cartas Reales Diplomaticas)

- Afonso III (IV) Caja nº: 1, 2, 3, 4, 5 e 22.
- Pedro III (IV) Caja nº: 48, 50, 51, 52, 53 e 54.
- João I Caja nº: 8, 9, 10 e 11.

Real Patrimonio (Battlia General)

- Comercio Proibido/Classe 7ª/Registros nº: H - 21, 23, 24, 27, 28, 32, 33 e 34.

Real Patrimonio (Maestre Racional)

- Coses Vedades - nº: 2954.
- Zecas - registros nº: 1973 e 1974.

- Marcas - registos nº: 2960 e 2961.
- Marinha de Guerra - registos nº: 2335 e 2345.

Real Patrimonio (Series Especiales)

- Anconatge, Puerto de Mallorca, nº 1 - Sec. XIV.

Generalidad de Cataluña

- Alfandega de Barcelona: G - 186/I

- ARQUIVO HISTÓRICO DOS PROTOCOLOS DE BARCELONA (A.H.P.B.)

MADURELL MARIMON, José Maria "Repertorio de Fondos Notariales en Archivos Barceloneses", Barcelona, 1950, Vol. I.

Foram analisados os seguintes manuais e livros:

Notário: BASTAT, Bernardo

- "Tercium Manuale Comune", Leg. 2, 1/9/1446 - 7/11/1447
- "Primus Liber Securitatum" Leg. 1, 2/9/1446 - 22/4/1452

Notário: BELLMUNT, Tomas de

- "2 Manuale Instrumentorum Comunium", Leg. 1, 30 de Abril de 1399 a 28 de Novembro de 1399.
- "Manual de Comandes", Leg 2, 4/9/1402-14/4/1406.
- "10 Manual Contratos Comunes", Leg 3, 15 de Junho de 1403 - 23 de Novembro de 1403.
- "4 Libro Manual de Comandes", Leg 7, 18/1/1414-21/1/1417.

Notário: CASELLES, Juan

- "Secundum Manuale", Leg. 1, 1397 - 1399.

Notário: CERDA, Francisco

- "Tercium Manuale Comune", Leg. 2, 5/10/1437-10/7/1438.
- "Primus Liber Securitatum", Leg 1, 27/4/1436-11/5/1439.

Notário: GOMBAU, Felipe

- "Fliego de Fragmentos", leg 1.

Notário: MARTI, Pedro

- "Capibrevium Notularum", leg 8, 14/4/1385-13/8/1385.

Notário: MIR, Esteban

- "4 Librum Contractuum Comunium", Leg. 2, 2/12/1444 -
- 30/7/1447.

Notário: NADAL, Bernardo

- "Primus Manualis", leg 25, 12/7/1385-14/11/1387.
- "Libro", leg 24, 1/10/1387-28/2/1388.
- "Manual", leg 17, 25/8/1388-15/4/1389.
- "Manual" Leg. 13, 14/12/1390 - 5/6/1391.
- "Manual", leg 7, 4/1/1392-11/7/1392.
- "11 Manuale", leg 19, 23/1/1393-4/7/1393.
- "Manual", Leg. 48, 14/11/1394 - 9/5/1395.
- "11 Manuale", leg 23, 13/11/1395-12/4/1396.
- "Libro", leg 28, 14/1/1399-12/4/1399.
- "Tercium Manuale [venditionum] anni Nativitate Domini Millesimi CCCC", Leg. 40, 22/6/1400-9/6/1402.
- "Manual", leg 50, 8/11/1404-14/5/1405.
- "Manual", leg 50, 14/5/1405-2/9/1405.
- "Manual", leg 4, 3/8/1405-26/1/1406.
- "Manual", leg 44, 5/7/1404-1/6/1406.
- "Manual", leg 30, 26/1/1406-26/6/1406.
- "Manual", leg 4, 26/6/1406-18/8/1406.
- "Manual", leg. 5, 1407 - 1408.
- "Manual", leg 6, 30/7/1408-1/2/1409.
- "Manual", leg 37, 15/10/1412-16/1/1413.
- "Secundus Liber Comandarum", leg 22, 1395-1406.
- "Manuale Instrumentorum Contractuum Comandarum Quintum",
leg 51, 3/10/1404-9/8/1410.
- "Manualis Comunis. LXVI", Leg. 46, 17/9/1422 - 8/10/1423.
- "Manualis Comunis. LXVIII", Leg. 40, 3/12/1424-19/4/1426.
- "Manualis Comunis. LXIX", Leg. 42, 19/4/1426-11/11/1427.
- "Manualis Comunis. LXX Primi", Leg. 41, 24/7/1429 -
- 24/9/1431.

Notário: NADAL, Juan

- "27 Manual Contratos Comunes" leg 3, 5/11/1394-20/3/1395.
- "8 Manuale Instrumentorum Contractuum Comunium", Leg. 2,
4/1/1388-8/6/1388.

Notário: PI, Bernardo

- "Secundi Libri Negociorum et Contractuum", Leg. 2,
26/2/1440-31/8/1450.
- "6 Manuale Comune", Leg. 22, 8/2/1414-3/9/1414.
- "7 Manuale Comune", Leg. 21, 24/7/1413-7/2/1414.
- "8 Manuale Comune", Leg. 1, 3/9/1414-3/3/1415.
- "[Decimum] Manuale Comune", Leg. 22, 3/9/1415-20/2/1416.
- "11 Manuale Comune", Leg. 22, 2/2/1416-1/8/1416.
- "Capibrevium Comunis. XXXII", Leg 8, 5/7/1420-5/12/1420.
- "26 Manuale Comune", Leg. 17, 22/3/1424-7/10/1424.

- "31 Manual Comun", Leg. 24, 24/3/1427-16/12/1427.
- "32 Manual Comun", Leg. 23, 18/12/1427 - 19/7/1428.
- "33 Manuale Comune", Leg. 23, 21/7/1428 - 7/1/1429.
- "34 Manual Comun", Leg. 23, 7/1/1429 - 25/8/1429.
- "35 Manuale Comune", Leg. 24, 25/8/1429-14/7/1430.
- "36 Manual Comun", Leg. 23, 14/7/1430-6/4/1431.
- "37 Manual Comun", Leg. 22, 11/4/1431-29/10/1431.
- "38 Manual Comun", Leg. 24, 29/10/1431-17/5/1432.
- "39 Manuale Comune", Leg. 24, 19/5/1432 - 2/1/1433.
- "40 Manuale Comune", Leg. 23, 2/1/1433 - 21/4/1433.
- "47 Manuale Comune", Leg. 13, 1436-1437.
- "55 Manualis Communis", Leg. 3, 9/5/1441 - 5/2/1442.

Notário: RENIU, Juan

- "Undecimus Liber Communis", Leg. 8, 28/1/1423 - 16/4/1423.
- "Manual. XVII", Leg. 3, 8/2/1429 - 5/6/1429.
- "Manual", Leg. 5, 1/1/1431-16/2/1431.
- "Liber Communis", Leg. 7, 29/1/1431 - 4/5/1431.
- "Manual", Leg. 4, 6/2/1433 - 15/5/1433.
- "Manual", Leg. 7, 13/1/1435 - 12/3/1435.

Notário: RELAT, Francisco de

- "Manual", Leg. 2, 3/1/1400 - 2/9/1401.

Notário: ROIG, Pedro

- "17 Manual Comun", Leg. 3, 6/9/1427-23/12/1427.
- "20 Manuale Comune", Leg. 4, 2/5/1429 - 8/11/1429.
- "Manual", Leg. 5, 12/1/1430 - 5/2/1431.
- "24 Manuale Comune", Leg. 5, 25/7/1432-17/7/1433.
- "39 Capbreu Comun", Leg. 7, 9/9/1434-28/4/1435.
- "Manual", Leg. 7, 26/10/1435 - 24/5/1436.

Notário: VILANOVA, Antonio

- "7 Capbreu", Leg. 5, Abril - Junho/1440.
- "1 Manuale", Leg. 1, 8/12/1433 - 2/7/1438.
- "Manual", Leg. 7, 26/10/1435 - 24/5/1436.
- "3 Manuale", Leg. 2, 8/7/1439 - 16/12/1439.
- "4 Manuale", Leg. 2, 16/12/1439 - 8/6/1440.
- "5 Manuale", Leg. 3, 9/6/1440 - 14/11/1440.
- "9 Manuale", Leg. 4, 3/7/1442 - 5/2/1443.
- "11 Manuale", Leg. 5, 12/8/1443 - 4/3/1444.
- "10 Manuale", Leg. 5, 5/2/1443 - 12/8/1443.
- "37 (Bis) Manuale", Leg. 16, 1456.
- "Primi Libri Securitatum", Leg. 1, 12/10/1436-30/12/1446.
- "Tercii Libri Securitatum", Leg. 14, 26/4/1453-1/3/1457.

Lletres de Canvi

- Vitrines 1/2.

- ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE BARCELONA (A.H.C.B.)

SOBREQUÉS I CALLICO, Jaume "Institut Municipal d'Historia (Casa de l'Ardiaca)" Barcelona, 1983, Ed. Ajuntament de Barcelona, Servei de Cultura.

Consell de Cent: Clavaria (XI): vol 1.

Consellers

- Política i Guerra (III): 3.
- Miscelanea (V): Capse 1.
- Armadas i Port (VII): 1, 2, 17, 21, 22 e 23.

Taula de Canvi: I - 4.

Consolat de Mar

- Llibre de Rebudes i Dates: 1, 2 e 3.
- Registre de Deliberacions: 1.

Archivo Notarial - IX: 7, 8, 9, 10, 13, 15 e 16.

- ARQUIVO DA CATEDRAL DE BARCELONA (A.C.B.)

FABREGAS GRAU, Angel e BAUCCELLS REIG, Josep "Catálogo del Archivo Capitular de la S. I. Catedral Basílica de Barcelona. 1 - Índice General de las Series Documentales" Barcelona, 1969, Publ. del Archivo Capitular, Serie I: Catálogos.

Libros "Extravagantes" - Cuentas

- "Llibre de Comptes d'Alguna Companya - Llibre de Comptes d'un senyor de Rupit (1334-1338)".
- "Llibre de deutes, tremeses i rebudes de Mitjavila i companya (1345-1348)".
- "Llibre de Comptes d'un mercader amb nau: 1334 (Jaume Tarascó)".
- "Comptes d'un comerciant de teles: 1380".
- "Comptes d'una nau: 1380".
- "Vendes de draps de Guillem de Donagato: 1342".

VALENCIA

- ARQUIVO DO REINO DE VALÈNCIA (A.R.V.)

RODRIGUEZ TRONCOSO, Rosa "Inventario de Fondos Notariales" València, 1986, Revisto e inventariado por Jesus Villal, Ed. do Archivo del Reino de València.

SINTES Y OBRADOR, Francisco "Catalogo de la Exposición de Derecho Historico del Reino de València" València, 1955.

Protocolos

Consultados os seguintes livros:

Notário: ALTARRIBA, Antonio (1418-1459)

- Protocolos nº 2567 - Anos de 1418-1419 (Notal)
- Protocolos nº 695 - Anos de 1418-1419
- Protocolos nº 10.410 - Ano de 1420 (Notal)
- Protocolos nº 696 - Ano de 1420
- Protocolos nº 697 - Ano de 1421

Notário: BARBERA, Marti

- Protocolos nº 202

Notário: CARDONA, Berenguer (1422-1471)

- Protocolos nº 2533 - Anos de 1422-1423 (Notal)
- Protocolos nº 466 - Anos de 1422-1424

Notário: CASTRONOVO, Vicente (1398-1428)

- Protocolos nº 512 - Ano de 1398

Notário: JULIAN, Andre (1401-1448)

- Protocolos nº 2603 - Ano de 1401 (Notal)
- Protocolos nº 2604 - Ano de 1404 (Notal)
- Protocolos nº 2605 - Anos de 1406-1408 (Notal)
- Protocolos nº 1254 - Ano de 1408
- Protocolos nº 1255 - Ano de 1409
- Protocolos nº 2606 - Ano de 1409 (Notal)
- Protocolos nº 2607 - Ano de 1410 (Notal)
- Protocolos nº 1257 - Ano de 1410
- Protocolos nº 1260 - Ano de 1411
- Protocolos nº 1261 - Ano de 1413
- Protocolos nº 1263 - Ano de 1414
- Protocolos nº 1264 - Ano de 1415
- Protocolos nº 1262 - Ano de 1416
- Protocolos nº 1265 - Ano de 1419

Notário: TOLOSA, Bartolomeo

- Protocolos nº 10.416 - Ano de 1399

Notário: ZAERA, Vicente (1400-1445)

- Protocolos nº 2406 - Ano de 1404

- Protocolos nº 2715 - Ano de 1404 (Notal)

Real Cancillería

- Armamento de Naves: nº 646

Bailia (Letres y Privilegis)

- Nº 1143, 1144, 1147, 1149, 1151, 1152 e 1153.

Bailia (Cosas Proibidas por Mar)

- Nº 245 (1405), 255 (1416) e 269 (1432).

Bailia (Presentaciones y Concesiones de Cautivos)

- Nº 193 (Liber 1º 1419-1434) e 194.

Maestre Racional (Tesorería General)

- Nº 8758 (1409 - 1410), 8759 (1424), 8760 (1425), 8761 (1425) e 8762 (1426).

Maestre Racional (Cuentas de Administración)

- Nº 23 (leg 5), 36 (1415), 37 (1417), 38 (1418), 39 (1419), 43 (1423), 49 (1430) e 52 (1434).

Maestre Racional (Administ. de Bienes Sequestrados)

- Nº 9649 e 9684.

GÉNOVA

- ARQUIVO DO ESTADO DE GÉNOVA (A.S.G.)

CHIAUDANO, Mario "L'Archivio Storico del Banco di San Giorgio di Genova (1386-1845)" Roma, 1956.

LISCIANDRELLI, Pasquale "Trattati e Negoziationsi Politiche

della Repubblica di Genova (958-1797 - Regesti" Génova, 1950, com prefácio de Giorgio Costamagna.

Consultados os seguintes livros:

Archivio Notarile

Notário: ALLEGRO, Giovanni - Cartulare nº 470, 471 e 472.
Notário: BOSIO DI PIETRA, Giovanni - Nº 842
Notário: BAGNARA, Branca di - Nº 648, 649, 650 e 668.
Notário: FAZIU, Antonio - Nº 575
Notário: LABAINO, Giovanni - Nº 548
Notário: OTTONE, Domenico - Nº 271

Zeca Antiga: nº 3

Manoscritti: Cartularium nº 13.

Politicorum: nº 1647

Archivio Segreto: nº 547 (Diversorum Registri) e 2727.

Banco di S. Giorgio

- Bancheriorum nº 7146.
- Caratorum Vetterum nº 1552.
- Cabelle Platarum nº 1851.
- Carte dei Primi Cancellieri delle Compere di San Giorgi, Busta 90 (Navigazione).

LISBOA

- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (A.N.T.T.)

Chancelarias Régias

- D. Dinis: Livros 3, 4 e 5
- D. Fernando: Livro 1
- D. João I: Livro 1
- D. Duarte: Livros 2 e 3
- D. Afonso V: Liv. 1, 3, 5, 6, 10, 11, 15, 16, 19, 20, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 35, 36, 54.

Leitura Nova

- Extras: Livro Unico

- Estremadura: Liv. 5, 8, 10
- Odiana: Liv. 3, 4, 6
- Além Douro: Liv. 4
- Místicos: Liv. 3
- Legitimações: Liv. 1 e 2

Núcleo Antigo

- Livro das Partidas de Castela t. 2 e 3: nº 2 e 3

Colecção Especial

- Cx. 32, 7.
- Penha Longa - M. 2
- Trindade de Santarém - M. 7 e 8
- Ordem de Cristo - M. 6
- Ordem de Santiago - M. 2

Corporações Religiosas

- Convento de Chelas - M. 57
- Convento do Carmo - "Livros de Escrituras" nº 18

- ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (AHCML)

Chancelaria Régia

- Livros Místicos de Reis - Liv. 1 (Cod. 1 e 2) e 2 (Cod. 3)
- Livro 19 de Cortes - Cod. 5
- Livros del-rei D. Fernando - 29 (Cod. 8)
- Livros del-rei D. João I - Liv. 1 (Cod. 10) e 3 (Cod. 11)

Provimentos do Pão - Liv. 1

Casa dos Vinte e Quatro

- Livro do Regimento dos Correctores (Cod. 89)

Diversos

- Livro 19 de Sentenças: Cod. 14/292
- Livro 19 de Contratos: Cod. 14/228
- Livro 19 de Compras e Vendas: Cod. 14/256

- BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA (B.N.L.)

"Inventário dos Códices Alcobacenses" edição da B.N.L., 6 tomos, Lisboa, 1930/1978.

MONIZ, José António "Bibliotheca Nacional de Lisboa. Inventário. Secção XIII. Manuscritos. Collecção Pombalina" Lisboa, 1889.

Collecção Pombalina - Cod. 478

Códices Alcobacenses - Cod. 47, 123, 230, 275, 304, 426

Fundo Geral

- Códices - 224, 427, 1461, 2700, 9786

- Manuscritos - 90 (nº 6 e 7), 203 (nº 19), 220 (nº 53),
221 (4), 224 e 247 (nº 48, 51 e 61)

- Manuscritos Iluminados - 94

ÉVORA

- ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA (A.D.E.)

Cód. 72

Livro 72

3. Fontes Impressas

3.1. Roteiros de Arquivos, de Bibliotecas, de Fontes etc.

Alguns dos inventários a seguir mencionados incluem resumos dos documentos inventariados, o que reforça a sua utilidade.

ALMEIDA, Justino Mendes de (Dir.) "Roteiro das Bibliotecas e Arquivos" edição do IPPC, Lisboa, 1984.

ANGIOLINI, Pino D'è PAVONE, Claudio "Guide Generale Degli Archivi di Stato Italiani" 3 vols., Roma, 1981/1986.

"Archivio Mediceo Avanti il Principato - Inventario" Ed. Archivio di Stato di Firenze, Inst. Antonio Panella, 4 vols. Roma, 1951/1963.

AZEVEDO, Pedro de e BAIÃO, António "O Arquivo da Torre do Tombo - Sua história, corpos que o compõem e organização" com Adenda de Maria do Carmo Dias Farinha, ed. fac-simil., Lisboa, 1989.

CASULA, Francesco C. "Carte Reali Diplomatiche de Afonso III, Il Benigno, Re d'Aragona, Riguardanti l'Italia" Padua, 1970.

CASULA, Francesco C. "Carte Reali Diplomatiche di Giovanni I, Il Cacciatore, Re d'Italia, Riguardanti l'Italia" Padua, 1977.

COSTA, Avelino de Jesus da "Arquivos Eclesiásticos Portugueses - Sua Origem e Evolução" Separ. "Dicionário de História da Igreja em Portugal" Vol I, Lisboa, 1980.

FERREIRA, J. A. Pinto "índice Chronologico dos documentos mais notáveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da Cidade do Porto, quando por ordem régia o examinou no ano de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade" in: "Documentos e Memórias para a História do Porto" edição da Câmara Municipal do Porto, vol. XX, Porto, 1951.

GUERRA, Luís Figueiredo da "Os Arquivos do Alto Minho"

in: "Anais das Bibliotecas e Arquivos" Lisboa, II Série, Vol II nº 6 e 8 (1921).

"Guia dels Arxius Històrics de Catalunya" Barcelona, 1982 (vol 1) e 1987 (vol 2), Dir. General del Patrimoni Escrit: Documental - Servei d'Arxius.

OLIVIERI, Agostino "Carte e Cronache Manoscritte per la Storia Genovese esistenti nella Biblioteca della R. Università Ligure" Genova, 1855.

PEREIRA, João Maria dos Reis "Em defesa da Secção Antiga do Arquivo Municipal de Vila do Conde" Separ. "Boletim Cultural" nº 1 do Ginásio Clube Vilacondense.

REPRESA, Armando "La Documentación del siglo XIV en el Archivo de Simancas" in: "Anuario de Estudios Medievales" nº 7, Barcelona, 1970/1971.

RIBEIRO, João Pedro "Observações Históricas e Críticas para servirem de memórias ao systema da Diplomatica Portugueza" Lisboa, 1798.

SCHIAPARELLI, Luigi (Dir.) "Guia Storica e Bibliografica degli Archivi e delle Biblioteche d'Italia - Provincia di Firenze - Prato" vol. I, Parte I, Roma, 1932.

SERRÃO, Joel (Dir.) "Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea" 3 vols., Lisboa, 1984/1985.

SOUSA, Fernando de "Relatório dos Arquivos a Norte do Douro" in: "Revista de História Económica e Social" nº 3 (Jan/Jun de 1979), Lisboa, pags. 109/119.

3.2. Estudo e caracterização das fontes

"Les Sources de l'Histoire Maritime en Europe du Moyen Age au XVIIIe siècle - Actes du Quatrième Colloque International d'Histoire maritime" (20/23 Maio de 1959) apresentadas por Michel Mollat, SEVPEN, Paris, 1962.

ANDRADE, António A. Banha de "Arquivos Municipais" in: "Papel das Areas Regionais na Formação Histórica de Portugal - Actas do Colóquio" Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1975, pags. 143/184.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa "La redacció de l'instrument notarial a Catalunya" Barcelona, s/d.

FONSECA, Luis Adão da "Algumas considerações acerca das relações comerciais e marítimas de Portugal com Génova na Baixa Idade Média" in: "Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Economia e comércio marítimo" vol. III, Porto, 1989, pags. 635/644.

VITALE, Vito "I Notai Genovesi del Medioevo" Génova, 1955, Consiglio Notarile dei Distretti Riuniti di Genova e Chiavari.

3.3. Colectâneas Gerais

CAPMANY Y DE MONPALAU, Antonio "Memorias historicas sobre la marina de Barcelona" 4 vols., Madrid, 1786/1794.

COSTA, António Domingues de Sousa "Monumenta Portugaliae Vaticana - Súplicas dos Pontífices de Clemente VI, Inocência VI e Urbano V" vol. I, Roma/Porto, 1968.

IBARRA Y RODRIGUES, Eduardo "Documentos de la Historia de Aragón" 12 vols., Saragoça, 1913.

MARQUES, João Martins da Silva "Descobrimientos Portugueses - Documentos para a sua História" Instituto de Alta Cultura, 3 vols. e Supl. ao vol. I, Lisboa, 1944/1971.

"Monumenta Henricina" ed. da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 15 vols. Coimbra, 1960/1974.

3.4. Documentos Régios

AZEVEDO, Pedro de "Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos" Academia das Ciências de Lisboa, 2 tomos, 1915/1934.

"Calendar of Close Rolls (Richard II)" 2 vols., Public Record Office, Londres, 1914/1920.

"Calendar of Patent Rolls (Richard II)" 6 vols., Public Record Office, Londres, 1895/1904.

"Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV" vol. I ("1325-1336") INIC, Lisboa, 1990.

"Chancelarias Portuguesas - Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)" INIC, Lisboa, 1984.

FARO, Jorge "Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481. Subsídios Documentais" Lisboa, 1956.

FREIRE, Anselmo Braamcamp "Inventários e contas da Casa de D. Denis" in: "Arquivo Historico Portuguez" vol. X, Lisboa, 1916, page. 41/59.

"As Gavetas da Torre do Tombo" Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 12 vols. Lisboa, 1960/1977.

"Livro dos Conselhos de el-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)" ed. de João José Alves Dias e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Estampa, Lisboa, 1982.

LOPEZ DE MENESES, Amada "Documentos acerca de la Peste Negra en los dominios de la Corona de Aragón" in: "Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón" Saragoça, 1956, Vol. VI.

MARTINEZ-FERRANDO, J. E. "Catálogo de la Documentación de la Cancellaría Regia de Pedro de Portugal (1464-1466)" Dir. Gen. de Archivos y Bibliotecas - Archivo de la Corona de Aragón, 2 vols., Madrid, 1953/54.

RIBEIRO, João Pedro "Dissertações Cronológicas e Críticas sobre a História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal" 5 vols., Lisboa, 2ª ed., 1857/1896.

SCHWARTZ Y LUNA, Frederich e CARRERAS Y CANDI, Francesch "Manual de Nouvelles Ardits vulgalment appellat Dietari des Antich Consells Barceloni" vol. I (1390-1446) e II (1446-1477) Barcelona, 1892/1893.

SOUSA, António Caetano "Provas da História Geneológica da Casa Real Portuguesa" Ed. de Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, 12 vols., Coimbra, 2ª ed., 1946/1954.

3.5. Cortes

"Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y de Valencia"
Ed. da Real Academia de la Historia, 27 vols., Madrid, 1896
(19 vol).

"Cortes de los Reinos de Leon y Castilla" Ed. da Real
Academia de Historia, 3 vols., Madrid, 1861/1866.

"Cortes Portuguesas - Reinado de D. Afonso IV (1325/1357)"
Ed. INIC/Univ. Nova de Lisboa, organização sob a dir. de
A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1982.

"Cortes Portuguesas - Reinado de D. Fernando I (1367/1383)"
Vol. I (1367/1380), Ed. INIC/Univ. Nova de Lisboa, organi-
zação sob a dir. de A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1990.

"Cortes Portuguesas - Reinado de D. Pedro I (1357/1367)"
Ed. INIC/Univ. Nova de Lisboa, organização sob a dir. de
A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1986.

SOUSA, Armindo de "As Cortes Medievais Portuguesas (1385-
1490)" 2 vols., INIC, Porto, 1990. O vol II, em especial,
resume a maior parte dos diferente artigos das diversas
cortes.

3.6. Documentos Municipais

"Actas das Vereações de Loulé" edição da Câmara Municipal
de Loulé, vol. I, Loulé, 1984.

BASTO, Artur de Magalhães "Alguns Documentos do Arquivo
Municipal do Porto" in: "Duas Cidades ao Serviço de Portu-
gal - Subsídios para o estudo das relações de Lisboa e
Porto durante oito Séculos" Porto, s/d, pag. 177 e segts.

- "Inventario de S. Clemente que fez Frei Rodrigo de Arruda
em sendo vigario na era de mill e cccc e bij anos" in:
"Memórias soltas e Inventário" Porto, 1940.

- "Vereações. Anos 1390/1395" in: "Documentos e Memórias
para a História do Porto" vol. II, Porto, 1937.

CABANES PECOURT, Maria Desamparados "Coses Vedades en 1381"
Valencia, 1971.

"Corpus codicum Latinorum et Portugalensium Eorum qui in
Archivo Municipali Portucalemssi Asservantur antiquis-
simorum" edição da Câmara Municipal do Porto, 4 vols.,
Porto, 1891.

"Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de
Lisboa. Livros de Reis" vol. III, Lisboa, 1959.

FERREIRA, J. A. Pinto "Vereações: anos de 1401-1449;
segundo o Livro de Vereações do Município do Porto existen-
te no seu Arquivo" in: "Documentos e Memórias para a His-
tória do Porto" edição da Câmara Municipal do Porto, vol.
XL, Porto, 1951.

"Fori Antiqui Valentiae" edição crítica de Manuel Dualde
Serrano, CSIC, Madrid/Valência, 1850/1867.

HINOJOSA MONTALVO, José "Coses Vedades en 1404" Valencia,
1972.

"Livro das Posturas Antigas" edição da Câmara Municipal de
Lisboa, 1974.

LOPEZ ELUM, Pedro "Coses Vedades en Castellon desde 1412 a
1418 y 1422" Valencia, 1973.

PEREIRA, Gabriel "Documentos históricos da cidade de Évora"
Évora, 1885, Parte II.

"Usatges de Barcelona i commemoracions de Pere Albert"
apresentação de Josep Rovira i Ermengol, Barcelona, 1933.

3.7. Descrições de Cidades ou Regiões e relatos de Viagens

ALCACIME, Mohamede ben "Descrição de Ceuta Muçulmana no
século XV" in: "Revista da Faculdade de Letras" apresentado
por Joaquim Figanier, Tomo XIII, 2ª Série, nº 1, Lisboa,
1947.

BAIÃO, António "O Manuscrito Valentim Fernandes" edição da
Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940.

BRANDÃO (de Buarcos), João "Grandeza e Abastança de Lisboa em 1522" organização e notas de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

CADAMOSTO, Luis de "Navegações de Luis de Cadamosto" Instituto de Alta Cultura, texto italiano e tradução de Giuseppe Carlo Rossi, Lisboa, 1944.

CAMINHA, Pero Vaz "Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil (1 de Maio de 1500)" introdução, actualização de texto e notas de M. Viegas Guerreiro e leitura paleográfica de Eduardo Nunes, ed. da IN-CM, Lisboa, 1974.

DIAS, Henrique "Relação da viagem, e naufragio da nao S. Paulo. Que foy para a India no anno de 1560" in: "História Trágico-Marítima" vol. 1, edições Afrodite, Fernando Ribeiro de Melo, Lisboa, 1971, pags. 281/383.

FARINELLI, Arturo "Viajes por Espana y Portugal" Madrid, 1920, Vol I e Suplemento.

FERNANDES, Rui "Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego" in: "Colecção de Livros Inéditos da História Portuguesa" Lisboa, 1792, Tomo V.

GARCIA MERCADAL, Miguel "Viajes de Extranjeros por Espana y Portugal - Desde los tiempos mas remotos hasta fines del siglo XV" Madrid, 1952.

GODINHO, Vitorino Magalhães "Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relato do veneziano Lunardo da Cà Masser" in: "Revista de História Económica e Social" nº 4, Sá da Costa, 1979, pags. 75/88.

"Mostra Veneti del Quattrocento e del Cinquecento. Catalogo a cura della Biblioteca Nazionale Marciana e dell'Archivio di Stato de Venezia" Veneza, 1957.

PEREIRA, Duarte Pacheco "Esmeraldo de situ orbis" reprodução anastática da ed. crítica de Augusto Epifânio Dias (Lisboa, 1905), edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1975.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves "Marco Paulo. O Livro de Marco - O Livro de Nicolao Veneto - Carta de Jeronimo de Santo Estevam" edição fac-similada da de 1502, edição da B.N.L., Lisboa, 1922.

PUYOL, Julio "Viaje por Espana y Portugal en los anos

1494 y 1495. Versión del latín del "Itenerarium Hispanicum" de Jerónimo Munser" in: "Boletín de la Real Academia de Historia" Tomo LXXXIV Cuaderno I/II, Madrid, 1924.

RAMUSIO, Giovanni Battista "Delle Navigazioni et Viaggi" 3 vols., Venezia, 3ª ed., 1563/1583.

3.8. Fontes Narrativas, Epistolares e Literárias

ALMEIDA, Lopo de "Cartas de Itália" (Textos de Literatura Portuguesa, III) edição de M. Rodrigues Lapa, IN-CM, Lisboa, 1935.

ALVAREZ, Frei João "Chronica do Infante Santo D. Fernando" edição crítica de Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911.

ARRIBAS PALAU, Mariano "Musulmanes de Valencia apresados cerca de Ibiza en 1413" Centro de Estudios Marroquíes, Tetuño, 1955.

- "Repercusión de la conquista de portuguesa de Ceuta en Aragón" separ. de "Tamuda" Año III, Tetuño, 1955.

LANG, H. R. "Old Portuguese Sea Lyrics" in: "Revue Hispanique" Tomo LXXVII, nº 171 (Outubro), NY/Paris, 1929, pags. 187/200.

LAPA, Manuel Rodrigues "Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses" Coimbra, 2ª ed., 1970.

LOPES, Fernão "Crónica de D. Pedro I" Livraria Civilização, Porto, 1965.

- "Crónica de D. Fernando" edição crítica de Giuliano Macchi, IN-CM, Lisboa, 1975.

- "Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória" IN-CM, Lisboa, 1968 (parte 2ª) e 1973 (parte 1ª).

PINA, Rui de "Crónicas" (Tesouros da Literatura Portuguesa), Introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Lello e Irmão, Porto, 1977.

PISANO, Mateus de "Livro da Guerra de Ceuta" Academia das

Sciencias de Lisboa, Coimbra, 1915.

RAU, Virginia "Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato" Separ. "Estudos Italianos em Portugal" nº 21/22, Lisboa, 1962/63.

RESENDE, Garcia de "Crónica de Dom João II e Miscelânea" com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, IN-CM, Lisboa, 1973.

RODRIGUES, Sebastião Antunes "Rainha Santa = Cartas Inéditas e outros documentos" Coimbra, 1958.

ZURARA, Gomes Eanes de "Crónica da Tomada de Ceuta" Introdução e notas de Reis Brasil, Publ. Europa-América, Sintra, 1992. A anterior edição já era antiga: "3ª Parte da Crónica de D. João I" ("Crónica da tomada de Ceuta por el Rei D. João I") Academia das Sciencias de Lisboa, 1916.

- "Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes" nota de apresentação de José Adriano de Freitas de Carvalho, Porto, 1988, reprodução fac-simil. Antes, tinha-se usado a edição: "Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes" in: "Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa" Tomo II, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1792.

- "Crónica do Conde D. Duarte de Menezes" edição diplomática de Larry King, Univ. Nova de Lisboa, Lisboa, 1978.

- "Crónica da Guiné" Introdução, novas anotações e glosário de José de Bragança, Livraria Civilização, Barcelos, 1973.

3.9. Legislação

"Consolat de Mar" apresentado por Fernan Valls i Taverner, 3 vols., Barcelona, 1930/1933.

FERREIRA, José de Azevedo "Eureo Real de Afonso X" 2 vols., INIC, Lisboa, 1987.

"Ordenações de D. Duarte" edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Fundação Calouste Gulbenlian, ed. fac-similada, Lisboa, 1988.

"Ordenações Afonsinas" Nota de Apresentação de Mário Júlio de Almeida e Costa e Nota Textológica de Eduardo Borges Nunes, Coimbra, 1972, 5 Vols., Fundação Calouste Gulbenkian, ed. fac-similada das "Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V" Coimbra, 1786.

"Ordenações Manuelinas" Nota de Apresentação de Mário Júlio de Almeida e Costa, 5 vols., Fundação Calouste Gulbenkian, ed. fac-simil. da de Coimbra de 1797, Lisboa, 1984.

3.10. Doutrina

AMZALAK, Moses Bensabat "Frei João Sobrinho e as Doutrinas Económicas da Idade Média" Lisboa, 1945.

LUSITANO, Pedro Santerna "Tractatus de Assecurationibus et Sponsionibus" texto preambular de José Hermano Saraiva, Lisboa, 1988.

PAIS, Fr. Alvaro "Colírio da Fé contra as Heresias" 2 volumes, Lisboa, 1954/56.

- "Espelho dos Reis" 2 vols. Lisboa, 1955/63.

3.11. Manuais de Mercadorias e cultura dos mercadores

CHIARINI, Giorgio di Lorenzo "El libro di mercatantie et usanze de paesi" in: "Documenti e Studi per la Storia del Comercio e del Diritto Commerciale Italiano" VII, edição de Franco Borlandi, S. Lattes & C. Editori, Turim, 1936.

CIANO, Cesare "La «Pratica di Mercatura» Datiniana (secolo XIV)" apresentação de Federigo Melis, Biblioteca da Revista "Economia E Storia" nº 9, Milão, 1964.

GUAL CAMARENA, Miguel "El Primer Manual Hispanico de Mercaderie (siglo XIV)" CSIC, Instituto de Geografia, Etnologia e Historia, 1981.

- "Un Manual Catalán de Mercaderia (1455)" in: "Anuario de Estudios Medievales" nº 1, Barcelona, 1964.

NICOLAS, Gaspar "Tratado de pratica d'Arismetyca" ed. fac-simil. com estudo de Luis de Albuquerque, Porto, 1963.

PEGOLOTTI, Francesco Balducci "La Pratica della Mercatura" ed. de Allan Evans, The Mediaeval Academy of America, Cambridge (Massachussets), 1936.

3.12. Comércio e Mercado

ARAGÃO, A. Teixeira de "Descrição geral e história das Moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal" Lisboa, 1874, vol I.

AZEVEDO, Pedro A de "Un inventário do século XIV" in: "O Archeologo Português" Vol. VII, Lisboa, 1902, Pags. 223/234, 259/265 e 305/308.

AZEVEDO, Pedro A. de "Os Escravos" in: "Arquivo Historico Portuguez" vol. I, Lisboa, 1903.

"Documentos para a história da cidade de Lisboa. Livros do Cartório da Sé" Lisboa, 1954.

MAURÍCIO, Domingos "O Mosteiro de Jesus de Aveiro" vol. II, tomo 2, Diamang, Publicações Culturais nº 65, Lisboa, 1966.

PEREZ DE GUSMAN, Luis (Marquês de Norbecq) "Un inventario del siglo XIV de la Catedral de Toledo" in: "Boletín de la Real Academia de Historia" Tomo LXXXIX (1926), Cuaderno II, Madrid.

VITERBO, Sousa "Artes Industriais e Indústrias Portuguesas - Indústrias Têxteis e Congêneres" Coimbra, 1904.

- "Artes Industriais e Indústrias Portuguesas - Tapeçaria" Coimbra, 1902.

3.13. Relações Político-Comerciais

BRASIO, Padre António "Influência do Cisma Castelhana" in: "Lusitânia Sacra" Lisboa, 1959, Tomo IV, pag. 121.

DENUÉÉ, J. "Privilèges Accordés aux Flamands et Allemands" in: "Arquivo Historico Portuguez" Vol. VII (1909), Lisboa, pags. 310/319 e 377/381.

DOEHAER, R. "Les Relations Commerciales entre Gènes, la Belgique et l'Outremont d'après les Archives Notariales Génoises aux XIII et XIV siècles" Bruxelles/Roma, 1941, 3 Vols.

GIOFFRE, D. "Documenti sulle relazioni fra Genova ed il Portogallo dal 1493 al 1539"

LATRIE, M.L. de Mas "Traités de paix et de commerce et documents divers concernant les relations des chrétiens avec les arabes de l'Afrique Septentrionale au Moyen Age" Paris, 1968.

MARRI, Giulia Camerani "I Documenti Commerciali del fondo diplomatico Mediceo nell'Archivio di Stato di Firenze (1230-1492/Regesti)" Firenze, 1951.

MELIS, Federigo "Documenti per la Storia Economica dei Secoli XIII - XVI" Istituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini", Firenze, 1972.

NASCIMENTO, Aires Augusto "Livro dos Arautos" Dissertação para Doutoramento apresentada à Fac. de Letras da Universidade de Lisboa, 1977.

SANTARÉM, 2º Visconde de "Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo" tomo I, Paris, 1842.

III - ESTUDOS E ENSAIOS

Sob pena de a tornar demasiado extensa, na maior parte dos casos, não fazem parte da bibliografia que a seguir se apresenta muitas obras de enquadramento geral e até estudos específicos, relacionados com a situação e evolução da história económica e social da Baixa Idade Média. Neste aspecto, remete-se para as grandes sínteses, de todos conhecidas, e com bons apêndices bibliográficos.

1. Uma visão de conjunto

Não há para o comércio medieval no Mediterrâneo Ocidental obras de conjunto e, muito menos, para o que se refere ao comércio externo português. Todavia, são indispensáveis as obras de carácter mais geral sobre o Mediterrâneo, à frente das quais está:

BRAUDEL, Fernand "La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II" 2 vols., Paris, 3ª Ed., 1976.

2. Diccionários, Repertórios, Atlas, Guias, etc.

Uma parte substancial das obras que se seguem são referidas no Glossário do Anexo III. Aqui vão, por isso, incluídas algumas obras que, em sentido estrito, não deviam ser considerados diccionários. Do mesmo modo, também se incluem obras em que só se utilizaram os glossários anexos.

ASIN PALACIOS, Miguel "Glosario de voces romances, registradas por un botánico anónimo hispano-musulmán (siglos XI-XII)" CSIC, Madrid/Granada, 1943.

AYRES, Christovam "Historia da Cavallaria Portuguesa" 4 vols., Lisboa, 1889/1894.

BADIA I MARGARIT, Antoni "Gramatica Historica Catalana" Ed. Noguer, Barcelona, 1951.

BADIA I MARGARIT, Antoni e CELA, Camilo José "Diccionari Manual Castellà-Català, Català-Castellà" Barcelona, 8ª ed., 1983.

BERTHOLET, C. L. e BERTHOLET, A. B. "éléments de l'art de la Teinture - Avec une description du blanchiment par l'acide muriatique oxygené" 2 vols., Paris, 2ª ed., 1804.

BIVAR, Artur "Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa" 3 vols., Porto, 1948.

BLUTEAU, Raphael "Vocabulario Portuguez e Latino" 10 vols. (2 de Suplemento), Coimbra, 1712 (19 vol)/Lisboa, 1728 (100 vol).

BUTTIN, François "Du costume militaire au Moyen Age et pendant la Renaissance" in: "Memorias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona" tomo XII, Barcelona, 1971.

CAPPELLI, A. "Dizionario di Abbreviature latine ed italiane" Milão, 1987, 3ª Ed.

CASTRO, Americo "Glosarios Latino-Espanoles de la Edad Media" Junta para Ampliación de Estudios - Centro de Estudios Historicos, Revista de Filologia Espanola, Anejo III, Madrid, 1936.

COLMEIRO, Miguel "Enumeración y revision de las plantas de la peninsula hispano-lusitana e islas baleares" 5 vol., Madrid, 1885/1889.

COROMINAS, Joan "Diccionario Critico etimologico de la Lengua Castellana" 4 vol., Gredos, Madrid, 1974.

DAUZAT, Albert; DUBOIS, Jean e MITTERAND, Henri "Nouveau Dictionnaire étymologique et Historique" Reimpressão, Larousse, Paris, 1971.

DUCANGE, Charles Du Fresne "Glossarium Medias et Infimae Latinitates" 10 vols., Paris, 1840/50.

EDLER, Florence "Glossary of Mediaeval Terms of Business (Italian Series 1200-1600)" Cambridge (Mas.), 1934.

"Enciclopedia Universal Ilustrada" Madrid/Bilbao/Barcelona, 1930 (vol. 70). Só foi usado o vol. XXIII.

FONTECHA, Carmen "Glosario de Voces comentadas en Ediciones de Textos Classicos" CSIC, Publ. de la Revista de Filologia

Espanola, Madrid, 1941.

GAFFIOT, F. "Dictionnaire Latin - Français" Paris, 1934, Reimpressão de 1985.

GARCIA-ARENAL, Mercedes; DE BUNES, Miguel Angel e AGUILAR, Victoria "Repertório Bibliográfico de las Relaciones entre la Península Ibérica y el Norte de África (siglos XV - XVI. Fuentes e Bibliografía" CSIC, Madrid, 1989.

GONZALEZ OLLÉ, F. "Manual bibliográfico de estudios españoles" Ed. da Universidade de Navarra, Pamplona, 1976.

GUAL CAMARENA, Miguel "Vocabulario del Comercio Medieval" Barcelona, 1936.

HERCULAND, Alexandre "Milícias da Idade Média" in: "Panorama" I (nº 28 de 11 de Novembro de 1837, pags. 217/220) e II (nº 38 de 20 de Janeiro de 1838, pags. 18/20).

JAL, A. "Archéologie Navale" 2 vols., Arthur Bertrand Ed., Paris, 1850.

- "Glossarie Nautique" Paris, 1848.

KINDER, Hermann e HILGEMANN, Werner "Atlas Historique" Paris, 1975, 2ª Ed.

MARQUES, A. H. Oliveira "Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa" Lisboa, 2ª ed., 1979.

MARQUES, Alfredo Pinheiro "Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa" edição da Biblioteca Nacional - Série Bibliográfica, Lisboa, 1987.

MARTINEZ ALMOYNA, Julio "Dicionário de Espanhol-Português" Porto, 1984.

MASSÓ TORRENTS, J. "Historiografia de Catalunya en Català durant l'època nacional" in: "Revue Hispanique" 15 (1906), N.Y./Paris, pags, 486 e segts.

MOLINER, Maria "Dicionario de uso del Espanol" 2 vols., Ed. Gredos, Madrid, Reimp. 1975.

ORTA, Garcia da "Colóquio dos Simples e Drogas da India" 2 vols., IN-CM, Lisboa, 1891.

PACAUT, Marcel "Guide de l'étudiant en Histoire Médiéva-

le" Paris, 2ª ed., 1973.

PELTIER, Ad. Ch. "Dictionnaire Universal et Complet des Concils" Paris, 1847.

SANTARÉM, Visconde de "Atlas composé de mappemondes, de portulanes et de cartes hydrographiques et historiques depuis le VI jusqu'au XVII siècle" Paris 1842/1953.

S. ANTÓNIO, Caetano de "Pharmacopea Lusitana. Reformada. Methodo Prático de preparar os Medicamentos na forma Galeonica e Chimica" Lisboa, 1711.

SERRANO SANZ, Manuel "Inventarios Aragoneses de los Siglos XIV y XV" in: "Boletín de la Real Academia Española" vol. II (1915), III (1916), IV (1917), VI (1919) e IX (1922), Madrid.

SESMA MUNOZ, J. Angel e LIBANO ZUMALACARREGUI, Angel "Lexico del Comercio Medieval en Aragon (Siglo XV)" Institución «Fernando El Catolico», Saragoça, 1982.

VASCONCELOS, Augusto de "Dicionário das Plantas de Portugal (espontâneas e sobespontâneas) que tem nome popular com rigoroso binome scientifico, as suas propriedades, usos e muitas indicações úteis" Porto, 1914.

VICENS VIVES, J. "Atlas de Historia de Espana" Barcelona, 10ª ed., 1978.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de "Elucidário das Palavras, Termos, e Frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erros os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam" 2 vols., edição crítica de Mário Fiúza, Porto/Lisboa, 1983.

3. Obras de carácter geral ou de enquadramento dos temas

Num conjunto de temas tão variados foi necessário utilizar algumas obras que possibilitassem uma leitura integrada das instituições e assuntos em análise, tanto nacionais como estrangeiras:

ALBUQUERQUE, Ruy de e ALBUQUERQUE, Martim de "História das Instituições e do Direito Português" 2 vols., edição da Faculdade de Direito de Lisboa, 1981/1982.

ALMEIDA, Fortunato de "História da Igreja em Portugal" 4 vols., Civilização, Porto, 2ª ed., 1967/1971. Diz respeito à Idade Média especialmente o volume I.

BARROS, Henrique da Gama "História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV" 11 vols., corrigida e anotada por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, Sá da Costa, 2ª ed., 1945/1954.

BRANDÃO, Frei Francisco "Monarquia Lusitana" Quinta e Sexta parte (reinado de D. Dinis), fac-simil., introdução de A. Silva Rego, IN-CM, Lisboa, 3ª ed., 1976/1980.

CAETANO, Marcelo "História do Direito Português (1140-1495)" vol. I, Verbo, Lisboa, 1981.

CASTRO, Armando de "A Evolução Económica de Portugal dos séculos XII a XV" 11 vols., Lisboa, Portugália, 1964/1970 (vol. 1 a 9); Porto, Limiar, 1975 (vol. 10); Lisboa, Caminho (vol. 11).

"Dicionário de História de Portugal" 6 vols., Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1979.

DUBY, Georges "L'économie Rurale et la vie des Campagnes dans l'Occident Médiéval (France, Angleterre, Empire, IXe-XVe siècles) - Essai de synthèse et perspectives de recherches" 2 vols., Flammarion, Paris, 2ª ed., 1977.

FOURQUIN, Guy "História Económica do Ocidente Medieval" Edições 70, Lisboa, 1981.

HESPANHA, António Manuel "História das Instituições. épocas medieval e moderna" Livraria Almedina, Coimbra, 1982.

LAPA, Manuel Rodrigues "Lições de Literatura Portuguesa. época Medieval" Coimbra Editora, Coimbra, 9ª edição, 1977.

MARQUES, A. H. Oliveira "Portugal na crise dos séculos XIV e XV" in: "Nova História de Portugal" vol. IV, dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Ed. Presença, Lisboa, 1987.

MARTIN, José Luis "La Península en la Edad Media" Ed. Teide, Barcelona, 3ª Ed., 1984.

MATTOSO, José "Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)" 2 vols., Ed. Estampa, Lisboa, 1985.

RIBEIRO, Orlando "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico" Sá da Costa, Lisboa, 5ª ed., 1987.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo "História de Portugal" vol. I, Verbo, Lisboa, 3ª ed., 1979.

TUNON DE LARA, Manuel (Dir.) "Historia de Espana" Labor, Barcelona, em especial o vol. III - "Espana Musulmana (siglos VIII-XV) - 1983 e o vol. IV - "Feudalismo y Consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)" - 3ª ed., 1982.

VALLS-TABERNER, F. e SOLDEVILA, F. "Historia de Cataluna" in: "Obras Selectas de Fernando Valls-Taberner" vol. III, tomos I e II, CSIC, Madrid/Barcelona, 1955/1957.

4. Economias e Sociedades do Mediterrâneo Ocidental

Outro conjunto de obras, apesar do seu carácter geral, refere-se, concretamente, às principais regiões e cidades com as quais Portugal se relacionou, nos séculos XIV e XV.

Para Génova, o porto, a cidade, a região e a sua esfera de influência, é clássica a obra de

HEEERS, Jacques "Gênes au XVe Siècle (Civilizations méditerranéenne, grand capitalisme, et capitalisme populaire)" Flammarion, Paris, 1971.

Uma perspectiva do que está feito e dos caminhos a percorrer:

VULTAGGIO, C. "Genova bassomedioevale e il Mediterraneo genovese nella piu recente storiografia: profilo di una colana di studi (rassegna storiografica)" in: "Medioevo - Saggi e Rassegne" nº 4, 1978, pags. 179/212.

Para a Catalunha merecem particular referência

DUFOURCO, Charles-Emmanuel e DALCHÉ, J. Gautier "Histoire économique et sociale de l'Espagne chrétienne au Moyen Age" Armand Colin, Paris, 1976.

VILAR, Pierre "La Catalogne dans l'Espagne moderne - Recherches sur les fondements économiques des structures nationales" vol. I, SEVEPEN, Paris, 1962.

Os portos de Barcelona e Valência têm os seus estudos, já considerados clássicos. Utilizaram-se

CARRÈRE, Claude "Barcelone. Centre économique à l'époque des difficultés (1380-1462)" 2 tomos, Mouton, Paris/Haia, 1967.

GUIRAL-HADZIIOSSIF, Jacqueline "Valencia, puerto mediterráneo en el siglo XV (1410-1525)" Edições Alfons El Magnànim - Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, València, 1989.

é, porém, grande a controvérsia acerca da evolução da economia do reino de Aragão e da Catalunha. Uma perspectiva dessa polémica em:

RUIZ DOMÉNEC, J. E. "La crisis económica de la Corona de Aragón" in: "Cuaderno de Historia" (anexos da revista "Historia" Madrid, 1977, pags. 71/117.

Acerca deste assunto, ainda:

DEL TREPPO, Mario "Els Mercaders Catalans I l'Expansió de la Corona Catalano-Aragonesa al segle XV" Curial Ed., Documents de Cultura, Barcelona, 1976.

RENOUARD, Yves "Les principaux aspects économiques et sociaux de l'histoire des pays de la couronne d'Aragon au XIIIe, XIIIe et XIVe siècles" in: "Études d'Histoire Médiévale" vol. II, Paris, 1968.

RIERA I VIADER, Sebastia "L'expansió comercial catalan a la Baixa Edat Mitjana" in: "Quaderns de Quaderns d'Historia Econòmica de Catalunya" separata do vol. XXI (Outubro de 1980) Ayuntamiento de Barcelona - Institut Municipal d'Histò-

ria, Barcelona.

RIU, Manuel "El Redreç del comerç català a l'Alta Edat Mitjana" in: "Cuadernos de Quaderns d'Historia Economica de Catalunya" separata do vol. XXI (Outubro de 1980) Ayuntamiento de Barcelona - Institut Municipal d'Historia, Barcelona.

Sevilha, porto estratégico na ligação do Mediterrâneo ao Mediterrâneo:

CHAUNU, Pierre "Séville et l'Atlantique" Paris, 1955/1959. Interessa, para o século XV, especialmente o vol. VIII/1 (1957).

Dado esta obra ser mais virada para o século XVI, consultou-se

CARANDE, Ramon "Sevilla, fortaleza y mercado" in: "Anuario de Historia del Derecho Espanol" tomo II, Madrid, 1925, pags. 233 e segts.

BALLESTEROS Y BERETTA, António "Sevilla en el siglo XIII" Madrid, 1913.

Sobre a economia norte-africana, apesar das fontes serem mais tardias:

GODINHO, Vitorino Magalhães "História Económica e Social da Expansão Portuguesa" Terra Editora, Lisboa, 1947.

Em Portugal, não havendo muitas publicações sobre portos e outras cidades do reinos, ao menos para o século XV, usaram-se, por motivos diferentes:

CRUZ, António "O Porto nas navegações e na expansão" edição do Ministério da Cultura, Lisboa, 2ª Ed., 1983.

GOMES, Rita Costa "A Guarda Medieval (1200-1500)" in: "Cadernos da Revista de História Económica e Social" nº 9-10, Sá da Costa, Lisboa, 1987.

PEREIRA, Fernando Jasmins "A ilha da Madeira no Período Henriquino, 1433-1460" separ. da "Revista do Ultramar" nº 3, 1961.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos "Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV" separ. da "Revista Municipal" nº 101/109, com prefácio de Marcelo Caetano, Lisboa, 1968.

5. Expansão europeia e portuguesa

Para esta questão, como obra essencial, abrangendo também outros assuntos

GODINHO, Vitorino Magalhães "Os Descobrimentos e a Economia Mundial" 4 vols., Presença, Lisboa, 1981/1983 (em especial o vol. I).

para as questões comerciais

LOPEZ, Robert "A Revolução Comercial da Idade Média (950-1350)" Ed. Presença, Lisboa, 1980.

ROOVER, Raymond de "The Commercial Revolution in the Thirteenth Century" in: "Enterprise and Secular Change" vol. II, Londres, 1953, pags. 80/85.

Sínteses referentes ao conjunto da Europa ou alguns reinos europeus

AZNAR VALLEJO, Eduardo "Las Islas Canarias en el proceso expansivo de Europa de los siglos XIV y XV: reflexiones sobre un período histórico" Lisboa, 1989, separ. de "Studia" nº 49.

BLAKE, John Williams "European in West Africa (1454-1578)" Longmans, Green & Co., Londres/N.Y./Toronto, 1937.

CHAUNU, Pierre "L'Expansion Européenne du XIIIe au XVe Siècle" PUF, Paris, 1969.

VERLINDEN, Charles "The Rise of Spanish Trade in the Middle Ages" in: "The Economic History Review" vol. X, nº 1, Londres, 1940.

Para o caso específico de Portugal

ALBUQUERQUE, Luís de "Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses" Europa-América, Lisboa, 3ª ed., 1983.

BOXER, Charles "O Império Colonial Português" Edições 70, Lisboa, 1969.

COELHO, António Borges "Raizes da Expansão Portuguesa" Prelo, Lisboa, 4ª ed., 1979.

GODINHO, Vitorino Magalhães "A Expansão Quatrocentista Portuguesa. Problemas das origens e da linha de evolução" Lisboa, 1944.

HEERS, Jacques "L'Expansion maritime portugaise à la fin du Moyen Age: la Méditerranée" separ. da "Revista da Faculdade de Letras" de Lisboa, tomo XXII, 2ª série, nº 2, 1956.

RUSSEL, Peter "O Infante D. Henrique e as Ilhas Canárias. Uma dimensão mal compreendida da biografia henriquina" Academia das Ciências de Lisboa, nova série, Fasc. V, 1979.

6. Conhecimento do mundo, circulação e rotas comerciais

Concepções e conhecimento do mundo:

GODINHO, Vitorino Magalhães "Os Descobrimentos: inovação e mudança nos séculos XV e XVI" in: "Revista de História Económica Social" nº 2 (Jul/Dez, 1978), Lisboa.

- "Entre Mito e Utopia: Os Descobrimentos, construção do espaço e invenção da humanidade nos séculos XV e XVI" in: "Revista de História Económica e Social" nº 12 (Jul/Dez, 1983), Lisboa.

LE GOFF, Jacques "A Civilização do Ocidente Medieval" 2 vols., Edições 70, Lisboa, 1984.

- "Le Temps du Travail dans la «crise» du XIVème siècle: du temps médiéval au temps moderne" in: "Pour une autre Moyen Age. Temps, travail et culture en Occident: 18 essais" Paris, 1977.

LADURIE, Emmanuel Le Roy "Montaillou. Cátaros e Católicos numa aldeia francesa (1294-1324)" Edições 70, Lisboa, s/d.

RANDLES, W.G.L. "De la Terre Plate au Globe Terrestre. Une mutation épistémologique rapide (1480-1520)" Paris, 1980.

Acerca da circulação em geral e as que diziam particularmente respeito a pessoas, notícias e informações

GIMENEZ SOLER, A. "Caballeros espanoles en Africa y Africanos en Espana" in: "Révue Historique" tomo XII, nº 42, 1905.

MARTINS, Mário "Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média" Brotéria, Lisboa, 2ª ed., 1957.

MATOS, Artur Teodoro "Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)" Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1980.

MELLO, Francisco de (Conde de Ficalho) "Viagens de Pero da Covilhã" Reprod. fac-simil. da ed. de 1898, IN-CM, Lisboa, 1988.

MORENO, Humberto Baquero "A acção dos Almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da Idade Média" Brasília Editora, Porto, 1979.

RENOUARD, Yves "Comment les papes d'Avignon expédiaient leur courrier" in: "études d'Histoire Médiéval" vol. II, Paris, 1968.

Sobre rotas comerciais. Para as terrestres

- ALMEIDA, C. A. Ferreira de "Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal" in: "A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica duante a Idade Média. Actas das I Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval" (Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972), vol. I, Lisboa, 1973.

DUFOURCO, Charles-Emmanuel "Les communications entre les royaumes chrétiens ibériques et les pays de l'Occident musulman dans les derniers siècles du Moyen Age" in: "Les communications dans la Péninsule Ibérique au Moyen Age. Actes du Colloque" Paris, 1981.

GODINHO, Vitorino Magalhães "O Mediterrâneo Saariano e as caravanas do ouro" São Paulo, 1956.

MORENO, Humberto Baquero "Linhas de comunicação em Trás-os-Montes no século XV" separ. "Boletim do Arquivo Distrital do Porto" vol. I, Porto, 1982.

RENOUARD, Yves "Pour des recherches sur les relations entre pays de la Méditerranée et pays de l'Atlantique au Moyen Age" separ. da "Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra" Coimbra, 1947.

SAAVEDRA, Eduardo "Via romana de Guadix a Malaga" in: "Boletim de la Real Academia de Historia" tomo 83, Cuad. I, Madrid, 1923.

Sobre rotas marítimas

ASHTOR, Eliyahu "Levant Trade in the Later Middle Ages" Princeton, New Jersey, 1983.

MELONI, G. "Contributo allo studio delle rotte e dei commerci mediterranei nel Basso Medioevo" in: "Medioevo - Saggi e Rassegna" nº 3, Cagliari, 1977.

7. Relações político-comerciais mediterrânicas e Portugal

Perspectivas globais, em especial das relações políticas

MACEDO, Jorge Borges de "História Diplomática Portuguesa - Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica" Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 1987.

MARQUES, A. H. Oliveira "As relações diplomáticas" in: "Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medie-

val" vol. I, Porto, 1987.

- Em relação a Barcelona e Mallorca

BARATA, Filipe Themudo "Comércio e navegação de Portugal com o Levante Peninsular (1280-1415). Subsídios para a história do comércio externo medieval português" Provas de Aptidão Científica, Universidade de Évora, 1987.

COSTA PAREDES, Maria de las Mercedes "Leonor de Portugal, Reina de Aragón (1347-1348)" in: Bracara Augusta" vol. XVIII/XIX, Braga, 1965.

DOUFOURQ, Charles-Emmanuelle "Aspects internationaux de Majorque" in: Mayurqa" vol. IX, Palma, 1974.

- "L'Espagne Catalane et le Maghrib aux XIIIe et XIVe siècles" Paris, 1966.

FONSECA, Luís Adão "O Porto nas rotas do Mediterrâneo Ocidental (vésperas da época moderna)" Separ. da "Revista de História" vol. III, Porto, 1982.

MITJA, Marina "Dificultades de la industria y comercio alemanes para abrirse passo en Barcelona hasta 1410" in: "Gezammelte Aufsätze zur Kulturgeschichte Spanniens" vol. 13, Munster, 1958.

MADURELL MARIMÓN, Jose Maria "Portugueses em Barcelona (1391-1441). Notas dispersas para su historia" in: "Bracara Augusta" vols. XVI/XVII, Braga, 1964.

MORENO, Humberto Baquero "Carta de D. Afonso V aos Conselheiros de Barcelona sobre o apresamento dum navio português" in: Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques" vol. III, série A, 1970.

- "Carta do Infante D. Pedro aos Conselheiros de Barcelona sobre a situação política portuguesa de 1438 a 1440" Lisboa, 1973, separ. de "Portugaliae Historica" vol. I.

SEVILLANO COLOM, Francisco "De Venecia a Flandres" in: "Boletín de la Sociedad Arqueologica Luliana" vol. XXXIII, Palma, 1968.

WATSON, W. B. "Catalans in the Markets of Northern Europe during the Fifteenth Century" in: "Nomenaje a Jaume Vicens

Vives" vol. II, Barcelona, 1967.

- Para València

FERRER NAVARRO, Ramon "Aportación al comercio valenciano en el año de 1393" in: "Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón" vol. IX, Saragoça, 1973.

- "La exportación valenciana en el siglo XIV" CSIC, Saragoça, 1977.

GUIRAL, Jacqueline "Les Relations du littoral valencien avec la Méditerranée et l'Atlantique au XVème siècle" in: "Anuario de Estudios Medievales" nº 14, Barcelona, 1984.

- "Les Relations commerciales du Royaume de Valence avec la Berbérie au XV ème siècle" in: "Mélanges de la Casa Velazquez" tomo X, Paris, 1974.

HINOJOSA MONTALVO, Jose "De Valencia a Portugal y Flandres. Relaciones durante la Edad Media" Separ. dos "Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval" Alicante, 1982.

- "Algunos aspectos del comercio valenciano en 1394" Separ. "Homenaje al Dr. D. Juan Reglà Campistol" vol. I, València, 1975.

- "Intercambios comerciales entre Portugal y Valencia a fines del siglo XV: El «Dret Portugoes»" in: "Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval" INIC-Centro de História da Univ. do vol. II, Porto, 1987, pags. 759/779.

LOPÉZ ELUM, Pedro "Contribución al estudio de las relaciones comerciales marítimas de Castellón de la Plana durante los años 1412 a 1418 y 1422" in: "Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón" vol. IX, CSIC, Saragoça, 1973.

MUNOZ POMER, Maria Rosa "Valencia y sus relaciones comerciales (Dret de la Mercaderia 1411)" in: "Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval" vol. II, INIC, Porto, 1987.

- Em relação a Génova em particular e Itália em geral

BYRNE, Eugene "Genoese Shipping in the Twelfth and Thirte-

enth Centuries" Cambridge/Mas., 1930.

CANESTRINI, Giuseppe "Intorno alle Relazioni Commerciali de' Fiorentini co' Portoghesi avanti e dopo la Scoperta del capo di Buona Speranza. Memoria" in: "Archivio Storico Italiano" tomo III, apêndice ao nº 13, Florença, 1840.

DEL TREPPO, Mario "Tra Genova e Catalogna. Considerazioni e Documenti (A chiusura del Congresso)" in: "Atti del 10 Congresso Storico Liguria - Catalogna" (1969), Bordighera, 1974.

HEERS, Jacques "Portugais et Génois au XVe siècle: la rivalité Atlantique-Méditerranéee" Lisboa, 1960, separ. das "Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros" vol. II, Lisboa, 1960.

LOPEZ, Robert S. "Majorcans and Genoese on the North Sea route in the Thirteenth Century" in: "Revue Belge de Philologie et d'Histoire" tomo 29, nº 4, 1951.

RAU, Virginia "Portugal e o Mediterrâneo no século XV - Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália" Lisboa, 1973.

- "Relações Diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V" in: "Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte - Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft" dir. Hans Flasche, vol. IV, Münster, 1964.

ROOVER, Raymond de "La Balance Commerciale entre les Pays-Bas et l'Italie au XVe siècle" in: "Revue Belge de Philologie et d'Histoire" tomo XXXVII, nº 2, Bruxelas, 1959.

WATSON, W. B. "The Florentin Gallery Trade with Flandes" in: "Revue Belge de Philologie et d'Histoire" tomo XXXIX, nº 4, Bruxelas, 1961.

- Relativamente às sociedades do Norte de Africa

DUFOURCO, Charles-émmanuel "Chrétiens et Musulmans durant les derniers siècles du Moyen Age" in: "La Peninsula Iberica y el Mediterráneo. El Centro-Occidental (siglos XII-XV). Actas del I Congresso Internacional de Historia Mediterránea" (Palma 17-22 de Dezembro de 1973), Barcelona/Roma, 1980.

- "Les Relations de la Péninsule Ibérique et de l'Afrique du Nord au XIVe siècle" in: "Anuario de Estudios Medievales" nº 7, Barcelona, 1970/71.

FARINHA, António Dias "Portugal e Marrocos no século XV" Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa, 3 vols., 1990.

GODINHO, Vitorino Magalhães "Les présides portugais au Maroc et la factorerie d'Andalousie" in: "Homenaje a Jaume Vicens Vives" vol. II, Barcelona, 1967.

- Para Castela

FONSECA, Luís Adão "La época de Enrique IV de Castilla y Juan II de Aragón" in: "Historia General de España y América" t. 5, cap. 7 Madrid, 1982.

SUAREZ FERNANDEZ, Luis "Navegación y Comercio en el Golfo de Vizcaya. Un estudio sobre la política marinera de la Casa de Trastámara" CSIC, Madrid, 1959.

- "Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Henrique (1393/1460)" CSIC, Madrid, 1960.

- Outras regiões, nomeadamente do Norte da Europa

FREIRE, Anselmo Braamcamp "Maria Brandoa - a do Crisfal; II - A feitoria da Flandres" in: "Arquivo Historico Portuguez" vol. IV, Lisboa, 1908.

MARQUES, A. H. Oliveira "Notas para a História da Feitoria da Portuguesa da Flandres" in: "Studi in Onore de Amintore Fanfani" tomo I, Milão, 1962.

MAURÍCIO, Domingos "O Infante D. Pedro na Austria-Hungria" Lisboa, 1959.

SHILLINGTON, Violet e CHAPMAN, Annie "The Commercial Relations of England and Portugal" Londres, 1907.

VANDEN BUSSCHE, émile "Flandre et Portugal. Mémoires sur les relations qui existèrent autrefois entre les Flamands de Flandre - particulièrement ceux de Bruges - et les Portugais" Bruges, 1874.

VITERBO, Sousa "D. Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha" in: "Arquivo Historico Portuguez" III, Lisboa, 1905.

8. O Mercado do Mediterrâneo e a posição portuguesa

Aspectos Gerais

RAU, Virginia "Feiras medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo" Ed. Presença, Lisboa, 1982.

SAMPAYO, Luiz Teixeira de "Antes de Ceuta" separ. do "Arquivo de História e Bibliografia" vol. I, Coimbra, 1923.

SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio "Estampas de la vida en Leon durante el siglo X" Madrid, 1926.

Produtos e Mercado

CASTELO-BRANCO, Fernando "A exportação de vinho durante a Primeira Dinastia" Lisboa, 1963.

CUNHA, Rosalina Silva "Subsídios para a história da conservação do Peixe em Portugal do século XIII ao XVI" Coimbra, 1972.

FERREIRA, Ana Maria Pereira "A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)" IN-CM, Lisboa, 1983.

GUAL CAMARENA, Miguel "Para un mapa de la industria textil hispana en la Edad Media" in: "Anuario de Estudios Medievales" nº 4, Barcelona, 1967, pags. 109-160.

IRIA, Alberto "O vinho no Algarve Medieval" Porto, 1983.

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda "Memórias sobre as Pescarias de Portugal" in: "Jornal de Coimbra" vol. II, Lisboa, 1812.

MADURELL MARIMÓN, Jose Maria "El arte de la Seda entre judios y conversos" in: "Sefarad" ano XXV, fasc. 2, 1965, Madrid/Barcelona.

MARQUES, A. H. de Oliveira "Introdução à História da Agricultura em Portugal" Edições Cosmos, Lisboa, 2ª ed., 1968.

- "A Pragmática de 1340" in: "Ensaios da História Medieval Portuguesa" Vega, Lisboa, 2ª ed., 1980.

- "A Sociedade Medieval Portuguesa" Sá da Costa, Lisboa, 3ª ed., 1974.

MIGUEL, Carlos de Sousa "Açúcar" in: "Dicionário de História de Portugal" Lisboa, 1979.

MIGUEL Y BADIA, Francisco "De algunas industrias de Espana y de la conveniencia de estudiarlas para imprimir originalidad y caracter proprio a los productos de la industria espanola contemporánea" in: "Memorias de la Real Academia de Ciencias y Artes de Barcelona" tomo I, Barcelona, 1892/1900.

RAU, Virgínia "Estudos sobre a História do Sal Português" Presença, Lisboa, 1984

RENOUARD, Yves "Vignobles et vins" in: "Études d'Histoire Médiévale" vol. I, Paris, 1968.

- "Le Grand Commerce du vin au Moyen Age" in: "Études d'Histoire Médiévale" vol. I, Paris, 1968.

- "Un sujet de recherches: l'exportation de chevaux de la péninsule Ibérique en France et en Angleterre au Moyen Age" in: "Études d'Histoire Médiévale" vol. II, Paris, 1968.

RIERA I VIADER, Sebastià "El proveiment de cereals a la ciutat de Barcelona durant al «mal any primer» (1333): la intervenció del Consell de Cent i de la Corona" in: "Actes del II Congrés d'Historia Urbana del Pla de Barcelona" (5-7 de Dezembro de 1985), Barcelona.

SAYOUS, André E. "Un marché de valeurs au XIIIe siècle: la «compere salis» de Gênes" in: "Annales d'histoire économique et sociale" IV, 1932.

VERLINDEN, Charles "Draps des Pays-Bas et du Nord-Ouest de l'Europe au Portugal auXVe siècle" in: "Anuario de Estudios Medievales" nº 1, Barcelona, 1966.

VITERBO, Sousa "O monopólio da cortiça no século XV" in: "Arquivo Histórico Português" vol. II, Lisboa, 1904.

- "A pesca do coral no século XV" in: "Arquivo Historico Portuguez" vol. I, Lisboa, 1903.

Escravos

Inclui-se a bibliografia referente a cativos e à actividade económica gerada em torno da sua redenção

CÓRTEZ, Vicenta "Valência y su comercio de esclavos en el siglo XV" in: "Actas do Colóquio Internacional sobre as razões que levaram a Península Ibérica a iniciar no século XV a expansão mundial" Lisboa, 1983.

FEJIC, Nenad "Notes sur la traite des esclaves de Bosnie a Barcelone au Moyen Age" in: "Estudios Historicos y Documentos de los Archivos de Protocolos" X, Barcelona, 1982.

FRANCO SILVA, Alfonso "La esclavitud en Andalucía a fines de la Edad Media: Problemas metodologicos y perspectivas de investigación" in: "Actas do Colóquio Internacional sobre as razões que levaram a Península Ibérica a iniciar no século XV a expansão mundial" Lisboa, 1983.

GIOFFRÉ, Domenico "Il mercato degli schiavi a Genova nel secolo XV" Génova, 1971.

HEERS, Jacques "Escravos e servidão doméstica na Idade Média no mundo mediterrânico" Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983.

HELENO, Manuel "Os escravos em Portugal" Lisboa, 1933.

LISBOA, Fr. Marcos de "Chronicas da Ordem dos Frades menores do Seraphico Padre San Francisco" Tomo I, Lisboa, 1615.

MADURELL MARIMÓN, Jose Maria "Los seguros de vida de esclavos en Bracelona (1453-1523)" CSIC, Madrid, 1955.

MARCOS, Frei (Bispo do Porto) "Las tres partes de las chronicas antiguas de la Orden de los Frayles Menores de Nuestro Seraphico Padre San Francisco" 2 tomos (vol. I) Salamanca, 1626, pags. 282/300.

PISTARINO, Geo "Tra liberi e Schiave a Genova nel s. XV" in: "Anuario de Estudios Medievales" nº 1, Barcelona, 1964.

PUYOL, Julio "Dos Documentos Segovianos referentes a la redención de Cautivos" in: "Boletín de la Real Academia de Historia" tomo LXXXIV, Cuad. 5, Madrid, 1924.

RIBEIRO, Vitor "A vida lisboeta nos séculos XV e XVI - pequenos quadros documentados - Peditórios e Pedintes" in: "Arquivo Historico Portuguez" vol. VIII, Lisboa, 1911, pags. 308/337.

SANCHO I MARTINEZ, Diego "La esclavitud en Barcelona en los umbrales de la Edad Moderna" in: "Estudios Historicos y Documentos de los Archivos de Protocolos" VII, Barcelona, 1979.

SEVILLANO COLOM, Francisco "Demografia y esclavos del siglo XV in Mallorca" in: "Boletín de la Sociedad Arqueologica Luliana" ano 89, Palma, 1973, pags. 160/197.

TINHORÃO, João Ramos "Os Negros em Portugal. Uma presença silenciosa" Ed. Caminho, Lisboa, 1988.

VERLINDEN, Charles "L'Esclavage dans la Péninsule Ibérique au XIVe siècle" in: "Anuario de Estudios Medievales" nº 7, Barcelona, 1970/1971.

- "L'Esclavage dans l'Europe Médiévale. Péninsule Ibérique-France" tomo I, Bruges, 1955.

- "L'Esclavage dans un quartier de Palerme. Aspects quantitatifs" in: "Studi in Memoria di Federigo Melis" vol. 3, Roma, 1973.

- "L'Esclavage noir en France Méridionale et courant de traite en Afrique" in: "Annales du Midi" tomo 78, nº 76 (Janeiro de 1966), Toulouse, pags. 1/343.

Estrutura do mercado

Sobre preços, intermediação dos negócios, pesos e medidas

BARREIRO, Fortunato José "Memória sobre os pesos e medidas de Portugal, Espanha, Inglaterra, e França que se empregão nos trabalhos do Corpo de Engenheiros e da Arma de Artilharia" in: "Memórias Económicas da Academia" tomo V, Lisboa, 1815.

DAY, John "Prix agricoles en Méditerranée à la fin du XIVE siècle (1382)" in: "Annales - économies, Sociétés, Civilizations" Jul/Ago, 1961, Paris.

HAMILTON, Earl J. "Money, Prices and Wages in Valencia, Aragon, and Navarre, 1351 - 1500" Cambridge/Massachusetts, 1936.

HEERS, Jacques "Le Livre de Comptes de Giovanni Piccamiglio, homme d'affaires génois, 1456-1459" Paris, 1959.

MARQUES, A. H. Oliveira "Navegação Prussiana para Portugal nos princípios do século XV" in: "Ensaio de História Medieval Portuguesa" Vega, Lisboa, 2ª ed., 1980.

- "Pesos e Medidas" in: "Dicionário de História de Portugal" vol. V, Lisboa, 1979.

"Pesos, Medidas y Monedas" edição da Direcção General de Agricultura, 2ª edição, s/d.

RENOUARD, Yves "Vignobles et vins (Recherches complémentaires sur la capacité du tonneau bordelais au Moyen Age" in: "études d'Histoire Médiéval" vol. I, Paris, 1968.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e "A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média" INIC, Lisboa, 1990.

TRIGOZO, Sebastião Francisco de Mendo "Memória sobre os Pesos e Medidas Portuguezas e sobre a introdução do Systema Metro-decimal" in: "Memórias Económicas da Academia" tomo V, Lisboa, 1815.

VALDEZ, Luiz Travasso "Notícia sobre os Pesos, Medidas e Moedas de Portugal e suas Possessões Ultramarinas e do Brazil comparando os Antigos Systemas com o Systema Metrico Decimal" in: "Memórias Económicas da Academia" tomo V, Lisboa, 1815.

VASCONCELOS, José Leite de "Etnografia Portuguesa" vol. V, ed. fac-similada, Lisboa, 1982.

WOLFF, Philippe "Réflexions sur l'histoire des prix dans la péninsule ibérique aux XIV et XV ème siècle" in: "Studi in Memoria di Federigo Melis" vol 39, Roma, 1978.

9. Navios e marinha

Vários artigos de

"Le Navire et l'économie maritime du Moyen Age au XVIIIe siècle, principalement en Méditerranée. Travaux du Deuxième Colloque International d'Histoire Maritime" (17 e 18 Maio de 1957) dir. de Michel Mollat, SEVPEN, Paris, 1958.

Sobre navios, em Portugal e na Europa

CASAS HOMS, J. M. "Galeres Catalanes Trecentistes. Enrolament de llurs tripulacions" in: "Quaderns de Historia Economica de Catalunya" VII, Barcelona, 1972.

CATEURA BENNASSER, Pablo "Las «averies» de una coca de Sancho de Mallorca (1321)" in: "Bolletí de la Societat Arqueologica Luliana" ano 99, tomo 39, Palma, 1982.

CIPOLLA, Carlo M. "Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)" Ed. Gradiva, Lisboa, 1989.

COLL JULIA, N. "Aportaciones al estudio de los patrones y de la propiedad de las naves en Catalunya en la Baja Edad Media" in: "Homenaje a Jaime Vicens Vives" vol. I, Barcelona, 1965.

FONSECA, Henrique Quirino da "A Caravela Portuguesa e a prioridade técnica das navegações henriquinas" Coimbra, 1934.

- "Memórias de Arqueologia Naval Portuguesa" in: "Anais do Clube Militar Naval" tomo 46, nº 1-6, Lisboa, 1915.

- "Os portugueses e o mar. Memórias Históricas e Arqueológicas das naus de Portugal" Lisboa, ed. fac-similada da 2ª ed., s/d.

MELIS, Federigo "La situazione della marina mercantile all' inizio dell'epoca arricchina: fattori tecnici ed economici di sviluppo" Lisboa, 1961, separ. das "Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos" vol. V.

MENDONÇA, Henrique Lopes de "Estudos sobre navios portuque-

ses nos séculos XV e XVI" in: "Centenário do Descobrimento da América. Memórias da Comissão Portuguesa" Lisboa, 1892.

MUSSO, Giangiacomo "Armamento e navigazione a Genova tra il Tre e Quattrocento (apunti e documenti)" separ. de "Miscelanea Storica Ligure" ano III, nova série, tomo II, nº 1, pags. 7/77, Génova, 1973.

OLIVEIRA, João Brás de "Os navios das descobertas" Lisboa, 2ª ed., 1940.

Comércio, navegação e infraestruturas marítimas

AZNAR VALLEJO "Navegación Oceanica y Expansion Comercial" in: "Actas das III Jornadas hispano-portuguesas de Historia medieval. La Peninsula Iberica en la era de los Descubrimientos. 1391-1492" no prelo.

BERNARD, Jacques "Les expédients du commerce anglo-gascon après la conquête française: ventes réelles et fictives de navires" in: "Annales du Midi - Hommage a Yves Renouard (1908-1965)" tomo 78, Toulouse, 1966.

CATEURA BENASSER, Pablo "Navegacion y comercio a fines del siglo XIV: el leno ibicenco Santa Catalina" in: "Bolleti de la Societat Arqueologica Luliana" ano 99, tomo 39, Palma, 1983.

CUNHA, Rosalina da Silva "Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra na 1ª Dinastia" separ. da "Revista da Faculdade de Letras" tomo XX, 2ª série, nº 1, Lisboa, 1954.

ESPINOSA, Fernanda "Da actividade marítima portuguesa na primeira dinastia" in: "Escritos Históricos" Porto, 1972.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa "Dos registres de l'«Officium Maris» de Genova" in: "Atti del I Congresso Storico Liguria-Catalogna" Bordighera, 1974.

FILGUEIRAS, Octávio Lixa "Remanescentes de formas de navegar pré-romanas em uso no Noroeste Peninsular" separ. das "Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia" Porto, 1974.

GARCIA I SANZ, Arcadi "El Llibre del Consolat i la Historia Medieval del Dret Maritim Català" Barcelona, 1983.

MOTA, Avelino Teixeira da "A arte de navegar no Mediterrâneo nos séculos XIII-XVII e a criação da navegação astronómica no Atlântico e indico" Lisboa, 1957 separ. dos "Anais do Clube Militar Naval" Jul-Set de 1957.

S. LUIS, D. Francisco (Cardeal Saraiva) "Memória em que se coligem algumas notícias sobre os progressos da Marinha Portuguesa até aos princípios do século XVI" in: "Obras Completas" tomo V, Lisboa, 1875.

10. O Corso

A importância que o corso teve, para Portugal, no século XV, merece uma referência à parte. Da bibliografia estrangeira consultou-se

AZCARRAGA Y DE BUSTAMENTE, José Luis de "El Corso Marítimo" Instituto Francisco Vitoria - CSIC, Madrid, 1950.

COLL JULIA, N. "Aspectos del corso catalan y del comercio internacional en el siglo XV" in: "Estudios de Historia Moderna" vol. IV, Barcelona, 1954, pags. 157/188.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa "Els corsaris castellans i la campanya de Pero Nino al Mediterrani. Documents sobre «El Victorial»" separ. do "Anuario de Estudios Medievales" 5, Instituto de Historia Medieval de Espana, Barcelona, 1968.

GOSSE, P. "The History of Piracy" N.Y. - Londres - Toronto, 1932.

MOLLAT, Michel "Le Commerce Maritime Normand a la fin du Moyen Age" Plon, paris, 1952.

- "Course et Piraterie à la fin du Moyen Age: aspects économique et sociaux. Positions du problème" in: "HansischeGeschichtblätter" vol. 90, 1972.

UNALI, Anna "Mariners pirates i corsaris catalans a l'època medieval" Ed. de la Magrana, Institut Municipal d'Història, Barcelona, 1986.

Para Portugal, foram fundamentais duas obras

ALBUQUERQUE, Ruy de "As Represálias - Estudo da História do Direito Português (século XV/XVI)" vol. I e II (tomo I), Lisboa, 1972.

FONSECA, Luis Adão "Navegación y Corso en el Mediterráneo Occidental - Los Portugueses a mediados del siglo XV" Cuadernos de Trabajos de Historia - Universidade de Navarra, Pamplona, 1978.

Outras obras e artigos dedicados ao tema

BRAUNSTEIN, Philippe "La capture d'une coque vénitienne sur la route de Flandre au début du XVe siècle" in: "Horizons Marins, Itinéraires Spirituels (Ve - XVIIIe siècles). II - Marins, Navires et Affaires" Publ. de la Sorbonne, Paris, 1987, pags. 123/135.

FERREIRA, Ana Maria Pereira "O essencial sobre o corso e a pirataria" IN-CM, Lisboa, 1985.

FERREIRA, Maria Emilia Cordeiro "Pirataria" in: "Dicionário de História de Portugal" vol. IV, Pags. 397/401.

NUNES, Eduardo "Guerra Santa - Santa «Pirataria»: um caso português de 1455" separ. de "Brotéria" vol. XC, Lisboa, 1970.

PAVIOT, Jacques "La piraterie bourguignonne en mer Noire à la moitié du XVe siècle" in: "Horizons Marins, Itinéraires Spirituels (Ve - XVIIIe siècles). II - Marins, Navires et Affaires" Publ. de la Sorbonne, Paris, 1987, pags. 203/214.

TINTÓ, M. "Un genoves intervieni en actos de pirateria en el Mediterraneo durante el reinado de Fernando I" in: "Atti del I Congresso Storico Liguria - Catalogna" Bordighera, 1974, pags. 397/401.

11. Mercadores

Sobre cultura e formação dos mercadores

ALBUQUERQUE, Luis de "Sobre o conhecimento de Galileu e de

Copérnico em Portugal no século XVII" in: "Para a História da Ciência em Portugal" Livros Horizonte, Lisboa, 1973.

FANFANI, Amintore "La préparation intellectuelle et professionnelle à l'activité économique, en Italie, du XIVème au XVIème siècle" in: "Le Moyen Age" tomo LVII, nº 334, Bruxelas, 1951.

KRUS, Luís "A vivência medieval do tempo" in: "Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques" Ed., Estampa, vol. I, (Sécs. X-XV), Lisboa, 1982.

LE GOFF, Jacques "Mercadores e Banqueiros da Idade Média" Gradiva, Lisboa, 1982.

SAPORI, Armando "The Culture of the Medieval Italian Merchant" in: "Enterprise and Secular Change" vol. II, Londres, 1953.

Para Portugal, acerca das pessoas, das casas e das actividades dos mercadores do reino que se dedicavam ao comércio externo viu-se

CHORÃO, Maria José Bigotte "A confraria de Santa Catarina de Monte Sinai - De Ribamar a Lisboa. Dos Letrados aos Livreiros" in: "Memórias" edição do A.N.T.T., nº 1, Lisboa, 1989.

COELHO, António Borges "A Revolução de 1383" Seara Nova, Lisboa, 3ª ed., 1977.

COELHO, Maria H. da Cruz e MAGALHÃES, J. Romero de "O poder concelhio: das origens às cortes constituintes - Notas de história social" Coimbra, 1980.

CORTESÃO, Jaime "Os Factores Democráticos na Formação de Portugal" Livros Horizonte, Lisboa, 1974.

CUNHA, Mafalda Soares da "Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)" edição da Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1990.

DORNELLAS, Afonso de "Os Almadas na História de Portugal" Lisboa, 1942 separ. da revista "Independência" tomo II.

FREIRE, Anselmo Braamcamp "Brasões da Sala de Sintra" vol. I, Lisboa, 1973.

MORENO, Humberto Baquero "A Batalha de Alfarrobeira - Antecedentes e significado Histórico" Lourenço Marques, 1973.

RAU, Virgínia "Os Brandões do Porto - Uma fortuna no século XV" Porto, 1959, separ. do "Boletim Cultural" da Camara Municipal do Porto, vol. XXII.

SÉRGIO, António "Breve interpretação de História de Portugal" Sá da Costa, Lisboa, 4ª ed., 1975.

SOUSA, João Silva de "A Casa Senhorial do Infante D. Henrique" Livros Horizonte, Lisboa, 1991

VILAR, Hermínia V. e BARATA, Filipe Themudo "A casa e o navio: o confronto de dois espaços do quotidiano dos mercadores da Baixa Idade Média" actas do congresso "O Quotidiano na História Portuguesa" (Lisboa, Abril de 1993), no prelo.

- "Os protegidos de Mercúrio: em torno de famílias e fortunas de mercadores no Portugal medieval" in: Actas de "A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares" vol. II, Lisboa, 1993.

Relativamente a catalães em Portugal na época de D. Dinis

COELHO, Maria Helena Cruz e VENTURA, Leontina "Vataça - uma dona na vida e na morte" in: "Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval" vol. I, Porto, 1987.

LOPES, F. Félix "Duas cartas inéditas da Rainha Santa Isabel" in: "Revista de História" tomo XIII, Coimbra, 1971.

NEMÉSIO, Vitorino "Isabel de Aragón, la Reina Santa de Portugal" Barcelona, s/d.

NUNES, Joaquim "Legenda de S. Isabel de Portugal" in: "Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa" nº 13, Lisboa, 1921.

SAN VICENTE, Angel "Isabel de Aragón, Reina de Portugal" Saragoça, 1971.

VASCONCELOS, António G. R. "Evolução do culto de D. Isabel de Aragão, esposa do rei Lavrador Dom Dinis de Portugal" 2 vols., Lisboa, 1804.

Sobre portugueses e comunidade portuguesas no exterior

COSTA, Antonio Domingues de Sousa "Estudantes Portugueses na Reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na Primeira Metade do século XV" in: "Arquivos de História da Cultura Portuguesa" vol. III, nº 1, Lisboa, 1969.

- "Mestre André Dias de Escobar, Figura Ecuménica do Século XV" in: "Estudos e Textos de Idade Média" nº 2, Roma/Porto, 1967.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa "Documents sobre el consolat de castellans a Catalunya i Balears" in: "Anuario de Estudios Medievales" nº 1, Barcelona, 1964.

FONSECA, Luís Adão "O Condestável D. Pedro de Portugal" INIC, Porto, 1982.

MORENO, Humberto Baquero "Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo" in: "Revista das Ciências do Homem" Univ. de Lourenço Marques, vol. III, nº 1, série A, 1970.

NUNES, Eduardo Borges "Dom Frey Gomez. 1420-1440" vol. I, Braga, 1963.

PILES ROS, Leopoldo "Apuntes para la Historia Economico-Social de Valencia durante el siglo XV" Valência, 1969.

Muitos elementos foram colhidos em estudos relativos a estrangeiros e às suas comunidades em Portugal e na Península Ibérica

DAMAS, Maria Judite "Italianos em Portugal" Faculdade de Letras de Lisboa, Tese de Licenciatura, 1971.

MELIS, Federigo "Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo, nel XV secolo" in: "Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel" ("Actas do Colóquio Internacional de História Económica e Social" vol. I, Colónia/Viena, 1970.

PERAGALLO, Prospero "Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV, XVI" Génova, 1907.

RAU, Virginia "Bartolomeo di Iacopo di Ser Vanni mercador-

banqueiro florentino «estante» em Lisboa nos meados do século XV" in: "Do Tempo e da História" vol. IV, Lisboa, 1971.

- "Italianismo na cultura jurídica portuguesa no século XV" separ. da "Revista Portuguesa de História" tomo XII, Coimbra, 1969.

- "Privilégios e Legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)" in: "Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel" ("Actas do Colóquio Internacional de História Económica e Social" vol. I, Colónia/Viena, 1970.

- "Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini" Lisboa, 1956, separ. da "Revista da Faculdade de Letras" de Lisboa, tomo XXII, 2ª série, nº 2, 1956.

RENOUARD, Yves "Un français du sud-ouest évêque de Lisbonne au XIVe siècle: Thibaud de Castillon (1348-1356) - sa fortune, ses placements et ses relations avec les hommes d'affaires de son temps" Coimbra, 1959, separ. de "Bulletin des études Portugaises."

ROSARIO, Morais do "Genoveses na História de Portugal" Lisboa, 1977.

TRINDADE, Maria José "Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal pendant le Moyen Age" in: "Estudos de História Medieval" Faculdade de Letras de Lisboa/Coop. Ed. História Crítica, Lisboa, 1981.

VERLINDEN, Charles "Quelques Types de Marchands Italiens et Flamands dans la Péninsule et dans les premières colonies Ibériques au XVe siècle" in: "Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel" dir. Hermann Kellenbenz, vol. 1, Börlau Verlag, Colónia/Viena, 1970.

Sobre os judeus portugueses

TAVARES, Maria José Ferro "O crescimento económico e o antijudaísmo no Portugal Medieval" in: "Actas das III Jornadas hispano-portuguesas de História Medieval. La Península Iberica en la era de los Descubrimientos. 1391-1492" (Dezembro de 1992) no prelo.

- "Os Judeus em Portugal no século XIV" Guimarães Ed., Lisboa, 1979.

- "Os Judeus em Portugal no século XV" vol. I, Fac. Ciências Sociais e Humanas (Univ. Nova de Lisboa), Lisboa, 1982 e vol. II, INIC, Lisboa, 1984.

12. Técnicas comerciais

Doutrina

Para os condicionalismos doutrinários da vida económica medieval

GILLARD, Lucien "Nicole Oresme, économiste" in: "Revue Historique" nº 279, Paris, 1988.

HERNANDO, Josep "El problema del crédito i la Moral a Catalunya" in: "Acta/Mediaevalia" ("Annexos d'Història Medieval. Annex I - La Societat Barcelonina a la Baixa Edat Mitjana") Barcelona, 1982-1983.

IBANES, Jean "La doctrine de l'église et les réalités économiques au XIIIe siècle" Paris, 1967.

TOZZI, Glauco "S. Tommaso: sul commercio e sul credito" in: "Studi in Onore di Amintore Fanfani" vol II, Milão, 1962.

Uma interessante leitura jurídico-antropológica em

CLAVERO, Bartolomé "Antidora. Antropologia católica de la economía moderna" Giuffrè Editore, Milão, 1991.

Sobre este tema, nomeadamente em Portugal usou-se

AMZALAK, Moses Bensabat "Anciens économistes portugais - Du Moyen-Âge au XVIIIe siècle" in: "Bulletin des études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal" tomo 7, fasc. especial nº 1 (Junho/1940), pags. 154/176.

- "D. Alvaro Pais e o pensamento económico em Portugal na Idade Média" Lisboa, 1954.

- "O pensamento económico em Portugal na Idade Média" Lisboa, 1958.

Para as relações entre o mundo cristão e o mundo muçulmano:

LAVAJO, Joaquim Chorão "Um confronto metodológico no diálogo islamo-cristão medieval. Raimundo Marti e Raimundo Lulo" Publ. da «Universidade de Évora» - Estudos Arabes, nº 2, 1983, separ. da "Revista de História das Ideias" vol. III, 1981.

Aspectos gerais

ROOVER, Raymons de "The Organization of Trade" in: "The Cambridge Economic History of Europe" vol. III ("Economic Organization and Policies in the Middle Age"), N.Y., Reimp. de 1979, Cap. II, pags. 42/118.

SAPORI, A. "Le Marchand Italien au Moyen Age" Paris, 1952.

SAYOUS, André E. "Els Mètodes Comercials a la Barcelona Medieval" com estudo introdutório de A. Garcia Sanz e G. Feliu i Montfort, Ed. Base, Barcelona, 1975.

SAYOUS, André E. e COMBES, Jean "Les Commerçants et Capitalistes de Montpellier aux XIIIe et XIVe siècles" in: "Revue Historique" ano 65, tomo CLXXXVII/IX (Jul/Dez), Paris, 1940.

Sociedades

"Código Comercial - Anotado" edição de Abílio Neto e Carlos Moreno, Lisboa, 4ª ed., 1978.

COLL JULIA, N. "Companias mercantiles barcelonesas del siglo XV y su estrato familiar" in: "Estudios Historicos y Documentos de los Archivos de Protocolos" IX (1981), Barcelona, pags. 27/104.

GARCIA I SANZ, Arcadio e MADURELL MARIMON, Josep Maria "Societats Mercantils Medievalls a Barcelona" 2 volumes,

Fundació Noguera, Barcelona, 1986.

LOPEZ, Robert "En 1343: une société génoise pour le commerce eurasiatique" in: "Horizons Marins, Itinéraires Spirituels (Ve-XVIIe siècles)" vol. II, Paris, 1987.

MACEDO, Jorge Borges "Companhias Comerciais" in: "Dicionário de História de Portugal" vol. II, Inicitivas Ed., Porto, 1979.

MADURELL MARIMON, Josep Maria e GARCIA I SANZ, Arcadi "Comandas Comerciales Barcelonesas de la Baja Edad Media" apresentação de R. Noguera Guzmán, CSIC, Colégio Notarial de Barcelona, Barcelona, 1973.

MARTINS, J. P. Oliveira "Os Filhos de D. João I" Guimarães Ed., Lisboa, 1973.

MELIS, Federigo "Aspetti della vita economica Medievale (Studi nell'Archivio Dattini di Prato)" Monte dei Paschi di Siena, Siena, 1962.

RAU, Virginia e DIFFIE, Bailey "Alleged Fifteenth-century Portuguese Joint-stock companies and the Articles of Drâ Fittler" in: "Bulletin of the Institute of Historical Research" vol. XXVI, nº 74 (Nov./1953), Universidade de Londres.

ROOVER, Raymond de "Lorenzo il Magnifico e il Banco de'Medici" in: "Archivio Storico Italiano" ano 107 (1948/49), Florença, 1950.

UDOVITCH, Abraham L. "Partnership and Profit in Medieval Islam" Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1970.

Banca, crédito e investimentos

Acerca da formação e actividade da banca europeia

MURÉ, Giuseppe "Note sulla gestione e sul fallimento della Compagnia mercantile dei Peruzzi" in: "Studi in Memoria di Federigo Melis" vol. II, Roma, 1978.

RENOUARD, Yves "Les Hommes d'Affaires Italiens du Moyen Age" Armand Colin, Paris, 1968.

ROOVER, Raymond de "Money, Banking and Credit in Mediaeval Bruges" Cambridge, 1948.

SAYOUS, André E. "Une caisse de dépôt: la «Table des Changes» de Valence (1407 et 1418)" in: "Annales d'Histoire économique et Sociale" nº 26, Paris, 1934.

SIEVEKING, H. "Studio sulle finanze genovesi nel Mediovo e in particolare sulla Casa di San Giorgio" Génova, 1906.

Para Portugal, incluindo os fundos financeiros provenientes da Igreja e "públicos":

CASTRO, Manuel Mendes "Repertorio das Ordenações do Reyno de Portugal novamente Reccopiladas. Com as Remissões dos Doutores do Reyn, que as declarão, e concordia das Leis de partida de Castella" Lisboa, 1604.

COSTA, Francisco Carreiro da "O Monte da Piedade, do Nordeste (A história de um antigo organismo regulador de cereais, na Ilha de S. Miguel" S. Miguel/Açores, 1945.

FRAGOSO, R. P. Baptista "Regiminis Reipublicae Christianae, ex sacra Theologia, et ex utroque jure, ad utrumque forum coalescentis" vol. I, Colónia, 1737.

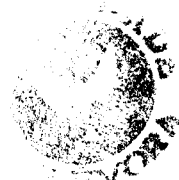
GONÇALVES, Iria "Empréstimo, ou Empréstido" in: "Dicionário de História de Portugal" vol. II, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1979.

- "As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV" in: "Documentos e Memórias para a História do Porto" XLV, Porto, 1987.

- "Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média" Lisboa, 1964, separ. de "Ciência e Técnica Fiscal" nº 52/54 e 56/57, Lisboa, 1963.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Sousa "Tractado Pratico Compendiario dos Censos" Lisboa, 1815.

LOPEZ YEPES, José e SAGREDO FERNANDEZ, Félix "Las arcas de Limosnas del Conde de Haro y las instituciones de préstamo benéfico (siglos XV-XVI)" in: "A Pobreza e a Assistênciã aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas da Iª Jornadas Lusco-Espanholas de História Medieval" (Setembro de 1972), tomo II, Lisboa, 1973, pags. 547/574.



MARIA, Fr. Domingos de Jesus "Monte de Piedade e concórdia Espiritual" Lisboa, 1647.

MARQUES, A. H. de Oliveira "Fazenda Pública - Na Idade Média" in: "Dicionário de História de Portugal" vol. II, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1979.

MARQUES, José "O testamento de D. Fernando Guerra" Braga, 1979, separ. de "Bracara Augusta" tomo XXXIII, fasc. 75/76, 1979.

PEREIRA, Alvaro Ramos "Sobre o Processo Histórico do Crédito e da Banca" separ do vol. 139 da revista "O Instituto", Lisboa, 1979.

SOARES, Rodrigo de Moraes "Celeiros Comuns" in: "Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria" 1º semestre, Lisboa, 1885.

Sobre as questões ligadas ao crédito e à história financeira, ainda para Portugal, consultou-se:

AMZALAK, Moses Bensabat "As Livranças na Idade Média" Separ. do "Boletim da Academia das Ciências de Lisboa" Vol. XXXVI, 1964, pags. 271/277.

COSTA, Mário Júlio de Almeida "Raizes do Censo Consignativo. Para a história do crédito medieval português" Atlântida, Coimbra, 1961.

DURAND, Robert "Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XIIe et XIIIe siècles" Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, Paris, 1982.

Sobre o mesmo tema para o conjunto da Europa, viu-se

LÉVY, J-Ph. "Un palliatif à la prohibition de l'usure: le "contractus trinus" ou "triple" in: "Revue Historique de Droit Français et étranger" 4ª série, nº 3/4, 1939.

SIVÉRY, Girard "Mouvements des capitaux et taux d'intérêt en Occident au XIII siècle" "Annales - économies, Sociétés et Civilizations" nº 1, 1983.

Câmbios e moeda

Os negócios em torno dos câmbios estava obviamente ligado às questões monetárias. Para uma visão global dos problemas dos câmbios, moedas e movimento de capitais à escala europeia, foi indispensável

SPUFFORD, Peter "Dinero y moneda en la Europa medieval" Editorial Critica, Barcelona, 1991.

Acerca das moedas de reinos e cidades com as quais Portugal se relacionava ou sobre aspectos globais da história monetária e financeira, câmbios, etc.:

BOTET I SISÓ, Joaquin "Les Monedes Catalanes" vol. III, Barcelona, 1916.

COLL JULIA, N. "Una letra de cambio y su recambio originales de 1461; transferencia de la segunda" in: "Estudios Historicos y Documentos de los Archivos de Protocolos" IV (1974), Barcelona.

CONDE Y DELGADO, Rafael "Seis letras de cambio cuatrocen-
tista giradas contra Barcelona" in: "Estudios Historicos y Documentos de los Archivos de Protocolos" V (1977), Barcelona.

DAY, J. "Études d'Histoire Monétaire. Introduction" Lille, 1984.

GRAUS, F. "La crise monétaire du 14 ème" in "Revue Belge de Philologie et d'Histoire", Tomo XXIX, nº 2 e 3, Bruxelas, 1951.

LAPEYRE, Henri "Une Lettre de Change endossé en 1340" in: "Annales - économies, Sociétés et Civilizations" nº 2, Paris, 1958.

- "Alphonse V et ses banquiers" separ. de "Le Moyen Age" nº 1-2 (1961).

MATEUS Y LLOPIS, Felipe "'De Mutatione Monetæ" en el Reino de Valencia" in: "Studi in Onore di Amintore Fanfani. Medioevo" Vol. III, Milão, 1962.

- "El sistema monetario del reino de Aragon. Sintesis historica" Separ. de "La Moneda Aragonesa" Ed. CSIC, Saragoça, s/d.

- "Sobre el curso legal de la moneda en Aragon, Cataluna, Valencia y Mallorca. Siglos XIII y XIV." Separ. das actas do "VII Congresso de Historia de la Corona de Aragón" (vol. II), Barcelona, 1962.

MELIS, Federigo "Sul finanziamento degli allievi portoghesi del Real Colegio de Espana di Bologna nel XV secolo" separ. de "Studia Albornotiana (El Cardenal Albornoz y el Colegio de Espana)" vol. XIII, Publ. do Real Colegio de Espana, 1973.

MUELLER, Reinhold "Chome l'ucciello di passagio": la demande saisonniere des especes et le marche des changes a Venise au Moyen Age" in "études d'histoire monetaire" reunidos por J. Day, Lille, 1984.

RENOUARD, Yves "Le commerce de l'argent au Moyen Age" in: "études d'Histoire Médiéval" vol. I, Paris, 1968.

ROOVER, Raymond de "L'évolution de la Lettre de Change (XIVe - XVIIIe siècles)" SEVPEN, Paris, 1953.

SEVILLANO COLOM, Francisco "Monedas que circulaban en el Mediterraneo a fines del siglo XV" in: "Anuario de Estudios Medievales" nº 10, CSIC, Barcelona, 1980, pags. 699 e segts.

SPUFFORD, Peter "Handbook of medieval Exchange" Londres, 1986, Offices of the Royal Historical Society, University College London.

Em Portugal, além da obra, já citada, de V. M. Godinho, incluindo as questões dos metais preciosos:

CARNEIRO, José Marques de Sá "Da Letra de Câmbio na Legislação Portuguesa" Porto, 1919.

COELHO, José Gabriel Pinto "Lições de Direito Comercial" vol. I, isboa, 2ª ed., 1945.

DIAS, José Gonsalves "Da Letra e da Livrança - segundo a Lei Uniforme e o Código Comercial" vol. I, Famalicão, 1939.

MARQUES, A. H. de Oliveira "A moeda Portuguesa durante a Idade Média" in: "Ensaio de História Medieval Portuguesa" 2ª ed., Lisboa, 1980.

RAU, Virgínia "Studenti ed Eruditi Portoghesi in Italia" in: "Estudos Italianos em Portugal" 36 (1973), Lisboa.

SILVA, J. Gentil da "Marchandises et Finances. Lettres de Lisbonne: Les Gomes (1564-1578)" Paris, 1959.

(TAVARES), Maria José Ferro "Algumas reflexões sobre a Legislação monetária de Afonso III" Lisboa, 1977, Separ. da "Revista da Faculdade de Letras" de Lisboa, IV série, nº 1 1976-77,

- "Estudos de História Monetária Portuguesa (1383 - 1438)" Lisboa, 1974.

- "Para o estudo da numária de D. Dinis" Separ. de "Do Tempo e da História" V, Lisboa, 1972.

- "Para o estudo da numária de D. Fernando" Porto, 1982, Separ. de "Estudos Medievais" nº 2, 1982.

- "Subsídios para o Estudo da História Monetária do séc. XV (1448-1495)" separ. de "Nummus" 2ª série, vol. IV/V/VI, Porto, 1981/1983.

VAZ, J. Ferraro "Numária Medieval Portuguesa. 1128-1383" Lisboa, 1960.

VITERBO, Sousa "Artes industriais e indústrias portuguesas. Ourivesaria, Quinquilharia e Bijutaria" Coimbra, 1914.

Seguros

Como se viu o problema dos seguros estava próximo das questões em torno do empréstimos e dos câmbios

DEL TREPPO, Mario "Assicurazioni e Commercio Internazionale a Barcelona nel 1428-1429" edição fotografada, s/l, s/d.

GARCIA I SANZ, A. e FERRER I MALLOL, Maria Teresa "Assurances i Canvis marítims Medievals a Barcelona" 2 vols., Institut d'Estudis Catalans, Barcelona, 1983.

MARQUES, A. H. de Oliveira "Para a História dos Seguros em Portugal. Notas e Documentos" Arcádia, Lisboa, 1977.

MEDEIROS, José Gago da Camara de "O Transporte Marítimo (Contratos de Transporte e de Seguro Marítimo" Lisboa, 1942.

NEVES, Francisco Ferreira "A Confraria dos Pescadores e Mareantes de Aveiro (1200-1855)" Aveiro, 1973.

PELAEZ, Manuel J. "Cambios y Seguros Maritimos en Derecho Catalan y Baleares" Bolonha, 1984.

PERELS, Leopold "L'Apparition des prêts, changes et assurances maritimes dans les pays de la Couronne d'Aragon" in: "Revue Historique de Droit Français et étranger" Paris, 1945.